

História universal da destruição dos livros

Das tábuas sumérias à guerra do Iraque

Fernando Báez



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

História Universal da Destruição dos Livros Das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque

Fernando Báez

Tradução
Léo Schlafman

2004

Ediouro

Sumário

Prólogo

Notas da Tradução

Introdução

1. O enigma de Bagdá
2. Entre livros destruídos
3. Mitos apocalípticos
4. A Eliminação da Memória
5. As Formas do Fogo
6. A Cultura da Destruição
7. Pós-Escrito, 2004

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

A destruição de livros começa na Suméria
Ebla e as bibliotecas sepultadas da Síria
As bibliotecas da Babilônia
A grande biblioteca de Assurbanipal
Os livros dos misteriosos hititas

CAPÍTULO 2

O Ramesseum do Egito
A queima de papiros secretos
As Casas da Vida no Egito
Os escritos proibidos de Tot

CAPÍTULO 3

Entre ruínas e fragmentos
A destruição dos poemas de Empédocles

Censura contra Protágoras
Platão também queimou livros
A destruição do templo de Artemisa
Um antigo médico grego
Dois biblioclastas

CAPÍTULO 4

Apogeu e fim da biblioteca de Alexandria

CAPÍTULO 5

A biblioteca de Pérgamo
O desaparecimento de centenas de obras de
Aristóteles
Mais bibliotecas em ruínas

CAPÍTULO 6

A Arca e a destruição das Tábuas da Lei
O livro de Jeremias
A adoração do livro hebraico
Os manuscritos do Mar Morto
Os profetas bibliófagos

CAPÍTULO 7

Shi Huandi, o Destruidor
A perseguição aos textos budistas

CAPÍTULO 8

Censura e perseguição no Império
Os papiros queimados de Herculano

CAPÍTULO 9

São Paulo contra os livros mágicos
Os livros de Porfírio contra os cristãos

Os textos dos gnósticos

A heterodoxia dos primeiros anos

O assassinato de Hipátia

CAPÍTULO 10

Quando o desinteresse destrói

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1

Os livros perdidos de Constantinopla

CAPÍTULO 2

Quando as bibliotecas ficaram fechadas como túmulos

Os manuscritos da Irlanda

Os mosteiros

De palimpsestos e outros paradoxos

Os defensores dos livros

CAPÍTULO 3

Alamut e a biblioteca dos assassinos

Hulagu e a destruição dos livros de Bagdá

CAPÍTULO 4

Os livros proibidos de Abelardo

Eriúgena, o rebelde

O Talmude e outros livros hebraicos

A censura a Maimônides

A tragédia de Dante

CAPÍTULO 5

As queimas de Almançor

Os versos proibidos de Ibn Hazm

A destruição do Corão na Espanha da
Reconquista

CAPÍTULO 6

A eliminação sistemática de códices pré-
hispânicos

A destruição de livros pelos indígenas

CAPÍTULO 7

O desaparecimento da biblioteca de Matias
Corvino

A destruição da Bíblia de Gutenberg

Miguel Servet, o herege

Os anabatistas de Münster

A biblioteca de Pico della Mirandola

Perseguições e destruições

Dois trechos curiosos

CAPÍTULO 8

O Santo Ofício e a censura de livros

A Inquisição no Novo Mundo

CAPÍTULO 9

A destruição da biblioteca de Henrique de
Villena

Uma obra misteriosa: A "Esteganografia"

O livro proibido de Nostradamus

A biblioteca secreta de John Dee

CAPÍTULO 10

Os delitos da ortodoxia

O censor perseguido

As lutas religiosas inglesas

CAPÍTULO 11

O grande incêndio de Londres

El Escorial e a queima de manuscritos antigos

Isaac Newton entre livros destruídos

A biblioteca de Arni Magnusson

Séculos de acidentes e desastres

A biblioteca de Pinelli

Naufrágios célebres

A batalha contra os livros

A queima da biblioteca do Congresso dos

Estados Unidos

Os textos de Cotton

CAPÍTULO 12

A hostilidade contra o pensamento livre

Ataques contra intelectuais na França

A destruição de livros durante a Revolução
francesa

O despotismo ilustrado e colonial

A Comuna de 1871

CAPÍTULO 13

Jacob Frank

Nachman de Bratislava

Os manuscritos obscuros de Burton

Livros queimados por imoralidade

Darwin e seu livro polêmico

Um inquisidor em Nova York

CAPÍTULO 14

Alguns estudos sobre a destruição de livros

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

Os livros destruídos durante a Guerra Civil

Espanhola

CAPÍTULO 2

O bibliocausto nazista

CAPÍTULO 3

O início

França

Itália

Inglaterra

Alemanha

O fim

CAPÍTULO 4

Os ataques a Joyce

Outros escritores com livros destruídos

A censura estatal nos Estados Unidos

Escritores perseguidos

Salman Rushdie diante do fundamentalismo

Quando os autores se arrependem

CAPÍTULO 5

Hanlin Yuan e a Grande Enciclopédia do Mundo

Quando a memória está em perigo

CAPÍTULO 6

Confisco e censura no Báltico

Regimes censores

A Revolução Cultural na China

A ditadura na Argentina

Fundamentalistas

Cuba: o duplo discurso

Palestina, um país em ruínas

CAPÍTULO 7

O livrocídio sérvio

CAPÍTULO 8

Expurgos sexuais

Os expurgos culturais

Os estudantes e seu ódio pelos livros didáticos

O caso "Harry Potter"

CAPÍTULO 9

Sobre os inimigos naturais dos livros

Papéis autodestrutivos

Exemplares únicos

Quando as editoras destroem livros

O caso das alfândegas

CAPÍTULO 10

O terrorismo contra as bibliotecas

O ataque ao World Trade Center

O caso dos livros-bomba

A aniquilação de livros eletrônicos

CAPÍTULO 11

Os livros destruídos no Iraque

Prólogo

Incêndios, enchentes, terremotos. Guerras e regimes autoritários causaram a morte de milhões de pessoas. Mas nesta notável obra temos a chance de conhecer uma história nunca antes contada de forma tão minuciosa: a da destruição de livros. O autor venezuelano Fernando Báez nos leva de volta ao Mundo Antigo para acompanhar, desde o início, a trajetória dessa prática que teve entre seus adeptos não só homens ignorantes ou perversos, mas também grandes filósofos, eruditos e escritores, como Descartes, Platão e Heidegger. Alguns porque acreditavam que, eliminando os vestígios do pensamento de uma determinada época, estariam promovendo a superação do conhecimento humano. Outros, mais modestos, lançavam ao fogo suas obras simplesmente por vergonha do que haviam escrito. No entanto, os principais destruidores de livros sempre tiveram como maior motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre. Os conquistadores atribuíam à queima da biblioteca do inimigo a consagração de sua vitória.

E assim o autor nos conduz através dos tempos e pelos mais diversos continentes para refazer o percurso dessa pesquisa dolorosa, mas que ironicamente ameniza o nosso sofrimento. Afinal, ao remontar à perda de incontáveis obras, idéias, conhecimentos e memórias, é possível reconstruir lendas e mistérios que envolveram essa história de horror que parece não ter chegado ao fim.

Em 2003, a guerra levou à extinção mais de 1 milhão de livros e 10 milhões de documentos da Biblioteca Nacional do Iraque, berço da Civilização Ocidental. Inertes, assistimos em tempo real a um verdadeiro genocídio cultural, cujas conseqüências para as próximas gerações serão irreparáveis.

Onde queimam livros, acabam queimando homens.

HEINRICH HEINE

Almanson, 1821

... Cada livro queimado ilumina o mundo...

R. W. EMERSON

Essays. First series, 1841

Notas da Tradução

A escolha da palavra tableta para designar, em português, o equivalente à tablilla, do espanhol, passou por um processo longo. Optou-se por tableta (de argila) depois de considerar tabuinha, plaqueta, tabuleta, lâmina de argila e até as tábuas de pedra mencionadas no Velho Testamento, especialmente no episódio da elaboração das Tábuas da Lei, no Êxodo.

A expressão tableta surgiu pela primeira vez na tradução de Guinara de Moraes Lobato do primeiro volume da História da Civilização, de Will Durant, Companhia Editora Nacional, ainda nos anos 1950. Não constava, e continua não constando, dos dicionários utilizados no Brasil, mas foi escolhida por sua adequação ao contexto, pela facilidade de pronúncia e melhor visualização do que foi o primeiro tipo de livro (ou o seu antepassado mais remoto) surgido na Suméria, na região onde hoje se localiza o Iraque.

A tradução literal usada no Velho Testamento, "tábuas de pedra", (Êxodo, 34, 1), parece indicar uma contradição: ou as tabletas trazidas por Moisés após seu encontro com Javé são de tábua (madeira) ou de pedra. No entanto, como a expressão Tábuas da Lei, contendo os Dez Mandamentos, é de uso comum, manteve-se sua forma.

Veja-se a contradição contida na expressão "tábuas da lei" no Capítulo Seis, desta História universal da destruição dos livros, quando o autor, para comprovar sua afirmação de que Moisés foi um "destruidor de livros", menciona que, ao descer da montanha, com a primeira versão dos Dez Mandamentos, irado porque o povo estava adorando um bezerro de ouro, "atirou as tábuas e as rompeu ao pé da montanha". De madeira (tábuas) ou de pedra, dificilmente se romperiam com tanta facilidade, a não ser que fossem mesmo uma espécie de tabletas de argila que mais tarde, não mais na era bíblica, originaram a extraordinária história do livro. Fica evidente que nenhuma bíblia, por seu conteúdo que diz mais respeito à fé do que à interpretação lógica e histórica, pode

ser lida literalmente em boa parte dos incidentes nela relatados. Em todo o caso, Moisés retificou seu ato voltando ao monte e trazendo, debaixo do braço, como na estátua de Michelangelo, as novas tabletas com a versão definitiva dos Dez Mandamentos.

A propósito, utilizou-se, no presente volume, o texto das passagens bíblicas da grande tradução brasileira da Bíblia feita pela Liga de Estudos Bíblicos, diretamente dos originais hebraicos, aramaicos e gregos, publicada, em 1956, em volumes separados de cada livro bíblico, pela Livraria Agir Editora, e reeditada, em fascículos vendidos em banca, em 1965, pela Editora Abril.

Da mesma forma, se manteve a tradução, já consagrada, do trecho do Dom Quixote de La Mancha, feita por Almir de Andrade e Milton Amado, publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1958.

E, para comodidade dos leitores, seguindo uma praxe editorial e jornalística, usou-se sempre a expressão Oriente Médio para caracterizar toda a região localizada entre Europa, Ásia e África, que é o berço das três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. A rigor, segundo a enciclopédia Historianet, o Oriente Médio tem como referência o Mar Mediterrâneo e inclui os países da costa do Mediterrâneo Oriental (da Turquia ao Egito): Jordânia, Iraque, Península Arábica, Irã e, em geral, o Afeganistão. De forma mais ampla, inclui também o conceito de Oriente Próximo, cuja área não é precisa, abrangendo normalmente a península de Anatólia, Síria, Líbano, Israel e Palestina; algumas vezes se integram nela ainda países do subcontinente indiano (principalmente o Paquistão). Trata-se de uma das áreas mais instáveis do mundo, que se caracteriza pela abundância de petróleo e escassez de água. A maioria de seus Estados surgiu após a Grande Guerra, de 1914-18 e as tensões na região continuam devido às guerras recentes e ao conflito árabe-israelense. (L.S.)

Introdução

1. O enigma de Bagdá

"Nossa memória já não existe. O berço da civilização, da escrita e das leis foi queimado. Só restam cinzas." Escutei esse comentário de um professor de história medieval em Bagdá, detido poucos dias depois por pertencer ao partido Baath. Quando o disse, abandonava a moderna estrutura da Universidade, de onde saquearam, sem exceção, os livros da biblioteca, e destruíram salas de aula e laboratórios. Estava sozinho, ao lado da entrada, coberto por uma sombra, e por acaso pensava em voz alta, ou não pensava, mas sua voz também era parte desse extenso, interminável e sucessivo rumor que é às vezes o Oriente Médio. Chorava ao me olhar. Creio que esperava alguém, mas, quem quer que fosse, não veio e, em poucos minutos, vi-o se afastar, sem rumo, andando pela borda de uma enorme cratera aberta, junto ao prédio, por um míssil.

Horas mais tarde, no entanto, um de seus estudantes de história deu sentido à sua frase quando se aproximou e me abordou, com esse ar de autoridade próprio do sofrimento. Vestia uma túnica marrom, sandálias, usava óculos e, apesar da barba aparada, era bastante jovem, talvez uns 20 ou 22 anos, uma excelente idade para se lamentar. Não olhava à frente, nem para os lados, e de fato sequer sei se olhava. Perguntou-me por que o homem destrói tantos livros.

Colocou a questão com calma, prosseguiu com uma citação que não parecia lembrar bem, até que se esgotaram os advérbios e disse que durante séculos o Iraque sofrerá espoliação e destruição cultural. "Você não é especialista?", perguntou-me com ironia.

Chamava-se Emad e, na mão esquerda, segurava o volume gasto de um poeta persa, com um ramo seco de palmeira como marcador de página.

Quanto ao resto, confesso, eu não soube o que dizer e me retirei. Havia discussões nos corredores e quis evitar a polêmica. De qualquer maneira, minha confusão me serviu para revisar algumas idéias, já no quarto do hotel, e o tempo se tornou único espaço, única passagem, estreita e necessária, até inevitável.

Não sei por que me senti tão impotente e por que agora, passados os meses, aquele incidente persiste na minha memória, o que, no fundo, reforça o argumento de que nada entendi e de que todo o esforço de raciocinar diante do horror é inútil e ambíguo. Porém, mesmo assim, penso que deveria tentar esboçar uma justificativa que recupere o valor da pergunta do estudante de Bagdá a partir de minha própria experiência. Esta introdução não pretende nada mais. Nem nada menos.

Basta dizer que quando cheguei a Bagdá, em maio de 2003, conheci uma nova forma, indireta, oblíqua, de destruição cultural. Depois da tomada da cidade pelas tropas americanas, começou um processo de aniquilação por omissão, vacilante e superficial, que transgredia as cláusulas da Convenção de Haia de 1954 e os Protocolos de 1972 e 1999. Os soldados americanos não queimaram os centros intelectuais do Iraque, mas tampouco os protegeram, e essa indiferença deu carta branca aos grupos criminosos. A esse vandalismo profissional se somou outro, mais ingênuo, o das multidões de saqueadores, movidas por uma propaganda que estimulava o ódio aos símbolos do regime de Saddam Hussein. Convém lembrar que museus e bibliotecas se identificavam com a estrutura de poder que existia nessa nação. E quando foram arrasados pelo fogo, o silêncio legitimou a catástrofe.

No dia 12 de abril de 2003, o mundo recebeu a notícia do saque ao Museu Arqueológico de Bagdá. Trinta objetos de grande valor desapareceram, mais de 14 mil peças menores foram roubadas e as salas destruídas. Em 14 de abril, um milhão de livros foram queimados na Biblioteca Nacional. O Arquivo Nacional também ardeu, com seus mais de dez milhões de registros do período republicano e otomano, e em dias sucessivos a situação se repetiu com as bibliotecas da Universidade de Bagdá, a biblioteca de Awqaf e dezenas de bibliotecas universitárias em todo o país.

Em Basra, o Museu de História Natural foi incendiado, da mesma forma que a Biblioteca Pública Central, a Biblioteca da Universidade e a Biblioteca Islâmica. Em Mossul, a Biblioteca do Museu foi vítima de especialistas em manuscritos, que selecionaram certos textos e os levaram. Em Tikrit, as bombas atingiram a estrutura do museu e facilitaram os saques, ao provocar a fuga dos guardas de segurança.

Somando-se a essa catástrofe tão inesperada, milhares de sítios arqueológicos se viram em perigo devido à falta de vigilância. O tráfico ilícito e transnacional de peças arqueológicas começou numa escala sem precedentes. Na data atual, apesar do esforço das tropas italianas, nem um só lugar histórico do Iraque está seguro. Bandos armados com AK-47 percorrem lugares como Hatra, Isin, Kulal Jabr, Nínive, Larsa, Tell el-Dihab, Tell el-Jbeit, Tell el-Zabul, Tell Jokha, Ur, Tell Naml, Umm el-Aqarib... Depois que passam os helicópteros e as patrulhas, os ladrões retornam, desenterram objetos sem qualquer cuidado e derrubam paredes. Algumas peças são levadas até o Kuwait ou para Damasco e dali são transportadas para Roma, Berlim, Nova York e Londres, onde os colecionadores particulares pagam o que lhes pedem.

Por que ocorre esse "memoricídio" no lugar onde nasceu o livro?

2. Entre livros destruídos

O que encontrei no Iraque me fez recordar a primeira vez que vi um livro destruído. Eu tinha 4 ou 5 anos e vivia numa biblioteca, não porque fosse minha casa ou por bondade de algum parente generoso. A verdade é que meu pai era um advogado honesto, isto é, desempregado, e minha mãe, nascida em Las Palmas de Gran Canária, devia trabalhar o dia todo numa mercearia, o que a obrigava a me deixar na biblioteca pública de São Félix, na Guayana da Venezuela, onde contava com o apoio de sua prima, a jovem secretária do local.

Assim, passava o dia inteiro sob a proteção indiferente dessa moça, entre estantes e dezenas de volumes. Ali descobri o valor da leitura: soube que devia ler porque não podia não ler. Lia porque cada boa leitura me dava motivos mais fortes para continuar lendo. Lia sem me preocupar com manuais, fichários, guias, seleções críticas como as de Harold Bloom, etiquetas de "clássicos", recomendações de fim de semana. Interessavam-me demais os livros porque eram meus únicos amigos. Não sei se então era feliz. Pelo menos sei que quando folheava páginas tão íntimas esquecia a fome e a miséria, o que me salvou do ressentimento ou do medo. Enquanto aprendia a ler, desprezava a solidão tremenda em que me encontrava, hora após hora.

Essa felicidade foi interrompida bruscamente, porque o rio Caroni, um dos afluentes do Orinoco, cresceu sem aviso prévio e inundou a cidade, levando consigo os papéis que constituíam o motivo de minha curiosidade. Acabou com todos os volumes. Dessa forma, fiquei sem refúgio e perdi parte de minha infância na pequena biblioteca, completamente arrasada pelas águas escuras. Às vezes, nas noites seguintes, via em sonhos como afundava A ilha do tesouro, de Stevenson, e flutuava o exemplar de alguma peça de Shakespeare.

Nunca me recuperei dessa terrível experiência. Estranhamente, não foi a única. Aos 17 anos presenciei como meus companheiros de classe no secundário, ao concluir o curso, queimaram seus livros didáticos. Frenéticos, não houve maneira de dissuadi-los e minha tentativa de apagar o fogo foi objeto de zombaria. Aos 19, quando me tornei vendedor de enciclopédias, o pesadelo se repetiu porque um incêndio destruiu a livraria do velho que eu costumava visitar. Ainda conservo intacta a imagem do livreiro, com as mãos queimadas, os olhos fechados e a cara descomposta. Em 1999 visitei, com uma equipe de trabalho, Sarajevo e vi Vijecnica em ruínas. Ali conheci uma bela poetisa, cujo nome devo ignorar, que me disse: "Cada livro destruído é um passaporte para o inferno." No mesmo ano presenciei como um aluvião destruiu as bibliotecas do litoral venezuelano. Em 2000 percorri várias cidades da Colômbia

cujas bibliotecas foram destruídas pela guerra civil que assola o país...

Consciente ou inconscientemente, o tema chegou a me obcecar e, um belo dia, me dei conta de que preparava um livro em que narrava esses acontecimentos. Em 2001, não sem a habitual surpresa, recebi uma pesada caixa que veio a ser a pedra fundamental de minha pesquisa. O carteiro, depois de me estender o recibo de entrega, informou-me que procedia de Caracas. Do lado de fora tinha um envelope com um papel, conciso e com assinatura ilegível, onde se insinuava que se tratava de livros, os únicos bens de meu avô Domingo, que, ao morrer, legou-os a mim em seu testamento, mas também explicava que foram conservados por um tio que acabara de morrer. O incrível é que eu jamais conheci meu avô paterno, um prestigioso sapateiro, e as referências que tinha dele eram apenas os relatos simples de minha família.

Na caixa, manchada de óleo e cinzas, contei uns quarenta volumes. Passei adiante alguns que não me atraíam, mas fiquei com *Os inimigos dos livros* (1888), de William Blades, que continha uma exposição amena sobre as causas da destruição de textos.

Ainda comovido, e convencido de que era um sinal, fui visitar meu pai. Aposentara-se, vivia com minha mãe, e sofria do mal de Parkinson. Falei-lhe de minha estranha herança. Como de costume, não mostrou qualquer emoção. Ao contrário, disse-me que meu avô costumava conversar com ele sobre a biblioteca de Alexandria, seu enigma histórico favorito. Quando eu já saía, abraçou-me. Senti que esse gesto era definitivo.

Desde que tenho memória, senti horror pela destruição de livros. Notei que palavras como "Alexandria", "Hipátia" (mulher que contribuiu no século III para o desenvolvimento da matemática e que foi assassinada por se negar a se converter ao cristianismo) ou "censura" tendem a despertar meu temor. A pergunta do jovem da Universidade de Bagdá me serviu para entender que devia apressar a conclusão deste escrito e mostrar ao mundo uma de suas maiores catástrofes culturais. Há 55 séculos se destroem livros, e mal se conhecem as razões. Há centenas de narrações históricas sobre a

origem do livro e das bibliotecas, mas não existe uma única história sobre sua destruição. Não é uma ausência suspeita?

3. Mitos apocalípticos

Em busca de uma teoria sobre a destruição de livros, descobri, por acaso, que são abundantes os mitos¹ que relatam cataclismos cósmicos para explicar a origem ou anunciar o fim do mundo. Observei que todas as civilizações entendem sua origem e seu fim como um mito de destruição, contraposto ao da criação, num modelo cujo eixo é o eterno retorno. A apocatástase (restauração) tem sido um recurso para defender o fim da história e o início da eternidade. Nas mitologias antigas encontramos centenas de narrativas em que se descreve como a água, o fogo ou algum outro elemento purificou a maldade humana ou a purificará num futuro adiado constantemente.

Portanto, os períodos de destruição e criação seriam as duas únicas alternativas do universo. Essa crença sempre esteve presente nas concepções hebraicas, iranianas, greco-latinas e centro-americanas. No masdeísmo e no zervanismo o fim do universo tem data marcada. Entre os astecas, os deuses se sacrificaram para oferecer sangue e coração ao Sol, e esse ritual se manteve graças à guerra, que condicionava os homens a repetir perpetuamente esse momento. A ragnarök germânica, ou grande conflagração, sintetizou os mitos orientais e autóctones como fonte de consolo. Os oráculos sibilinos anunciavam constantemente o fim de Roma e o nascimento de um mundo novo.

O cristianismo recuperou esse mito e acrescentou ao livro do Gênesis, do Antigo Testamento, o Apocalipse no Novo Testamento. O apocalipse seria um cataclismo capaz de revelar a verdade das coisas e resgatar a pureza perdida. De fato, a palavra grega *apocalipsis* se traduz como "destruição", mas também como "revelação". Há apocalipse onde há revelação. A mensagem final, no entanto, viria a ser a mensagem de um novo tempo.

Além de ter caráter cosmogônico e escatológico, o mito da destruição se incorporou à essência dos deuses, que, ao mesmo tempo, deviam ser criadores e devastadores. Também se considerou o instrumento de destruição como sendo sagrado. O fogo era um deus. A água era um deus. Os cretenses adoravam o touro porque atribuíam à sua cólera os terremotos e freqüentes tremores da ilha de Creta. Nergal, o deus sumério da destruição, era descrito como um jovem investido do poder da tempestade. A espada era atributo divino, com nome próprio.

Nesse mesmo sentido, conhecer o mito de cada elemento destrutivo proporcionava a salvação. No Kalevala, por exemplo, só se pôde ajudar o ancião Väinämöinen, gravemente ferido, quando a origem sagrada do ferro foi lembrada e sua história declamada. Na maior parte das vezes um homem destruidor era visto como iluminado, deus ou demônio em potência, capaz de curar e de saber tudo. Os berserkires, por exemplo, desencadeavam sua fúria para se integrar aos modelos arquetípicos da fúria sagrada dos deuses. O bom rei sempre era um destruidor que repetia as ações dos deuses. Essa inquestionável sobrevivência de mitos de aniquilação na morfologia religiosa e mitológica contém, no meu entender, a chave para introduzir o leitor nas minhas conjeturas. Essencialmente me atrevera a dizer que esses arquétipos de extermínio refletem antes de tudo uma convicção em torno da natureza mais visível e dilacerante do homem. Os mitos identificaram o cenário a partir da crença na semelhança entre o que sucede numa ordem cósmica e na vida cotidiana, que supõe um modelo de patrocínio ritual que consolida o esquema da conduta coletiva ou individual. O macrocosmo e o microcosmo se justapõem assim e se relacionam com o plexo da imanência em seu sentido mais puro. Viver em uma época racionalista não impediu que as premissas do pensamento e da ciência sejam outra coisa que mitos disfarçados.

Os que atribuem a causa da destrutividade a um instinto não estão muito longe do homem primitivo que a atribuía a um demônio ou a um elemento da natureza. A localização desse instinto tem estado vinculada à hipótese neurológica mais recente: ou no hipotálamo do cérebro, ou no sistema límbico, ou no lóbulo pré-frontal. Parece,

portanto, inegável que a violência humana se manifesta por expectativas sociais: na era da visão teológica, os deuses nos possuíam, e na era da visão atômica somos determinados por unidades mínimas cuja estrutura genética impõe uma herança de reação e luta. Se há algo claro nessa histeria de extrapolação é que a teoria do instinto se inscreve num mito de libertação característico do homem: seu intento de se livrar da responsabilidade direta sobre sua atividade destrutiva.

À questão de que se há nos mitos antigos uma razão que explique a capacidade de destruição humana, devo oferecer uma resposta positiva, afastada do campo do reducionismo ideológico ou cientificista. O mito faz do humano e do universal uma exigência prática associada à aspiração de religar o sagrado e o atual. Visto assim, passado, presente e futuro se articulam numa cronologia transparente e imediata. O mito, nesse particular, pressupõe a dinâmica de expectativas em pleno exercício de fundação, normatividade e conservação. O relato apocalíptico projeta a situação e a angústia humana: em cada um, a origem e o fim interagem em inevitáveis processos de criação e dissolução.

Ao destruir, o homem reivindica o ritual de permanência, purificação e consagração; ao destruir, atualiza uma conduta movida a partir do mais profundo de sua personalidade, em busca de restituir um arquétipo de equilíbrio, poder ou transcendência. Ao mobilizar um sistema de disposição biológica ou social, a reafirmação tem um único objetivo: a continuidade. O ritual destrutivo, como o ritual construtivo aplicado à construção de templos, casas ou de qualquer obra, fixa padrões para devolver o homem à comunidade, ao amparo ou à vertigem da pureza.

À medida que aumentaram os riscos à preservação do homem, ou pelo incremento na produção de representações que deslocaram o sentido natural do homem, ou pela aparição de tendências demográficas descontroladas ou pelo fechamento de espaços de ação, foi maior a afinidade mítica com a restauração de uma ordem pela eliminação da ameaça.

A autonomia convergiu para o mito da destruição e transferiu conteúdos para estruturas psíquicas cujo desejo mais obscuro e

arcaico consistia numa epifania em torno de um centro que é a morte. Destruir é assumir o ato simbólico da morte a partir da negação daquilo que é representado.

4. A Eliminação da Memória

Defendo que a teoria de que o livro não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória. John Milton, em *Aeropagitica* (1644), sustentava que o que se destrói no livro é a racionalidade que ele representa: "Quem destrói um bom livro mata a própria Razão." O livro dá consistência à memória humana. Não se deve ignorar que para os gregos a memória era a mãe das nove musas e se chamava Mnemósine. A idéia era a de que a memória era mãe das artes. Do termo grego ao latino o matiz se conserva porque memória provém de *memororis*, que vem a ser "aquele que recorda".

Esse vínculo poderoso entre livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade. É interessante observar que a palavra patrimônio vem do grego e alude ao pai e ao verbo *moneo*, que se traduz como "fazer saber, fazer recordar". Sendo assim, patrimônio é literalmente "o que recorda o pai", à diferença do matrimônio, que seria o que recorda a mãe. Deve-se entender que o patrimônio cultural existe na medida em que o cultural constitui o patrimônio mais representativo de cada povo. Em si mesmo, o patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade dos povos em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração.

Um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de idéias de uma cultura inteira. Faz-se a destruição contra tudo o que se considera ameaça direta ou indireta à um valor considerado superior. O livro não é destruído por

ser odiado como objeto. A parte material só pode ser associada ao livro numa dimensão circunstancial: a princípio foi uma tableta entre os sumérios, um osso entre os chineses, uma pedra, um pedaço de couro, uma prancha de bronze ou ferro, um papiro, um códice, um papel e, agora, um CD ou um complicado dispositivo eletrônico.

Ao estabelecer as bases de uma personalidade totalitária, o mito apocalíptico estimula em cada indivíduo ou grupo o interesse por uma totalidade sem obstáculos. Cada cultura da totalidade, com efeito, repudia a totalidade de outra cultura. Entre alguns dos sinais facilmente identificáveis no totalitarismo apocalíptico poderíamos enumerar: a tentação coletivista, o classismo, a formação de utopias milenaristas e o despotismo preciso, burocrático, servil. Até sociedades democráticas podem ser extremamente totalitárias e procurar a destrutividade fortalecendo a negação da própria identidade.

Curiosamente, os destruidores contam com um elevado senso criativo. Os biblioclastas (termo com que são designados os destruidores de livros) possuem seu próprio livro, que julgam eterno. Como prescreve o ritual destrutivo antigo, arrasar pode tirar o involucrado da circunstancialidade e devolvê-lo à eternidade. Quando o fervor extremista apriorístico atribui condição categórica ao conteúdo de um livro (chame-se Corão, Bíblia ou o programa de um movimento religioso, social, artístico ou político), é para legitimar sua procedência divina ou permanente (Deus como autor, ou, em sua ausência, um iluminado, um messias).

Em 213 a.C., o imperador Shi Huandi mandou destruir qualquer livro que pudesse remeter ao passado. George Orwell, em seu romance 1984, apresentou um Estado totalitário em que um departamento oficial se dedicava a descobrir e apagar todo o passado. Os livros eram reescritos e os exemplares originais destruídos em fornos escondidos.

O destruidor de livros é dogmático, porque se aferra a uma concepção do mundo uniforme, irrefutável, um absoluto de natureza autárquica, auto-fundamentada, auto-suficiente, infinita, atemporal, simples e expressa como pura atualidade não-corruptível. Esse

absoluto implica uma realidade absoluta. Não se explica: apreende-se diretamente por revelação.

De maneira natural, quando algo ou alguém não confirma a postura descrita, sobrevém uma imediata condenação, supersticiosa e oficial. A defesa teológica de um livro considerado definitivo, incontestável e indispensável não tolera discrepâncias. Em parte porque o desvio ou reflexão crítica se iguala à rebelião; em parte porque o sagrado não admite conjeturas nem aspas: supõe o céu para seus gendarmes e o inferno com um quê de pesadelo combustível para seus transgressores.

5. As Formas do Fogo

Uma boa pergunta a ser considerada pelo leitor é por que o fogo tem sido o fator predominante na destruição de livros. Há, sem dúvida, várias explicações para esse fenômeno. Limito-me a propor apenas uma: o fogo foi o elemento essencial no desenvolvimento das civilizações e o primeiro elemento determinante na vida do homem, por motivos de alimentação e de segurança coletiva.

O fogo, em suma, serviu para salvar e, pelos mesmos motivos, quase todas as religiões consagram fogos às suas divindades. Esse poder de resguardar a vida também é, vale a pena assinalar, poder destruidor. Ao destruir com fogo, o homem brinca de ser Deus, dono do fogo da vida e da morte. E dessa maneira se identifica com um culto solar de purificação e com o grande mito da destruição, que quase sempre ocorre por ecpirosis (consumação de todas as coisas pelo fogo).

A razão do uso do fogo é evidente: reduz o espírito de uma obra a matéria. Se se queima um homem, ele é reduzido aos seus quatro elementos principais (carbono, hidrogênio, oxigênio e nitrogênio); se se queima o papel, a racionalidade intemporal deixa de ser racionalidade para se converter em cinzas. Além disso, há um detalhe visual. Quem viu algo queimado reconhece a inegável cor preta. O claro se torna escuro.

Em 1935, Elias Canetti condenou seu personagem de Auto-de-fé a morrer queimado com toda a sua biblioteca. A frase final assinala: "Quando as labaredas finalmente o alcançaram, soltou uma gargalhada tão estrondosa como nunca soltara em toda a sua vida." Em 1953, Ray Bradbury imaginou em Farenheit 451 um futuro no qual um corpo de bombeiros era encarregado de queimar os livros para evitar que perturbassem a ortodoxia do sistema dominante. O poeta romano Públio Papínio Estácio, quando seu pai morreu, pediu que evitassem a eliminação de seus escritos pelo fogo. Essa ambição se converteu em lugar-comum na poesia. Ovídio, no epílogo das Metamorfoses, declarou interesse em salvar sua obra do fogo, da espada, da mão divina ou do tempo.

6. A Cultura da Destruição

É erro freqüente atribuir as destruições de livros a homens ignorantes, inconscientes de seu ódio. Depois de 12 anos de estudo, concluí que quanto mais culto é um povo ou um homem, mais disposto se mostra a eliminar livros sob pressão de mitos apocalípticos.

Sobram exemplos de filósofos, eruditos e escritores que reivindicam a biblioclastia. René Descartes (1596-1650), seguro de seu método, pediu aos leitores que queimassem os livros antigos. Um homem tão tolerante como o filósofo escocês David Hume não hesitou em exigir a supressão de todos os livros sobre metafísica.

O movimento futurista, em 1910, publicou um manifesto em que preconizava o fim de todas as bibliotecas. Os poetas nadaístas colombianos queimaram exemplares do romance Maria de Jorge Isaacs, em 1967, convencidos de que era necessário destruir o passado literário do país. Vladimir Nabokov, professor das Universidades de Stanford e Harvard, queimou o Quixote no Memorial Hall, diante de mais de seiscentos alunos. Martin Heidegger tirou de sua biblioteca livros de Edmund Husserl para que seus estudantes de filosofia os queimassem em 1933.

Aqui subjaz certamente um ritual, em que se concebe a reiteração de um mito cíclico. Borges, em "O congresso", conto incluído em O Livro de Areia (1975), fez um de seus personagens dizer: "A cada tantos séculos há que se queimar a biblioteca de Alexandria [...]." É disso que se trata: queimar o passado é renovar o presente.

7. Pós-Escrito, 2004

Nesta história da destruição de livros se observará que a destruição voluntária causou o desaparecimento de 60% dos volumes. Os restantes 40% devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, monções, etc.), acidentes (incêndios, naufrágios, etc.), animais (como a traça, os ratos e os insetos), mudanças culturais (extinção de uma língua, modificação de uma moda literária) e os próprios materiais com os quais se fabricou o livro (a presença de ácidos no papel do século XIX está destruindo milhões de obras). Além disso, deve se perguntar quantos livros foram destruídos por não serem publicados, quantos livros em edições particulares foram perdidos para sempre, quantos livros deixados jogados na praia, no metrô ou no banco de um parque chegaram ao fim. É difícil responder a essas inquietações, mas o certo é que neste mesmo momento, quando você lê estas linhas, pelo menos um livro está desaparecendo para sempre.

PRIMEIRA PARTE

O Mundo Antigo

CAPÍTULO 1

Oriente Médio

A destruição de livros começa na Suméria

Os primeiros livros da humanidade apareceram na ignota e semi-árida região da Suméria, no mítico Oriente Médio, na Mesopotâmia (hoje sul do Iraque), entre os leitos dos rios Eufrates e Tigre, há aproximadamente 5.300 anos, depois de um sinuoso e arriscado processo de aperfeiçoamento e abstração. De maneira estranha, no entanto, esses mesmos livros começaram a desaparecer de imediato, em parte por seu material, a argila, em parte por desastres naturais, como as inundações, ou pela mão violenta do homem.

Esse paradoxo singular da civilização foi raramente considerado com atenção, apesar de ser a chave de toda nossa história. Até o momento, não se conhece a quantidade de livros destruídos na Suméria, mas não é despropositado supor que supera os cem mil, devido aos conflitos bélicos que assolaram a região. Um achado arqueológico de 1924 revelou a existência dos livros mais antigos conservados até agora. A exploração da camada IV do templo da temida deusa Eanna, na cidade de Uruk, desenterrou várias tabletas de argila, algumas inteiras, mas outras em fragmentos, pulverizadas ou queimadas, que podem ser datadas entre os anos 4100 a.C. ou 3300 a.C. Essa descoberta, que não é definitiva, porque a arqueologia não é religião nem insulto, apresenta-nos um dos grandes paradoxos do Ocidente: a prova do início da civilização, da escrita e dos livros é, também, a de suas primeiras destruições. Esse estrago não foi natural, espontâneo ou imediato, e sim provocado, premeditado e lento, pois as guerras entre cidades-Estado provocavam incêndios e, em meio ao ruído dos combates, as tabletas caíam de suas estantes de madeira e se partiam em

pedaços ou ficavam ilegíveis. O Hino a Iishbierra estabelecia como objetivo de um ataque: "Além da ordem de Enlil de reduzir a ruínas o país e a cidade de..., havia como destino aniquilar sua cultura." Outro elemento destrutivo foi a técnica de reciclagem: as tabletas danificadas eram usadas para construir azulejos ou pavimentar cidades. O outro fator realmente nocivo foi a água. As inundações causadas pelos rios Tigre e Eufrates acabaram com povoados inteiros e, certamente, com seus arquivos e bibliotecas. Não é estranho que na Mesopotâmia, onde a água era considerada uma divindade incontornável e caprichosa, inimiga dos deuses da memória, surgisse o mito do dilúvio universal.

Esses fatores aceleraram o desenvolvimento de meios mais eficazes de preservar a qualquer custo os textos. Os sumários, ou cabeças negras, acreditavam na origem sobrenatural dos livros e atribuíam a Nidaba, a deusa dos cereais, sua invenção. Para se ter idéia da importância que a escrita teve para eles, convém lembrar a lenda de Enmekar (2750 a.C.), rei da cidade de Uruk, herói respeitado e temido, condenado a beber água putrefata no inferno por não ter deixado escritas suas façanhas. Outro mito fala de um rei de Uruk que decidiu inventar a escrita porque seu principal mensageiro fez uma viagem muito longa e, ao chegar ao destino, estava tão cansado que não pôde dizer nada. Desde então se considerou mais adequado enviar as mensagens por escrito.

Os escribas, casta de laboriosos funcionários palacianos, oravam à deusa Nidaba antes e depois de escrever. Formavam uma escola que transmitia os segredos dos signos por intermédio de uma religião secundária. Tinham a disciplina da magia, e a ascensão na casta supunha um longo aprendizado. Conheciam de memória a flora, a fauna e a geografia de seu tempo, as matemáticas e a astronomia. Nada lhes era alheio, como demonstrou a tradução dos textos de Nippur. O primeiro grau era o de dub-sar (escriba); seguia-se, depois de vários anos de ofício, o de ses-gal (grande irmão); e culminava como um-mi-a (mestre), uma grande distinção. Esse grau liberava o escriba de qualquer culpa.

Por volta de 2800 a.C., os reis, não sem algum temor, delegaram aos escribas o poder absoluto sobre a custódia dos livros. Dessa

forma, as mudanças políticas não alteraram a condição histórica dominante. Os arquivos se converteram em refúgio e garantia da continuidade ontológica do povo. Os acadianos, por exemplo, quando conquistaram os sumérios, reformaram os códigos e os costumes, mas subjugarão os escribas e os obrigaram a ensiná-los a escrever. Os assírios, os amoritas e os persas fizeram o mesmo. De fato, os mesmos signos de escrita serviram para a exposição dos mais diversos sistemas de idiomas.

É curioso que os zigurates, ou templos escalonados da Suméria, tenham sido construídos com o mesmo material com que se fabricaram os primeiros livros, isto é, com argila. Portanto, ambos deviam ser úteis ou mágicos. Os templos eram arquivos e organizavam a administração precisa da cidade; os livros eram uma metáfora do templo. As tabletas eram feitas com uma argila aquecida até adquirir condição própria para a escrita; algumas tabletas eram pesadas, motivo pelo qual muitas vezes duas pessoas participavam de sua composição: um segurava a tableta, o outro redigia.

O estilo da escrita era cuneiforme, isto é, gravado em forma de cunha ou incisões. Escrevia-se com um cálamo de cana ou de osso. No início, essa escrita, que tinha função estritamente mnemônica, era pictográfica e logo se tornou tão complexa que os signos, ao adquirir uma condição fonética, reduziram-se de dois mil a menos de mil. A língua era (assim se determinou) aglutinante, isto é, construída sobre uma raiz invariável a que se justapunham outras palavras para lhe dar sentido. Um texto começava no canto superior direito e a direção da escrita seguia, ainda que nem sempre, uma orientação vertical.

Uma vez concluído o período conhecido como Uruk IV, por volta de 3300 a.C., sobreveio o período Uruk III e aumentou consideravelmente a elaboração de tabletas e a criação das primeiras bibliotecas, cujas prateleiras incluíam registros econômicos, listas lexicográficas e catálogos de flora, fauna e minerais. Em Ur e Adab foram encontrados restos das tabletas de duas bibliotecas ativas, em torno dos anos 2800 a.C.-2700 a.C. Entre 2600 a.C. e 2500 a.C., houve várias bibliotecas em Fará, Abu

Salabik e Kis, com os consabidos registros econômicos e as listas genéricas, mas também com textos de poesia, magia e escritos paremiológicos (ou de provérbios). O mais parecido a um livro atual procede dessa época, quando os escribas desenharam textos em cuja parte superior indicavam os nomes do redator e do supervisor, uma inovação memorável.

A biblioteca de Lagas, cinquenta ou cem anos depois, continha inscrições históricas, a chamada Estela dos Abutres, e documentos historiográficos. Por volta de 2200 a.C., o príncipe Gudea criou uma biblioteca com textos históricos e poemas da primeira escritora conhecida do planeta, Enkheduanna, filha do famoso Sargão de Akkad. Esses poemas eram hinos à terrível deusa Inanna. Havia também rolos com textos. Um desses cilindros era dividido em duas partes. Uma delas indicava que era a metade, enquanto a outra se referia ao fim da composição.

Nos anos 2000 a.C.-1000 a.C., havia bibliotecas ativas em Isin, Ur e Nippur, as duas primeiras nos palácios reais das cidades e a última na área onde habitavam os escribas. Em Ur (hoje Muqay-yar) são conhecidas as ruínas de casas que foram devastadas e, em seu interior, se desenterraram tabletas de arquivos familiares que datam de 1267 a.C., aproximadamente, isto é, em pleno período casita, que oscilou entre 1595 a.C. e 1000 a.C.

Em Ur foram achados arquivos e bibliotecas do período elamita, particularmente em Kabnak (hoje Haft Tepe), e também arquivos num palácio de Anshan (Tall-e-Malyan). A maior parte das tabletas, que no caso dos achados de Nippur superam as trinta mil, repetia os esquemas econômicos tradicionais. De um lado, incluíram os primeiros textos em língua acadiana; de outro, apresentaram os primeiros catálogos de biblioteca, umas listas com os títulos das obras e a primeira frase do escrito. Dessa época procedem novos gêneros: a himnografia dedicada a reis, as listas reais, as cartas, e a própria caligrafia deu um salto. As bibliotecas recebiam o nome autóctone de e-dub-ba (casa das tabletas). Nos achados de Nippur (hoje Niffer), a sudeste da Babilônia, descobriu-se uma região com milhares de tabletas em pedaços, ou completamente desfeitas; e

do período casita se acharam umas 12 mil tabletas e milhares de fragmentos de outras.

Além das mencionadas, houve outras dezenas de bibliotecas em toda essa faixa, ainda sepultadas, ironicamente saqueadas depois da invasão do Iraque em 2003. Mas o fator predominante é o mesmo em todos os casos: as primeiras bibliotecas do mundo estão em ruínas e mais da metade de seus livros foi destruída.

Ebla e as bibliotecas sepultadas da Síria

Em 1964, o arqueólogo orientalista Sabatino Moscati, da Universidade de Roma, empreendeu a exploração de uma colina artificial localizada em Tell Mardik, a 55km a sudoeste de Aleppo, na Síria. No início, só encontrou uma porta, restos de uma muralha, templos e casas, mas em 1968 apareceu o torso da estátua de um rei cuja inscrição assinalava expressamente "soberano de Ebla", o que permitiu identificar o assentamento como a antiga cidade de Ebla, talvez a mais importante região paleossemita da Síria. No terceiro milênio antes de Cristo, esse enclave teve 250 mil habitantes e mais de 1,2 mil funcionários administrativos.

Em 1974, o assiriólogo Giovanni Pettinato foi convidado a decifrar tabletas escritas em cuneiforme, numa língua desconhecida. No mesmo ano foi descoberto o palácio real. Mas o grande achado se produziu em 1975. No início do ano apareceram mil peças, entre tabletas e fragmentos; em setembro, o arqueólogo Paolo Matthiae e um grupo de colegas italianos escavaram cuidadosamente dois ambientes do palácio G do período Ebla IIb, dentro do pátio de audiências: no chamado L. 2712, por exemplo, foram encontradas milhares de tabletas e uma sala utilizada como biblioteca. O artífice dessa descoberta comentou:

No primeiro dos ambientes (L. 2712), sem dúvida um pequeno depósito, encontraram-se mil tabletas e fragmentos no monte de azulejos crus resultantes dos desmoronamentos subseqüentes ao incêndio e à destruição [do palácio]. Evidentemente, no momento

da destruição, quando o teto de madeira caiu no interior da peça e se produziram os desmoronamentos das altas e grossas estruturas que em três dos lados delimitavam o depósito L. 2712, as tabletas caíram sobre o pavimento e entre os escombros, reduzindo-se a fragmentos [...].

A organização da biblioteca de Ebla leva a pensar que seus encarregados usaram técnicas avançadas. Na sala L. 2769, que media 5,10 x 3,5m, as tabletas lexicográficas ocupavam a parede norte; as tabletas comerciais, a parede este. As tabletas eram transportadas em tábuas largas. As estantes de madeira sustentavam as tabletas e eram apoiadas em suportes verticais; o conjunto de estantes tinha pelo menos duas prateleiras. As tabletas eram depositadas em cada estante seguindo um ângulo reto. Nessa sala foram encontradas 15 mil tabletas, algumas inteiras e outras, infelizmente, em fragmentos. Uma sala adjacente à biblioteca servia para a escrita dos documentos.

As tabletas, às vezes com 30 cm de comprimento, eram escritas em ambos os lados e divididas em colunas verticais com linhas de registro. Tinham um colofão no fim e um resumo do conteúdo da obra. Havia textos administrativos de uma precisão surpreendente. Da mesma forma, textos históricos com tratados, listas de cidades conquistadas, comunicados oficiais, ordenações do rei e diferentes disposições legais. Apareceram também os primeiros dicionários bilíngües, abundantes listas com palavras em sumério e seu correspondente significado em eblaense, o que demonstra, como assinalou Pettinato, que por volta de 2500 a.C. se fazia em Ebla pesquisa filológica.

Abandonou-se essa biblioteca quando o palácio real de Ebla foi atacado e incendiado e milhares de tabletas reduzidas a fragmentos. O fogo foi devastador e os saqueadores não hesitaram em subtrair o ouro e os objetos de mais valor, deixando unicamente as tabletas feitas em pedaços. Atribui-se ao rei acadiano Naramsin (2254 a.C.-2218 a.C.) esse feito, mas Paolo Matthiae, o primeiro partidário dessa versão, agora afirma que foi o rei Sargão.

Havia outra biblioteca da Síria antiga, ainda que de menor importância, no palácio de Zimri-Lim, em Mari, uma cidade

descoberta em Tell Hariri, perto do curso médio do Eufrates. Pelo que se sabe, era o ponto de controle das caravanas comerciais rumo ao golfo Pérsico e sua biblioteca continha minuciosos registros administrativos, conservados apenas em parte.

O porto mais importante da Síria foi Ugarit, num promontório chamado Ras Shamra, no sul de Latakia. A principal biblioteca da cidade era multilíngüe e subsistiu até a destruição do local em 1190 a.C. As tabletas do palácio real, preservadas em grande número, revelaram uma mitologia e religião próprias dos cananeus, e o uso multilíngüe de diversos textos demonstra que esse centro era fundamental como ponto de encontro de diversas etnias.

As bibliotecas da Babilônia

Provavelmente por volta do ano 2000 a.C., a queda da dinastia de Ur III, nas mãos de um grupo étnico de amoritas, pressupôs o estabelecimento de nova força política sobre as planícies do que é hoje o sul da moderna Bagdá.

No período de 1792 a.C. a 1750 a.C., sobressaiu-se uma cidade que viria a ser conhecida como Babilônia, e seu rei, Hamurabi, sexto membro de uma família sanguinária, dedicou-se a organizar seu império. Impôs uma teologia que postulava a existência de Marduk, o deus dos cinquenta nomes. Cada guerra de conquista lhe permitia saquear arquivos e transferi-los para a grande biblioteca de seu palácio. A língua que adotou era um dialeto do antigo acadiano; a escrita, com certeza, assimilou a escrita cuneiforme.

Eram tempos de unificação, e Hamurabi optou por compilar um código temível, baseado na pena de talião, já conhecida com esse nome. Pode-se compreender a idéia do talião conhecendo a regra 196 do código: "Se um homem arrancou o olho de outro, será arrancado o seu olho."

Nesse conjunto de normas se encontra uma das primeiras referências à destruição de uma tableta: "Se um homem comprar o campo, o horto ou a casa de um soldado, pescador ou arrendatário,

sua tableta será quebrada e perderá a propriedade. Não eram poucas as tabletas que continham advertências para impedir seu dano por parte de usuários imprudentes: "Quem teme Anu e Antu a cuidará e respeitará."

As leis eram guardadas, juntamente com milhares de obras literárias, matemáticas, astronômicas e históricas, na biblioteca do rei. As primeiras traduções interlineais datam desse período, e também os primeiros manuais para aprender a língua suméria.

Encontraram-se restos de outras duas conhecidas bibliotecas do império babilônico, em Shaduppum e Sippar. A biblioteca de Sippar, hoje Abu Habba, foi o achado mais sensacional de 1987. Arqueólogos iraquianos, dirigidos por Walid al-Jadir, da Universidade de Bagdá, escavaram nas cercanias do templo do deus solar de Sippar, construído no tempo de Nabucodonosor II, e descobriram a biblioteca, mencionada pelo sacerdote Beroso em seu livro perdido sobre a Babilônia. Três paredes de uma sala de 4,40 x 2,70m, na sala de número 355, tinham bancos de tijolo com nichos de 50 cm de largura por 80 cm de profundidade. Anexo se encontrava um quarto de leitura. Ao todo foram recolhidas oitocentas tabletas, classificadas pelos especialistas em administrativas, literárias, religiosas e matemáticas, em línguas acadianas e sumérias. Não faltou, como em muitas outras bibliotecas da Mesopotâmia, uma versão do Poema de Gilgamesh, o Enuma Elish e Lugal.

Durante a dinastia dos casitas, que chegaram ao poder na Babilônia por volta de 1595 a.C., havia uma intensa atividade nas bibliotecas. O rei Nabucodonosor I (1124 a.C.-1103 a.C.), tendo vencido os habitantes de Elam, recuperou a estátua do deus Marduk e ordenou a preservação do texto sobre ele. O poema, apesar de uma quantidade de linhas perdidas, pode ser lido hoje sob o título de Enuma Elish, em sete cantos, com cerca de 1.100 versos. Além dos textos sobre sabedoria popular, preparou-se uma edição completa do Poema de Gilgamesh, em 12 tabletas, com um surpreendente colofão que atribui sua redação ao misterioso Sin-liqi-unninni. Esse escriba era conhecido como "mashmashshu" ou "exorcista".

Em 689 a.C., as tropas de Senaquerib arrasaram a cidade de Babilônia; seu neto Assurbanipal fundou uma das bibliotecas mais

famosas dessa época, em Nínive, cidade devastada anos mais tarde, em 612 a.C. Em cada um desses acontecimentos, milhares de tabletas desapareceram, roubadas, confiscadas ou simplesmente reduzidas a escombros. Não eram, como não são hoje, bons tempos para a cultura.

A grande biblioteca de Assurbanipal

Assurbanipal, soberano assírio de 668 a.C. a 627 a.C., perdeu as terras do Egito, conquistadas a sangue e fogo por seu cruel pai Asarhaddon. Lutou contra seu irmão até derrotá-lo e passou seus últimos anos em guerra. Seu reinado foi difícil, mas ele, primeiro rei a obter instrução necessária para escrever tabletas, esmerou-se em estimular uma atividade cultural e religiosa que preservasse seu nome do esquecimento. Provavelmente foi o primeiro governante a combinar a espada à escrita e à leitura.

A partir de 1842, arqueólogos ingleses, sob a coordenação de Henry Layard, encontraram as ruínas da biblioteca do palácio de Assurbanipal, na antiga cidade de Nínive (a moderna Kuyunjik). Tiraram 20.720 tabletas com milhares de fragmentos de outras e as depositaram no Museu Britânico. Alguns anos depois, se conheceu com precisão a organização da biblioteca. Confirmou-se que Assurbanipal foi o primeiro grande colecionador de livros do mundo antigo. Antes dele, o único rei de quem se tem memória com a mesma afeição foi Tiglah Pileser I, rei da Assíria de 1115 a.C. a 1077 a.C, ainda que em menor escala.

Assurbanipal se gabava de sua paixão:

[...] O melhor da arte do escriba, que nenhum de meus antecessores conseguiu; a sabedoria de Nabu, os signos da escrita, todos os que foram inventados, escrevi-os em tabletas, ordenei-os em série, coleccionei-os e os coloquei em meu palácio para minha real contemplação e leitura [...].

Os escribas trabalhavam dia e noite e copiavam todos os escritos de todas as culturas. Não é raro, portanto, reconhecer em algumas tabletas o Código de Hamurabi, o Enuma Elish e o Gilgamesh; também continham descrições exatas de viagens ao inferno e fórmulas para a vida imortal. Hoje em dia o número de tabletas descobertas nessa área aumentou e alcançou a cifra de trinta mil, e pelo menos cinco mil são textos literários, com colofão.

De certo modo, a destruição de tabletas não devia ser rara já que foram encontradas inscrições como esta: "Quem quebrar esta tableta ou a puser na água [...] Asur, Sin, Shamash, Adad e Ishtar, Bel, Nergal, Ishtar de Nínive, Ishtar de Arbela, Ishtar de Bit Kidmurri, os deuses dos céus e da terra e os deuses da Assíria, podem todos amaldiçoá-lo."

Os ingleses, nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, se deparam com os restos do palácio de Assurbanipal II e de seu filho Salmanasar III. Enquanto revistavam um poço, encontraram 16 tabletas de madeira, de 45 x 28 x 1,7 cm. Ao lado, havia umas dobradiças de metal. Uma vez decifradas, pôde-se ler o maléfico oráculo de Enuma Anu Enlil. Para surpresa dos especialistas, os assírios tinham livros com as páginas frente a frente unidas por dobradiças. Além da célebre biblioteca de Assurbanipal, houve outras duas em Nínive: a primeira se encontrava nas salas XL e XLI do palácio sudoeste, construído pelo rei Senaquerib, e a outra, provavelmente, a do templo do deus Nabu, o deus da escrita e do conhecimento dos assírios.

Até o ano 612 a.C., desgraçadamente, babilônios e medos destruíram Nínive e arrasaram suas bibliotecas. Frazer deu a seguinte versão a esse fato:

[...] A biblioteca se encontrava num dos andares altos do palácio, derrubado durante o último saque da cidade envolto em chamas, e sua queda reduziu a pedaços as tabletas. Muitas delas se encontram ainda rachadas e tostadas pelo calor das ruínas abrasadas. Mais tarde, as ruínas foram saqueadas por antiquários da espécie de Dousterswivel, que procurou nelas tesouros enterrados, e não o conhecimento, e sim ouro e prata, e com sua

cobiça contribuíram ainda mais para destruir e desfazer as preciosas recordações. Para completar a destruição, a chuva, que penetra no solo todas as primaveras, empapa-as na água que contém em dissolução diversas substâncias químicas, cujos cristais, depositados nas fendas e fraturas, rompem, ao crescer, em fragmentos ainda menores, as já destroçadas tabletas.

Convém observar que, no período que vai de 1500 a.C. a 300 a.C., em pelo menos 51 cidades do Oriente Médio existiram mais de 233 arquivos e bibliotecas. Duzentos e vinte e cinco eram propriamente arquivos, e só 55 bibliotecas. Dessas bibliotecas, 25 foram do período de 1500 a.C. a 1000 a.C. e trinta do período de 1000 a.C. a 300 a.C. E todas estão em ruínas.

Os livros dos misteriosos hititas

Os hititas, habitantes do influente reino de Hatti, acreditavam num deus que de tempos em tempos, sem aviso prévio, desaparecia sem deixar rastro. Suspeitavam que, quando isso acontecia, os amigos do deus logo o buscavam, porque do contrário o mundo podia se acabar. O próprio destino dos hititas herdou esse traço, pois sua civilização foi aniquilada e o pouco que conhecemos dela é sempre fragmentário ou à margem, fugaz e escasso. Seus admiradores têm tentado encontrar esses restos, certos de obter respostas a grandes enigmas da história.

A capital do império hitita foi Hattusa, hoje Bogazköi, e se encontra a leste de Ancara, na Turquia. De 1800 a.C. a 1200 a.C., foi uma cidade organizada, complexa, e nela se consolidou, durante seiscentos anos, uma das civilizações mais importantes da Ásia Menor, detentora do mais apreciado segredo industrial do mundo antigo: a fabricação do ferro. O primeiro dos reis se chamava Hattusili I; não sabemos quem foi o último. Trácios e frígios invadiram essas terras por volta de 717 a.C., e Sargão II condenou todos os hititas a um processo de eliminação.

Os hititas estabeleceram em Hattusa uma biblioteca na cidadela de Büyükkale, com textos cuneiformes em língua hitita (indo-européia). Três tabletas, uma das quais se perdeu, compendiam mais de duzentas leis. Entre 1906 e 1912, duas expedições de arqueólogos acharam mais de dez mil tabletas, escritas em pelo menos oito línguas diferentes. Nos textos, havia não apenas leis, mas também reproduções multilíngües do Poema de Gilgamesh, e orações para combater a feitiçaria ou a impotência sexual. Do mesmo modo, centenas de tabletas estavam fragmentadas. No Templo de Nisantepe, a sudoeste da cidadela, havia um arquivo com tabletas reais que sofreram com os ataques ao local.

As escavações também revelaram a existência de um arquivo administrativo em Tappiga (hoje Masat Höyük), destruído em 1400 a.C, e de bibliotecas em Sapinuwa (hoje Orataköi) e Sarissa (Kusakli). Na área de influência hitita se sabe que houve respeitáveis bibliotecas em Emar (hoje Meskene) e Ugarit (Ras Shamra).

CAPÍTULO 2

Egito

O Ramesseum do Egito

Os gregos chamaram Ramsés II (1304?-1237 a.C.) de Osimandias e o mitificaram; os egípcios o adoraram com o nome de User-maat-Re. Acreditava-se filho direto de Amon, deus do Oculto. No terreno humano, era filho natural de Seti I e da rainha Tuya, e, depois de uma infância desinteressante, chegou a se distinguir como monarca desmesurado. Por demagogia ou sinceridade, foi amante de mais de duzentas mulheres, pai de cem filhos, sessenta filhas, e conquistador dos hititas, feito que seus adutores divulgaram em centenas de estelas. Governou por 76 anos, mas o motivo de sua menção nesta história é que foi o fundador de uma das primeiras bibliotecas, composta exclusivamente de papiros, destruída prematuramente. Esses papiros, relacionados, segundo uma tradição, com a palavra egípcia Pa-pa-ra ("pertencente ao rei"), procediam de uma planta da família das ciperáceas, o *Cyperus papyrus*. Dessa planta se retiravam os filamentos internos e, depois de um longo processo de secagem, originava-se uma espécie de folha sobre a qual se podia escrever. O método devia ser complicado, porque uma vez esquecido só voltou a ser entendido no século XX.

No início do segundo ano do reinado, Ramsés II ordenou a construção de um templo para abrigar seus despojos na cidade de Tebas; as obras se prolongaram por vinte anos. Nesse templo, chamado Ramesseum, havia uma biblioteca com dezenas de rolos de papiro. O historiador Diodoro Sículo, em sua Biblioteca de histórias (I, 49, 3), mencionou a descrição feita por Hecateu de Abdera, e destacou "a biblioteca sagrada, na qual estavam escritas as palavras: Lugar da Cura da Alma". É bonito pensar nessa

denominação para uma biblioteca, mas os egípcios procederam dessa forma por motivos médicos e não estéticos. Os papiros tratavam em sua maioria de temas farmacológicos.

Várias gerações de arqueólogos, estimuladas pelas palavras de Diodoro Sículo, tentaram desde o século XIX encontrar o alojamento da biblioteca, sem êxito. Jean-François Champollion, aquele que decifrou a escrita hieroglífica, acreditava tê-la encontrado perto das figuras de Tot e sua irmã Seshat, duas divindades relacionadas ao conhecimento, mas a falta de indícios acabou por convencê-lo de que o aposento fora destruído. Fritz Milkau escreveu: "[...] Não é possível encontrar a biblioteca do Ramesseum [...]."

De qualquer maneira, as hipóteses não cessaram. Tampouco os enigmas. Rainer Stadelmann insistiu em que a biblioteca sagrada estava na parte de trás, no primeiro hipostilo (teto sustentado por colunas). Luciano Canfora supôs que as estantes da biblioteca se localizavam num espaço contíguo ao aposento onde repousava o tricínio. Creio poder afirmar, depois de uma revisão dos planos de Quibell e de Christian Leblanc, atual diretor da Missão Arqueológica francesa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), que a biblioteca esteve sempre na parte final do templo e é possível ver na inscrição Lugar da Cura da Alma uma definição do aposento onde os médicos evitavam que o Ka, ou alma, saísse do corpo. É estranho, insólito e perverso ignorar o papiro Anastasi I, cujo conteúdo alude à biblioteca ao dizer: "A casa dos livros está oculta, não é visível." Os livros do templo de Ramsés II, se aceitamos o papiro citado, eram fontes esotéricas, temidas e veneradas.

Infelizmente, os saques dos etíopes, dos assírios e dos persas acabaram com o Ramesseum e os livros desapareceram, tal como aconteceu com muitos dos primeiros escritos egípcios. No século I d.C., o templo, tomado pelos cristãos, converteu-se numa igreja, mas a biblioteca já não existia.

A queima de papiros secretos

O leitor deve se lembrar do mito egípcio de Ra e Ísis. O deus Ra tinha um nome secreto e decidira ocultá-lo dos outros deuses, talvez por bons motivos, mas a picada de um escorpião colocado por Ísis o deixou numa situação difícil: se não dissesse seu verdadeiro nome sofreria terríveis tormentos; se dissesse, Ísis dominaria sua vida. Saber o nome, naquela ocasião, era ter poder sobre o nomeado. De alguma maneira, os papiros tinham esse poder e só podiam ser lidos por um grupo de sacerdotes cujo medo aos castigos divinos era superior ao desejo de obter triunfos graças à aplicação de seus conhecimentos.

A conspiração contra Ramsés III, bem documentada por fontes diversas, oferece ao leitor uma explicação dessas crenças. O rei, depois de seu assassinato [sic], ordenou, por meio de uma mensagem do além, que se iniciasse uma investigação cujos pormenores revelaram os nomes de todos os conspiradores. Um dos rebeldes confessou ter conseguido alcançar seu objetivo por possuir um rolo mágico de papiro cuja leitura o convertia num verdadeiro deus, tão poderoso quanto o próprio faraó.

Akhnaton, como bom monoteísta, foi um dos primeiros a queimar livros. Mandou destruir os textos secretos no afã de consolidar sua religião, como relatou o historiador A. Weigall:

"[...] Akhnaton lançou todas essas fórmulas nas chamas. Duendes, espectros, espíritos, monstros, demiurgos e o próprio Osíris, com toda sua coorte, foram consumidos pelo fogo e reduzidos a cinzas! ...]."

O resto é conhecido: como vingança, seus sucessores apagaram até seu rosto das pedras, seu nome, e restituíram de memória o conteúdo de muitos dos papiros antigos.

As Casas da Vida no Egito

A biblioteca do templo conhecido como Casa da Vida servia para proteger, copiar e interpretar textos divinos. Um dos arquitetos do templo de Luxor consultava os escritos sagrados nesse centro para conhecer a vontade dos deuses. Isso não era excepcional: Ramsés IV consultou os papiros para empreender a construção de seu túmulo e, ao que tudo indica, ordenou a um dos escribas da Casa da Vida ir em missão às minas de Wadi Hammamat. A duração desse lugar se manteve, porque o Decreto Canópico, preparado no reinado de Ptolomeu III, atrevia-se a pôr na boca do sacerdote as palavras: "Entrarei na Casa da Vida para desvendar as emanções de Ra e ser guiado por elas."

É possível que, além do Ramesseum, um dos antecedentes da biblioteca de Alexandria fosse a Casa da Vida, localizada no templo dedicado a Hórus em Edfu. Esse lugar foi construído pelos faraós e reconstruído por Ptolomeu Evergetes. Entre outras coisas, o trabalho dos sacerdotes bibliotecários não se limitava à parte medicinal; podiam prestar conselhos práticos ou mágicos. O sacerdote principal de Ptah, em Mênfis, era chamado pelo povo, segundo o papiro Vienna, de "Profeta da Biblioteca Sagrada, Escriba da Biblioteca Sagrada [...] que avalia os conteúdos da Biblioteca Sagrada, aquele que restaura o que caiu pelas emanções de Ra".

Uma das paredes da biblioteca de Edfu expõe, além da imagem de Seshat, deusa da escrita, 37 títulos fascinantes: Livro da proteção mágica do rei em seu palácio, Livro do conhecimento dos segredos, Livro do conhecimento das forças de Deus, etc. O papiro Salt 825 (B. M. 10051), do século IV a.C., fala dos livros como se fossem emanções de Ra e considera esses textos sagrados a soma de todo o saber antigo.

Os textos eram abertos ao público ou proibidos. O papiro Bremmer-Rhind, da época ptolemaica, refere-se a um livro secreto na Casa da Vida nunca visto por olho algum. Não se tem idéia de qual era o livro, porque foi destruído juntamente com o resto dos tesouros da biblioteca quando os cristãos atacaram monumentos pagãos do Egito.

Os escritos proibidos de Tot

Como se sabe, Tot foi a divindade encarregada de inventar a escrita entre os egípcios. Exerceu, também, o cargo de secretário das mais obscuras divindades maiores e menores. Naturalmente em algum momento se imaginou Tot como autor de um volume em que todas as coisas estavam explicadas e cada situação humana predeterminada. Seu livro era um compêndio de medicina, filosofia e magia. Acredita-se que o papiro usado pelos assassinos de Ramsés III foi o Livro de Tot: a cópia, ao que parece, ficou destruída. Outros exemplares provocaram estragos em vários lugares do Egito: ao longo dos séculos, esses exemplares desapareceram com regularidade.

Um papiro escrito há 33 séculos conta como Nefer Ka Ptah encontrou o Livro de Tot submerso num rio e protegido por serpentes. Copiou-o e encharcou um exemplar na cerveja para logo depois bebê-lo: adquiriu instantaneamente todo o saber do mundo, tudo quanto é dado saber a um deus. Tot, ao se inteirar do roubo de seu livro, regressou dos umbrais do tempo e, sem dizer palavra, assassinou-o e recuperou o volume. O papiro pode ter sido destruído por volta de 360 a.C.

Em Alexandria, Tot se converteu, se já não era, em Hermes Trismegisto. Depois dessa identificação, aumentaram o número de cópias e, como se pode imaginar, as queimas.

CAPÍTULO 3

Grécia

Entre ruínas e fragmentos

I

A primeira imagem que qualquer pessoa tem da arte grega se refere a algum fragmento ou templo em ruínas. É freqüente ver fotos de turistas se deleitando entre colunas derrubadas, entre escombros e lugares abandonados, espoliados e convertidos em símbolos culturais. Sucede o mesmo com a literatura antiga. Segundo as estimativas mais otimistas, 75% de toda a literatura, filosofia e ciência grega antiga se perdeu. Um historiador pouco nostálgico como K. J. Dover se atreveu a comentar: "[...] De tudo o que os gregos escreveram só se conservou uma pequena porção. Temos os nomes de uma centena de historiadores gregos, mas apenas possuímos as obras de três deles pertencentes ao período clássico e algumas outras pertencentes a tempos posteriores. Em Atenas foram representadas mais de duas mil peças teatrais de 500 a.C. a 200 a.C., mas apenas podemos ler ou representar [...]."

O mais antigo fragmento de um livro grego conservado até agora é o chamado Papiro Derveni, datado do início do século IV a.C., parcialmente carbonizado, com vestígios de uma extensa interpretação alegórica e filosófica de um poema atribuído a Orfeu. Este dado é atarrador: se os primeiros livros gregos, difundidos por meio do papiro importado do Egito, foram compostos no século IX a.C., e só temos um papiro fragmentário do século IV a.C., estamos diante de quinhentos anos de obras perdidas. Os primeiros livros gregos desapareceram em sua totalidade.

Algumas das maiores perdas são da época helenística, isto é, dos séculos III a.C. a I d.C. A compilação Die Fragmente der

griechischen Historiker (Os fragmentos dos historiadores gregos) do grande erudito Felix Jacoby ilustra esse aspecto, porque contém os fragmentos de mais de oitocentos historiadores de língua grega do período helenístico cujas obras se perderam.

II

Convém precisar que o livro era então uma folha de papiro apresentada como um rolo, de extensão variável. Quando uma obra ocupava o equivalente a dois volumes ou dois tomos dizia-se que tinha dois rolos. O livro era chamado de biblos, em homenagem à cidade fenícia de Biblos. O ato de ler era denominado anagnosis, que significa "leitura", mas sobretudo "leitura pública". A leitura, além disso, fazia-se da seguinte forma: com a mão esquerda se desenrolava o papiro e com a direita se segurava o resto do rolo. Para esse ato de desenrolar se usava o verbo *anelitoo*.

Muito antes de escrever sobre papiros ou de assumir o alfabeto fenício, os gregos de Creta escreveram em tabletas de argila, como os sumérios, utilizando uma escrita silábica, denominada Lineal B por seus descobridores. Tratava-se de inventários e listas de alimentos e animais, mas não de textos literários; correspondiam ao arquivo do rei. Esse fato, vale o comentário, foi exibido pelos defensores de Creta para provar o equívoco daqueles que atribuíam ao mítico Cadmo a introdução das letras fenícias na cultura grega. De qualquer maneira, essa tese não teve sorte e hoje se aceita unanimemente o abandono do cretense pelo alfabeto fenício e, nesse sentido, há testemunhos históricos nas páginas de Heródoto, " de Sófocles" e de Aristóteles.

Não sabemos o que ocorreu exatamente no século IX a.C, mas, por um lado, o alfabeto foi transformado, sob a pressão inovadora da poesia hexâmetra grega, e adotou vogais regulares fluidas; de outro lado, o papiro acabou por ser aceito como único instrumento para salvar a memória da população e, até o século V a.C., escrever e ler eram atividades comuns nas cidades.

Houve, é claro, e isso se sabe em detalhe, outras formas de difundir os escritos, mas limitadas, como o couro, as tabletas de madeira ou

as pedras. Pausânias leu no Monte Hélicon uma versão de Os trabalhos e os dias de Hesíodo, numa placa de chumbo bem deteriorada naquele momento. Disso quase nada resta.

A fixação das leis por escrito foi um passo determinante na organização do mundo grego. Esquines elogiava a existência dos arquivos públicos porque fortaleciam o poder do povo ao possibilitar a verificação de uma mentira. De fato, os tratados ou convênios entre cidades se faziam por escrito para evitar mudanças de opinião dos contratantes. Há uma tábua do ano 500 a.C. com um tratado entre Elis e Heraia onde se pondera a escrita e se adverte que quem danificar o escrito será punido com multa."

O século V a.C. foi decisivo na Grécia: uma revolução cultural começou quando a cultura escrita se impôs sobre a cultura oral. As leituras se faziam em geral em voz alta, uma lembrança indiscutível dos tempos orais, embora haja provas irrefutáveis de leitura silenciosa nessa mesma época. A paixão pelos livros provocou o aparecimento do primeiro comércio de livros. Sócrates zombava de seus juízes ao dizer-lhes que no mercado da agora se podia comprar os livros do ateu Anaxágoras por uma dracma. Existia certamente venda de livros no mercado. O comediógrafo Eupolis de Atenas (por volta de 446 a.C.-411 a.C.) mencionou-a:

*[...] Percorri o mercado, o alho e a cebola
E o antro de incensos e perfumes
E onde estão as vendas de livros [...].*

O erudito Pólux chamou de *bibliothēkai* essas vendas de livros. Os copistas gregos, quase sempre escravos, não tinham, como no Egito, prerrogativas. Eram, de qualquer maneira, trabalhadores indispensáveis: seu método de escrita, às vezes não muito fiel aos manuscritos, consistia em escrever com um instrumento de cana afiado na ponta, chamado *cálamo*, e uma tinta obtida da mistura de cola com fuligem. No início, escrevia-se o texto sem divisões, sem pontuação e sem minúsculas. Redigia-se em colunas. A coluna de um texto em prosa podia abarcar oito centímetros e, no gênero poético, a métrica estabelecia a largura do texto. Com sorte, o

copista conseguia de uma a quatro dracmas para livros comuns e, quando era um trabalho excepcional, o pagamento podia salvar sua vida da pobreza. Um livro se considerava publicado se fosse lido em público por um criado, chamado leitor, ou pelo próprio autor. Uma vez terminada a leitura pública, os ouvintes podiam fazer perguntas.

Na Grécia foram editados livros com ilustrações. O primeiro de que temos notícia foi o de Anaxágoras: Anaxágoras foi o primeiro a publicar um livro com desenhos. Havia também edições de grande beleza. A Vida guerreira, à diferença dos três catálogos conservados dos títulos das obras de Aristóteles, incluiu uma edição luxuosa da Ilíada para Alexandre Magno, que poderia ter sido a mesma levada pelo conquistador em suas viagens, numa caixa cheia de enfeites procedente do botim do persa Dario. Plutarco disse que Aristóteles foi o autor dessa edição da Ilíada, que se perdeu ou foi enterrada com seu dono, o que vem a ser a mesma coisa, porque a tumba de Alexandre Magno nunca apareceu.

III

É difícil separar o perdido do destruído na história dos livros, porque em certas ocasiões as obras se perderam devido à sua destruição ou foram destruídas porque simplesmente desapareceram. Em todo o caso, os textos já não existem e, salvo o milagre de um achado numa tumba ou depósito, há poucas probabilidades de recuperar centenas de milhares de escritos desaparecidos na antigüidade.

Basta assinalar que, das 120 obras incluídas no catálogo do prestigioso Sófocles, hoje só existem sete em estado integral e centenas de fragmentos. Safo de Lesbos, a grande poetisa, deixou uma obra reunida em nove livros, mas hoje só temos duas odes quase completas e meros fragmentos. Os cinco livros de Corina de Tanagra, a segunda poetisa relevante da poesia grega, competidora de certames em que venceu Píndaro, hoje estão reduzidos a um grupo de fragmentos incoerentes. Das 82 tragédias de Eurípedes só temos 18, um drama de Sátiros e abundantes citações.

O horror é ainda maior. Todos os pré-socráticos e todos os sofistas estão em fragmentos. Sempre será surpreendente que não tenhamos conservado Sobre o não ser ou Sobre a natureza de Górgias de Leontini, onde provou que nada existe.

A perda de textos se estende a todos os períodos da literatura, ciência e filosofia da Grécia. Citado por Platão, admirado por Sócrates, Agaton de Atenas, poeta trágico, escreveu obras de uma perfeição quase compulsiva, que não existem mais, salvo em forma de débeis fragmentos. Os Partenion, coleção de poemas em seis livros, escritos por Alcmano de Sardes, perderam-se. Um encantador texto seu - número 40 da antologia de Page -, muitas vezes citado, exprime: "Conheço o canto de todos os pássaros.

Um caso particularmente delicado é o de Aristófanes de Atenas," o comediógrafo. De quarenta comédias autênticas apenas sobreviveram 11, mais uns mil fragmentos preservados graças a papiros descobertos e citações de lexicógrafos. Não é insólito? Perderam-se as 101 comédias de Difilo de Sínope, as cem comédias de Eubulo de Atenas e as 250 comédias de Alexis de Turi.

Todos os escritos dos cínicos, pirrônicos, céticos e estóicos se reduziram a uma miscelânea fragmentária. Tampouco teve sorte Zenão de Cício, que escreveu uma República que era mais lida do que a de Platão. Dos mais de quinhentos livros de Crisipo de Solos, só há fragmentos.

Como se não bastasse, desapareceram os trinta livros das Memórias do historiador Arato de Sicião, talvez o inventário de detalhes mais extravagantes sobre o mundo antigo. Nada lemos - a não ser uns minúsculos segmentos - dos 9.500 versos escritos por Aretino de Mileto. Pelo menos 13 livros de Píndaro se perderam.

Das quinhentas tragédias de Práxinos de Fliunte, só existem fragmentos. As 250 tragédias de Astidamas se perderam. Isso sem falar do prestigioso Aristarco de Samos, astrônomo e matemático que mediu a Terra e escreveu dezenas de tratados sobre diversos tópicos, hoje inexistentes. Pode parecer incrível, mas há mais de cem livros perdidos de Plutarco de Queronea. Segundo o Catálogo de Lamprias, de 227 obras em 278 rolos, só se conservam 83 obras em 87 rolos.

De Espeusipo de Atenas, que revelou os segredos de seu tio e mestre Platão, não sobrou um só livro completo. O reconhecido Duris de Samos, favorito do público culto da Grécia, reduziu-se a um monte de parágrafos e frases soltas. Os 47 livros das Memórias históricas de Estrabão de Amasia, autor da Geografia, perderam-se totalmente. É uma verdadeira lástima que se tenham perdido os escritos de Beroso de Belos. Hoje restam apenas epítomes e fragmentos de sua monumental História da Babilônia (escrita cerca de 280 a.C., em três livros divididos em três períodos).

Esta lista, como o leitor pode presumir, é extensa (compilei três tomos de duas mil páginas cada um), esmagadora, opressiva. O número de obras que perdemos em acidentes, desastres, queimas ou por indiferença é incalculável.

A destruição dos poemas de Empédocles

O primeiro testemunho conhecido da destruição de uma obra literária na Grécia antiga aparece, ironicamente, num fragmento conservado de um livro perdido de Aristóteles intitulado Sobre os poetas:

[...] Aristóteles [...] em Sobre os poetas diz que [Empédocles] foi homérico e hábil no uso das frases, metáforas e outras figuras do discurso poético. E que entre outros poemas escreveu Marcha de Xerxes e uma Introdução a Apolo, tudo queimado por uma irmã - ou pela filha, como diz Jerônimo -; a introdução foi queimada contra sua vontade, mas o que se referia à Pérsia voluntariamente, por ser obra incompleta. Também diz que escreveu tragédias e tratados de política [...]."

Não li qualquer comentário sobre essa estranha citação; o texto, no entanto, permite supor graves afirmações religiosas. O filósofo Empédocles (492 a.C.-432/431 a.C.), pouco modesto, acreditava-se um deus feito homem, usava vocábulos insólitos e não é

despropositado suspeitar que sua Introdução a Apolo fosse vago, irreverente, direto e profético, capaz de atemorizar a própria irmã do autor.

Censura contra Protágoras

A eliminação dos poemas de Empédocles ocorreu no século VI a.C. e foi um episódio familiar, por assim dizer. Mas no século V a.C., Protágoras de Abdera (490 a.C- 420 a.C), sofista renomado, foi vítima de censura política e religiosa coletiva. Fez, ao que parece, uma leitura pública de seu tratado Sobre os Deuses e Pitodoro (ou seu discípulo Evatlo) o acusou de crueldade num julgamento público. Segundo Laércio e Hesiquio, o livro foi queimado e os exemplares confiscados de casa em casa. Timão de Fliunte, poeta cético, diz em seus Silos:

[...] e os escritos de Protágoras queriam reduzir a cinzas, porque dos deuses constatara não saber nem poder perceber quais foram nem se ainda existiam, mantendo extrema precaução de medida. Mas isso não o ajudou, e teve que refrear a caminhada, a fim de não ir ao Hades por beber a fria poção socrática [...].

Eusébio reforçou o argumento ao afirmar: "[...] Protágoras, cujos livros foram queimados pelos atenienses em virtude de um decreto [...]. Protágoras sofreu, como Sócrates, pelo seu relativismo epistemológico. Morreu, acredita-se, perseguido por uma maldição sobrenatural, pois seu navio naufragou durante viagem à Sicília. Tinha, nas mãos, o último exemplar completo de sua obra.

Platão também queimou livros

Em 388 a.C. ou 387 a.C., o filósofo Platão (429 a.C.-347 a.C.), cujo verdadeiro nome era Aristócles, escolheu um terreno sagrado ("temenos") para fundar um templo para as musas ("Museion"), num bairro dos arredores de Atenas dedicado ao herói Academos, exatamente no ginásio. A Academia, nome adotado por sua nova escola de filosofia, teve, com certeza, um destino excepcional na Grécia: de todas as partes chegaram alunos atraídos, como diz Olimpiodoro, "por saber o que havia em suas almas".

Na entrada da Academia havia um altar a Eros, e em seguida um quarto para ler e escrever, com dois cenários socráticos pintados nas paredes laterais procedentes do Protágoras e do Fédon. Nessa peça ficava o assento do mestre, cadeiras pequenas para os discípulos, um quadro-negro, um mapa do céu, um modelo mecânico de todos os planetas, um relógio construído por Platão, um globo terrestre e mapas com representações dos principais geógrafos. Em certo ponto, construiu-se um aposento especial para descanso. Seguramente havia uma biblioteca com os escritos dos pitagóricos, os escritos egípcios e mesopotâmicos, os Mimos de Sofron, obras de Homero, peças de Epicarmo de Cós e diversos papiros com os textos de numerosos escritores consagrados ou desconhecidos.

Laércio, que conhecia bem a bibliografia de Platão, acusou-o de ser biblioclasta por tentar acabar com os tratados de Demócrito, autor a que se negou a citar. Ao que parece, havia mágicas coincidências doutrinárias entre os escritos de Platão e o Grande Diacosmos, tratado filosófico democrítico com grandes segredos para os iniciados em filosofia. Para confirmar essa tendência piromaníaca em relação a certos textos, Laércio contou também que Platão, na juventude, ao sair de uma função do Teatro de Dionisos, conheceu Sócrates e queimou todos seus poemas.

É possível que Platão queimasse obras? Pois bem, ele queimou, e há motivos suficientes para pensar que chegou ao extremo de negar todo discurso que não fosse sustentado pela verdade (a verdade de seu sistema, é claro). Impediu a entrada de poetas em seu Estado ideal, sua República, e os qualificou de mentirosos e loucos. Não considerava livros os maiores bens. Um de seus alunos,

devoto até a imitação absoluta dos ensinamentos do mestre, perdeu suas anotações num passeio pelo mar. Ao regressar, disse, com o tom de alegria das desculpas, que entendera finalmente o motivo pelo qual Platão insistia em que todos escrevessem as sentenças na alma e não nos cadernos.

Acredito que esse incidente pode ser apenas uma metáfora esotérica. De fato, admite-se hoje a perda da parte mais valiosa do pensamento platônico por não se contar com livros suficientes sobre sua doutrina oral. Em várias passagens, Platão diminuiu a importância da escrita, e no Fedro (27A e-275 b) falou de um mito egípcio para explicar que a escrita provocaria na humanidade uma omissão da memória.

Na Segunda Carta se opôs à divulgação de suas doutrinas e se referiu a um terrível segredo contado a Dioniso: "[...] Jamais escrevi qualquer coisa sobre isto; não há nem haverá escritos de Platão'. O que agora se chama assim é de Sócrates - de seus tempos de beleza e juventude. Adeus, e obedeça; uma vez lida esta carta, queime-a [...].

É importante ressaltar a expressão final: "queime-a". Para Giovanni Reale, as conseqüências dessa visão revelam um sistema hierárquico do conhecimento esotérico. O grupo de estudiosos de Tubinger analisou, com o propósito de recuperar uma nova faceta de Platão, textos como a Sétima Carta (o excursus 342 D) e outros, a exemplo de um em que Aristoxeno fala de desconcertante lição platônica particular intitulada Sobre o bem, perdida para sempre, ainda que seja possível que esteja diluída em certos diálogos existentes.

A destruição do templo de Artemisa

O mundo antigo foi um mundo de prodígios e maravilhas, mas a tradição arquitetônica helenística consagrou apenas sete monumentos. Um deles foi o templo de Artemisa na cidade de Éfeso, conhecido universalmente como templo de Diana, cuja

construção começou com Creso, rei da Lídia, por volta de 550 a.C., e foi concluída, segundo Plínio, anos depois. O interessante de sua história é que cerca de 356 a.C., ano do nascimento de Alexandre Magno, um desconhecido chamado Eróstrato, segundo os cronistas, incendiou o templo para entrar na história e seu nome foi proibido. Até aqui tudo foi divulgado, mas esse incêndio também queimou o único manuscrito original da obra completa do filósofo Heráclito de Éfeso, que acreditava protegê-lo depositando-o no templo onde costumava passar o tempo brincando com as crianças. Laércio disse: "[...] Como obra considerada sua está o denso Sobre a natureza, dividido em três discursos, um sobre o universo, outro sobre política e [outro sobre] teologia. Ele depositou este livro no templo de Artemisa [...]."

Houve dois bons motivos para que ele o depositasse no templo:

1. O estilo do livro podia ter origem na imitação deliberada das profecias delficas e esse detalhe, mais do que provável considerando que Heráclito era sacerdote em Éfeso, supunha sua inclusão num lugar adequado ao objetivo da revelação do logos.
2. Artemisa nasceu em Delos, era irmã de Apoio, filha de Leto e Zeus, conservou-se sempre virgem, e não é ilógico raciocinar que um pensador tão exigente como Heráclito a considerasse símbolo de seu próprio pensamento. Seguindo um costume oriental, nascido na Suméria e continuado no Egito, depositou seu livro num templo porque sentia que assim como o templo revela a verdade da deusa, seu livro era um mapa para alcançar uma verdade alheia às multidões. O fogo "sempre vivo" de sua doutrina é o fogo do interior do templo. Ocorre-me, por exemplo, que das dezenas de formas idealizadas para ler e entender seus fragmentos, uma delas, poucas vezes utilizada, é a de aceitar a existência de palavras e expressões absolutamente alusivas ao culto de Artemisa. Num fragmento ele se refere ao arco, objeto com que a deusa ia armada: "O arco tem por nome vida, e por obra morte.

A tendência a aceitar os fatos históricos sem discuti-los nos privou de uma teoria que explique como Eróstrato incendiou o maior templo da Antigüidade (80 x 130m), construído com materiais não-

combustíveis, como o mármore. Na minha opinião, Eróstrato começou seu incêndio no interior do templo, na área dos registros escritos, onde estava o livro de Heráclito e onde repousavam diferentes objetos de madeira. Só assim não é absurdo pensar na derrubada do templo.

Um dos fragmentos de Heráclito anunciou: "Quando chegar, o fogo julgará todas as coisas e condenará todos." É irônico que seu manuscrito tenha sido destruído por uma irreverente devoção a esse aforismo apocalíptico.

Um antigo médico grego

Todos os médicos do mundo, ao completar os estudos, recitam, impacientes e eufóricos, um juramento ético, o denominado Juramento de Hipócrates. Atribui-se esse texto, ainda que haja indícios de que seja espúrio, ao pai da medicina grega, Hipócrates de Cós (por volta de 460 a.C.-377 a.C.).

Platão considerava Hipócrates um seguidor de Asclepiades. Entre seus êxitos se destaca a organização sistemática dos sintomas das doenças e sua cura. Era empírico, mas também desconfiado, o que o levava a recomendar seus pacientes aos deuses. O corpo de sua obra, misturada com a dos discípulos, está reunido numa coleção de escritos que no início ocupava setenta volumes, contando hoje só sessenta, pois pelo menos dez desapareceram. O curioso é que todos os tratados estão redigidos em dialeto jônico, o que fez desse dialeto a linguagem da medicina.

Em determinado momento de sua vida, Hipócrates visitou o templo da Saúde de Cnido. Sentia-se desanimado porque havia descoberto que tudo era vão e que a morte e a vida representavam apenas uma metáfora esquecida da divindade. Botou fogo na biblioteca médica do recinto e fugiu. W. H. S. Jones, em sua tradução do Corpus Hippocraticum da coleção Loeb, acolhe essa lenda; a acusação procura apresentar Hipócrates como se se tratasse de um

obcecado incapaz de aceitar a possibilidade de deixar em mãos profanas os grandes textos sobre os mistérios da vida e da morte. Outra versão, menos complacente, é demolidora: Hipócrates destruiu os livros do templo para evitar possíveis acusações de plágio.

Dois biblioclastas

O filósofo Metrocles de Maronea queimou seus próprios escritos por considerá-los meras fantasias. Segundo outra versão, o que incinerou foram as lições de seu mestre Teofrasto. Verdade ou não, lembrou-se de umas palavras de Platão e, enquanto acendia os papiros, disse: "Hefesto, vem logo, Tetis necessita de ti."

O filósofo e poeta Bion de Borístenes (cerca de 335 a.C.-246 a.C.) foi, segundo fontes autorizadas, um dos pensadores mais escandalosos de seu tempo, qualidade com que competia acirradamente com outros hoje mais famosos do que ele. Pomposo, versátil, inepto em geral, forjou um estilo de vida e de escrita com base na variedade e no fausto.

Hoje não há um só escrito seu completo, mas há fragmentos e se conhecem os títulos de algumas de suas obras. Escreveu Comentários, Diatribes cínicas, Paródias e Sátiras. Iniciou todo um gênero em sua fase de adesão ao cinismo e estimulou o Spoudogéloion, em que as ambigüidades, as alegorias, as anedotas e as paronomásias entretinham os leitores que buscavam moralidades mais exaustivas.

Em algum momento da vida sentiu necessidade de queimar livros e o confessou abertamente numa carta irônica, conservada por Diógenes Laércio, que pode servir como autobiografia de sua juventude. Escreveu para o general Antígono: "E eu, que não era um jovem sem graça, fui vendido para certo orador, que, ao morrer,

me legou tudo o que era seu. E queimei seus livros e recolhi tudo, vim para Atenas e me dediquei a filosofar."

Bion considerava que queimar os livros do orador era uma maneira de dizer que já os absorvera e que não necessitava deles em sua viagem a Atenas, onde se dedicaria à filosofia. De fato, foi um verdadeiro sábio. Uma de suas frases favoritas era: "O pior mal é não sofrer nenhum mal na vida."

CAPÍTULO 4

Apogeu e fim da biblioteca de Alexandria

I

Em 285 a.C., no Baixo Egito, um grego de pele bronzeada morreu depois de ser mordido por uma víbora. Chamava-se Demétrio de Falero. As autoridades locais encontraram o corpo no chão, mas nenhum médico se arriscou a afirmar que se tratava de suicídio por aplicação da serpente no pulso, de acidente ou de assassinato. Optou-se pelo silêncio: pelo menos duas das três hipóteses eram imagináveis porque o personagem caíra em desgraça ante o novo rei, Ptolomeu II, o Filadelfo, e fora expulso de Alexandria. Ao morrer, aparentava mais idade do que tinha, talvez 60 ou 70 anos. Foi enterrado sem honrarias no distrito de Busiris, perto da região de Dióspolis. Sua morte foi o comentário obrigatório durante várias semanas. Alguns escritores e filósofos se lamentaram muito, pois era um personagem excepcional. Escreveu dezenas de livros; foi aluno de grandes pensadores e líder político influente; mas, acima de tudo, contribuiu para fundar a mais famosa biblioteca do mundo antigo, a biblioteca de Alexandria. A partir de sua morte, o destino do centro intelectual ficou submetido ao vaivém da política real e das guerras de conquista. Daí a necessidade de iniciar este capítulo com um resumo da vida de Demétrio e da biblioteca, pois compreender suas ações é a melhor maneira de entender aquilo que se refere à origem e ao fim da célebre biblioteca.

Sabemos pouca coisa de Demétrio de Falero, mas podemos estabelecer alguns aspectos com certa precisão. Nasceu em 350 a.C. ou 360 a.C. no porto de Falero, filho de Fanóstrato, um escravo da casa do general Conon. Foi para Atenas e estudou no Liceu com o próprio Aristóteles de Estagira. Posteriormente continuou sua educação com Teofrasto. Tinha boa aparência e, como todos os

favorecidos, era auto-suficiente, intuitivo e paranóico. Seus bons discursos e o apoio dos filósofos peripatéticos o levaram a ser designado por Cassandro líder da cidade, em 317 a.C., e nesse cargo permaneceu até 307 a.C., isto é, por dez anos.

Durante esse tempo realizou um recenseamento, redigiu leis, estabeleceu medidas fiscais e constitucionais oportunas que tiveram boa acolhida. Tornou-se popular, amigo de filósofos, poetas e dramaturgos. A fama era tanta que foram erigidas trezentas estátuas em sua homenagem. Seu governo acabou em 307 a.C., quando Atenas caiu diante de outro Demétrio, apelidado de Poliorcetes (sitiador de cidades). As estátuas foram derrubadas, converteram-se em mictórios e seu nome foi apagado de todos os registros.

Ao obter um salvo-conduto, partiu para Tebas, onde viveu de 307 a.C. até 297 a.C. Passava os dias lendo e escrevendo. Relia os poemas de Homero todos os dias. Quando se convenceu da impossibilidade de regressar a Atenas, recolheu as roupas e os manuscritos pessoais e se estabeleceu em Alexandria. Não esperava, naturalmente, encontrar uma cidade como aquela. Alexandria, chamada assim em homenagem ao conquistador Alexandre Magno, fora criada em 331 a.C. no oeste do delta do Nilo, junto ao lago Mareótis, e era obra do arquiteto Denócates de Rodes, que decidiu dar-lhe a forma de clâmide (manto dos antigos gregos preso por um broche ao pescoço ou ao ombro direito) com uma espécie de rebordo. As ruas e a população se dividiam em cinco zonas, de acordo com as cinco primeiras letras do alfabeto grego: alfa, beta, gama, delta, epsilon. Alguns viam nesses cinco signos um acrônimo em grego: "Alexandre Rei Nascido de Deus a fundou."

Demétrio, deslumbrado, introduziu-se no palácio real, no Bruquion. Era o ano 306 a.C. e Ptolomeu I Sóter acabara de assumir o reinado no território do Egito. Ptolomeu I nascera em 369/8 a.C. Filho de Ptolomeu Lago e de Arsinoe, foi um dos generais de Alexandre Magno; participou da marcha à Índia e sua lealdade lhe valeu o apreço do conquistador. Recebeu o título de Sóter, ou Salvador, em

Rodes, quando ajudou os habitantes da ilha durante as lutas de 304 a.C. Morreu com a avançada idade de 87 anos.

Como disse Plutarco, Demétrio aconselhou o rei a adquirir e ler livros sobre a monarquia, porque o que os amigos não se atrevem a dizer aos reis está escrito nos livros. Segundo Eliano, também elaborou leis e regulamentos. Demétrio, além disso, foi um grande escritor e naturalmente sua inclinação na corte de Ptolomeu se desviou para tarefas intelectuais. Era versátil e, como às vezes ocorre quando se perde o poder, eficaz. Dedicou a Ptolomeu um livro sobre a arte da política e o intitulou Ptolomeu.

Em determinado momento convenceu o rei a construir um prédio, dedicado às musas, com o nome de museu. Fez-se a obra, que se tornou parte do palácio real. A idéia do museu era extraordinária. De um lado, contribuía para substituir na região a cultura egípcia pela cultura grega e, de outro, serviu ao rei em seu objetivo de aumentar o prestígio de suas ações. Logo o museu contou com uma incrível biblioteca.

Inicialmente, Demétrio, formado na escola peripatética, seguiu em tudo um plano muito mais antigo para constituir a biblioteca. Ptolomeu I mandou chamar Teofrasto a Alexandria, mas ele não pôde atender ao convite e enviou em seu lugar Estratão de Lâmpsaco, que foi o tutor do futuro Ptolomeu II e recebeu por seu trabalho uns oitenta talentos. Demétrio, nesse contexto, pôde ser o liame do projeto de criar uma ramificação do Liceu em Alexandria.

Demétrio quis aumentar o número de livros da biblioteca, segundo a Carta de Aristeas a Filócrates, um registro do século II a.C.: "[...] Demétrio de Falero, estando a cargo da biblioteca do rei, recebeu grandes somas de dinheiro para adquirir, até onde fosse possível, todos os livros do mundo [...]."

O anseio de chegar a meio milhão de livros implicava uma mudança nas estratégias de cópia. A mesma Carta conta como Demétrio, ao saber dos textos judaicos do Antigo Testamento, quis ordenar sua tradução para o grego. Disse ao rei que eram necessários para incrementar a coleção. Ptolomeu I mantinha excelentes relações com a comunidade judaica, que habitava um bairro a leste de Alexandria. Não lhe pareceu, portanto, absurda a proposta de

Demétrio e enviou uma carta ao sumo sacerdote Eleazar, residente em Jerusalém, pedindo-lhe um grupo de tradutores. Enviou também uma delegação. Pouco depois, 72 judeus chegaram a Alexandria e foram alojados na ilha de Faros. Num banquete, conheceram o rei Ptolomeu I e conversaram com ele sobre tópicos religiosos e políticos. Durante 72 dias, os eruditos trabalharam sob a direção de Demétrio até completar o trabalho. Todo o Antigo Testamento, desde o Gênesis até o livro de Malaquias, foi traduzido e copiado em papiros. Ao concluir o trabalho, os tradutores regressaram a Jerusalém cheios de presentes.

II

A única descrição preservada sobre o museu indica que era parte do palácio real, e contava com um átrio, um pórtico com bancos e uma grande casa onde se situava o refeitório. Constava de diversos corredores e pátios (no último estavam os gabinetes particulares e as estantes), com pinturas coloridas nas paredes mostrando alegorias e símbolos. Tinha, contíguos, um parque zoológico e um estranho jardim botânico. O valor do local não impediu que a má língua de Timão de Fliunte o considerasse a "jaula das musas".

A biblioteca, por casualidade, foi no início uma sala de consulta; em poucos anos mudou, graças às ampliações. Anos depois seria construída a biblioteca do Serapeum, talvez por problemas de espaço, a certa distância do museu. Convém lembrar que a biblioteca de Alexandria era dividida em duas partes. A primeira ficava no museu e a segunda, no templo de Serapis ou Serapeum. Ptolomeu I, e quanto a isso não há quase dúvida, encarregou-se, assessorado por Demétrio de Falero, de nutrir a doação de livros para o museu, embora Ptolomeu II tenha consolidado e prestigiado o centro. Quanto ao Serapeum, as descobertas arqueológicas de 1945, descritas por A. Rowe, provam que sua fundação se deveu a Ptolomeu III.

O Serapeum, segundo os comentaristas, foi construído para honrar Serapis. Em seu interior, o templo contava com uma peça para os sacerdotes e outra para a biblioteca. Uma lenda se refere à

realização de banquetes sagrados nesse lugar; outra alude às pessoas que pernoitavam ali em busca de uma revelação.

III

Segundo Galeno, os Ptolomeus não pouparam esforços para elevar a reputação de suas bibliotecas. Uma prática habitual consistia em pagar direitos para obter originais e poder copiá-los. Nem sempre os devolviam. Ptolomeu I solicitou aos atenienses os papiros com as cópias oficiais das obras de Esquilo, Sófocles e Eurípedes em troca de dinheiro. Depois de transcritos, acreditava-se, seriam devolvidos, mas só as cópias voltaram para Atenas. Setenta e nove peças oficiais de Esquilo, 120 de Sófocles e 88 de Eurípedes se armazenaram assim nas estantes. Por lei, quem visitasse Alexandria devia doar uma obra.

A cópia e classificação dos textos em rolos de papiro ocuparam gerações inteiras formadas sob as normas metódicas da escola peripatética. Os bibliotecários, encerrados em seus gabinetes, atendiam à crescente demanda de leitores interessados em edições cada vez mais elegantes e comentadas. Em cada trabalho crítico os bibliotecários colocavam, nem sempre seguindo com bom critério, sinais destinados a alertar sobre características textuais: a atétesis (para indicar um verso faltante), a atétesis diplê (para indicar um verso maravilhoso e digno de consideração), o asterisco (para indicar um verso repetido de maneira incorreta), a estigmê (para indicar versos duvidosos), o obelos (traço horizontal para os versos espúrios), a antissigma (para indicar uma mudança na ordem dos versos), etc.

IV

Só se podia chegar a ser diretor da biblioteca por designação real. O diretor devia ser um sacerdote, e era fortemente vigiado devido aos receios e doenças da população autóctone. Vivia no palácio do rei e recebia toda espécie de incentivos econômicos para evitar possível suborno ou traição. Não pagava impostos. Exercia, sem

poder se eximir, a tutela do filho do rei. É importante não esquecer esses fatos porque quase nunca se insiste em que os bibliotecários constituíam um *tíasos*, ou comunidade cultural eclesiástica. Nesse sentido, o museu conservou uma tradição oriental de colocar os livros em templos, o que parece lógico, dada a situação geográfica da biblioteca.

Uma das dúvidas mais razoáveis sobre os diretores da biblioteca tem a ver com a já mencionada dualidade desse lugar. Acaso o diretor do museu era também o diretor do Serapeum ou se tratava de dois diretores diferentes? Segundo alguns, o diretor do museu delegava a um erudito as funções do Serapeum. Mas talvez essa não seja a verdade. Agustin Millares Cario, por exemplo, achava que o diretor era o mesmo: "[...] Ambas as instituições, para efeitos administrativos, formavam uma única [...].

V

O primeiro diretor da biblioteca não foi Demétrio de Falero, e sim Zenódoto de Éfeso (325 a.C.-260 a.C.). Seu trabalho mais lembrado é a edição de clássicos como Homero. Rigoroso, marcava com sinais os versos duvidosos e orientava o leitor explicando o sentido das frases difíceis. Alguns autores consideram Zenódoto o responsável pela divisão dos poemas homéricos em 24 livros. Um de seus principais escritos foi uma Vida de Homero, em que discutia todas as lendas em torno do grande poeta épico.

Apolônio de Rodes (295-230 a.C.), poeta, sucedeu Zenódoto na biblioteca e, como bom discípulo, atacou-o violentamente em *Contra Zenódoto*, onde apontou os erros conceituais e gramaticais da edição de Homero. Inexplicavelmente, Apolônio foi destituído de seu cargo, apesar de ter sido tutor de Ptolomeu III Evergetes, que não expressou o menor agradecimento por ele e nomeou Eratóstenes como diretor.

Eratóstenes (276-195 a.C.) foi designado diretor depois da saída de Apolônio e modificou a imagem dos bibliotecários ao combinar sua atividade crítica com a científica. Era originário de Cirene e em sua juventude viajou a Atenas, em busca de conhecimento. Converteu-

se ali em discípulo de Zenão de Cício e escutou os filósofos Ariston de Quios e Arcesilau de Pitana. Ávido de saber, aprendeu matemática na Academia, a escola de filosofia de Platão.

Ao assumir a direção da biblioteca, Eratóstenes empreendeu uma gestão que combinava a pesquisa científica com a literária. Surpreendeu a todos ao calcular a circunferência da Terra em 252 mil estádios (cerca de 39.690km). Hoje em dia, as medições, aperfeiçoadas com satélites e computadores, calculam a longitude da circunferência terrestre em 40.067,96km. Consciente de não ser um gramático como seus antecessores, Eratóstenes se chamou a si mesmo filólogo. Morreu por se negar a comer.

Calímaco de Cirene (310 a.C.-240 a.C.), para uns diretor e para outros simplesmente colaborador da biblioteca, enfrentou Apolônio e o ridicularizou em dezenas de engenhosos epigramas. Também atacou Platão e o considerou um péssimo crítico literário, inimigo da verdadeira poesia. O Léxico de Suda atribui a Calímaco a paternidade de oitocentos rolos de papiro, 122 dos quais apenas restam uma coleção de seis hinos, 63 epigramas, algumas elegias e centenas de fragmentos compilados.

Calímaco demonstrou ser um escritor competente, mas foi como bibliotecário que contribuiu com um subsídio inestimável para a história dos estudos bibliográficos. Durante meses fez um catálogo biobibliográfico dos clássicos mais relevantes da biblioteca de Alexandria. O título desse trabalho, que ocupou 120 livros, era Catálogo de todos os que foram eminentes na literatura em todos os gêneros. O método consistiu em dividir os autores em gêneros: retóricos, legisladores, miscelâneos, filósofos, historiadores, médicos, poetas épicos, poetas trágicos e poetas cômicos. Segundo Ateneu, Calímaco tinha o hábito de concluir suas resenhas com o número de linhas das obras completas dos autores. Também deixou outro catálogo, intitulado Relação de escritores dramáticos organizados cronologicamente desde os primeiros tempos.

Calímaco teve seguidores. O mais conhecido talvez seja Hermipo de Esmirna (século III a.C.), historiador e filósofo. Além dele, Calímaco encontrou alunos diligentes em Istro de Cirene (século III a.C.), compilador de materiais históricos, e Filostéfano, geógrafo.

Aristófanis de Bizâncio (257 a.C.-180 a.C.) obteve o cargo de diretor da biblioteca em 195 a.C. Gramático respeitado, constituiu a escola analógica e editou Homero; conquistou, além disso, o direito de estabelecer os nomes dos clássicos obrigatórios em toda a Grécia. Seus léxicos de arcaísmos e sua revisão das Relações de Calímaco lhe garantiram adeptos incondicionais.

Aristarco de Samotrácia (220 a.C.-143 a.C.) ascendeu à direção da biblioteca apoiado pelo antecessor, para quem a continuação dos estudos gramaticais era questão de honra. Em oitocentos livros¹²⁷ comentou os principais poetas e delimitou importantes problemas próprios da obra de Homero. Dele, como do resto dos mencionados (exceto Apolônio de Rodes), não sobreviveu sequer um tratado na íntegra.

Alguns ajudantes da biblioteca foram lembrados por terem sido, antes de tudo, notáveis escritores. Licofon de Caleis (257 a.C.), assassinado com flechas, sobressaiu-se por sua dupla condição de criador e crítico. Afortunado, é um dos poucos autores de quem lemos um extenso poema na íntegra (Alexandra, em 1.474 versos), embora suas versões críticas não existam mais.

Outro notável autor da escola de Aristarco foi Dídimos de Alexandria (65 a.C.-10 d.C), gramático apelidado de Calcentéreo por uns e Bibliólata por outros (devido à sua facilidade de esquecer o escrito ao terminar um livro), autor de uns 3.500 rolos completamente perdidos. Com base nos catálogos, escreveu comentários sobre cada um dos poetas e estudou exaustivamente a estrutura da prosa dos oradores.

O assassinato de Ptolomeu VII Neofilopátor, por volta de 144 a.C., desencadeou uma crise. Aristarco e todo seu grupo de seguidores, sem hesitar, fugiram de Alexandria. Ptolomeu VIII, a quem os contemporâneos odiavam, nomeou diretor da biblioteca um militar sobre quem desconhecemos absolutamente tudo. Desde esse momento nada mais se soube dos bibliotecários.

VI

O brilhante trabalho da biblioteca foi obscurecido por uma sucessão interminável de ataques. Júlio César, na guerra pelo trono do Egito, inclinou-se a favor de Cleópatra. Em consequência dessa escolha, sobreveio uma guerra civil em várias regiões, incluindo Alexandria. A 9 de novembro de 48 a.C., as tropas egípcias, comandadas por Áquila, cercaram César no palácio real da cidade e tentaram capturar os navios romanos no porto. Em meio aos combates, César mandou lançar archotes incendiários contra a frota egípcia, reduzindo-a a cinzas em poucas horas. Dion Cássio presumiu que o incêndio atingiu alguns depósitos no porto, onde se queimaram muitos livros. Sêneca, de fato, confirmou a perda de quarenta mil rolos nesse acontecimento, e Orósio reiterou que "quando as chamas invadiram parte da cidade consumiram quarenta mil livros depositados por casualidade nos prédios"

Esses quarenta mil livros pertenciam à biblioteca de Alexandria? Os eruditos ainda discutem os pormenores. O historiador Edward Alexander Parsons diz que não. Luciano Canfora também não acreditou e assegurou que se tratava de livros de um depósito para posterior conservação. De minha parte, arrisco-me a conjecturar que os quarenta mil livros estavam nesse depósito depois de chegar a Alexandria em barcos diferentes, isto é, eram aquisições recentes para a biblioteca do museu. Desgraçadamente, os conflitos impediram a chegada dos textos ao destino final.

Quase nunca se comenta, mas Cláudio, governante de Roma de 41 a 54, depois de escrever em grego uma obra sobre os etruscos e outra sobre os cartagineses, quis comemorar a escrita desses livros e criou um anexo do museu. De qualquer maneira, naquele momento Marco Antônio demonstrou seu amor por Cleópatra doando-lhe os livros da biblioteca de Pérgamo.

VII

Há uma polêmica, ainda vigente, sobre a destruição de livros por parte dos cristãos. Alguns historiadores acusaram o patriarca Teófilo de atacar o Serapeum em 389 e a biblioteca em 391, com uma multidão enfurecida. O historiador Edward Gibbon observou que

"Teófilo executou a demolição do Templo de Serapis sem maior dificuldade que o peso e a solidez dos materiais [...]. A valiosa biblioteca de Alexandria foi saqueada ou destruída; e cerca de vinte anos depois a aparência daquelas estantes vazias ainda despertava a fúria e a indignação de qualquer espectador cuja mente não estivesse absolutamente obscurecida por preconceito religioso".

Ao concluir a conquista do templo, os cristãos encheram o ambiente de cruces e demoliram as paredes. Teófilo era um homem ressentido, mesquinho e oportunista. Depois de ser leitor fanático dos escritos de Orígenes de Alexandria (185 d.C.-232 d.C.), passou a ser inimigo de tudo o que parecesse inspirado por sua obra e condenou-lhe os escritos no Concílio de Alexandria do ano 400.

VIII

O Serapeum foi destruído por ordem de Teófilo, mas não há consenso entre os historiadores sobre quem destruiu os livros do museu. Foram os romanos? Os cristãos? Ou talvez os árabes? Antes de responder devemos rever as provas contra os árabes, antes de continuar repetindo uma calúnia ou uma meia verdade.

Segundo Eutíquio, o comandante Amrou ibn al-Ass, ao consolidar a conquista do Egito, enviou uma carta ao segundo sucessor de Maomé, Omar I (586-644), apresentando o inventário de Alexandria: quatro mil palácios, quatro mil banhos públicos, quatrocentos teatros, quarenta mil judeus e 12 mil lojas. A carta terminava assim: "Os muçulmanos parecem aguardar impacientes o proveito dos frutos de sua vitória.

A carta omitiu a existência da biblioteca do museu, que era, sem dúvida, um monumento de Alexandria. No entanto, o cronista e pensador Ibn al-Kifti, admirador de Aristóteles, lembrou em suas páginas como o general

Amrou se encontrou com o comentarista João Filópono, que lhe pediu para tomar uma decisão sobre o futuro dos livros da biblioteca do museu e lhe advertiu que as atividades estavam momentaneamente suspensas. Amrou não se atreveu a responder e

preferiu enviar outra carta com o propósito de saber o que o monarca pensava sobre esses livros.

Amrou recebeu a resposta e leu para Filópono, não sem pesar, a decisão de Omar: "Com relação aos livros que você menciona, aqui está minha resposta. Se os livros contêm a mesma doutrina do Corão, não servem para nada, porque são repetitivos; se os livros não estão de acordo com a doutrina do Corão, não há razão para conservá-los."

Amrou lamentou a decisão, mas não hesitou em cumprir a ordem, segundo o cronista árabe Abd al-Latif: "A biblioteca de Alexandria foi incendiada e totalmente destruída."⁸ Os papiros, segundo Kifti, serviram para acender o fogo dos banhos públicos. Em lugar de qualquer outro material, os textos de Hesíodo, Platão, Górgias, Arquíloco, Maneton, Safo, Alceu, Alcmano e milhares de outros serviram de combustível durante seis longos e áridos meses.

Até aqui tudo parece bem, mas há eruditos que consideram esses dados apócrifos:

1. Não há testemunho contemporâneo dos fatos. Abd al-Latif e Ibn al-Kifti viveram nos séculos XII e XIII, isto é, pelo menos seis e sete séculos depois do incidente.
2. A biblioteca do museu continha livros de Aristóteles, o mais conhecido dos filósofos no mundo árabe. Basta recordar que o Aristóteles da Idade Média ocidental veio, em sua maior parte, das traduções árabes. Foram destruídos todos os seus livros?
3. É bem provável que os cristãos destruíssem os livros considerados heréticos da biblioteca do museu antes do século VI, quando os árabes conquistaram o Egito. Se os monges de Cirilo assassinaram sem escrúpulo a filha do bibliotecário Teão, chamada Hipátia, se destruíram o Serapeum, obviamente nada os impediria de reduzir a escombros a biblioteca, o que daria sentido ao fato de não ter sido mencionada no inventário destinado a Omar I.
4. João Filópono não pôde conversar com os enviados de Omar I porque viveu no século VI e não no VII.

APOGEU E FIM DA BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA

E aqui tudo se complica ainda mais, pois ninguém soube explicar por que as fontes são árabes e não gregas, cristãs ou romanas. Abd al-Latif e Ibn al-Kifti, os dois historiadores, eram árabes doutos e conhecedores do pensamento aristotélico. Segundo alguns especialistas no tema, esses historiadores acusaram Omar I para deslegitimar assim sua corrente dinástica e apresentar ao mundo árabe Saladino (1137/38-1193), o herói das cruzadas, como um salvador, um sultão contrário a Omar I.

Abd al-Latif e Ibn al-Kifti na verdade conheceram e admiraram Saladino. No caso de Ibn al-Kifti (morto em 1248), formado no Cairo, há um aspecto controverso: seu livro intitulado *Tarikh al-Hukama* {Crônica de homens sábios) se conserva apenas num resumo feito por al-Zawzani em 1249, como assinalou A. Dietrich. Assim como se perderam 26 livros seus sobre medicina e filosofia, podem ter-se perdido informações determinantes no resumo hoje preservado.

De qualquer forma, a hipótese da destruição da biblioteca de Alexandria por parte dos árabes chegou ao Ocidente e começou a se fortalecer no século XVII. O orientalista inglês Edward Pococke (1604-1691) divulgou essa idéia em sua tradução de 1649 do livro *Specimen historiae arabum* de Bar Hebraeus. Em 1656, contribuiu para reforçar essa possibilidade quando apareceu sua edição dos *Anais*, de Eutíquio, em árabe e latim. Seu filho Edward (1648-1727) completou o quebra-cabeça do incêndio da biblioteca quando publicou a descrição do Egito de Abd al-Latif.

Edward Gibbon, na *História da decadência e queda do Império Romano* (1776-1788), contestou os historiadores árabes, por sua distância cronológica dos fatos e porque no mundo muçulmano a prática habitual era conservar os livros e não destruí-los.

A polêmica se manteve desde o século XVIII. No século XIX, o doutor Le Fort se atreveu a afirmar que foram os cristãos e não os árabes os causadores da destruição da biblioteca de Alexandria,

diante de um auditório em Paris. O bispo de Orleans, monsenhor Dupanloup, desmentiu e acusou Le Fort de distorcer os dados. Um professor chamado Chastel publicou um artigo hesitante e apoiou a idéia de Le Fort. Na Espanha, a discussão interessou o padre Tomás Câmara, que revisou e refutou esse texto, sem provas, numa célebre e facilmente esquecível Contestação à história do conflito entre a religião e a ciência de João Guilherme Draper (Valladolid, 1880).

IX

Atualmente, a tese dos árabes perdeu força e deu origem a novas hipóteses. Limito-me a repassar três delas:

1. Os romanos. Durante uma rebelião em Alexandria ocorrida em 215, segundo disse Dion Cássio, as tropas romanas de Caracala saquearam o museu. Em 272, quando a rainha Zenóbia de Palmira atacou Alexandria, as perseguições contra bibliotecários e livros foram impiedosas. O historiador Ammiano referiu-se, ao descrever a época, ao "agora perdido lugar chamado Bruquion, duradouro domicílio de homens de prestígio".

Em Bruquion estavam os palácios reais e o museu. Em 273, Aureliano devolveu a cidade a Roma, mas seus soldados não respeitaram a biblioteca. Depois de Zenóbia, o imperador Diocleciano promoveu anos mais tarde o desaparecimento de todos os escritos de magia e alquimia até 297. Muito supersticioso, acreditava que os alexandrinos podiam aprender a converter metais em ouro com o objetivo de comprar armas. Diocleciano também perseguiu centenas de cristãos, como disse Anastácio, o Bibliotecário, e destruiu os livros sagrados com fogo. Diocleciano mandava destruir os livros no mercado. Um registro antigo relatou que a Acta Martyrum era bastante cara porque muitos exemplares desapareceram.

Chama a atenção a abundância de registros de censura e perseguição contra livros cristãos na África. Os textos eram confiscados. Segundo o testemunho de Zenófilo, em Cirta, cidade da Numídia, por volta do ano 395, os textos cristãos eram

recolhidos para serem destruídos. Em Abitínia, o bispo Fundano entregou os livros sagrados ao magistrado, que ordenou sua queima, mas quando os soldados ergueram a fogueira pública choveu e as obras foram salvas.

2. Um terremoto. Pelo menos 23 terremotos assolaram Alexandria entre 320 e 1303. No verão de 365, um terremoto devastador acabou com muitos prédios. De fato, a equipe de Franck Goddio, do Instituto Europeu de Arqueologia Submarina, encontrou no fundo das águas do porto centenas de objetos e pedaços de colunas que demonstram que parte da cidade de Alexandria foi submersa.

3. A negligência. Os diversos embates políticos e militares resultaram na falta de orçamento e interesse pelas atividades da biblioteca. Os bibliotecários saíram em busca de cidades mais tranquilas, como Roma, para nomear uma delas, e o trabalho de cópia foi progressivamente abandonado. Essa hipótese não é em absoluto descartável.

X

Ao falar dessa destruição sistemática da biblioteca de Alexandria, deve-se lembrar o número de obras nos depósitos. Segundo a Carta de Aristeas, havia vinte mil rolos, e o plano do rei era alcançar meio milhão. Aulo Gelio e Amiano Marcelino coincidiram na cifra de setecentos mil rolos. Georgius Syncellus falou de cem mil livros. João Tzetzes, comentarista bizantino, quis chegar à média ao se referir à divisão da biblioteca: 42.800 manuscritos no Serapeum e 490 mil no museu, dos quais quatrocentos mil estavam editados e noventa mil aguardavam edição.

CAPÍTULO 5

Outras antigas bibliotecas gregas destruídas

A biblioteca de Pérgamo

Quase à sombra, ferozmente ignorada, a história da biblioteca de Pérgamo é, apesar de seu misterioso desaparecimento, um marco tão fascinante quanto a biblioteca de Alexandria, de que foi rival. Segundo Estrabão, foi fundada pelo rei Eumênio no século II a.C., com a intenção de provocar os monarcas de Alexandria. Vitrúvio, num comentário menos polêmico, disse que "os monarcas atálicas, estimulados por seu grande amor pela filologia, estabeleceram uma magnífica biblioteca pública em Pérgamo".

Ao longo dos anos, Eumênio chegou a reunir duzentos ou trezentos mil volumes copiados em pergaminho, material mais flexível, menos perecível. O uso do pergaminho se deveu, como disse Lido, à negativa de Ptolomeu V de exportar mais papiro, com a finalidade de aniquilar a fonte de trabalho dos bibliotecários de Pérgamo. Plínio confirmou esse dado ao dizer: "Depois, com a rivalidade de Ptolomeu e Eumênio por causa das bibliotecas, quando Ptolomeu suprimiu a exportação de papiro, e ainda de acordo com Varrão (Marcus Terentius Varro), os livros de couro de carneiro foram inventados em Pérgamo; e a partir daí o uso desse material se tornou tão comum que veio a ser o instrumento da imortalidade do homem [...]."

Galeno descobriu muitas falsificações na biblioteca. Ao que parece, a pressa por ter uma das coleções mais valiosas do mundo promoveu deslizos filológicos. Um dos casos mais graves foi o falso achado de um discurso desconhecido de Demóstenes. Na realidade, era apenas um texto pouco divulgado, mas já editado em Alexandria. Laércio contou que os bibliotecários às vezes

censuravam os livros e expurgavam passagens que lhes pareciam inconvenientes.

Com Crates de Maios na qualidade de diretor dessa biblioteca se impôs uma diretriz filosófica, com predomínio da doutrina estoica. Privilegiou-se o exercício das conjeturas alegóricas homéricas e a prática etimológica, com a finalidade de estabelecer domínios gramaticais inéditos para reforçar teses epistemológicas. Um exemplo do tipo de investigação realizada por Crates pode ser o seguinte: enquanto várias gerações consideraram a descrição feita por Homero do escudo de Aquiles como mera interpolação posterior (o Escólio de Aristônico, hoje disponível, mencionou a atetese de Zenódoto), Crates justificou a passagem ao propor uma leitura em que as dez partes do escudo correspondiam exatamente aos dez círculos celestiais, o que fez de Homero o pai da astronomia.

Antígono de Caristo, por volta do século III a.C., trabalhou na biblioteca e se distinguiu como biógrafo e historiador. À diferença de muitos de seus contemporâneos, Antígono viajou e buscou testemunhos sobre obras arquitetônicas, lendas e personagens. O helenista Wilamowitz considerou-o gênio e percebeu em todos os seus livros o afã pela amenidade e pelo espanto.

Esse esforço foi refreado pelas ações bélicas na Ásia Menor. Acredita-se que Marco Antônio, depois da destruição de Pérgamo, tenha enviado os pergaminhos (cerca de duzentos mil) à sua amada Cleópatra com o objetivo de doá-los ao Serapeum de Alexandria (era sua maneira de se desculpar pela queima de 47 a.C.). Infelizmente, essa informação, proporcionada por Plutarco, tem por única fonte um escritor desconhecido, chamado Calvício.

De qualquer maneira, a rivalidade acabou em arremedo, mero esgar. Já não importa se os livros acabaram nas prateleiras da biblioteca de Alexandria ou foram destruídos em Pérgamo: todos desapareceram e a biblioteca é hoje um monte de ruínas.

O desaparecimento de centenas de obras de Aristóteles

I

Alfonso Reyes se referiu à obra perdida de Aristóteles de Estagira (384 a.C-322 a.C.): "[...] Já se sabe que, se de Platão conservamos as obras exotéricas, de Aristóteles conservamos sobretudo as esotéricas [...]. O que atualmente se preserva do filósofo são simples anotações de aula, reunidos por bibliófilos ou discípulos. Seus primeiros diálogos, compilações, epístolas e poemas desapareceram.

Para entender por que isso aconteceu, convém começar com uma citação do geógrafo Estrabão de Amasia: "[...] [Aristóteles], até onde sei, foi o primeiro colecionador de livros conhecido e o que ensinou aos reis do Egito como organizar uma biblioteca [...]." Aristóteles de Estagira foi o mais célebre bibliófilo no mundo grego e um dos primeiros homens a ser chamado de O Leitor. Com a morte do filósofo Espeusipo, sobrinho de Platão e diretor da Academia, obteve as obras dele mediante o pagamento de três talentos. Sua memorável coleção de livros foi finalmente colocada na biblioteca do Liceu, um ginásio onde começou a formar estudantes até 335 a.C.

Com o intuito de ensinar, Aristóteles impôs aos alunos um regime de fomento da leitura:

1. Existiam as lições acroáticas ou acroamáticas, apenas para iniciados, que consistiam em conversas nas quais, durante uma caminhada, discutiam-se noções profundas.
2. Também havia lições exotéricas ou exteriores, para aprendizes, em que se liam ou recitavam as obras populares do pensador, como seus diálogos. É provável que cada aluno assumisse um papel para interpretar e o próprio Aristóteles conduzisse a conversação como uma espécie de moderador.

De fato, admite-se hoje que os escritos de Aristóteles foram classificados como suas lições: exotéricos, quando eram diálogos ao estilo platônico (hoje perdidos), e acroamáticos ou esotéricos, quando eram textos de uso interno no Liceu.

II

O destino da biblioteca de Aristóteles, que é o destino de seus próprios textos, mudou subitamente por um fato decisivo na história da Grécia: a morte abrupta e inexplicável de Alexandre Magno em 323 a.C. Aristóteles - que fora o seu tutor, assessor do regime macedônico e provavelmente espião - foi logo acusado de crueldade pelo responsável pelos sacrifícios de Atenas. Contra ele se brandiu um poema escrito em homenagem ao tirano Hérmiás, grande amigo seu da região de Assos, assassinado pelos persas. Como Sócrates, Aristóteles podia ficar e beber cicuta, mas fugiu. Mudou-se para a cidade de Caleis, na ilha de Eubea, onde a família de sua mãe possuía terras e uma casa. Redigiu seu testamento, certo de que ia morrer (e morreu, de fato, em 322 a.C.), legando sua biblioteca e a direção do Liceu ao jovem Teofrasto de Ereso.

Outro discípulo importante do Liceu, Eudemo de Rodes, gênio da aritmética, retirou-se, depois da nomeação de Teofrasto, para sua cidade natal com uma grande quantidade de cópias de tratados, notas e diálogos do mestre, estabelecendo assim uma nova ramificação peripatética de grande influência posterior na cultura romana. Andrônico, que chegaria a ser editor dos trabalhos de Aristóteles no século I a.C., era, por exemplo, natural de Rodes.

Teofrasto impulsionou o crescimento do Liceu. Chegou a ter mais de dois mil alunos (não simultaneamente, é claro), procedentes de todas as regiões da Grécia. Foi diretor do Liceu durante 34 ou 35 anos. À diferença de seu admirado mestre, obteve a propriedade da terra onde se situava a escola, graças à gestão de seu discípulo e amigo Demétrio de Falero, e contribuiu de modo que nos é totalmente desconhecido para aumentar consideravelmente a biblioteca do prédio. Ordenou a compra de exemplares novos e escreveu muitíssimo. Laércio atribuiu a ele centenas de escritos sobre uma enorme variedade de temas. De qualquer forma, Teofrasto, aos 85 anos, dispôs sobre o futuro dessa biblioteca. Entregou-a a um amigo seu chamado Neleo: "[...] todos os livros para Neleo [...].

Com a morte de Teofrasto, Estratão de Lâmpsaco ficou como diretor, o que não deixa de nos surpreender. Mas por que deixou os livros só para Neleo? Por que não designou Neleo como diretor? Segundo a hipótese magistral de Hans B. Gottschalk, Teofrasto não deu os livros a Estratão, apesar de nomeá-lo diretor, e sim a Neleo porque desejava que ele preparasse um catálogo e editasse seus próprios textos e os de Aristóteles. Neleo era um especialista na obra aristotélica; era, também, um respeitável discípulo de Teofrasto, com 70 anos, e tinha uma relação satisfatória com esse legado bibliográfico.

Outra causa da escolha é a seguinte: talvez os textos corressem perigo em Atenas devido à instável situação política da cidade, além do fato de que os atenienses sabiam dos vínculos do Liceu com os macedônios. Já em 306 a.C., um líder chamado Sófocles propôs a proibição do ensino da filosofia em

Atenas, com vistas ao fechamento do Liceu. Não é despropositado pensar que Neleo foi instruído por seu mestre e amigo para levar os livros a um lugar mais seguro, ou Alexandria ou sua cidade natal. Teofrasto deixou nas mãos de Neleo 157 títulos de Aristóteles, em 542 rolos de papiro, e 225 títulos seus, em 463 rolos de papiro, o que chega à soma impressionante de 382 livros, contidos em 1.005 rolos de papiro. Se acrescentamos centenas de originais ou cópias de autores presentes na biblioteca do Liceu, estaremos falando de uma biblioteca cujo acervo podia ir a dez mil papiros. O incrível é como Neleo pôde transportar esses manuscritos de Atenas para terras tão longínquas, segundo os comentários mais confiáveis.

Mas quem era Neleo, na realidade? Sabe-se que era respeitado no Liceu. Nasceu em Escépsis, cidade da Ásia Menor, numa data ainda hoje ignorada do século IV a.C. Provavelmente era contemporâneo de Teofrasto. Seu pai foi Corisco, amigo de Aristóteles, seu companheiro em Assos, onde viveram sob a proteção de Hércias. A importância desse fato deve ser considerada extrema: Platão, por exemplo, mencionou Corisco na Sexta Carta, na qual o definiu como um estudioso e dotado de experiência política; Aristóteles o mencionou em seus livros sobre lógica e na Ética de Nicômaco. Esses antecedentes e, sem dúvida, sua própria formação, davam a

Neleo condições suficientes para ser designado sucessor de Teofrasto, mas não foi o que aconteceu. Quando Estratão de Lâmpsaco, apelidado de O Físico, foi nomeado dirigente do Liceu em 288/6 a.C., Neleo recolheu suas roupas, guardou os livros e anunciou a viagem a Escépsis, o que deixou os peripatéticos sem os livros do mestre.

III

Neleo, segundo uma versão, vendeu os míticos livros por uma soma elevada à biblioteca de Alexandria. Segundo outra versão, os livros chegaram a Escépsis e ali ficaram nas mãos dos herdeiros de Neleo, que os esconderam sob a terra para evitar que fossem roubados pelos reis atálidas.

O assunto é delicado: Neleo vendeu os livros pelo lucro ou escolheu dá-los de presente à família, que se distinguia por sua ignorância? P. Moraux, com grande astúcia, formulou, diante de tantas contradições, uma hipótese sensacional: Neleo teria vendido a Ptolomeu todos os livros da biblioteca de Aristóteles e de Teofrasto, mas todos os que foram utilizados por eles em seus trabalhos de ensino e escrita. Talvez tenha entregado também originais de diálogos e cópias de anotações ou de livros raros. Houve, no entanto, algo de zombaria em seu ato.

Minha tese é diferente. Neleo, no meu entender, concordou em vender um bom número de textos editados de Aristóteles e Teofrasto e os livros de outros autores da biblioteca do Liceu. Ficou, em troca, com os manuscritos ainda não organizados, especificamente os escritos acroamáticos, que não estavam, por sua condição de notas do mestre e seus discípulos, em estado de edição aceitável. Neleo conservou para si a parte esotérica, a parte secreta, e seus descendentes as esconderam num depósito para evitar roubo ou saque.

A venda foi realizada por um intermediário, que pode ter sido Demétrio de Falero, que então ainda trabalhava na biblioteca de Alexandria, sob as ordens de Ptolomeu I. Demétrio era seguramente um bom amigo, pois ambos partilharam no Liceu dos

ensinamentos de Teofrasto. Que aceitasse, além disso, desfazer-se de muitos manuscritos tem sentido pelas seguintes razões:

a) Porque a viagem a Escépsis exigia recursos.

b) Porque o arriscado traslado por terra e mar de uma biblioteca de tal magnitude não podia ser obra de um único homem.

c) Porque era uma forma de garantir a segurança dos textos.

Uma prova de que alguns dos livros herdados por Neleo chegaram a Alexandria se encontra num documento de al-Farabi, conservado por Ibn-Abi-Usaybi'a, onde expressamente se disse que o imperador Augusto, uma vez conquistada Alexandria, "[...] inspecionou as bibliotecas e a data da produção dos livros, e encontrou nelas manuscritos de obras de Aristóteles, escritas em seu tempo e no de Teofrasto [...]".

Nenhum desses manuscritos poderia ter estado em Alexandria se Neleo não os tivesse vendido.

IV

Neleo guardou as obras acroamáticas em casa e as legou aos seus sucessores, homens comuns, que as esconderam num lugar sob a terra. Para salvar os livros dos reis atálicas, condenaram-nos à umidade e ao fungo. Duzentos anos depois, o que se salvou foi adquirido por Apelição de Teos, que pagou em ouro por eles. Ateneu confirmou que "[...] assim, filosofou sobre as teses peripatéticas, e comprou a biblioteca de Aristóteles e outros muitos escritos - pois era rico" [...].

Depois da aquisição, Apelição completou um estranho ciclo e mandou os livros para sua casa em Atenas, onde se fizeram novas cópias que saíram com muitos erros. Apelição era vaidoso e ladrão. Roubou os originais das antigas resoluções da Assembléia de Atenas. Seguindo um plano premeditado, obteve a cidadania ateniense e quis ganhar a simpatia do tirano Atenião, valendo-se de seu domínio dos princípios da escola peripatética à qual o tirano pertencia. Apelição divulgou seu errôneo trabalho filológico e lembrou aos compatriotas sua aquisição, um símbolo útil em meio à guerra de independência contra os romanos liderada naquela época

pelo general Mitrídates. A adulação, quase sempre, recompensa: finalmente foi enviado a Delos com um grupo de soldados, mas sua ignorância em matéria militar permitiu ao general romano Órbio capturar os gregos, embora Apelição tenha conseguido fugir.

Sila, em 87 a.C-86 a.C., atacou e subjuguou Atenas. Não queria destruí-la; tolerou a pilhagem controlada, atitude que lhe valeu o apelido de O Afortunado. Os soldados saquearam casa por casa e encontraram Apelição refugiado em sua biblioteca, onde o assassinaram. Sila ordenou que transportassem seus livros, de navio, a Roma, onde os expôs em sua vila para inveja dos eruditos. Ibn al-Kifti, ao salvar um catálogo dos livros de Aristóteles feito por um tal de Ptolomeu El-Garib (O Estranho), retomou a versão de Estrabão e Plutarco e mencionou, ao resenhar o título 92, o seguinte: "[...] os livros encontrados na biblioteca de um homem chamado Apelição [...]".

Outro general romano, Lucullus, encontrou manuscritos e cópias dos escritos de Aristóteles em Amiso, terra de sábios, e os transferiu para sua casa em Roma. Não se esqueceu de trazer, entre os prisioneiros de guerra, Tiranião, um erudito grego. Tiranião viveu em Roma a partir de 67 a.C. e sua condição de escravo não o impediu de consolidar, devido ao seu temperamento amável e à sua sabedoria, uma bela amizade com Cícero (106 a.C.-43 a.C.), Ático e outros estudiosos do império. Escreveu livros sobre problemas homéricos e textos gramaticais. Se acreditarmos no próprio Cícero, foi um consumado conhecedor da geografia de seu tempo. Entre outras coisas, criou uma escola temida pelo rigor. Estrabão o teve como mestre em Roma, certamente por volta de 30 a.C., e esse vínculo faz pensar que toda sua crônica sobre a transferência dos livros de Aristóteles e Teofrásio teve como fonte uma conversa ou lição de Tiranião, cujo maior interesse era se converter em editor dos míticos livros.

Sila e Lucullus puseram suas bibliotecas à disposição dos amigos. Cícero, por exemplo, ia à biblioteca de Lucullus e revisava alguns textos de Aristóteles. Tiranião, em compensação, sempre achou mais interessantes os manuscritos da vila de Sila e premeditou com deslealdade um método para ler e editar os textos. Não comunicou

a ninguém seu projeto; inspirava-se em seu mestre em Rodes, Dionísio Trácio, um discípulo de Aristarco, o filólogo da biblioteca de Alexandria. Sabia, entre outras coisas, do engano de Neleo; sabia da venda a Apelição de Teos; não hesitou em levar adiante seu empreendimento. Estrabão o definiu como "um amante das coisas de Aristóteles" e disse que "pôs as mãos na biblioteca por lisonjear".

Ao que tudo indica, Apelição produziu uma péssima edição e arruinou dezenas de livros. Tiranião também não conseguiu uma boa edição, o que iniciou uma tradição de permanentes mal-entendidos em torno dos estudos aristotélicos. Plutarco, quase que se esquivando, disse que Tiranião preparou "a maior parte das coisas", isto é, os livros. Com alguma paciência e muito egoísmo, Tiranião quis chegar ao ponto culminante dessa grande aventura intelectual, mas a morte frustrou seu objetivo.

V

Andrônico, formado na ilha de Rodes, suposto décimo primeiro diretor do Liceu, realizou a edição definitiva das obras de Aristóteles e Teofrácio. Até 40 a.C. ou 20 a.C., entusiasmado pelos trabalhos de Tiranião, editou as obras e deixou no quinto volume um catálogo de títulos hoje perdido. Porfírio admitiu a existência de uma edição feita por Andrônico, organizada por assuntos e não por datas, edição que ele imitou ao classificar as Enêades de Plotino.

Não há como saber o que Andrônico refundiu, mas mudou a história dos escritos aristotélicos ao provocar o esquecimento de seus livros populares.

Pode ter criado o termo metafísica para se referir aos tratados relacionados com a filosofia primeira. Mouraux, cético ante essa suposição, sugeriu que o catálogo de Laércio já continha o título de Metafísica, mas, dado que existe uma lacuna de cinco títulos na quarta coluna das cinco nas quais foi transcrito o catálogo, pode-se pensar que esse espaço era ocupado, com outros quatro títulos,

pela Metafísica. De qualquer maneira, trata-se apenas de uma nova conjectura.

Cícero não conheceu a edição de Andrônico porque morreu em 43 a.C, mas pôde reconhecer precocemente as diferenças existentes entre os escritos exotéricos e os acroamáticos. Em *De Finibus* (V5,12), estabeleceu que os escritos morais foram "escritos popularmente", como se fossem exotéricos, enquanto os outros eram mais burilados e difíceis. Numa de suas cartas revelou seu gosto por ir à vila do filho de Sila, Fausto, para ler os livros de Aristóteles. Fausto herdou todas as riquezas do pai, entre as quais se sobressaía a biblioteca apreendida em Atenas, e pelo menos durante algum tempo foi o centro de atenção dos intelectuais. O esbanjamento o arruinou e em pouco tempo teve de publicar a lista de seus bens para adjudicá-los em leilão. Com a venda, a biblioteca ficou em casas diferentes e desde então os volumes se perderam.

A única coisa que se sabe é que o imperador Caracala (188-217), numa crise de loucura, mandou queimar muitos dos livros de Aristóteles e da escola peripatética porque o considerava responsável pela morte de Alexandre, isto é, atribuiu-lhe o envenenamento sofrido por ele.

VI

Na história da perda dos escritos de Aristóteles há uma lacuna que deu origem à mais intensa discussão de todos os tempos no âmbito literário. Trata-se do desaparecimento ou destruição do segundo livro da *Poética*, dedicado ao estudo da comédia antiga e do conceito de catarse. Sua existência foi questionada, mas há provas suficientes para demonstrar o contrário. De fato, aparece em três catálogos da obra de Aristóteles preparados na antigüidade. O comentarista Eustrácio, em 1100, por exemplo, em seus *Comentários sobre a Ética Nicomáquia*, disse que Aristóteles mencionou o Margites de Homero no primeiro livro da *Poética*, o que evidencia uma continuação. É o mesmo caso de William de Moerbeke, que, em sua tradução latina da *Poética*, usou um título

ilustrativo: "Primus Aristotilis de arte poética liber explicit." Esse primus fez tremer dezenas de professores de filosofia.

Existem várias teorias a respeito da perda. Cito algumas das mais importantes:

1. Umberto Eco, em *O nome da rosa* (1980), propôs uma hipótese interessante: o segundo livro foi destruído progressivamente pela Igreja na sua tentativa de conter a influência das comédias.

2. Jacob Bernays se baseou numa citação do filósofo Proclo, em que discutia os efeitos da comédia e da tragédia nas emoções humanas, para mostrar que no século V d.C. ainda se podia ler a obra.

3. Ingram Bywater escreveu que o segundo livro se perdeu quando os livros de Aristóteles estavam em rolos de papiro separados, e por isso não foram transferidos para os códices.

4. Valentín Garcia Yebra, no prólogo de sua tradução castelhana da *Poética*, colocou que o segundo livro desapareceu pelo desinteresse pela comédia e a elaboração de sinopses cuja superficialidade provocou a falta de cópias da obra original.

5. O helenista Richard Janko teve outra idéia: a *Poética* era o último dos livros na edição das obras de Aristóteles, o que pode ter ocasionado falta de interesse na reprodução e o volume desapareceu sem deixar outro rastro que a sinopse bizantina, o *Tractatus Coislinianus*, que, segundo ele, é um resumo desse segundo livro.

Quero destacar que minha suspeita, solitária, cética, procede precisamente da idéia de Janko. O desinteresse foi a verdadeira causa do desaparecimento desse mítico segundo livro, e uma tradição paralela, secreta, persuasiva, começou desde então com sinopses para recuperar o conteúdo: uma dessas tentativas é o famoso *Tractatus Coislinianus*.

Mais bibliotecas em ruínas

A história cultural da Grécia clássica, como se viu, é também a história de dezenas de bibliotecas desaparecidas. Além das que foram mencionadas, que por sinal são as de maior prestígio, houve outras. - Aulo Gélio comentou que a biblioteca do tirano Pisístrato foi levada pelo persa Xerxes e devolvida pelo rei Seleuco.

No século II a.C., Mar Ibas insistiu em que Seleuco, ao ser nomeado rei, queimou todos os livros encontrados no mundo "porque queria que a contagem do tempo começasse por ele". Nas chamas da biblioteca de Atenas ardeu o manuscrito da História, de Tucídides, e, de acordo com seu estranho relato, Demóstenes voltou a ditar o livro porque o sabia de memória. Segundo Luciano de Samósata, o orador copiou à mão oito vezes esse volume. Outros livros que devem ter queimado foram as edições da Ilíada e da Odisséia, cuja primeira edição escrita foi produzida pelo tirano Pisístrato.

Não há como saber o que aconteceu com bibliotecas como a de Atenas, fundada por Adriano. Os ptolomeus mandaram construir também em Atenas o Ptolemaion, um prédio que tinha uma biblioteca regular. Há uma inscrição onde se pode ler que "[...] dedicaram um copo à deusa mãe e a Estefanoro 17 dracmas, de acordo com o decreto de Dioscorides, filho de Dioscorides de Fegas. Também doaram cem livros à biblioteca no Ptolemaion segundo o decreto [...]".

E, assim como esse texto, conservaram-se outros. Nada sobrou da biblioteca construída por Arquimedes de Siracusa para o tirano Hierão num navio de luxo chamado Alexandrina. Eurípides teve uma extraordinária biblioteca particular, que se dispersou com sua morte.

Na Anábasis há uma passagem memorável (VII, 5, 14) em que o narrador, depois de uma tentativa de motim, referiu-se à sua chegada a Salmideso, em cuja costa encontraram "muitas camas, muitas arcas, muitos livros e muitos objetos transportados pelos navegadores em baús [...]". O espetáculo impressionou Xenofonte, aluno e amigo de Sócrates.

Há uma inscrição com um catálogo alfabético relativo à biblioteca de Rodas. A ordem mantida oferece um modelo do que era um catálogo:

Beócios
Aristaichmos, um
Cleon, um
Fedondas ou sobre a [oligarquia]
Sobre a legislação dos atenienses, cinco
Hegésias, Discursos em favor dos atenienses
Aspásia, um
Alcibíades, um
Teodectes, Arte, quatro
Sobre a Anficionia, um
De Teopompo, Lacônico, um
Corintíaco, um
Mausolo, Olímpico, um
Felipe, um
Encômio de Alexandre, um

Antíoco III, o Grande, fundou uma biblioteca na Síria e designou o poeta Euforião de Caleis (276 d.C.-200 a.C.) como diretor. Uma inscrição do século II a.C. prova que existiu uma biblioteca em Cos, apoiada por benfeitores interessados em contar com melhores textos. Entre outros dados, a inscrição registra uma doação de 100 dracmas. Hoje sequer as ruínas dessas duas bibliotecas subsistem.

A epigrafia tornou possível conhecer outras bibliotecas como a de Milasa, na Ásia Menor. "Em Tauromênio houve, segundo uma inscrição descoberta, uma biblioteca anexa ao ginásio. A mesma coisa se pode dizer de Olímpia, Afrodísia, Corinto, Dirráquio, Edesa, Nisa, na Caria, Prusa, Esmirna, Solos e em Pela, construída por Felipe da Macedônia. Também não sobreviveram.

Em Delfos, houve uma biblioteca com livros de ouro: "Um livro de ouro de Aristômaco de Eritrêia, que ganhou o concurso duas vezes com um poema épico, foi dedicado ao tesouro dos Siciônios de Delfos [...]." Temos provas da existência de bibliotecas em Egina, Creta, Chipre e Eritrêia, igualmente extintas. Os arquivos dos santuários não se preservaram: nada resta dos textos e registros de Pritaneu, de Metrão, de Dura Europos, de Creofilakião, de Epidauro.

O fim do domínio grego legalizou, por assim dizer, o esquecimento e condenou à destruição milhares de obras e centros intelectuais. Segundo Galeno, fatores como incêndios e terremotos, abundantes nesse tempo, destruíram igualmente incontáveis livros entre os gregos.

CAPÍTULO 6

Israel

A Arca e a destruição das Tábuas da Lei

A história de Israel é a história da relação de um povo com um Deus extremamente ambíguo. Os intermediários desse vínculo se destacaram por sua ira e ciúme, o que pode explicar por que o primeiro líder hebreu foi um destruidor de livros. Como se sabe, Moisés, depois de descer de uma montanha no deserto do Sinai com o escrito redigido por Jeová com o próprio dedo, encontrou o povo adorando um bezerro de ouro e, "num acesso de cólera, atirou as tábuas e as quebrou ao pé da montanha" (Êxodo, 32,19). Além disso, mandou matar irmão, amigo e parente dos culpados; ao fim da sangrenta jornada, morreram três mil pessoas como sacrifício a Deus, que perdoou o povo e convidou Moisés a voltar a lapidar duas pedras para escrever os chamados Dez Mandamentos (Êxodo, 34,1). Essa história se torna mais complexa quando se sabe que Jeová exigiu a construção de uma Arca para guardar as tábuas.

A Arca da Aliança, construída por Besalel (cujo nome significa "à sombra de Deus"), era feita de acácia preta de dois côvados e meio de comprimento, um côvado e meio de largura e um côvado e meio de altura (Êxodo, 25,10), mais ou menos 1,65 m de comprimento por 1 m de altura e largura. A concepção de seu exterior e interior foi revelada em minúcias a Moisés: "Revistam a arca de ouro puro, por dentro e por fora. E em toda a volta coloquem uma moldura de ouro. Façam também quatro argolas de ouro e ponham nos quatro cantos, ficando duas argolas de cada lado. Façam cabos de madeira de acácia e revistam de ouro. Enfiem os cabos nas argolas nos lados da arca, para que ela possa ser carregada. Os cabos ficarão nas argolas da arca e não serão tirados dela."

A tampa era de ouro, com dois querubins alados de ouro esculpidos nos extremos. Século após século, a Arca constituiu um talismã sagrado contra os inimigos. Esteve em vários lugares até que Jeremias a escondeu numa gruta secreta, onde deveria permanecer (Macabeus, 2,1-8). Nunca mais se soube das tábuas.

O livro de Jeremias

A Bíblia contém outra passagem em que se evidencia a antigüidade da queima de livros no mundo hebraico. O profeta Jeremias ditou suas palavras ao escriba Baruc, que entregou o texto a Judi, um filho de Natania, que por sua vez não hesitou em levá-lo ao rei:

[...] O rei estava sentado na residência de inverno - estava-se no nono mês - e o fogo do braseiro ardia diante dele. E havendo Judi lido três ou quatro colunas, o rei as cortava com o canivete do escriba e as jogava no fogo do braseiro, até que o rolo inteiro ficasse consumido [...]. (Jeremias, 36, 22-23)

A destruição desse texto não impediu que tivéssemos o atual livro de Jeremias, mas anunciou as perseguições que os romanos poriam em prática.

A adoração do livro hebraico

A idéia de um livro ditado por Jeová fez os judeus acreditarem que se tratava de um livro sagrado, cujo sentido encerrava toda a racionalidade possível do mundo. O curioso dessa tradição está em suas conseqüências: ao considerar sagrados os livros, cada letra passou a ter uma significação mágica (estudada pela Cabala), mas em seu idioma original e em nenhum outro.

Existia uma tendência à proteção das escrituras. O historiador Flávio Josefo contou que os judeus preferiam deixar-se matar a aceitar a profanação de seus textos. Uma das razões do levante dos

macabeus foi justamente a destruição de obras pelos soldados de Antíoco IV: "[...] e os livros da Lei que encontravam eram rasgados e lançados ao fogo. Quem fosse encontrado com um livro da Aliança em seu poder e observada a Lei, era, em virtude do decreto do rei, condenado à morte [...]".

No entanto, os romanos reprimiram o orgulho judaico e devastaram muitos livros. A destruição de Templo de Jerusalém no ano 70 acabou com centenas de textos, embora os judeus conseguissem esconder alguns. O próprio Josefo se arriscou para salvar volumes do Templo. Segundo uma hipótese atual, no Templo havia oficiais religiosos; o restante eram cópias feitas por escribas competentes.

Os manuscritos do Mar Morto

Em 1947, jovens beduínos que perseguiam uma cabra entraram numa gruta a leste do Mar Morto, perto das ruínas da antiga comunidade de Qumran, e para sua surpresa, encontraram vários jarros cilíndricos que continham manuscritos sagrados. Divulgado o achado, arqueólogos e teólogos iniciaram a exploração de 11 grutas e conseguiram recuperar uma biblioteca escondida durante dois mil anos, com rolos intactos e alguns outros destruídos, que são, para os filólogos, uma charada sinistra (15 mil fragmentos).

Os textos, escritos em hebraico, aramaico e, excepcionalmente, em grego, são extraordinários. O primeiro aspecto surpreendente é que se trata da primeira coleção conhecida de escritos do Antigo Testamento. Até então, o Códice Alepo, do século X, era o códice bíblico mais antigo. Assim, há uma cópia do livro de Isaías anterior em mais de mil anos a qualquer outra. O segundo aspecto se relaciona com o próprio ato de esconder a biblioteca: foi deliberadamente oculta nas grutas nos anos 66 ou 70, quando as tropas romanas combatiam os judeus rebeldes. O terceiro aspecto é que a escrita dos rolos é atribuída aos essênios.

Como quarto aspecto, convém destacar o material usado: quase todos os manuscritos são feitos de peles, papiros e pelo menos um

de cobre. Escritos com uma tinta à base de carvão, não mostram preocupação para com os sinais de pontuação ou divisão dos parágrafos e, como muitos manuscritos gregos, tampouco respeitam os espaços entre palavras. O mais extenso deles, chamado Manuscrito dos Salmos, apareceu em 1956 na Gruta 11, e as colunas conservadas apresentam de 14 a 17 linhas. O Tetragramaton, a quarta letra do nome divino de Deus, surge nesse manuscrito para glorificar seu poder. Como quinto aspecto, os rolos foram divididos em três categorias: bíblicos, apócrifos e sectários. A prova do temor causado por esses manuscritos é a história do jesuíta José O'Callaghan. Esse erudito estudou durante toda a vida um pedacinho de papiro encontrado na Gruta 7, descoberta em 1955, e se atreveu a afirmar, num artigo de 1972, que o fragmento de papiro conhecido como 7Q5 é um fragmento do Evangelho de São Marcos (6,52-53), escrito provavelmente no ano 50, o que significa, entre outras coisas, que esse diminuto texto, com apenas algumas letras, demonstra de forma contundente a existência histórica de Cristo, porque sua composição é apenas posterior à sua morte em cerca de trinta anos. Tal achado lhe valeu certamente toda espécie de críticas violentas e ataques tolos. Os teólogos não parecem preparados para admitir a existência de Cristo para além da fé.

Os profetas bibliófagos

Os raros casos de bibliofagia (isto é, de "livros comidos") mais famosos estão descritos no Antigo e no Novo Testamento. Ezequiel disse que Deus lhe apresentou um papiro e ordenou: "Abre bem tua boca e come o que te vou dar." Olhei então e eis que uma mão se estendia para mim e nela havia um livro em forma de rolo. E o livro desenrolou-se diante de mim e vi que a escrita cobria ambos os lados; e o que nele estava escrito eram lamentações, gemidos, ais.

E disse-me: "Homem, come este rolo e depois vai falar aos filhos de Israel." Abri a boca e Ele fez-me comer o rolo. E disse-me: "Homem, alimenta teu ventre e enche tuas entranhas com este rolo que te estou dando." Comi-o e eis que na minha boca parecia doce como mel. (2,8 e 3,1-4).

No Apocalipse de João de Patmos se retoma essa idéia de engolir uma obra:

[...] Então a voz que ouvi do céu falou-me de novo e disse: "Vai, e toma o pequeno livro aberto da mão do anjo que está em pé sobre o mar e a terra." Fui eu, pois, ter com o anjo, dizendo-lhe que me desse o pequeno livro. E ele me disse: "Toma, e devora; ele te será amargo nas entranhas, mas te será, na boca, doce como mel." E tomei o pequeno livro da mão do anjo, e comi-o! E ele era, na minha boca, doce como o mel; mas depois de o ter comido, amargou-me nas entranhas. Então me foi dito: "Urge que ainda profetizes de novo a numerosas nações, povos, línguas e reis [...]." (10,8-11)

Sem dúvida, o sabor doce e amargo deve se referir ao conteúdo, belo na superfície e forte no interior. Engolir o livro garantia a transferência de propriedades, a transmissão de conhecimentos. Em vez de lê-lo, o bibliófago recebe diretamente o ensinamento e fica capacitado a falar várias línguas ou se expressar de forma mais segura.

Por volta de 130 d.C., Artemidoro escreveu sobre os sonhos e em seu catálogo mencionou aqueles em que se comem livros: "[...] Sonhar que come um livro é bom para pessoas instruídas, para sofistas e para todos aqueles que ganham a vida dissertando sobre livros [...]."

Muitos povos eram antropófagos para obter poderes sobrenaturais. Se assumiam as propriedades divinas de um livro, acreditando-se ser ele parte de Deus, não nos deve parecer estranha a ambição de devorá-lo. Gérard Haddad afirmou que "comendo o Livro de seu grupo de origem, cada pessoa sofre uma profunda metamorfose. Pela identificação amorosa com seu grupo, com a inscrição numa

genealogia que ela implica, recebe aptidão futura para engendrar, para se converter por sua vez em homem e pai nesse grupo

CAPÍTULO 7

China

Shi Huandi, o Destruidor

Zhao Zheng se tornou em 246 a.C., aos 13 anos, líder de Qin, um dos tantos feudos nos quais estava dividida a China antiga. A pouca idade do rapaz, por certo, entusiasmou os inimigos, mas se tratou de uma apreciação superficial e não de uma avaliação correta. De nariz proeminente, olhos grandes, voz forte e hábitos de guerra, filho da concubina de um comerciante endinheirado, Zhao Zheng não pôde exercer a autoridade até 238 a.C., mas assim que se tornou rei matou o amante da mãe e mandou para o exílio o tutor regente.

Logo começou a campanha contra o restante dos feudos dominantes e os subjugou um a um. Acreditava que as causas das intermináveis guerras na região residiam na condição feudal. Tentaram assassiná-lo, mas, como sempre acontece nesses casos, fortaleceram sua coragem. Em 230 venceu o último príncipe Han. Em 228 capturou Hantan. Em 226 conquistou Yan. Em 225 acrescentou ao seu território Daliang, capital de Wei. Em 223 subjugou Chu. Em 221, Qi, na atual província de Shandong, foi sua. Em 220, uma campanha feroz o tornou dono de Fujiang e Guangxi. Já em 215 a.C. era dono de um verdadeiro império, e mandou colocar uma inscrição em Taizhan: "Juntei todo o mundo pela primeira vez."

Não hesitou em matar, subornar e destruir todos os opositores, convertendo-se, ao mesmo tempo, em monarca rico e poderoso. Além disso, era ansioso, ególatra e nunca benevolente. Um dia decidiu adotar um título universal para declarar sua majestade. Proclamou-se então Huandi (augusto soberano) e, certo de sua imortalidade, colocou antes desse título o de Shi (Primeiro), e assim

se tornou Shi Huandi. Seguindo uma tradição, considerou oportuno basear sua dinastia em três princípios: o número 6, a água e a cor preta.

Assessorado por seu leal ministro Li Si, um dos discípulos mais inteligentes de Xunzi, da escola dos legalistas, impôs a doutrina da lei. Medidas, pesos, largura das estradas, roupas, opiniões, formas de luta e até o idioma, tudo foi uniformizado. Centralizou o exército, sujeitou muitas atividades econômicas a controles que implicavam, quase sempre, a conversão dos comerciantes em agricultores. Criou 36 distritos com administradores cuidadosamente vigiados. O historiador Arthur Cotterell disse: "Em sua luta para impor a uniformidade se converteu num dos grandes destruidores da História [...]."

Misterioso, Shi Huandi nunca se deixava ver, e era impossível saber em qual de seus 260 palácios se encontrava. No fundo, não queria só impressionar, mas reduzir as chances de seus inimigos. Viajava sem avisar para lugares remotos, em busca do elixir da imortalidade ou para seduzir virgens. Venerava, com a paixão dos déspotas, o reinado da ordem.

Com objetivo militar fez com que o general Meng Tian, à frente de trezentos mil soldados, unisse em 214 a.C. as antigas muralhas nas frias terras da fronteira do norte, para assim consolidar uma única Grande Muralha, destinada a conter as invasões dos xiongnus. Na construção desse bastião militar morreram milhares de homens, mesmo sem concluí-lo. Foi reformada no século IV e complementada nos séculos XV e XVI. Também mandou construir uma tumba monumental, perto de Xianyang, na qual trabalharam setecentos mil homens durante 36 anos. Como guardas de seu estranho mausoléu foram esculpidos milhares de soldados de terracota.

Em 213 a.C, ano em que um grupo de homens tentava reunir todos os livros em Alexandria, Shi Huandi mandou queimar todos os livros, exceto os que tratavam de agricultura, medicina ou profecia. Entusiasmado por suas ações contra a casta dos letrados, criou uma biblioteca imperial dedicada a defender os escritos dos legalistas, defensores de seu regime, e mandou confiscar o restante dos textos

chineses. De casa em casa, os funcionários se apoderaram dos livros e os queimaram numa pira, para surpresa e alegria de quem não os tinha lido.

O pior delito era esconder um livro, punido com o envio do infrator para trabalhar na construção da Grande Muralha. Sima Qian (por volta de 145a.C.-85 a.C.), o grande cronista da China, relatou assim o acontecimento:

[...] As histórias oficiais, com exceção das Memórias de Ts'in, devem ser queimadas. Menos as pessoas que ostentam o cargo de letrados de vasto saber; aqueles que no império ousem esconder o Shi King e o Schu King ou os discursos das Cem Escolas deverão se dirigir às autoridades locais, civis e militares para que os queimem. Aqueles que ousem dialogar entre si sobre o Shi King e o Schu King serão aniquilados e seus cadáveres expostos em praça pública. Os que se servem da antigüidade para denegrir os tempos presentes serão executados juntamente com seus parentes. [...] Trinta dias depois que o decreto seja promulgado, aqueles que não queimaram seus livros serão marcados e enviados a trabalhos forçados [...].

Centenas de letrados teimosos morreram nas mãos dos verdugos e suas famílias sofreram incontáveis humilhações. Além disso, essa medida acabou com centenas de escritos recolhidos em ossos, conchas de tartaruga e tabletas de madeira.

Shi Huandi odiava os escritos de Kongfuzi ou Confúcio e os mandou queimar. Alguns anos mais tarde, quando limpavam a Biblioteca Central, os serventes descobriram uma cópia escondida dos escritos de Confúcio. Não é impossível que um bibliotecário enganasse dessa forma a autoridade constituída.

Em 206 a.C., no entanto, aconteceu um fato alheio aos planos do imperador: a guerra civil não respeitou a condição venerável da biblioteca, que foi arrasada. Só em 191 a.C., durante a dinastia Han, pôde se reconstituir a memória da China, pois numerosos eruditos conservaram na memória livros inteiros e, salvo alguns descuidos que ainda hoje perturbam os sinólogos americanos, puderam recompor a literatura de seu tempo.

A perseguição aos textos budistas

O período de destruição de livros iniciado por Shi Huandi não cessou nos anos seguintes. Por volta de 99 a.C., o cronista Sima Qian, chamado o Heródoto oriental por sinólogos europeus, não descreveu corretamente a magnificência, o poder e a legitimidade do imperador ao se referir às lutas contra os invasores hsiung-un, e essa falta de delicadeza de sua parte, talvez a timidez de certos adjetivos, custou-lhe um julgamento que culminou com sua castração e a queima do material. Hoje se lê seu texto Shiji de maneira incompleta.

A introdução do budismo na China foi acidentada. Os neo-confucianos repeliram o budismo por considerá-lo não-substancial, por sua teoria da renúncia e do vazio. Assim como no passado os confucianos foram perseguidos pelos membros da escola legalista, eles combateram e provocaram o desprestígio do budismo. Em todo caso, o Mahayana, ou Grande Veículo, conseguiu se impor a partir do século I d.C. depois da adaptação de expressões como sangha, ou comunidade de monges, e a revisão das relações de família e da iluminação. A possibilidade de qualquer pessoa poder ser um Budhisattva, ou Salvador, se propagou no espírito popular. Durante esse processo, não foram poucas as vezes em que os textos budistas sofreram confisco e destruição. As perseguições a monges e livros ocorreram quase desde o princípio e se acirraram de 446 a 452, em 574 e ainda Wuzong, em 845, mandou arrasar 4.600 templos e dezenas de escritos.

Na chamada Rota da Seda, na China, descobriu-se, em 1900, uma série de grutas no setor sul de Dunhuang, em Mogao, 227 um oásis em meio ao terrível deserto de Gobi, e em seu interior foram encontrados milhares de textos sagrados do budismo, muitos em bom estado, mas outros em fragmentos, pertencentes aos séculos V ao XI. Ao que parece, as grutas começaram a ser pintadas e utilizadas desde 366, quando o bonzo Yuezun escavou, depois de

uma visão, a primeira gruta. Ao longo de 1.500 anos, desde os Dezesesseis Reinos até a dinastia Yuan, manteve-se esse espírito que levou à idéia da Cova dos Cânones Budistas, uma espécie de biblioteca onde foram guardados cinqüenta mil manuscritos e obras artísticas. Com esse depósito de livros sagrados se pretendeu proteger uma cultura de qualquer possibilidade de censura. O número de grutas do setor sul ultrapassou quinhentas. Nas 243 grutas do setor norte havia livros de sutras em oito idiomas: chinês, tibetano, uigur, sânscrito, xixia, basba, uigur-mongol e sírio. Entre outros, apareceu o misterioso livro Ouro quebrado e alguns fragmentos do livro Sutras originais, de Ksitigarbha, o único exemplar existente.

CAPÍTULO 8

Roma

Censura e perseguição no Império

O formato dos livros se manteve em Roma, isto é, continuaram o rolo de papiro e o pergaminho, mas a tenaz atividade destrutiva também continuou. Os livros do legislador Numa, 12 escritos hierofânticos e 12 filosóficos, foram colocados em duas caixas sepultadas com seu criador. Em 181 a.C., uma inundação fez saírem as caixas à luz e os textos foram lidos, com temor reverenciai, pelo pretor Quinto Petílio, que as levou à junta pública, "onde foram queimados". Tito Lívio explicou que o Senado podia chamar os magistrados e pedir que "recolhessem livros para ser queimados" fato que ocorria por volta de 186 a.C.

O templo de Júpiter, construído na época de Tarquínio, o Soberbo, último dos reis etruscos, guardava no interior os Livros sibilinos, que eram estudados por sacerdotes chamados "flâmines". A história dos livros não deixa nada a desejar. Ao que parece, a sibila de Cumas trouxe ao rei Tarquínio Prisco nove livros e pediu por eles trezentas peças de ouro. O rei riu e se negou terminantemente a pagar. A sibila queimou alguns livros e perguntou quanto daria por eles, e dessa vez o rei se surpreendeu e começou a sentir medo, porque presumiu que nesses livros estivesse escrito o futuro de Roma. A sibila voltou a queimar mais livros e, finalmente, o rei acabou pagando as trezentas peças de ouro. Em 83 a.C., um incêndio destruiu essas obras, mas se preservaram alguns exemplares, queimados em duas oportunidades posteriores: em 69 d.C. e 80 d.C. Conta-se que Augusto salvou alguns dos livros sibilinos e os colocou no templo de Apoio no Palatino, onde também arderam anos depois. Dias antes de morrer, um tal de Estilico, em 408, destruiu o resto dos livros sibilinos.

O protetor de Virgílio, Augusto, destruiu milhares de obras, mas não sem alegar razões de Estado. Foi Augusto quem proibiu no ano 8 a circulação da *Ars amatoria*, de Ovídio (livro queimado de novo em Florença por Savonarola em 1497, e em 1599 na Inglaterra, na versão do espião e dramaturgo Christopher Marlowe, por ordem dos arcebispos de Cantuária e de Londres). Augusto, segundo Tácito, ordenou a queima de todos os escritos de Cássio Severo. Desterrado, passou seus últimos dias (falo de 35 d.C.) sentado diante de uma pedra onde escreveu uma crônica do mundo nunca lida por seus opositores nem por seus amigos. A *História*, de Timágenes de Alexandria, foi queimada publicamente por ordem de Augusto, que achou que o autor não havia escrito seu livro com o devido respeito por ele. Augusto também queimou mais de dois mil livros gregos e romanos de que não gostava. Era, ao que parece, um leitor radical.

Alguém, tudo indica que ressentido, acusou um poeta de injuriar em sua obra o mítico Agamenon. Outra acusação perigosa atribuiu a um historiador ter escrito elogios a Bruto e Cássio. Tibério, ofuscado, condenou à morte estes e outros escritores, destruindo seus livros com verdadeira fúria. Esqueceu que os mesmos poetas justificados leram suas criações a Augusto, que as elogiou.

Queimaram os livros do senador Cremúcio Cordo, na época de Tibério, e o intimaram a se suicidar. Calígula, sucessor de Tibério, recomendou anos mais tarde que os livros de Cremúcio fossem tirados de circulação, o que prova que a censura não pôde acabar com suas obras. Domiciano procurou atenuar os incêndios das bibliotecas provocados pelas incursões bárbaras enviando mensageiros a Alexandria em busca de cópias fiéis dos clássicos. Esse trabalho foi acompanhado de uma insana tendência a destruir em incineradores públicos todos os livros suspeitos de ofendê-lo. Os poetas eram castigados e os editores crucificados ou empalados.

Pelo menos três mil tabletas de bronze foram queimadas no incêndio da época de Nero. As tabletas se achavam na colina Capitolina e "eram o registro mais belo e antigo do Império que compreendia decretos e decisões da população e do senado romanos e que remontava quase à fundação de Roma [...]".

Durante o reinado de Justiniano, João Malalas, cronista de Antioquia, escreveu uma Cronografia, ou história do mundo, em que comentou a destruição de livros em Roma: "Em junho [...] alguns gregos foram presos de casa em casa, e seus livros, imagens e estátuas de seus miseráveis deuses foram queimados no Kinegião."

Um mundo de bibliotecas perdidas

Apesar de registros de poesia popular em tempos remotos, a literatura latina pode ser datada, com toda segurança, no século III a.C., época em que, já adotado o formato do livro como rolo de papiro, um autor como Lívio Andrônico, escravo grego, traduziu a Odisséia e promoveu a representação de peças teatrais. Não por mero paradoxo, foi um grego quem fundou a literatura do que seria um dos impérios mais importantes do mundo antigo. Convém lembrar que o impulso literário foi acompanhado de uma gradual circulação de livros. Havia vendas na rua destinadas a abastecer as coleções particulares, e é um fato que a primeira biblioteca pública romana, planejada por Júlio César, tornou-se realidade quando ele foi assassinado em 15 de março de 44 a.C.

Pelo que se sabe, Marco Terêncio Varrão foi escolhido por Júlio César para abrir essa biblioteca pública. Autores como Quintiliano consideravam Varrão "o mais erudito dos romanos". Escreveu 74 livros em 620 rolos de papiro, sobre diferentes temas. Quase nada restou. Um dos textos perdidos se intitulava Sobre as bibliotecas e é um dos precedentes mais antigos em torno do tema. Lamentavelmente, o assassinato de Júlio César não permitiu a criação da biblioteca e quando Varrão morreu, em 43 a.C., todos seus livros foram saqueados e alguns destruídos.

O historiador Asínio Polião (crítico de Júlio César) foi ironicamente quem criou essa biblioteca: "[...] Polião foi o primeiro a abrir em Roma uma biblioteca pública, constituída por livros gregos e latinos; as imagens de muitos escritores apareciam expostas no átrio, adornado com a maior magnificência com obras procedentes dos botins [...].

O imperador Otávio Augusto fundou duas bibliotecas, que também foram alimento das chamas. Uma estava junto ao templo de Apoio e se chamou Palatina. Foi organizada por Pompeu Macro (a quem

coube a desonrosa tarefa de eliminar Ovídio dos arquivos e determinar o grau de acesso a certos textos de Júlio César) e esteve depois nas mãos de Caio Júlio Higino. Tudo indica que essa biblioteca tinha duas câmaras, com textos gregos de um lado e romanos do outro, com nichos para os armários e uma decoração realçada pelas estátuas. Esse centro foi destruído por incêndios em 64, em 200 e o restante em 363. A outra biblioteca foi a do pórtico de Otávia, que, durante o reinado de Tito, acabou arrasada pelas chamas. Um comentário sobre o historiador Malco de Bizâncio diz que ele se referiu com tristeza à queima da biblioteca pública e da galeria de Augusto.

Sabe-se que Marcos Úlpio Trajano (53-117), primeiro imperador de origem hispânica, passou muitos anos em companhia de Dião Crisóstomo. Dessa relação nasceu em seu espírito o desejo de construir um gigantesco foro onde se instalou a biblioteca Úlpia em 114. Essa biblioteca bilíngüe foi elogiada por seus quase vinte mil volumes, desaparecidos num devastador incêndio por volta da metade do século V.

A referência que temos da biblioteca Capitolina se limita a falar de sua destruição, e pouco podemos conjeturar sobre o Athenaeum, onde houve uma biblioteca. Uma admirável biblioteca pública, normalmente depreciada, foi a do Panteão, que esteve a cargo de Sexto Júlio Africano, no século III.

A biblioteca do templo da Paz, fundada por Vespasiano, foi destruída por um incêndio em 191. Nesse incidente desapareceram vários manuscritos das obras do médico Galeno de Pérgamo, que as depositou ali, como outrora havia feito o filósofo Heráclito de Éfeso, por julgá-lo o único lugar seguro. A simples sorte nos permite ler ainda uns vinte volumes de Galeno.

Segundo o minucioso levantamento de Constantino, de 350, existiam 28 bibliotecas em Roma; nenhuma sobreviveu.

Construíram-se bibliotecas nos banhos públicos das cidades. Trajano promoveu a construção de uma, terminada antes de 109, com as duas seções habituais. Caracala ordenou a construção de um complexo de banhos com capacidade para 1.500 pessoas. Em busca de popularidade, permitiu que todos os romanos, incluindo os

escravos, pudessem usar suas instalações, que dispunham de água quente, morna e fria. Também tinha dois ginásios e uma biblioteca com as duas seções de costume, em grego e latim.

Quanto aos colecionadores, o mais conhecido talvez seja Sereno Sammonico, proprietário de uma biblioteca de 62 mil livros, que se perderam depois de seu assassinato durante uma ceia. Epafrodito de Queronea, escravo educado pelo gramático Arquias de Alexandria, adquiriu uma biblioteca particular de trinta mil volumes, utilizada em seus escritos, e que, por infelicidade, desapareceu totalmente. E. Lünzner falou extensamente da biblioteca de Epafrodito e ressaltou seus gigantescos depósitos, em grego e latim.

Muitos administradores de teatro também possuíam suas coleções particulares de comédias e tragédias. Quando se propunha um espetáculo teatral, o primeiro que se considerava era pegar a idéia de um comediógrafo ou trágico grego, já conhecido e respeitado pelo público, e se convidava um autor romano para adaptá-lo ou retomá-lo, como freqüentemente fazia Plauto, por exemplo. Nada restou dessas coleções.

Nas vilas militares como Sila e Lucullus, celebradas pelas elites da época, havia muitos manuscritos capturados nas guerras de conquista; quase nada sobreviveu. Sila tinha os manuscritos acroamáticos do filósofo Aristóteles, roubados em Atenas. C. Sulpício Galo, astrônomo e leitor voraz, possuía uma biblioteca de autores gregos de epístolas elogiada por Cícero, mas que não conseguiu escapar de um fim desconhecido. Em Dartona existiu uma vila com uma biblioteca como a de Civitavecchia.

Cícero também possuiu uma biblioteca única em seu século, perdida posteriormente. Em suas cartas se encontram com freqüência alusões a livros e escravos copistas ou bibliotecários. Um dos que pôs em ordem sua biblioteca foi um tal de Dionísio, que logo fugiu.²⁵¹ Tiranião classificou a coleção de uma maneira tal que ele ficou satisfeito. Sabe-se, além disso, que Ático, rico erudito romano, foi dono de plurimi librarü (muitos copistas) e de uma respeitável série de volumes que décadas depois já não existiam.

As vendas de livros, que recebiam o nome de *libraria tabernaf* eram abundantes. Um dos primeiros a chamá-las assim num livro, e talvez a ele se deva sua consagração, foi Aulo Gélcio, que disse: "In *libraria, ego et Julius Paulus* poeta *consederamus* Não é impossível que a influência desse autor impusesse a palavra na Europa a partir do século XIV. A decadência e as repetidas crises, naturalmente, condenaram esse comércio e, depois da queda do Império, não restou nenhuma dessas vendas.

Em outras regiões do Império também se edificaram bibliotecas pequenas e limitadas (uma única seção para autores latinos, em vez de duas). Destruída Cartago, junto com sua biblioteca, em 146 a.C., Augusto julgou apropriado levantar outra cidade sobre as ruínas, que, certamente, contou com uma biblioteca. Na cidade de Timgad, fundada pelo próprio Trajano em torno do ano 100, existiu uma biblioteca posteriormente reduzida a ruínas.

Diversas inscrições atestam a existência de uma biblioteca em Como, doada por Plínio, o Jovem, outra em Suesa Aurunca, na Campânia, construída por Matídia, parente de Adriano, e houve coleções de livros em Volsini e em Tibur. Em Pérgamo, Adriano contemplou a região com uma biblioteca, e pelo que sabemos uma mulher chamada Flávia Melitine doou uma biblioteca ao santuário de Asclépio (equivalente ao Esculápio romano), destinada a entreter os doentes. Na Espanha romana, as cidades mais importantes foram Tarraco, Emérita e Hispalis, onde se supõe que havia duas bibliotecas, mas não há documentação sobre a existência de bibliotecas públicas ou mesmo particulares de algum nobre, militar ou estudioso.

Em Atenas se encontram os restos de uma biblioteca criada em homenagem a Trajano por um homem chamado Tito Flávio Pantaino, que doou, "de seu próprio bolso, o átrio, a biblioteca com seus livros e todos os móveis" (segundo informa uma inscrição do ano 100). Há outra inscrição em que está o regulamento de uso da biblioteca (antecedente que pode ser o primeiro encontrado desse tipo): "Nenhum livro pode ser levado, de acordo com o que juramos. [...] A biblioteca está aberta desde a primeira até a hora sexta [...]." O horário se referia às manhãs, por motivo de

comodidade visual. Pensa-se que umas esculturas, encontradas nas redondezas, em que se personificavam a Ilíada e a Odisséia, faziam parte da estrutura dessa antiga biblioteca.

O imperador Adriano, por sua vez, mandou construir uma biblioteca em Atenas, por volta de 132, que tinha uma piscina e um complexo retangular de pelo menos 82 x 60m. Em 267, o prédio foi destruído. Uma inscrição, feita por volta de 135, precisou: "Para Tibério Júlio Áquila Polemeano, cônsul, procônsul da Ásia, Tibério Júlio Áquila Polemeano, cônsul, seu filho, construiu a biblioteca de Celso do seu próprio bolso, com sua decoração, santuário e livros [...]." Essa biblioteca, que hoje está avista de todos nas ruínas que permanecem no que foi a antiga cidade de Éfeso (agora na Turquia), foi iniciada em 110, num esforço para seguir o estilo do arquiteto Vitruvoia. Constava de um sarcófago monumental em mármore e uma fachada de dois níveis enfeitados com colunas. Nos nichos havia estátuas representando diferentes virtudes como a Sabedoria, o Conhecimento, a Inteligência e a Excelência. Ao que parece, o interior da biblioteca media 10,90 x 16,72 m. A invasão do ano 262 acabou com ela, mas sua fachada permaneceu intacta. Nessa triste ocasião se perderam pelo menos 12 mil volumes.

A queda do Império Romano do Ocidente piorou o paciente trabalho de conservação. Alarico tomou Roma com suas hordas bárbaras em 410. De 24 de agosto, dia do acontecimento, até uma semana depois, a cidade foi saqueada sem piedade. Os papiros serviram como tochas iluminando as orgias. Um dos chefes militares dos godos, quando suas tropas incendiaram as bibliotecas, levantou a voz e propôs deixá-las aos inimigos como distração adequada para afastá-los dos exercícios militares e entregá-los a ocupações sedentárias e ociosas. Montaigne, fonte dessa anedota, relatou-a como se se tratasse de um modelo absolutamente contrário aos fatos aqui expostos.

Os papiros queimados de Herculano

Herculano foi uma bela e pacífica cidade da Campânia, na Itália, situada a poucos quilômetros da fértil região de Nápoles. Viviam ali cerca de cinco mil pessoas, amantes da boa vida, do sol e da cultura. Em 62 d.C. ou 63 d.C. sofreu um terremoto que reduziu a escombros parte das casas e matou vários habitantes. Infelizmente, era só o anúncio da erupção que sobreveio depois. Em 79 d.C., o vulcão Vesúvio sepultou toda a cidade. Em seu testemunho, Plínio, o Jovem, disse que tudo ficou "coberto, como se fosse de neve, por uma espessa camada de cinza".

Em 1752, por acaso uma escavação arqueológica encontrou numa vila a biblioteca particular de um pensador, com quase 1.800 rolos de papiro, em grego, queimados, alguns em pedaços. Pertencia a Lúcio Calpúrnio Pisão. A biblioteca era uma sala pequena, de 3,2 x 3,2 m, com o piso decorado com mosaicos de cores fortes. Na metade da peça havia um armário, de face dupla, fino e lavrado com cuidado, onde estavam os papiros. A dimensão tão reduzida dessa sala levou os especialistas a pensar que não se prestava à leitura e que devia existir outro cômodo, construído só para ler. Também se presumiu que, se os romanos não se sentiam satisfeitos se suas bibliotecas não contivessem escritos romanos e gregos, e só aparecem os gregos, é possível que qualquer dia surjam os livros de autores latinos.

Deve-se insistir sobre a importância desse achado, porque os papiros queimados, ao serem examinados, revelaram discursos que se acreditava estarem perdidos do filósofo Epicuro, por exemplo, e os textos de Filodemo de Gádara (110 a.C.-35 a.C.), amigo e mentor do dono da biblioteca.

CAPÍTULO 9

As origens radicais do cristianismo

São Paulo contra os livros mágicos

Em Atos (19,19) do Novo Testamento se descreve a visita do apóstolo cristão Paulo de Tarso (10 d.C.-62 d.C.) à cidade grega de Éfeso, na Ásia Menor. Ali expulsou demônios, converteu novos fiéis e divulgou o cristianismo que atacara com ódio em sua juventude. Os magos de Éfeso, temerosos, queimaram voluntariamente seus livros:

[...] Muitos dos que praticaram magia trouxeram os livros e os queimaram diante de todos; e feita a conta do preço, estimaram que era de cinquenta mil peças de prata [...].

O montante de dinheiro tem provocado uma polêmica interessante: alguns acham que a folha de papiro custava o equivalente a 50 dólares de hoje. Outros acham que os textos de magia eram escritos sobre papiros baratos e, portanto, o número de livros destruídos na ocasião deve ter sido enorme. O pior é saber que o delírio semelhante reapareceu nos anos posteriores. Paulo advertiu que quem crucificou Cristo cunhou a forma da própria destruição (1 Cor, 2,6) e, de fato, o cristianismo que veio a seguir se encarregou de perseguir todos os que não aceitavam a doutrina de um Cristo divinizado.

Os livros de Porfírio contra os cristãos

Porfírio de Tiro (por volta de 232/4-305? d.C.), editor dos escritos de Plotino, filósofo neoplatônico, escreveu *Contra os cristãos*,

tratado de 15 livros com análises precisas sobre os aspectos contraditórios do cristianismo. Porfírio rechaçou datas e se opôs ao culto de Cristo, que considerou mera aparência. Alguns teólogos, precursores daqueles que seriam devotos do pensamento de Platão e de sua Escola, manifestaram-se contra a obra e em 448 d.C. queimaram exemplares. Desde então não se sabe de nenhum texto completo.

O que temos hoje são alguns fragmentos mais ou menos luminosos do livro. Um em especial, recuperado por Eusébio de Cesaréia, refere-se a Orígenes com desconforto:

Ele estudava Platão com freqüência, e se ocupava dos escritos de Numênio e Crônio, Apolófanes, Longino, Moderato e Nicômaco, e muitos outros célebres entre os pitagóricos. E usou os livros de Queremão, o Estóico, e os de Comuto. Depois de adquirir neles uma interpretação simbólica dos mistérios gregos, aplicou-os às escrituras judaicas. [...] Essas coisas foram ditas por Porfírio no livro terceiro de sua obra Contra os cristãos [...].

A cópia do modelo clássico e sua aplicação aos textos bíblicos devem ter irritado sobremaneira Porfírio, que possivelmente se confundira com a assimilação de elementos gregos nas teorias cristãs.

Os textos dos gnósticos

O desaparecimento dos escritos dos gnósticos, causado, em grande parte, pela feroz perseguição da Igreja católica, merece um livro só para si. Basta dizer aqui que os gnósticos antigos foram um grupo heterogêneo influenciado por tendências religiosas egípcias, hindus, gregas e babilônicas. Antes da Era cristã, mas em especial do século II ao século V, esse grupo teve o mérito de dizer que neste mundo dominado pelo mal ninguém se salva pela fé, e sim pelo conhecimento (gnosis).

Os gnósticos qualificavam os cristãos de demagogos por postular a redenção para todos; o céu supremo só podia, segundo eles, ser alcançado por elites de homens dotados de almas poderosas. Admitiram o dualismo; tinham aversão ao corpo; no entanto, alguns setores ousaram propor a seguinte tese: se o corpo é desprezado pela alma como algo alheio, nossos pecados carnis não importam porque a alma é superior a todo esse horror. Jeová era para eles um deus secundário, inferior em tudo ao verdadeiro Deus Supremo, ao Deus Total, ao Inominado. Divididos por suas questões, foram classificados em escolas: a da Síria, primeira de todas; a de Alexandria; a dualística; e, por último, a das antinomias. Desse conjunto se destacaram vários autores como Saturnino e Basíledes, no século I; Valentino, Teodoto, Heracleão e Taciano, no século II; Epifânio, nos séculos IV e V.

Das centenas de escritos dos gnósticos, surpreende-me a escassez de textos conservados. Basíledes, chefe de um grupo de Alexandria, escreveu um Evangelho, 24 livros de um Comentário ao Evangelho e uma série de Himnos, de que só permanecem uns poucos fragmentos. Isidoro, seu filho, continuou a tradição do pai e escreveu textos normativos. Nesses casos, como em muitos outros, os fragmentos foram recuperados por aqueles que refutaram suas doutrinas (Epifânio, São Irineu, Hipólito Romano), pois era necessário citar as passagens controvertidas. Deste modo, puderam ser salvas verdadeiras jóias do pensamento religioso antigo.

Os grupos, em geral, escondiam seus manuscritos. Em dezembro de 1945, dois fellahin egípcios, enquanto procuravam fertilizantes naturais, encontraram um jarrão. Pensaram que dentro havia ouro, mas era um conjunto de 13 códices, com pelo menos 52 textos de caráter mitológico, exegético, litúrgico e sentencioso (gnômico). Essa pequena biblioteca é conhecida como Biblioteca de Naj'Hamadi, e só poucos códices estão em mau estado.

A heterodoxia dos primeiros anos

Além dos problemas causados pelos gnósticos, a Igreja teve de combater o aparecimento de outras heresias. O bispo Paulino de Dácia, por exemplo, foi expulso porque seus escritos defendiam a magia como recurso legítimo, e a intervenção do bispo Macedônio provocou a queima de seus livros. Em 398, Arcádio refutou as obras de Eunômio e as mandou destruir.

Em 435 e 438, Teodósio e Valentiniano dirigiram grupos que iam de casa em casa confiscando livros, sobretudo, os da seita nestoriana, condenada pelo Concílio de Nicéia e pelo IV Concílio Ecumênico de Éfeso, realizado em 431. Os nestorianos acreditavam num Deus dual: em uma pessoa divina e outra humana, e parecia-lhes absurdo chamar Maria, mãe de Cristo, de "Mãe de Deus", pois para eles isso era uma contradição. Não reconheciam a supremacia do bispo de Roma e pregavam a vida simples dos apóstolos.

O assassinato de Hipátia

Hipátia foi a primeira mulher na história assassinada por ser uma pesquisadora da ciência. Era a filha mais bonita de Teão, bibliotecário em Alexandria. Seu pai escreveu tratados de geometria e música, era um erudito reconhecido, mas ela o superou em tudo e chegou a possuir o domínio total da astronomia e da matemática de seu tempo. Escreveu textos densos. Sabe-se, por exemplo, que foi autora de um Comentário sobre a Aritmética de Diofanto, um Comentário sobre as Crônicas de Apolônio, e uma edição do terceiro livro de um escrito em que seu pai divulgou o Almagesto de Ptolomeu. Lamentavelmente não restou absolutamente nada, porque seus escritos foram destruídos.

Na primavera de 415 d.C., uma multidão de monges devotos, liderados por um tal de Pedro, seguidor do venerável Cirilo, bispo de Alexandria, seqüestrou-a. Hipátia se defendeu e gritou, mas ninguém ousou ajudá-la. O terror se impôs e, dessa forma, os monges puderam levá-la até a igreja de Cesário. Ali, à vista de

todos, golpearam-na brutalmente com telhas. Arrancaram-lhe os olhos e a língua. Quando já estava morta, levaram o corpo para um lugar chamado Cinaro e o despedaçaram, arrancaram os órgãos e os ossos e finalmente queimaram os restos. A intenção final não era outra que a total aniquilação de tudo quanto Hipátia significava como mulher.

Cirilo era sobrinho de Teófilo, o causador da destruição do Serapeum. Tinha um destino determinado e o cumpriu. De 412 d.C. a 444 d.C., regeu o rumo espiritual dos alexandrinos. Não suportou a sabedoria de Hipátia, capaz de pôr em dúvida as doutrinas cristãs ao exercer, com modéstia, o método científico. Damáscio contou o seguinte: "Cirilo se corroía a tal ponto que tramou o assassinato dessa mulher de maneira que acontecesse o mais cedo possível [...]."

O prefeito da cidade, envergonhado, determinou uma investigação sobre a morte de Hipátia e designou, como coordenador, Edésio, que não tardou a receber dinheiro de Cirilo para esquecer tudo. O crime de Hipátia ficou, assim, impune, por esse suborno constrangedor.

CAPÍTULO 10

O esquecimento e a fragilidade dos livros

Quando o desinteresse destrói

Juvenal se queixava da vida efêmera do papiro. Ignorava, no entanto, outro perigo mais temível e destrutivo: o desinteresse. Entre os gregos, no início, não havia muitas cópias de um único texto, e assim era natural que o texto ficasse reservado a poucos leitores, à exceção de Homero ou Hesíodo. Quando as cópias eram limitadas, deterioravam-se e com o passar dos anos a umidade ou qualquer outro fator ambiental facilitava o desaparecimento absoluto.

Hoje em dia não há amostras de papiros gregos anteriores ao século IV a.C. De fato, apesar da existência das bibliotecas e do amplo comércio de livros da época helenística, os escritos de papiro não-substituídos ou copiados em códices se perderam. Várias descobertas arqueológicas permitiram saber que as comunidades cristãs substituíram os rolos de papiro por códices devido ao baixo custo dos pergaminhos. Muitos dos textos bíblicos do século II eram códices; os dos séculos III e IV já eram, quase todos, códices. Os textos dos chamados pagãos, em compensação, tiveram a má sorte de ser transcritos lentamente, num processo favorável a poucos.

O desinteresse pela literatura paga, gerado pelos cristãos, provocou, entre outras coisas, a extinção natural de muitos livros. Milhares de peças de comediógrafos gregos desapareceram depois de serem condenadas pelos eclesiásticos por leviandade e imoralidade. Houve perseguições contra as montagens teatrais e contra os exemplares dos atores, o que pressupunha uma etapa obscura em que milhares de comédias foram escondidas nos armários até se transformarem em curiosidades arqueológicas. Em 691 d.C. foi elaborada a Ata do Concílio em Trullo, cujo Cânone LXII

proibiu a representação de comédias devido aos seus efeitos nocivos à moral dos fiéis da Igreja.

Em 363 ou 364, Joviano queimou uma gigantesca biblioteca em Antioquia só porque seu antecessor, o apóstata Juliano, privilegiou a presença de livros de autores gregos e romanos. Não se sabe se se tratava da mesma biblioteca fundada por Antíoco, o Grande.

Some-se a tudo isso uma tendência alexandrina acentuada em todo o mundo antigo: a seleção de livros de um autor ou de autores clássicos e os resumos de obras extensas. Subentendia-se que as obras de determinados escritores deviam ser lidas em vez de outras.

Filão de Biblos, por exemplo, recomendava uma lista de textos em seu tratado especializado Sobre a aquisição e seleção de livros, que ocupava 12 rolos de papiro. Télefo de Pérgamo fez o mesmo nos três rolos de seu texto Perícia sobre livros. Na época helenística era imprescindível ler as sete peças consagradas de Sófocles, em detrimento de outras centenas escritas por ele, guardadas em cópias oficiais finalmente desaparecidas das bibliotecas de Atenas e Alexandria. Os bibliotecários de Alexandria, talvez para imitar a palavra de Platão, costumavam fazer "seleções" e não, como se tem dito, "cânones". A palavra "cânon" era usada pelos gregos para se referir à ética, como hoje chamamos "modelo" aos atos que devem ser executados por suas virtudes. O primeiro a chamar de cânone as seleções alexandrinas foi David Ruhken, que adotou o termo eclesiástico de cânone nos livros da Bíblia reconhecidos como autênticos.

Em Alexandria, por influência de Aristófanes de Bizâncio, autores como Homero e Hesíodo estavam à frente em todas as listas de poetas épicos. Arquíloco encabeçava as seleções de poetas lâmbicos. Os poetas líricos eram nove: Píndaro, Baquilides, Safo, Anacreonte, Estesícoro, Simônides, Ibico, Alceu e Alcmano (talvez Corina, poetisa grega, substituiu Alcmano em ocasiões especiais ou passasse a ser um acréscimo excepcional). Essa atitude, sem dúvida, contribuiu para o esquecimento e o desaparecimento de centenas de livros de autores considerados menores pelos exigentes bibliotecários.

L. Bieler chegou a esta conclusão:

[...] Uma das causas do desaparecimento, sobretudo dos livros mais extensos, era a prática do resumo, muito em voga desde o século III d.C, precursora de nossas edições abreviadas e books digest. Nem todos os leitores tinham paciência e nem tempo para estudar os 142 livros da História romana de Lívio. Por isso logo se fizeram extratos que se difundiram no comércio livreiro. Mas nos séculos III e IV esses extratos se reduziram ainda mais para se converter em compêndios mesquinhos. Conhece-se a sina da obra de Lívio: de seus 142 livros só possuímos 35 [...]

Os resumos se tornaram imprescindíveis porque se referiam a livros já inexistentes.

O idioma como domínio

A imposição do latim foi lenta, porém definitiva. Não há dúvida sobre seu efeito considerável no esquecimento dos textos gregos e, embora não conseguisse deter seu exercício em cidades como Bizâncio, contribuiu para refreá-lo no continente europeu. O cristianismo, no início submetido ao grego como idioma para propagação do evangelho, depreciou o hebraico e qualquer outra língua, para finalmente exaltar o latim por motivos sociais. Houve, no entanto, alguma persistência inicial até a consolidação do longo processo, marcado pelo desprezo em relação aos clássicos gregos. Curiosamente, Irineu de Lyon, que rezava em latim e falava em latim ou no antigo celta, escrevia em grego seus ataques contra os hereges. Taciano escrevia em Roma, mas em grego, como Hipólito. De qualquer maneira, textos e documentos do século III d.C. começaram a ser escritos em latim, como confirma um antigo documento datado de 20 de janeiro de 250 d.C. Noviciano foi talvez o primeiro cristão a se valer do latim para divulgar suas doutrinas em Roma. O Concílio de Elvira (300 d.C.) deixou um testemunho redigido integralmente em latim.

As conseqüências dessa mudança foram óbvias:

1. O grego, língua de filósofos e poetas, foi repudiado, salvo exceções, por todos os padres que apontavam na literatura e na

filosofia a origem de muitas heresias. Tertuliano se atreveu a afirmar num momento: "[...] De fato, as heresias são todas instigadas pela filosofia [...].

2. Na passagem dos papiros aos códices se impôs o critério de selecionar livros úteis, famosos e, na justa medida de controle, ortodoxos. O leitor pode imaginar quantos livros desapareceram por causa disso. Sem recorrer à imaginação não há forma de quantificar as perdas ocorridas entre os séculos II d.C. e VI d.C.

Orígenes fundou na Palestina a biblioteca de Cesaréia, que, incrementada pelo trabalho de seu aluno Pânfilo (240-310), distribuiu Bíblias em todo o mundo até sua destruição em 637. Escritores notáveis como Eusébio e Jerônimo adquiriram seus conhecimentos em Cesaréia. Eulálio, profícuo editor de textos gregos, devia a Cesaréia todo seu conhecimento técnico e humanístico.

SEGUNDA PARTE

Da era de Bizâncio ao século XIX

CAPÍTULO 1

Os livros perdidos de Constantinopla

I

O Império bizantino foi o vínculo mais direto com a cultura grega clássica. Na história da transmissão dos textos antigos, o mundo lhe deve a possibilidade de ler autores que, de outra maneira, seriam unicamente referência nominal. Sem sua contribuição, provavelmente não teríamos os livros de Platão, Aristóteles, Heródoto, Tucídides ou Arquimedes, para nomear apenas alguns.

A bibliofilia dos bizantinos abrangeu todos os campos. Há uma carta escrita por João Tzetzes ao imperador Manuel I em que lhe explicava o pesadelo que teve com um livro. Em meio ao fragor de uma batalha, vislumbrou a História de Escítia, de Dexipo de Atenas, cujo exemplar ele buscou toda a vida só para obter uma informação precisa e secreta. O volume estava em chamas, mas ainda se mantinha intacto. A palavra, afirmou Tzetzes, venceu o fogo. Esse sonho é, de alguma maneira, um indício dos anseios da época.

Nos séculos II e III, foi imposto um novo formato para os livros - o códice -, que trazia muitas vantagens: permitia escrever nos dois lados da página, e seu material, o pergaminho, se mostrou mais resistente do que o papiro nos embates do uso e do tempo. Os escritos que adotaram o novo sistema sobreviveram até nossos dias, apesar dos conflitos dos séculos VII e VIII, quando a biblioteca do Colégio Real, com 36.500 volumes, foi queimada sem piedade.

No século IX, o número de cópias de livros começou a aumentar. De fato, foi o momento culminante da civilização bizantina. O patriarca Fócio (820-891) podia ler livros hoje extintos e resumir seus argumentos numa monumental biblioteca, que contava com 280 seções onde abundavam as resenhas de escritos em prosa de historiadores, romancistas e oradores; lia discursos do orador ateniense Licurgo e tratados do filósofo Enesidemo, hoje

inexistentes. Fócio lia os relatos de aventuras de Aquiles Tácio e, apesar de condená-los por obscenos, não perdia ocasião de elogiar a beleza de suas heroínas. Também se destacou por proteger os copistas, que, com grande erudição, decidiram salvar livros antigos em manuscritos transcritos com uma letra minúscula, que lhes dava mais espaço e permitia trabalhar com mais velocidade. Esses livros substituíram os papiros e os códices em letra uncial, com a conseqüente obliteração e eliminação das cópias anteriores.

Durante o reinado de Constantino VII Porfirogênio, centenas de textos históricos, filosóficos e jurídicos foram copiados. É dessa época o manuscrito conhecido como Parisinus graecum 1741, elaborado com fins didáticos e que inclui as primeiras versões conhecidas da Retórica e a da Poética de Aristóteles, filósofo admirado então por seu Organon e depreciado por seu estilo áspero e labiríntico.

Os bizantinos usaram principalmente três tipos de material para os livros: papiro, pergaminho e papel. A importância do papiro se reduzia a livros e documentos imperiais (como o papiro Saint Denis). Acredita-se que a última amostra de um documento em papiro em Bizâncio foi o Tipikon de Gregório Pakourianos, datado de 1083. E evidente que o papel, uma invenção chinesa apropriada pelos árabes, interessou muito aos copistas. Atualmente, o manuscrito grego em papel mais antigo é o Códice Vaticanus 2200, escrito por volta do ano 800 por algum escriba árabe. Em Bizâncio, em compensação, o papel foi introduzido por volta do século IX ou X, e o primeiro papel encontrado ali é do tipo oriental (bombikion ou bombakeron). O fato de ser mais barato do que qualquer outro material fez o papel se impor lentamente, mas sua fácil deterioração foi motivo de preocupação entre os monges.

II

O orgulho bizantino esteve presente em todas as manifestações espirituais do império. Temístio, em 357, ficou entusiasmado com a possibilidade da criação de uma biblioteca imperial para impedir o desaparecimento dos clássicos. Ele, como todos os eruditos de seu

tempo, acreditava ser um dos propulsores do último refúgio intelectual do Ocidente. Miguel Psellos, neoplatônico, gabava-se da biblioteca de sua mãe, dotada de livros de Orfeu, Zoroastro, Parmênides,

Empédocles, Platão e Aristóteles. Entre outras bibliotecas particulares estava a de Eustácio Boilas, com 78 livros em 1059, a de Miguel Ataleiates, com 54 livros em 1079, e a de Teodoro Skaranos, com 14 livros em 1274. Acrescente-se que os mosteiros também tinham excelentes bibliotecas.

De qualquer maneira, estes esforços não bastaram para impedir a destruição em série de livros. Em 730, um incêndio devastou toda uma biblioteca com centenas de manuscritos. Em 781, um incêndio nos palácios e em parte da cidade reduziu a cinzas centenas de textos, entre eles os de São Crisóstomo. A tomada à força de basílicas, de 802 a 807, custou aos bizantinos um incêndio que destruiu mais de 120 mil livros.

Quando a Igreja de Bizâncio censurava uma obra, quase nunca era de autores clássicos. Em 1117, Eustrácio de Nicéia analisou dezenas de livros para atacar a Igreja da Armênia e descobriu duas ou três heresias ocultas nas obras do ortodoxo São Cirilo. Naturalmente, escreveu um longo informe que provocou a destruição de centenas de cópias dos livros analisados. Em 1140, as autoridades ordenaram o confisco dos livros de um monge rebelde e queimaram três exemplares.

Em 1204 sobreveio o caos. A Quarta Cruzada chegou a Constantinopla e milhares de manuscritos foram destroçados. Pelo menos durante três intermináveis dias os cruzados assassinaram, saquearam e destruíram, com fé excepcional. Atacaram com selvageria: violentaram as mulheres, roubaram os tapetes das igrejas, as obras de arte e os candelabros. Os sacerdotes, conscientes da necessidade de manter o temor a Deus como início de qualquer sabedoria, roubaram com timidez todas as relíquias encontradas e prometeram a absolvição aos saqueadores. Segundo o historiador Steve Runciman, "o saque de Constantinopla não tem precedentes na história... Nunca houve um crime maior contra a humanidade do que a Quarta Cruzada [...]".

No mesmo ano do desastre, desapareceu Hécale, um dos melhores textos de Calímaco de Cirene, citado e lido por Miguel Choniates com tanto deleite que hoje nos causa inveja. Também deixaram de existir exemplares de Safo e de outros clássicos. No entanto, os bizantinos recuperaram a estabilidade da cidade de Constantinopla e continuaram seu trabalho filológico. De 1261 até meados do século XVI os manuscritos proliferaram, e as escolas defendiam os mestres. O Ambrosianus ressaltou que toda a obra de Aristóteles devia ser lida com atenção.

Barlaam de Calábria (por volta de 1290-1348), aristotélico, foi grande amigo de Andrônico III Paleólogo, em Constantinopla, mas suas críticas e polêmicas o tornaram impopular e o concílio da cidade o condenou em 1341, com a expressa determinação de que todos seus escritos fossem queimados. Fugiu, como era de se esperar, e se estabeleceu em Avignon. Entre outras atividades, não precisamente menores, ensinou a Francesco Petrarca o grego antigo.

III

Em 1453, um grito dilacerou Constantinopla. Depois do feroz ataque das tropas turcas comandadas pelo sultão Maomé, os soldados cristãos fugiram apavorados porque deixaram cair as defesas e só se podia ouvir dizer de boca em boca: "Tomaram a cidade!" O imperador Constantino, desencantado, jogou suas insígnias ao chão e desapareceu em meio aos combates. Dois soldados se atribuíram depois sua decapitação, mas nunca se soube se mentiam ou diziam a verdade, pois "não sobrou um cadáver sem ser decapitado.

Os turcos se dedicaram a saquear a cidade durante três dias, de acordo com uma tradição estabelecida. Bairro a bairro, rua a rua, aniquilaram mulheres e crianças. Sem piedade, destruíram ícones, igrejas e manuscritos. No palácio imperial, em Blachernas, exterminaram a guarnição veneziana e tocaram fogo em tudo o que puderam. Eliminaram todos os livros encontrados, não sem antes arrancar as capas com jóias de alguns deles. Há provas de saques nas igrejas de Santa Sofia, São João de Patra, Chora e Santa

Teodósia, assim como na tríplice igreja do Pantocrátor. Muitos centros religiosos se transformaram em mesquitas.

Segundo Edward Gibbon, 120 mil manuscritos impróprios à fé de Maomé foram amontoados e, quando se concluiu a violenta jornada, ficaram flutuando no mar até submergir. Constantino Láscaris, numa citação conservada por Migne em sua Patrologia latina (volume 161.918), assegurou que os turcos destruíram o exemplar de uma cópia integral da História universal, de Diodoro Sículo. De qualquer maneira, "a maioria dos livros foi queimada [...]".

A notícia da queda de Constantinopla percorreu toda a Europa e, como o leitor já sabe, o império se extinguiu definitivamente.

CAPÍTULO 2

Entre monges e bárbaros

Quando as bibliotecas ficaram fechadas como túmulos

Houve um momento em que todo o continente europeu ficou literalmente sem bibliotecas. Amiano Marcelino, no século IV, foi o testemunho privilegiado que escreveu: "[...] As bibliotecas estavam fechadas como sepulcros perpétuos ...]."

Copiar e ler eram atividades pouco usuais nos séculos V e VI, quase sempre praticadas por nobres ou devotos. Caius Sollius Modestus Apollinaris Sidonius (Sidônio Apolinário), na Gália, mandou perseguir um monge ao saber que ele estava levando um manuscrito raro para a Bretanha, e o obrigou a ditá-lo aos seus secretários. No fundo, temia nunca mais ver esse escrito.

Gregório I, embaixador especial em Bizâncio, primeiro monge a ser designado papa, criou uma pequena biblioteca no palácio Laterano, em Roma: um grupo de colonos, arrolados pela fome causada pelas inundações do Tiber em 589, quis queimá-la, mas a fúria da autoridade eclesiástica se impôs.

Um trecho excepcional das *Institutiones* (2.5.10) de Casiodoro, político e depois monge, serve-me agora para retratar o medo que os homens dessa obscura época sentiam das invasões dos bárbaros. Casiodoro falou sobre um tratado de música de um tal de Albino e chamou a atenção para um exemplar numa biblioteca de Roma: "[...] Se essa cópia desapareceu nas invasões dos bárbaros, você tem uma cópia de Gaudêncio aqui em seu lugar [...]."

Casiodoro se retirou em 540 para o Vivário, mosteiro onde instalou uma modesta escola de copistas e uma biblioteca constituída para conservar textos antigos. Não sabemos se os chamados clássicos pagãos foram copiados no Vivário, mas é presumível dada a cultura

enciclopédica de Casiodoro. Ele esteve de fato em Constantinopla entre 550 e 554, o que facilitou a aquisição de livros gregos e latinos. A falta de provas, no entanto, impede-nos de saber como desapareceram os manuscritos da biblioteca do Vivário: conserva-se apenas um manuscrito do século VI das Complexões de Casiodoro e um códice com todas as características das cópias elaboradas no Vivário. A hipótese destinada a convencer os historiadores da transferência da biblioteca de Casiodoro para a biblioteca de Gregório I ou para a do mosteiro de Bobbio não é, certamente, absurda, mas ousada. Casiodoro pode ter feito cópias para enviar a essas bibliotecas em Roma. Depois do fechamento do Vivário, duas décadas após a morte de Casiodoro, é possível imaginar que a dispersão dos livros se deu em vários mosteiros, posteriormente destruídos. Na Espanha visigoda não houve muitas bibliotecas. O mosteiro servitano, em Valência, tinha livros provenientes da África, mas não há dados precisos sobre seu destino. No século VII existia em Toledo uma biblioteca de propriedade de um conde chamado Laurêncio, cuja morte significou o fim dos livros. Em Sevilha, o célebre bispo Isidoro mandou copiar os livros de Casiodoro, impôs no Quarto Concílio de Toledo o estudo do grego e do latim nas escolas episcopais e, consciente da importância de salvar a memória da humanidade, recompilou milhares de dados em suas Etimologias. Livro semelhante requeria, sem dúvida, enorme biblioteca (há 52 autores citados). O destino do livro foi desigual: de um lado, deu a conhecer as teorias e dados de numerosos autores pagãos, por outro, facilitou o esquecimento de muitas fontes da literatura clássica como a estranha Pratas, a misteriosa enciclopédia de Suetônio.

Os manuscritos da Irlanda

Os clássicos gregos sobreviveram em Bizâncio; os clássicos latinos e celtas foram salvos, em boa medida, pelos monges da Irlanda. Convém lembrar aqui a história de tal esforço.

São Patrício foi enviado à Irlanda pelo papa Celestino I, em 432, com ordem de evangelizar a ilha remota onde viveu como escravo. Depois tornado santo, ele avaliou as diferentes maneiras de cumprir sua missão e se decidiu pela fundação de mosteiros, abadias e bispados adaptados às idiossincrasias nativas. Esses centros religiosos se dedicaram a resgatar a fé de Cristo e os antigos manuscritos latinos. Os monges, conhecedores do grego e do latim, absorveram os antigos alfabetos irlandeses de Ogham e, depois de criar uma escrita artística sublime, copiaram centenas de obras. Seu trabalho não se limitava a recuperar textos, e sim salvar os mitos e a literatura celta. Transcreveram os mitos de Ulster, Tain, Leinster, Finn, em locais como Aran, Glendaloch, Armagh, Clonard, Bangor, Lismore, Clonmacnois, etc.

Um poema celta, datado do século VI por Kuno Meyer, inaugurou a literatura irlandesa com um testemunho célebre em que Dallan Forgaill agradeceu ao santo Columcille por sua defesa dos filid, uma ordem de poetas acusada de exagerar em suas atribuições políticas numa assembléia em 575.

Herdeiros dos druidas, os poetas irlandeses não podiam se chamar a si próprios de poetas ou filid sem alcançar primeiro a condição de mestres ou, como eles os chamavam, de ollam. Estudavam 12 anos para avançar em grau. O grau mais baixo, oblaire, só permitia o conhecimento de sete histórias; o grau mais alto, o de ollam, permitia conhecer 370 histórias e pressupunha, além disso, o conhecimento de gramática, mitologia, topografia e leis. Os exames eram anuais e o aspirante devia permanecer numa cela úmida e escura enquanto versificava sobre aquilo que aprendera, de tal maneira que seu texto, sendo igual ao melhor da tradição, desse lugar a uma tradição superior. Esses poetas, subestimados por sua erudição e pesadume, foram narradores de histórias com espontâneas e maravilhosas concepções do mundo. A História de Tuan Mac Cairill narra como um homem se transforma sucessivamente em cervo, javali, águia e finalmente salmão, etapa em que é capturado por um homem e devorado por uma mulher. No ventre da mulher se transforma em homem, nasce como profeta e escreve o poema hoje admirado.

O Livro de Kells (Codex Cenannensis), guardado hoje em dia na biblioteca do Trinity College, de Dublin, demonstra que a arte da cópia não se limitava ao texto, e sim a apresentar obras visuais capazes de despertar sentimentos místicos. O Livro de Kells, dizia Geraldus Cambrensis, foi feito por um anjo e não por um homem. Cada livro tinha o formato de códice, mais fácil de ler e mais perdurável, fabricado com couro seco de carneiro. Os monges preparavam o livro cortando o couro, dobrando-o e costurando-o até configurar o volume; logo depois iniciavam a transcrição e decoração dos textos. Thomas Cahill divulgou a teoria de que o traço da escrita irlandesa obedecia a uma matemática pré-histórica proclive (inclinada para diante) de desequilíbrios equilibrados, com uma harmonia sem centros evidentes. As iluminuras dos livros irlandeses prescindiam muitas vezes de figuras humanas e ressaltavam ornamentos geométricos obsessivos: espirais divergentes, ziguezagues e imagens zoológicas.

Columcille, designado ao comando por ser membro do clã Conaill, conhecido como São Columba, fundou inicialmente o mosteiro de Derry e continuou com mais quarenta mosteiros onde se copiavam dezenas de livros. Por volta de 563, em companhia de 12 discípulos, chegou à ilha de Iona, perto da Escócia, e estabeleceu um mosteiro para criar extraordinárias edições de livros sagrados. Morreu, ao que se diz, depois de escrever uma estranha frase do Salmo 34. Seu mais respeitoso biógrafo, Adamnan, garantiu que ele não passou um só dia sem dedicar tempo ao estudo ou à difusão do conhecimento.

Essa etapa mágica da Irlanda, logo estendida à Europa, culminou com as invasões dos vikings. Em torno do século IX, os vikings, cientes das riquezas, destruíram os mosteiros irlandeses e os livros. Nem os pequenos reis da Irlanda nem as fracas tropas puderam impedir que cada saque arruinasse séculos de trabalho minucioso e acabasse com a estabilidade da região. Em busca de ouro e pedras preciosas, os vikings arrancavam as capas dos livros e lançavam o resto ao mar. A Crônica anglo-saxã, ao se referir ao ano 793, conta que "[...] em 8 de junho desse ano, os saques e desmandos dos

pagãos destruíram lamentavelmente a igreja de Deus em Lindisfarne [...]".

No mosteiro de Lindisfarne se produziam códices para todo o mundo, mas os vikings sabiam de suas riquezas e o arrasaram repetidamente. Em 801 incendiaram os prédios; em 806 assassinaram os monges e incendiaram os prédios novamente; em 867 acabaram com tudo. Destruíram outros mosteiros: Glendalough foi incendiado pelo menos em nove ocasiões; Clonfert, Clonmacnois, Inis Murray, Bangor, Kildare e Moville simplesmente desapareceram. Na Irlanda e na Inglaterra as bibliotecas ficavam em ruínas. A biblioteca da antiga York, por exemplo, desapareceu completamente. A coleção de Peterborough acabou em mãos dos mesmos dinamarqueses que causaram o incêndio do mosteiro de Crowland em 860. Em 1091, o fogo destruiu o que fora reconstruído em Crowland e começou a decadência do lugar.

Os mosteiros

Atribui-se a Carlos Magno (742-814), rei dos francos, neto de Carlos Martel, a fundação da Europa moderna ao originar um período de síntese cultural. Desde o século VIII, Carlos Magno, dotado de uma visão internacional, estimulou os bispos a fundar escolas e bibliotecas. Convenceu o sacerdote e erudito Alcuíno a abandonar a cidade de York, onde fundara uma biblioteca, e a se instalar em Aachen com o objetivo de promover novos programas de estudo. Alcuíno impulsionou as artes liberais e, já cansado, retirou-se para a abadia de São Martin de Tours, onde criou uma escola de copistas que se destacou por uma escrita chamada posteriormente de carolíngia minúscula.

Várias bibliotecas importantes floresceram na época carolíngia, mas seu destino foi atroz: Fulda, a mais bem-dotada da Alemanha, sofreu sérios estragos, séculos mais tarde, durante a Guerra dos Trinta Anos; a de Monte Cassino, fundada na Itália, foi arrasada várias vezes na história. Sua extraordinária coleção de livros foi

minguando por diferentes fatores e enfim reduzida a escombros: por volta de 585 os lombardos capturaram o mosteiro e destruíram alguns volumes raros. No século IX os sarracenos queimaram a biblioteca. O escritor Giovanni Boccacio, que a visitou, viu com tristeza dezenas de exemplares no chão. A última destruição é um capítulo da Segunda Guerra Mundial: os aliados, numa ação exemplar, bombardearam o mosteiro até devastá-lo.

De palimpsestos e outros paradoxos

Durante duzentos anos (de 550 a 750) a Europa viveu uma de suas épocas mais obscuras. Os livros clássicos não só não eram copiados, como também eram apagados para ser utilizados na cópia de textos mais lidos e mais bem pagos. Dessa forma nasceram os palimpsestos, isto é, os manuscritos em que o texto original era apagado para transcrever um novo texto. Obras de Plauto, Cícero, Tito Lívio, Plínio o Velho, Virgílio, Lucano, Juvenal, Frontão foram sacrificadas para divulgar sermões e tratados teológicos.

Em Bobbio, os monges apagaram *De republica*, de Cícero, no século VII para transcrever um estudo de Santo Agostinho sobre os salmos.

Ironicamente, os fragmentos desse livro de Cícero procedem da recuperação, por métodos químicos, dos textos eliminados nesse manuscrito conservado como Vat. Lat. 5757. Como se pode notar, hoje em dia não é dada muita importância ao tratado de Santo Agostinho, enquanto milhares de filólogos e leitores desejam compreender o magnífico livro ciceroniano, que por sua vez, segundo algumas pessoas afirmam, é uma cópia de um livro perdido de Aristóteles, possivelmente um diálogo.

Os defensores dos livros

Nos primeiros anos da Idade Média, um clérigo espanhol, de Saragoça, chamado Vicente, enfrentou um juiz que pretendia destruir os livros de sua seita. Depois de uma luta inútil, gritou: "O fogo com que você ameaça as letras sagradas queimará você mesmo como um ato de justiça!"

História semelhante, neste registro de defesa dos livros, foi a do mosteiro de Saint Gall, atacado em maio de 925. Os bárbaros pretendiam aniquilar os monges e atear fogo no Ingar, o que significaria o fim de milhares de livros cuidadosamente armazenados. Uma mulher chamada Wilborada se ocupava então da biblioteca e teve uma visão. Não sabemos qual foi, mas, entre o entardecer do dia anterior e a madrugada de 1º de maio, enterrou os livros. Segundo a crônica, os sitiados venceram os atacantes; o fogo, de qualquer maneira, consumia a mosteiro, e o corpo de Wilborada, mutilado, maltratado, jazia sobre um monte de terra onde mais tarde foram encontrados os livros intactos. Seu ato lhe valeu a santidade e ela se tornou a padroeira absoluta dos bibliófilos.

Menos conhecido foi o martírio de Cassiano. Perseguido por suas teses, foi entregue aos próprios alunos, que resolveram convertê-lo em mártir, assassinando-o com seus estiletos, fazendo-o engolir seus próprios escritos e partindo em sua cabeça tábuas destinadas à escrita.

O poeta satírico Ulric von Hutten, quando os habitantes de Mainz lhe pediram seus livros para amontoar numa fogueira, advertiu-os: "Se queimarem meus livros, queimarei toda a cidade." Não se sabe se a ameaça surtiu algum efeito entre os exaltados habitantes.

CAPÍTULO 3

O mundo árabe

Alamut e a biblioteca dos assassinos

Assassino, segundo a etimologia mais aceita, procede de haxixino, nome dado aos adeptos de uma seita consumidora de haxix, droga alucinógena obtida a partir das plantas fêmeas de um cânhamo denominado *Cannabis indica*. Outra versão dos fatos, bem convincente, assinala que assassino vem de hasasinos, seguidores de Hassan. O erudito Arkon Daraul tem afirmado que assassin se traduz em árabe como "guardião". Assassino seria então o guardião das doutrinas esotéricas.

A seita dos assassinos era liderada por ai-Hassan ibn-al-Sabbah, chamado o Velho da Montanha, persa nascido por volta do ano 1054, amigo de Omar Khayyam, autor dos famosos Rubaiyat. Iniciado na doutrina ismaelita, Hassan era um missionário supremo que, em 1090, subjugou uma região chamada Alamut, no Irã, e criou ali uma ordem com uma hierarquia muito complexa de nove graus, onde havia aprendizes (*lassik*), sagrados (*fedawi*) e companheiros (*refik*). Os *fedawi* se encarregavam de missões suicidas: ao receber instrução especial de matar alguém, agiam à custa de qualquer sacrifício.

A sede da seita dos assassinos era em Alamut (a 1.800m de altitude, em Mazenderan, ao sul do mar Cáspio), onde, além de refeitórios e instalações de entretenimento, os seguidores contavam com uma extraordinária biblioteca que continha centenas de documentos comprometedores para metade dos grandes líderes do mundo árabe.

A biblioteca de Alamut caiu com a fortaleza em dezembro de 1256. Depois de uma resistência heróica, os membros da seita sucumbiram ao ataque dos mongóis. Uma história preservada se

refere a alguém que pediu licença para examinar os livros da biblioteca." Descobriu, com surpresa, que, além dos textos religiosos, havia grande quantidade de livros de poesias e tratados de astronomia, alguns dos quais mandou levar a cavalo. O cronista Arif Tamir escreveu que, depois disso, "os mongóis destruíram a biblioteca ismaelita que continha um milhão e meio de volumes". Outras fontes afirmam que não havia mais de duzentos mil livros em Alamut, mas estes foram igualmente destruídos.

O historiador Steven Runciman precisou: "Em Alamut os assassinos tinham uma grande biblioteca cheia de livros de filosofia e ciências ocultas. Hulagu enviou seu camarista muçulmano, Ata al-Mulk Juveni, para inspecioná-la. Juveni separou exemplares das edições do Corão e outros livros de valor científico e histórico. As obras heréticas foram queimadas. Por estranha coincidência, ao mesmo tempo se produziu um grande incêndio, originado por um raio, na cidade de Medina, e sua biblioteca, que possuía a maior coleção de livros de filosofia ortodoxa muçulmana, foi totalmente destruída.

E de Alamut, os mongóis seguiram para Bagdá.

Hulagu e a destruição dos livros de Bagdá

Conserva-se uma crônica do ataque de Gêngis Khan à mesquita de Bujara, onde os livros foram confiscados e destruídos:

Levaram ao pátio da mesquita baús cheios de livros e de manuscritos sagrados e os esvaziaram no chão, utilizaram os baús como pesebres nas cavaliças, beberam taças de vinho e chamaram os músicos da cidade para se divertir e dançar na mesquita. Os mongóis cantaram e gritaram, para saciar seus apetites, e ordenaram que os imames, sábios, doutores da religião, chefes dos clãs e notáveis se pusessem ao seu serviço e se ocupassem de cuidar dos cavalos. O Khan decidiu então partir para seu palácio, seguido por seus homens, que pisotearam as páginas arrancadas do livro sagrado, caídas entre o monte de objetos destruídos. Naquele instante, o emir imame Jalaleddin Ali ben

Hassan Al-Rendi, chefe religioso supremo da Transoxiana, voltou-se para o imame Rokneddin

Imamzadeh, o sábio eminente, e perguntou-lhe: "O que está nos acontecendo, Molana? Será um sonho ou realidade?" Molana Imamzadeh respondeu: "Não diga mais nada. E o vento da cólera de Deus que nos varre, e já não nos restam forças para falar [...]."

Um descendente seu, Hulagu Khan,⁵ repetiu sua crueldade em Bagdá, cidade à qual chegou em 1257. Como era habitual nesses casos, teve um gesto diplomático e enviou um mensageiro com um ultimato ao califa abácida, Al-Mutasim, pedindo-lhe a rendição incondicional. Conta-se que Hulagu era amável e cruel, uma ambigüidade que num rei é sinal de grandeza. Horas mais tarde, o astrólogo Husim-al-Din, seriamente perturbado, recomendou desistir do cerco a Bagdá porque alguns indícios e planetas não eram favoráveis: "[...] Se o rei não escutar e não abandonar sua intenção, seis demônios se manifestarão: primeiro, todos seus cavalos morrerão e os soldados adoecerão; segundo, o Sol não sairá mais; terceiro, não choverá; quarto, haverá tormentas e o mundo será devastado por um terremoto; quinto, as plantas não crescerão na terra; e sexto, o Grande Rei morrerá nesse mesmo ano [...]."

Em meio a esse desastroso dilema, Hulagu mandou chamar Nasir al-Din al-Tusi, cronista e matemático (inventou a trigonometria) que incorporou ao seu séquito depois da captura e destruição de Alamut e da seita dos assassinos, da qual esse erudito fazia parte. Depois de escutar todos os conselheiros, Nasir sentenciou: "São cálculos falsos. Nada ocorrerá se você atacar Bagdá."

Essas palavras bastaram para convencer o conquistador, que mandou de imediato cruzar o Tigre. Depois de assolar as aldeias dos arredores de Bagdá, atacou a cidade em 15 de novembro de 1257. Havia fortes inundações e era necessário esperar, mas o califa se adiantou e, no dia 17 de janeiro, atacou os mongóis em Bashiriya. Quatro horas de combate deixaram 12 mil soldados mortos. Finalmente, a 4 de fevereiro, Hulagu soube que as tropas começaram a entrar em Bagdá e houve ferozes combates até o dia 12.

As crônicas lembram que o califa decidiu se entregar, mas no dia 13 a carnificina continuava e mais de quinhentos mil corpos ficaram nas ruas, as casas foram saqueadas e só se respeitaram os cristãos porque a mulher de Hulagu era uma cristã nestoriana. Em algum momento, o califa foi capturado e entrou junto com o invasor no palácio Al-Rihainiyyin, onde estava toda a família real, que foi assassinada sem piedade.

Os manuscritos da biblioteca foram então levados para a margem do Tigre, jogados na água e a tinta se misturou ao sangue. O califa Al-Mustasim foi enrolado num tapete e assim espancado até morrer; pois como fora profetizado, que os mongóis sofreriam se seu sangue atingisse a terra, assim eles evitaram o problema envolvendo-o.

Outro descendente de Gêngis Khan, Tamerlão, voltou a atacar Bagdá em 1393 e acabou com tudo o que encontrou pela frente. Seus soldados prosseguiram e assolaram a Síria, eliminando, dessa maneira, todos os livros de seus adversários.

No Cairo se criou uma das mais interessantes bibliotecas de todo o Egito. Consistia em milhares de livros de todos os povos conhecidos. A invasão dos turcos, em 1068, destruiu os livros.

CAPÍTULO 4

Um confuso fervor medieval

Os livros proibidos de Abelardo

A vida dos grandes pensadores costuma ser perigosa. Sócrates teve de beber cicuta; Protágoras viu queimarem seu livro em Atenas; Demócrito arrancou os olhos como Édipo para poder pensar; Platão esteve prestes a ser assassinado; Aristóteles fugiu - acusado de crueldade - para Caleis. Pedro Abelardo não escapou à maldição e foi castrado por seu amor indevido - como todos - por uma jovem chamada Heloísa, que não era, ao que parece, tão bela quanto doce.

Além disso, quando editou em 1120 sua *introductio ad Theologiam*, um texto dialético contra as proposições heréticas, um sínodo ortodoxo o condenou por desvios da fé, não sem pedir que se queimasse a obra e se recolhesse o autor ao convento de São Medardo. Vinte anos depois, sua obra completa foi proibida pelo Concílio de Sens e o papa Inocêncio III, preocupado com os sofismas de Abelardo, mandou queimar, em 1141, os escritos e chamou seu autor de "dragão infernal precursor do Anticristo".

Num ano tão distante como 1930, um tribunal dos Estados Unidos proibiu a circulação das Cartas de amor a Heloísa, de Abelardo, porque defendia os sentimentos, sempre temidos, e promovia uma respeitável introdução ao sexo entre intelectuais.

Eriúgena, o rebelde

Herdeiro da rebeldia irlandesa, o misterioso João Escoto Eriúgena, nascido num ano ignorado e morto em outro ainda mais

desconhecido, foi um dos filósofos mais originais da Idade Média. Conhecia grego à perfeição e traduziu Dionísio, o Aeropagita para Carlos II, o Calvo, entre os anos 860 e 862. Ao seu livro mais célebre, *De divisione naturae*, devemos a existência de Giordano Bruno e de Spinoza, o que não é pouco.

O papa Honório III, assustado, exortou a comunidade da Igreja a procurar o texto para queimá-lo. Borges comentou essa queima: "*De divisione naturae*, livro V, a controversa obra que pregava, ardeu na fogueira pública. Medida acertada que despertou o fervor dos bibliófilos e permitiu que o livro de Eriúgena chegasse a nossas mãos [...]."

Eriúgena, ao combater a heresia do teólogo Gottschalk, que responsabilizou Deus por ter condenado quase todos os homens ao inferno, incorreu em outra negação ao dizer, em *De praedestinatione*, que ninguém está condenado ao inferno porque Deus é onipotente, e não existe um só ser distante dele.

Numa nota curiosa (e seguramente falsa), Guilherme de Malmesbury atribuiu a morte de Eriúgena às punhaladas das crianças da escola abacial onde ensinava, que estavam fartas, suspeita-se, dos maus-tratos do filósofo.

O Talmude e outros livros hebraicos

O Talmude, compilação hebraica de comentários e interpretações da Bíblia, foi um dos livros mais perseguidos da história. No Egito, em 1190, alguém ordenou a eliminação de vários exemplares para cumprir as nobres verdades do Evangelho. Gregório IX, em 1239, nomeou vários censores e mandou-os procurar exemplares do Talmude. Quando soube que foram armazenados, os fez queimar. Em Paris, dezenas de sacerdotes eliminaram centenas de exemplares em 1244. Luís IX, na França, mandou buscar cópias, de 1247 e 1248, e as destruiu. Também Filipe III, em 1284, e Filipe IV, entre 1290 e 1299, converteram a obra em cinzas.

Em 1319, em Perpignan e Toulouse, a Igreja queimou dezenas de exemplares. Em 1322, o bondoso papa João XXII mandou queimá-lo publicamente. Em 1490, em Salamanca, um auto-de-fé incluiu o Talmude e outras dezenas de livros hebraicos.

Em abril ou maio de 1559 foram queimados 12 mil livros, escritos em hebraico, em Cremona, cidade onde havia uma tipografia de livros judaicos.

Entre alguns dos livros destruídos estava o Ziyuni, cujos mil exemplares desapareceram quase completamente. Em 9 de setembro de 1553, um grupo de sacerdotes em Roma recolheu exemplares do Talmude e optou por queimá-los em Campo di Fiore. Uma polêmica célebre estalou entre Johann Reuchlin (1455-1522) e Johann Pfefferkorn. Segundo se sabe, o imperador ordenou, em 1509, a destruição de todas as cópias do Talmude no reino, o que foi avalizado pelo fanatismo piedoso de Pfefferkorn, mas Reuchlin se opôs à decisão e defendeu a utilização, com fins teológicos, do Talmude, o Zohar, os estudos de Rashi, Ibn Ezra, Gersonides ou Nahmanides, mas repudiou outros como o Toledot Yeshu, onde se denigra a figura de Jesus. Por ignorância, temor ou desejo secreto de equanimidade, o imperador revogou o edito de destruição em 23 de maio de 1510.

O livro Gelilot Erez Yisrael, do viajante Gershon Ben Eliezer Ha-Levi, provavelmente publicado em Lublin em 1635, foi queimado pelos jesuítas em Varsóvia logo depois, e se impôs uma segunda edição, em 1691, para evitar seu desaparecimento.

É bem conhecida uma das queimas mais recentes do Talmude, na Polônia, em 1757. Os kamenets-podolski pegaram mil exemplares dessa obra e as destruíram publicamente. E, naturalmente, os nazistas, de quem falaremos mais adiante, não perderam a oportunidade de aniquilar qualquer exemplar do Talmude existente na Alemanha.

A censura a Maimônides

A vida de Moisés Maimônides, um dos pensadores mais influentes do judaísmo de todos os tempos, foi marcada por alguns célebres paradoxos.

Nasceu em 1135, em Córdoba, na Espanha, durante a dominação muçulmana, e seus pais praticavam a fé judaica em segredo. Era, sem saber, espanhol judeu e árabe. Aos 23 anos começou um tratado sobre a Mischná Tora, ou Segunda Lei, em língua hebraica, que completou dez anos mais tarde. Esse trabalho lhe valeu o respeito dos judeus e dos muçulmanos. Em 1176 começou o livro que o tornou famoso em todo o mundo, escrito em árabe e intitulado O guia dos perplexos. Era um estudo contraditório, eficaz em suas dificuldades e se baseava numa lógica que reivindicava as alegorias e o repúdio ao materialismo.

Também escreveu outros livros, sobre medicina e diversas epístolas didáticas: Epístola ao Iemen, Epístola sobre a apostasia e o profético estudo sobre astrologia Epístola à comunidade de Marselha. Quando morria, teve algumas visões sobre a obra de Aristóteles e quis corrigir alguns parágrafos de seus livros, mas não pôde e, em 1204, fechou os olhos para sempre.

Muito tempo depois, quando era lido por todos, seus textos foram queimados. Em 1232 seus tratados arderam em Marselha. Um ano mais tarde, em Montpellier, os dominicanos não suportaram sua visão de Deus e destruíram seus livros.

A tragédia de Dante

A vida de Dante Alighieri foi marcada por uma série de incidentes lamentáveis. Viveu no exílio e sofreu várias tentativas de assassinato. Em 1315 foi condenado à decapitação e teve de se refugiar em Ravena. Seu tratado Sobre a monarquia, em que provava que a autoridade dos reis não era legitimada pelo papa e sim pelo próprio Deus, foi queimado na Lombardia, em 1318.

Em 7 de fevereiro de 1497, Savonarola substituiu o carnaval de Florença pela festa da Penitência. Mandou acender na senhoria de

Florença uma fogueira onde foram lançados cosméticos, jóias e livros, enquanto os artistas viam com estupor como suas obras pagas se consumiam. Os livros de Dante estavam entre os volumes convertidos em cinzas. Savonarola ignorava nesse momento que um ano mais tarde a Igreja iria torturá-lo e queimar seu corpo com todos seus escritos, sermões, ensaios e panfletos. Seus seguidores colaboraram, emocionados, para que o fogo se prolongasse por mais tempo.

Como corolário a isso, em torno de 1581 vários exemplares da Divina comédia foram confiscados e destruídos em Portugal.

Heresias

O direito canônico define heresia como "erro religioso em que se persevera por vontade própria e de forma duradoura contra a verdade proclamada pela Igreja". Esse conceito estimulou a organização de um sistema para combater tal prática, por meio de procedimentos teóricos e práticos, e não faltava justificativa para perseguições a membros de qualquer seita que se opunham a acatar a autoridade da Igreja.

Um dos primeiros casos heréticos medievais foi o de Leutardo, um camponês que abandonou a mulher, destruiu as cruzes e disse que Deus lhe falara para empreender uma missão apocalíptica.

O principal problema da época era a diversidade de movimentos, o que impedia uma compreensão exata dos verdadeiros motivos de cada grupo considerado herético. Em 1259 apareceram os flageladores, que anunciavam a salvação aos que se flagelassem 33 dias; os adamitas proclamavam a volta à nudez original; os bogomilos exaltavam o amor livre; os cátaros propunham uma volta ao maniqueísmo; os albigenses negavam os sacramentos; os stadingers defendiam a total liberdade sexual; os euquitas não repudiavam o demônio por ser filho de Deus... O papa Inocêncio III autorizou cruzadas contra os albigenses. Além das matanças, os soldados queimavam seus escritos. Segundo Caesarius de Heisterbach, tomou-se em Paris a decisão de proibir a leitura dos livros de física e se queimaram exemplares dos livros de David de Dinant e dos chamados Livros gauleses.

Os discursos do pregador Arnaud de Bresse foram queimados em 1155. As obras de Amaury de Chartres - fundador dos almaricos, que sustentavam que Deus e as criaturas eram apenas uma estratégia da providência em que Deus era tudo e tudo era Deus - foram queimadas em 1215 depois da condenação do papa Inocêncio III. *Levangile éternel*, texto atribuído a Joachim de Flore e seus discípulos, também foi destruído em torno de 1256.

Marguerite Porete foi condenada à morte em 31 de maio de 1310, entre outros motivos porque não aceitava sua condição de mulher. No dia seguinte, 1º de junho, foi queimada, junto com seus livros sobre o amor místico. Um em especial causou discórdia: o que tinha o título de *Espelho das almas aniquiladas*. Em 1322 Lolardo Waltero também foi queimado junto com seus livros.

No caso dos valdenses, como assinalam os historiadores, a falta de documentos se deve à sua destruição sistemática. Ao nascer o movimento dos pobres de Lyon, estes encontraram num asceta chamado Pierre Valdo estímulo para confrontar a hipocrisia católica e voltar à pobreza inicial. Desde 1160 os valdenses questionaram o poder da Igreja de Roma e se dedicaram ao ensino aberto da Bíblia. Escreviam seus textos em língua provençal e proporcionavam novas interpretações dos salmos, do Velho e do Novo Testamento. A excomunhão colocou-os à margem das atividades legais e foram perseguidos com verdadeira fúria do século XIII ao século XVI. A resistência do movimento foi exemplar, mas não pôde evitar uma carnificina. Em 5 de junho de 1561, em São Sisto, uma aldeia de seis mil habitantes, foi atacada e os escritos queimados. Os prisioneiros foram atados em estacas como se fossem archotes.

A heresia nem sempre era religiosa: podia ser política ou fictícia. João XXII, por exemplo, mandou queimar um livro em 1328 só porque duvidava de sua onipotência sobre a propriedade eclesiástica. "[...] Nesse tempo foram condenados pelo papa dois clérigos que compuseram um livro cheio de erros. Eles se esforçaram para provar que o imperador podia corrigir, pôr e dispor à sua vontade, e que os bens da Igreja estavam à mercê da vontade do imperador [...]."

Há uma crônica, de Gabriel Peignot,¹³ datada de 16 de agosto de 1463, em que se registra a queima de um exemplar sobre magia. Ao repassar seu conteúdo, num hotel em Dijon, Messire Jehan Bonvalet, em companhia de sacerdotes e personagens locais como Jehan de Molesmes, Aymé d'Eschenon, Jehan Robustel, Aymé Barjod, tomou uma decisão irrevogável, que a crônica guarda: "[...] e este livro foi condenado ao fogo". O mesmo narrador, com temor e reverência, mas não sem ironia, conta que a decisão de queimar o livro provocou grande confusão entre os presentes.

Em 23 de maio de 1473 foi levantado um palanque diante da porta da igreja de Santa Maria em Alcalá de Henares. Imediatamente começou a cerimônia de cremação de um exemplar do livro *De confessione*, de Pedro Martínez de Osma, catedrático de teologia da Universidade de Salamanca. O livro circulou pelas ruas, foi cuspidor e logo queimado, e a ação foi precedida por uma bula de excomunhão.

CAPÍTULO 5

Espanha muçulmana e outras histórias

As queimas de Almançor

Durante o regime do califado, na Espanha, Al Hakam II, que adotou o título sagrado de al-Mustansir, quis se diferenciar de todos os predecessores. Era precavido, piedoso e tenaz, virtudes que o ajudaram a manter o reino em paz. Entre seus prazeres estava o de conversar com os sábios, e decidiu fundar em Córdoba a biblioteca mais importante de toda a Europa medieval. Calcula-se que nessa época havia sessenta bibliotecas em toda a Espanha.

Em poucos anos, Al Hakam adquiriu textos raros e enviou mensageiros para divulgar seu desejo de obter reproduções dos melhores livros do mundo. Seus assessores selecionaram quatrocentos mil volumes, sobre todos os assuntos do saber humano. O catálogo da biblioteca era composto por pelo menos 44 volumes de cinquenta páginas cada. O surpreendente é que Al Hakam dizia que os lera todos e entre seus hábitos estava o de colocar no início ou no fim de cada livro todos os detalhes que podia sobre o autor.

Quando morreu, legou o trono ao seu filho, Hisham II al-Muayyad, que ainda era menor de idade e que nada pôde fazer contra a ambição do intendente e amigo de seu pai, Muhammad Ibn Abu Amir Al-Mansur, conhecido como Almançor (938-1002), e perdeu o poder.

Em 981, Almançor automeou-se al-Mansur bi-Allah (único vitorioso por Alá); em 994 assumiu o título de al-Malik al-Karim. Como ele próprio era um escritor frustrado, protegeu os teólogos e num impulso inexplicável permitiu que seus conselheiros queimassem todos os livros da biblioteca criada por Hakam que não fossem sagrados para os muçulmanos. Os textos foram jogados

numa grande fogueira onde queimaram por vários dias. Almançor, consciente de seu ato, copiou de próprio punho todo o Corão e se converteu em fanático dele. Hoje só se conserva um livro da biblioteca de Al Hakam, datado de 970.

Os versos proibidos de Ibn Hazm

Ibn Hazm (994-1063), autor de *Tawq al-Hamama* (O colar da pomba), um dos melhores tratados sobre o amor, foi perseguido por seu desejo de se manter apegado aos ritos zahiri e não aos malequi de al-Andalus. Conhecido na Espanha como Ben Hazam, explorou os sentimentos amorosos com uma destreza inigualável.

O rei de Sevilha al-Mutadid, protetor dos poetas, marido de uma poetisa, pai de poetas, ordenou a queima de todos os livros de Ibn Hazm. Certamente não acabou com todos seus volumes, mas conseguiu amedrontá-lo. Alguns historiadores assinalaram que al-Mutadid foi deportado para Marrocos depois de perder o poder; passou fome e escreveu centenas de versos em que imitava com legítima fidelidade as metáforas do homem a quem humilhou na sua longínqua e inesquecível Sevilha.

A destruição do Corão na Espanha da Reconquista

Um boato costuma ser uma verdade distendida. Pelo menos foi o que comprovaram, com fascínio no início e estupor no fim, os habitantes mouros da exuberante Granada, num dia de janeiro ou fevereiro de 1500. Tudo começou com gritos de anciãos e mulheres, mas o alvoroço se estendeu à multidão encolerizada que se reuniu nas ruas, porque se dizia que um austero sacerdote chamado Francisco Jiménez de Cisneros³¹⁶ dera uma ordem que pressupunha, de maneira radical, a imposição de uma nova cultura

e a eliminação de outra. A confusão era enorme, pois esse mesmo homem não deixara de causar problemas com seu desejo de converter os infiéis.

De casa em casa, sacerdotes e soldados confiscavam livros e, entre golpes e cochichos, advertiam que chegara a hora de queimar um antigo livro sagrado, o Corão, um dos atributos do deus dos hereges. É evidente que a reação dos crentes muçulmanos não se fez esperar, embora os distúrbios fossem controlados pelas tropas espanholas que tomaram a cidade em 1492, depois de dez longos anos de cerco. Houve quem enterrasse seus exemplares, mas a busca foi minuciosa e conseguiu recolher mais de cinco mil livros. Os reis vencedores, os grandes heróis da reconquista do reino da Espanha, Fernando e Isabel, denominados Católicos, autorizaram a queima porque estavam conscientes de que viviam anos decisivos. Cisneros, o astuto confessor da rainha, advertiu-a de como a tolerância poderia ser perigosa numa cidade em que os textos muçulmanos eram lidos em segredo. Não bastava proclamar a unidade de todo um povo, não bastava vencer os mouros, não bastava impor uma nova fé: era necessário empreender ações para apagar uma fé diferente, uma concepção do mundo resumida na visão de um homem chamado Maomé e num livro com o poder de convocar os inimigos em qualquer nova oportunidade.

Cisneros era um homem incorruptível. Nascido em 1436, em Torrelaguna, provinha de uma família pobre, mas compensou a origem social com estudos em Salamanca e Roma. Sua carreira eclesiástica começou de maneira bastante anormal: na prisão. O arcebispo de Toledo, sabendo das intrigas de Cisneros em Roma, não aceitou os termos da carta com que o papa Paulo II o recomendava para o cargo de arcebispo de Uceda e, ante a insistência de Cisneros, que chegava a ser grosseira, mandou prendê-lo. Passou vários anos detido, esquecido, apegado à leitura da Bíblia. Vítima do medo, fez-se franciscano e trocou o nome de batismo, Gonzalo, e se autodenominou Francisco. Estava decepcionado com o mundo, nada lhe interessava, e passou quase dez anos em vários conventos, até que a recomendação de um amigo o converteu em arcebispo de Toledo e, em 1495, em

confessor da rainha. Quem conhece a vida de Isabel pode entender logo por que Jiménez de Cisneros adquiriu poder absoluto sobre ela. Explica-se, além disso, a razão de sua indiferença em relação aos exemplares existentes do Corão. Sua estratégia consistia em amedrontar todos os seguidores da fé muçulmana, em Granada, na África ou no resto do mundo.

Há várias narrações de pessoas que testemunharam a destruição dos livros em Granada, mas convém analisar com atenção o informe preparado por um dos melhores amigos de Cisneros:

Para arrancar pela raiz a já mencionada perversa e má seita, mandou os alfaquis (sacerdotes e legistas) confiscar-lhes todos os alcorões e todos os outros livros particulares, todos os que havia, mais de quatro mil ou cinco mil volumes, entre grandes e pequenos, fazer grandes fogueiras e queimá-los todos; havia entre eles muitíssimos cujas encadernações possuíam prata e outras coisas mouras que valiam oito ou dez ducados, e outras menos. Embora existissem alguns que se desonravam para se aproveitar dos pergaminhos e papel e encadernações, sua senhoria reverendíssima determinou expressamente que ninguém os pegasse. E assim foram todos queimados, sem deixar vestígios, exceto os livros de medicina, dos quais havia muitos e se acharam, que não foram mandados para a fogueira; sua senhoria mandou trazer deles trinta ou quarenta volumes que estão postos hoje em dia na biblioteca de seu notável colégio e universidade de Alcalá, e outras muitas trombetas de guerra mouras que estão na sua igreja de São Idefonso, colocadas, como lembrança, no local em que sua senhoria está sepultado [...].

Um dos melhores discípulos de Cisneros foi Alvar Gómez de Castro, que escreveu, em latim, a biografia oficial de seu mestre. O surpreendente é a forma como confirma a queima e a purificação religiosa:

Alegre pelo êxito, Jiménez, certo de que devia se aproveitar ocasião tão favorável para extirpar radicalmente de suas almas todo o erro maometano, não se detinha nem ante o parecer daqueles que

julgavam mais prudente ir suprimindo pouco a pouco um hábito inveterado; pois pensava que esse método era aplicável em assuntos de pouca importância e em que não se tratasse da salvação das almas. Assim, com facilidade, sem baixar decreto ou coagir, conseguiu que os alfaquis, dispostos naquela época a fazer todo tipo de favores, jogassem na rua os exemplares do Corão, isto é, o livro mais importante de sua superstição, e todos os livros da crueldade maometana, de qualquer autor ou qualidade. Reuniram-se cerca de cinco mil volumes, adornados com as madeiras de enrolar; os quais eram também de prata e ouro, sem contar seu admirável valor artístico. Esses volumes seduziam olhos e almas dos espectadores. Pediram a Jiménez que lhes presenteasse com muitos deles, mas nada foi concedido a ninguém. Numa fogueira pública foram queimados todos os volumes juntos, à exceção de alguns livros de medicina, a que aquela raça foi sempre e com grande êxito muito afeita. Tais livros, livres da queima pelo mérito de arte tão saudável, conservam-se atualmente na biblioteca de Alcalá. Até este momento o programa de nosso bispo desenrolou-se muito bem [...].

Com essa queima, Cisneros realizou o primeiro auto-de-fé da religião católica na Europa. Os estudiosos insistem em que a destruição não se limitou ao Corão, mas também a tratados religiosos e poéticos dos sufis. De fato, Granada atraía dezenas de místicos sufis, e seus poemas, que constituíam um capítulo à parte da literatura dos árabes, foram devastados. Pelo menos metade da literatura sufi foi arrasada pelos cristãos. Ainda assim os reis cristãos avaliaram que sua ordem não se cumprira integralmente. Um documento ambíguo de 1511 prova que o próprio rei Fernando ficou insatisfeito porque se salvaram "os livros de medicina e filosofia e crônicas". E essa decepção permitiu que a destruição de livros da cultura árabe continuasse em toda a Espanha. A chamada Mora de Úbeda, por exemplo, comentou que um precioso manuscrito muçulmano foi destruído para ser convertido em "papéis de criança".

Cisneros ganhou por esse ato um prestígio sem precedentes que, em sua época e ainda muitos anos depois, legitimou sua condição de biblioclasta. Mas se notabilizou em outras empreitadas, que também lhe garantiram o temor e a distraída admiração dos que o rodeavam. Impôs o celibato clerical, aconselhou aos reis a expulsão dos judeus e torturou milhares de pessoas para convencê-las da bondade da fé cristã. Castrava, açoitava, desmembrava e queimava os rebeldes.

Em 1507 foi nomeado cardeal e grande inquisidor de todo o reino da Espanha. Alguns atribuem a ele ter nomeado como chefe da Inquisição um obscuro frade chamado Torquemada. Em 1508 conseguiu ver realizado um velho sonho, o da fundação da Universidade de Alcalá de Henares (onde pôs sob atenta custódia os manuscritos árabes sobre medicina e ciência). A chamada Bíblia sacra polyglota, em grego, hebraico e caldeu, com tradução para o latim, foi elaborada por ordem sua. Temos, dessa maneira, um fato controvertido que reafirma nossa convicção: a adoração pela Bíblia o fez odiar o Corão com tanto fanatismo.

Em 1517, com Isabel e Fernando já mortos, avisaram-no para ir ao encontro do novo rei, Carlos I. Tinha 81 anos e enquanto visitava o povoado de Roa, em Burgos, onde vivia sua família, morreu. Alguns dizem que foi envenenado. Outros acham que a causa de sua morte se deveu à sua saúde precária.

CAPÍTULO 6

Os códices queimados no México

A eliminação sistemática de códices pré-hispânicos

Frei Juan de Zumárraga sempre foi taciturno, insociável, propenso à deselegância e a falar sozinho em voz alta. Não gostava de ser citado nem de ficar anônimo, e em meio a tantos paradoxos a decisão do rei Carlos V de nomeá-lo primeiro bispo do México o transformou numa lenda. Nasceu em 1468, no mítico povoado basco de Durango, na Espanha, e uma de suas primeiras tarefas como monge franciscano foi examinar os casos de feitiçaria mais conhecidos de sua região, o que o levou a praticar exorcismos. A recomendação de um amigo o aproximou do imperador Carlos V, que, em 20 de dezembro de 1527, despachou o decreto que o enviava ao México, mas a lentidão dos processos o fez chegar só um ano depois. Desconhecia quase tudo sobre o mundo que lhe correspondia converter ao cristianismo e tentou se reunir com os índios de maneira pacífica. Ficou certamente surpreendido diante do que via: uma cultura deslumbrante e uma literatura esplêndida.

Os astecas e os maias tinham uma das civilizações mais extraordinárias do México antigo. No palácio de Netzahualcóyotl, que era poeta, havia uma grande biblioteca, da mesma forma que no palácio de Montezuma. Os livros eram códices feitos de papel de figo, obtido de uma figueira silvestre, e reproduziam desenhos.

Em 1530, em Tetzaco, fez uma fogueira com todos os escritos e ídolos dos maias. Seu ato teve enorme repercussão porque não houve ninguém entre os que viram a queima que não entendesse o significado: a idéia era apagar o passado e dar um passo para uma nova etapa. Juan Bautista Pomar contou que entre as grandes perdas dos indígenas estavam suas pinturas "em que narravam

suas histórias, porque, no tempo em que o marquês del Valle e os demais conquistadores entraram pela primeira vez em Tetzco, queimaram-nas nas casas reais de Nezahualpiltzintli, num grande aposento que era o arquivo geral de seus papéis [...].

C. W. Ceram informou que Zumárraga "[...] destruiu num gigantesco auto-de-fé todos os documentos que pôde reunir[...]". A tradição católica tentou salvar a imagem desse religioso apresentando-o de outra maneira. Hoje é lugar-comum em todas as histórias sobre o livro atribuir a ele a introdução da imprensa no México, pois em 1533 trouxe os primeiros especialistas em impressão da Espanha. Da mesma maneira, e paradoxalmente, dizem que foi o criador da primeira biblioteca pública. A seu pedido, Juan Cromberger criou uma sucursal de sua gráfica no México e com esse propósito enviou a Giovanni Paoli (Juan Pablos), de Brescia, Itália, que começou seu trabalho ao editar, em 1539, a Breve y más compendiosa doctrina christiana en lengua mexicana y castellana, o primeiro livro americano, do qual ironicamente não se conserva nenhum exemplar da impressão original. Quando Zumárraga morreu, em 1548, centenas de fiéis choraram por ele.

Diego de Landa continuou seu trabalho. Também pertencia à ordem dos franciscanos, e fora educado no convento de San Juan de Los Reyes, em Toledo, onde conheceu outro célebre aluno dessa casa de estudos religiosos, o cardeal Francisco Jiménez de Cisneros. Ao que parece, ambos aprenderam uma teologia radical, tal como nos mostram suas ações. Landa mandou torturar 4.500 índios.

Landa dedicou-se meses a analisar a escrita maia e deixou um tratado em que descreveu sua experiência filológica. Ele não aprendeu a língua por interesse histórico, mas sim para conhecer melhor a personalidade dos indígenas e poder dessa forma doutriná-los com mais êxito. Em julho de 1562 mandou queimar em Mani cinco mil ídolos e 27 códices dos antigos maias. Em sua autobiografia justificou seu ato ao dizer: "Essa gente usava também certos caracteres ou letras com as quais escreviam em seus livros suas coisas antigas e ciências, e com essas figuras e alguns sinais entendiam as coisas e as faziam entender e ensinavam. Achando grande quantidade de livros com essas letras, e porque nada havia

neles que não fosse superstição e falsidades do demônio, queimamos todos, o que lhes causou muito pesar [...].

O padre José de Acosta deixou outra versão dessa queima na História natural e moral das Índias. Considerando que seu texto é pouco citado, convém recordá-lo: "[...] Na província de Yucatán [...] havia uns livros de folhas à sua maneira encadernadas ou dobradas, em que os índios sábios registravam o emprego de seu tempo, o conhecimento de plantas e animais, e outras coisas naturais, além de suas relíquias; coisa de grande curiosidade e aplicação. Um doutrinador entendeu que tudo aquilo devia ser feitiço e arte mágica, e insistiu que deviam ser queimados, e foram aqueles livros queimados, do que mais tarde lamentaram não só os índios, mas também espanhóis curiosos, que desejavam conhecer os segredos daquela terra. Aconteceu o mesmo com outras coisas porque, pensando os nossos que tudo era superstição, perderam-se muitos registros de coisas antigas e ocultas, que poderiam ser aproveitadas. Isso acontece por causa de um ciúme ignorante que, sem saber, nem mesmo querendo saber sobre as coisas dos índios, insiste num ataque cerrado que tudo é feitiçaria [...].

Essa ação gerou um conflito que provocou o assassinato de centenas de índios. Uma investigação manipulada pelo próprio Landa o absolveu de qualquer responsabilidade, e posteriormente foi nomeado segundo bispo de Yucatán. As crônicas o exaltaram como um dos maiores estudiosos dos maias, autor de um livro intitulado Informação sobre as coisas de Yucatán (1566). Tudo isso não parece incrível. Mais espantado pode ficar um leitor que tome conhecimento da condenação desses fatos realizada pelo grande inquisidor frei Juan de Torquemada, que queimou centenas de livros na Espanha. Inimigo dos franciscanos, escreveu com ironia: "Porque os religiosos e o bispo primeiro don Juan de Zumárraga queimaram livros de grande importância para conhecer as coisas antigas desta terra, pois entenderam que era demonstração de supersticiosa idolatria; e assim queimaram todos os livros que conseguiram ter nas mãos e, caso não existissem alguns índios diligentes que escondessem parte desses papéis e histórias, não haveria agora deles a informação que temos [...].

Em todo o caso, sobreviveram três códices que revelam a magnitude da perda. O de Dresde, o Tro-Cortesiano e o Peresiano, todos em largas tiras dobradas. O de Dresde é um tratado de astronomia; o Tro-Cortesiano é um livro de adivinhações; e o Peresiano resume os rituais maias.

A destruição de livros pelos indígenas

Os índios também destruíram muitos livros. Itzcoatl, por exemplo, quarto rei dos astecas, mandou apagar o passado e vários textos foram queimados. Uma crônica do acontecimento conta que o rei chamou seus assessores para solucionar uma crise aguda e recebeu como resposta: "Queime os livros. Não é conveniente que todo mundo conheça a tinta preta, as cores. Aquilo que é transportável se perverterá, e com isto se colocará o oculto sobre a terra. Essas obras só contam mentiras e deve-se iniciar um tempo de verdade [...].

Alguns estudiosos não acreditam que se trata de um fato isolado e o consideram normal. Existem vários testemunhos sobre este ponto controverso, mas basta lembrar a passagem em que Diego Durán fala de uns livros de Topiltzin Quetzacoatl: "[...] me disse um índio velho que passando por Ocuituco lhe deixara um livro grande, de quatro dedos de altura, com umas letras, e eu, movido pelo desejo de ter esse livro, fui a Ocuituco e implorei aos índios, com toda a humildade do mundo, que me mostrassem e me juraram que seis anos antes o queimaram porque não conseguiam ler a letra, nem era como a nossa, e que, temendo que lhes causasse algum mal, o queimaram, o que me deu lástima, porque talvez satisfizesse nossa dúvida de que poderia ser o sagrado evangelho em língua hebraica, e repreendi não pouco os que o mandaram queimar [...].

Chimalpain Cuauhtlehuanitzin se referiu a um dos livros de sua Oitava relação, destruído por tê-lo deixado num terraço, onde "apodreceu".

CAPÍTULO 7

Em pleno Renascimento

O desaparecimento da biblioteca de Matias Corvino

Na Hungria, o exército turco, comandado pelo mítico Solimão II, o Magnífico, cruzou rios transbordados e colinas cheias de bosques até chegar à chuvosa Mohács em 29 de agosto de 1526. Pouco depois, e com o vaticínio equivocado de um conselheiro que não soube interpretar um sinal celestial, as tropas enfrentaram os húngaros do rei Luís II (1506-1526), um erudito em falcoaria e ervas com poderes viris. Em poucas horas vinte mil soldados europeus jaziam por terra, incluindo o próprio rei da Hungria e um bispo que dissera que teria sido melhor empregar essas almas para o martírio em Roma. A carnificina dos janízaros e dos soldados da cavalaria turca culminou com a matança e tortura de dois mil prisioneiros. De certa forma, era uma vingança pelo que aconteceu na batalha de 1456 pela cidade de Nándorfehérvár (hoje Belgrado), na qual János Hunyadi humilhou os turcos e deteve, por alguns anos, a expansão otomana.

Em 2 de setembro, com a tropa já descansada, Solimão subiu o Danúbio e marchou contra a cidade de Buda. No caminho, cada cidade era saqueada sem piedade, apesar das boas intenções do monarca. Segundo seu diário, em Buda ele encontrou uma população submissa, mas não pôde evitar que se iniciasse um inexplicável e voraz incêndio que devastou tudo. Antes, havia percorrido o palácio de Matias Hunyadi (1443-1490), chamado Corvino (semelhante ao corvo), que foi rei da Hungria de 1458 a 1490, e ficou admirado com a gigantesca biblioteca que encontrou, formada desde 1476/'''

A biblioteca de Corvino era, na época, uma das bibliotecas mais importantes do mundo, a segunda depois da do Vaticano. Continha textos em grego, latim e hebraico, e fora organizada por Taddeo Ugoletto, que estimulou a ilustração de livros por artistas talentosos como Attavante degli Attavanti. Pelo menos quatro amanuenses trabalharam na cópia de livros, que abarcavam os campos da filosofia, teologia, literatura, direito, geografia, medicina e arquitetura. Segundo algumas fontes, a biblioteca contava com dois mil ou 2.500 volumes. Segundo outras, teve três mil. Alguns afirmam que as bibliotecas do bispo János Vitez e a de Janus Pannonius foram precursoras e acabaram fazendo parte da de Corvino.

Solimão pediu um parecer sobre a biblioteca e decidiu seu confisco e transporte pelo Danúbio. Foi a última vez que a coleção foi vista na íntegra. Hoje se conhecem 216 livros que podem ter sido copiados ou que pertenceram a essa biblioteca. Cinqüenta e três obras ainda estão em bibliotecas húngaras, 39 na Biblioteca Nacional da Áustria e o resto está disperso na França, Alemanha, Inglaterra, Turquia e Estados Unidos.

A destruição da Bíblia de Gutenberg

Tudo o que sabemos sobre Johannes Gutenberg é duvidoso, distorcido e ambíguo. Acredita-se que nasceu em Mogúncia, em 1394 ou 1397, mas não há comprovação. Sabe-se que não se chamava Johannes Gutenberg, e sim Johann Gánsfleisch zur Laden, mas optou por adotar sobrenomes mais aristocráticos. Dizem que seus pais foram Friele Gánsfleisch e Else Wyrich. Dela nada se sabe, embora se suponha que pertencia a uma família aristocrática. Em determinado momento, talvez em 1437, Gutenberg amou uma jovem, mas acabou no tribunal por quebrar a promessa de casamento, o que o fez decidir abandonar a idéia para sempre, se é que não havia tomado tal decisão previamente.

Ao que parece era ourives, especialista na cunhagem de moedas e medalhas. Por motivos ainda não esclarecidos, associou-se a Hans Riffe, Andres Dritzehn e Andres Heilmann para comercializar algumas invenções: uma ferramenta para polir pedras preciosas, instrumentos para fabricar espelhos perfeitos e uma imprensa de livros. Os negócios fracassaram e, durante o processo no tribunal, se tornou público o segredo: alguém pretendia inventar uma máquina de imprimir.

A falta de dinheiro obrigou Gutenberg a pedi-lo emprestado a um advogado de Mogúncia, Johannes Fust, que se tornou seu sócio. Gutenberg desenhou para sua máquina as letras que usaria, embora não se conheça o modelo que utilizou. O tipo de letra deveria ser idêntico ao gótico alemão da época, ilegível, firme, e quis que as páginas reproduzissem os antigos manuscritos com iluminuras, para não quebrar a tradição. O resultado foi a Bíblia de 42 linhas, que concluiu entre 1453 e 1455. Desse livro foram impressos cerca de 180 exemplares, mas só restam as partes de 48 cópias, 36 impressas em papel e 12 em pergaminho. O Museu Britânico guarda dois exemplares completos em suas prateleiras.

O próprio Gutenberg, segundo algumas fontes, destruiu exemplares em seu afã de aperfeiçoar a beleza dos textos. Para se ter uma idéia do valor desse livro, uma única folha vale atualmente setenta mil dólares.

O caráter do inventor, o zelo exacerbado ou o atraso nos resultados incomodaram Fust, que processou Gutenberg. Ganhou o pleito e a prensa passou para as mãos de Peter Schoffer, de Gernsheim, a serviço de Fust. Ironicamente, em 1457 Fust produziu o Saltério de Mogúncia.

No fim de seus dias, Gutenberg ficou cego e foi sustentado pelo eleitor Adolph von Nassau. Pelo menos é a informação alimentada pela lenda. Morreu em 3 de fevereiro de 1468.

Miguel Servet, o herege

Como em muitos outros casos semelhantes, elegeu-se o meio-dia para a queima do herege. Passadas as 12 horas de 27 de outubro de 1553, uma procissão de magistrados e clérigos levou o homem ao campo de Champel, em Genebra, acorrentado e aturdido por golpes no rosto. De vez em quando gritava de indignação. O carrasco amarrou-lhe a cabeça com uma corda que passou várias vezes pelo pescoço. Sobre a cabeça colocaram um ramo de videira verde com gotas de enxofre; a roupa, suja e rasgada pelos empurrões, estava bastante danificada na zona do abdome. Nos pés, alguém depositou um exemplar de seu livro *Christianismi restitutio*, repudiado por cristãos e reformistas.

Alguns curiosos perguntaram e ficaram sabendo que o condenado se chamava Miguel Servet. Dizia-se que era um espanhol orgulhoso e de trato difícil que irritara as autoridades católicas no passado e, em função de sua defesa teológica de um catolicismo cristocêntrico, despertou a ira dos reformistas. Detido em 13 de agosto, seu processo se prolongou de 14 de agosto a 26 de outubro e ele foi condenado à morte pelos síndicos de Genebra. De qualquer forma, a lenha já estava preparada, embora úmida (talvez para prolongar o ato). Farei, um ministro de João Calvino, sorriu e disse algumas palavras diante dos síndicos, e por um momento sua oração se confundiu com os gritos da vítima. Duas horas mais tarde, as cinzas e os pedaços carbonizados foram jogados num lago próximo.

Não contente com isso, um tribunal eclesiástico exclusivamente composto por ex-amigos seus estabeleceu, em 23 de dezembro do mesmo ano, em Viena: "Ordenamos que todos e cada um dos livros compostos pelo chamado Villeneuve, além dos já queimados, sejam entregues às chamas [...]."

Miguel Servet, o herege, foi um renomado polígrafo, um estudioso de geografia, matemática, filosofia, clássicos gregos e latinos, gramática e teologia, não sem misturar tudo com astrologia. Embora sua vida estivesse envolta em mistério, sabe-se que nasceu em 29 de setembro de 1511, em Villanueva de Sigüenza, em Huesca, Aragão. Era filho do notário Antão Servet Meller e de Catalina Conesa Zaporta. Ao completar os estudos, em Saragoça ou Barcelona, aprendeu latim, grego e hebraico. Em 1528, foi a

Toulouse estudar direito. Admirava Erasmo de Rotterdam e foi procurá-lo, mas em seu lugar encontrou, em 1530, o reformador Johannes Oecolampadius em Basileia. Instalou-se em sua casa durante cerca de dez meses. Em 1531 quis contribuir para a discussão sobre o problema da trindade divina e fez imprimir, em Hageneau, seu livro *De Trinitatis erroribus*, em que atacou a idéia com uma tese violenta.

Naturalmente, irritou Ecolampádio, Zwinglio e outros. Mesmo assim, e contra todas as expectativas, persistiu em suas idéias, e, em 1532, publicou *Dialogorum de Trinitate*. A vulgarização desse livro fez com que, em 24 de maio, o Conselho da Inquisição abrisse contra ele um processo e o transformasse em foragido. Em Paris, disse que se chamava Michel de Villeneuve e que era natural de Tudela, na região de Navarra. Em 1533 e 1534 obteve o título de Mestre em Artes e lecionou na Universidade de Paris. Quase por coincidência conheceu em 1534, João Calvino, que viria a ser seu mais encarniçado inimigo.

Em Lyon fez amizade com Simphorien Champier (1472-1539), médico e latinista célebre. Em 1535, entregou a Melchior e Gaspar, mais conhecidos como os irmãos Trechsel, sua tradução da Geografia de Ptolomeu. Em 1536, editou *In Leonardum Fuchsium apologia*. Em 25 de março de 1537, se matriculou na Faculdade de Medicina de Paris e em pouco tempo já era capaz de discutir as propriedades dos xaropes - tema a que dedicou um volume publicado por Simon de Colines, com o título de *Syruporum Universa Ratio*. Estudou anatomia com o amigo e companheiro de pesquisas Andrés Vesalio. De suas aulas de astrologia surgiu uma profecia que se cumpriu no dia 13 de fevereiro de 1538, quando ocorreu o eclipse de Marte pela Lua. Hábil com a espada, bateu-se em duelo com um inimigo na França, provocando-lhe uma vergonhosa ferida. Acossado por dívidas e por motivos religiosos, Servet se dedicou à medicina na Viena do Delfinado, nos arredores de Lyon. Também aproveitou para revisar a edição bíblica de Santes Pagnini (1470-1541), um dominicano poliglota. Em 1542, da gráfica de Hugues de Ia Porte, saiu sua correção ampliada da Bíblia Pagnini. E em 1545,

aproveitando o apoio dos impressores A. Vincent e G. Treschel, fez outra edição da Bíblia em sete tomos ilustrados.

Em 1552, Servet concluiu um manuscrito que considerava seu grande legado e que intitulara Christianismi Restitutio. Entre outras coisas, incluía uma descrição precisa da circulação do sangue e a apresentação do pancristismo. Servet queria publicá-lo na Basileia, mas os impressores ficaram muito receosos. No entanto, convencido do valor de seu escrito, continuou insistindo e, em 29 de setembro de 1552, começou a edição na oficina secreta de Baltasar Arnoullet. Em 3 de janeiro de 1553, saíram oitocentos exemplares sem encadernação e sem assinatura, embora a página final incluísse as iniciais: M. S. V. Depois de uma reunião na oficina ficou decidido o envio de exemplares a Lyon, Genebra e Frankfurt.

Os inquisidores, apesar dos cuidados de Servet, localizaram livro por livro e foram confiscando e destruindo a edição inteira. Hoje só se conservam três exemplares, um deles com marcas de fogo. A reimpressão só foi feita em 1790, trabalho de Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811), na cidade de Nuremberg.

Ao matar Servet, Calvino recebeu um caloroso elogio de Melanchton. Mas a história gosta de simetrias rebeldes. Etienne Dolet, tipógrafo e impressor, aproveitou uma autorização de Francisco I para editar Terêncio, Rabelais, Cícero, Virgílio e outros clássicos. Uma diligência piedosa encontrou em sua casa textos de Calvino e Melanchton e imediatamente ele foi detido e sofreu processo e condenação à fogueira. No dia da execução, em 3 de agosto de 1546, alguém, consciente ou inconscientemente, achou adequado usar também lenha úmida para que o tormento se prolongasse, e a Praça Maubert se encheu de fumaça e cinza.

Os anabatistas de Münster

Os anabatistas escolheram um caminho radical de salvação do cristianismo durante os anos da Reforma de Lutero. Devido à perseguição aos seus membros, hoje não dispomos de muitas

provas sobre sua origem em Zurique, mas conhecemos bem suas propostas extremistas. Ao que parece, eram partidários da separação da Igreja e do Estado, se opunham ao batismo das crianças, ao batismo como salvação dos adultos, eram a favor da liberdade de consciência, do repúdio ao trabalho industrial, ao pagamento de impostos e, o que é mais interessante, assumiam literalmente cada proposta da Bíblia. Acreditavam, como ainda hoje muitos acreditam, na iminência do fim do mundo. Dessa forma, os profetas anabatistas tentaram convencer o povo da necessidade de expiar as culpas e de se redimir.

A grande oportunidade dos anabatistas surgiu com a queda da cidade de Münster, em Vestfália. Liderados inicialmente por Huter e, com sua morte, por Jan Matthys, um orador alto e barbudo, criaram uma comunidade baseada em seus princípios religiosos. No último dia da tomada da cidade - sede de um bispado -, os anabatistas queimaram os livros da biblioteca, especialmente os livros sobre teologia: "Os anabatistas se vangloriavam de sua indiferença pelos conhecimentos livrescos, acrescentando que eram os incultos os escolhidos por Deus para redimir o mundo. Quando saquearam a catedral, mostraram particular interesse arrancando folhas, destruindo e queimando os livros e manuscritos de sua antiga biblioteca. Finalmente, nos últimos dias de março, Matthys proibiu todos os livros, à exceção da Bíblia. Todas as demais obras impressas, incluindo as que se mantinham em regime de propriedade privada, deviam ser transferidas para a praça da catedral e lançadas na fogueira [...].

As coleções particulares foram empilhadas numa fogueira pública que ardeu uma noite inteira. A intenção dos líderes era bem clara: tratava-se de abolir o passado e proporcionar aos anabatistas um controle absoluto sobre a interpretação da Bíblia. Em 5 de abril de 1534, Matthys saiu à rua e informou sua gente que ele era o eleito de Deus. Como tal, enfrentou, com apenas vinte fiéis, o bispo agressor de Münster. A batalha, no entanto, contestou sua divindade e ele morreu de maneira horrível.

Vale a pena acrescentar o seguinte: a primeira edição alemã do herege anabatista David Joris (1501-1556) foi proibida na Holanda

e seus exemplares foram confiscados e destruídos. Intitulava-se David Georgen ausz Holand dess Ertzktzers warhafftige histori seines lebens unnd verf (1559). De certa forma, fez-se com esse texto o mesmo que já se fizera com o próprio David Joris. Era um personagem fascinante com audácia suficiente para exercer a pregação das mais controvertidas teses contra a Igreja católica romana, e um belo dia, sem avisar, apresentou-se no povoado de Basle e adotou o nome de Jan van Brugge, o que lhe permitiu morrer completamente em paz. Uma descoberta inesperada de uma comissão da Universidade de Basle revelou sua verdadeira identidade, e em 13 de maio de 1559 a Igreja ordenou a exumação de seus restos e a queima pública juntamente com todos os livros e folhetos referentes a ele.

A biblioteca de Pico della Mirandola

Bastaram poucos anos para que Giovanni Pico della Mirandola se tornasse um dos homens mais estranhos do Renascimento e de qualquer época."5 Nasceu em 24 de fevereiro de 1463. Leitor precoce, do outono de 1480 à primavera de 1482 estudou em Pádua com Nicoletto Vernia da Chietti e Elia del Medigo, que lhe ensinaram o hebraico e o converteram num perfeito comentarista do pensamento de Aristóteles. Aprendeu o grego antigo com Manuele Adramitteno. De julho de 1485 a março de 1486 estudou teologia em Paris. De volta à Itália, Lorenzo de Médicis o salvou da prisão certa por complicações amorosas, mas Pico della Mirandola já estava predestinado. Em dezembro de 1486, com apenas 23 anos, redigiu uma circular convidando os melhores teólogos de Roma a disputar com ele novecentas teses sobre diferentes tópicos que abordavam "proposições dialéticas, morais, físicas, matemáticas, teológicas, mágicas, cabalísticas, próprias da sabedoria caldéia, árabe, hebraica, grega, egípcia e latina". Porém, em lugar de um debate conseguiu ser condenado por heresia. Em março de 1487, uma comissão do papa Inocêncio VIII repeliu seus

argumentos e os considerou alheios ao verdadeiro espírito da Igreja.

Pico della Mirandola se defendeu com um escrito que apareceu em 31 de maio de 1487, intitulado *Apologia*, mas não pôde impedir o ataque da Igreja. Continuou escrevendo livros, como *Heptaplus* (1489), comentário sobre o Gênesis bíblico, *De ente et uno* (1492), um tratado em que tentava conciliar a epistemologia de Platão e a de Aristóteles, e *Disputationes adversus astrologiam divinatricem* (1496). Doente de uma febre inexplicável e já debilitado, morreu em 17 de novembro de 1494.

Sua riqueza permitiu formar uma biblioteca imensa, catalogada em 1.191 títulos sobre magia, filosofia, religião, cabala, história e matemática, em latim, grego, hebraico, caldeu e árabe. Cada livro tinha notas manuscritas do excêntrico dono, que nunca foi, em qualquer sentido, um leitor passivo.

Dois anos depois de sua morte, o cardeal Domenico Grimani comprou os livros. Queria ter nas mãos obras de Homero, Platão, Euclides, Aristóteles, Sexto Empírico, Averróis, Ramon Llull, Leonardo de Pisa. Em seu leito de morte, em 1523, o cardeal legou os textos à biblioteca do mosteiro veneziano de Santo Antônio. Ali ficaram até que um desafortunado incêndio, ocorrido em 1687, reduziu tudo a cinzas.TM

Perseguições e destruições

A perseguição a certos livros foi um dos capítulos mais infames da história. Enumero a seguir alguns dos incidentes mais conhecidos.

A rebelião dos camponeses em 1381, na Inglaterra, caracterizou-se por uma obsessão doentia contra livros e documentos. Os rebeldes não eram ingênuos: procuravam livros ou textos que contivessem frases prejudiciais aos interesses dos donos das terras. Confiscados os livros, destruíam-nos.

No antigo Vietnã, onde existiam escolas budistas organizadas, milhares de textos foram arrasados durante a invasão chinesa, que

começou em 1407. O imperador chinês ordenou o confisco de todos os livros vietnamitas e mandou destruí-los em Nanquim.

O Corão, em árabe, na edição de Paganini, de 1537, foi destruído por instrução direta do papa. Até poucos anos atrás, acreditava-se que não restava cópia alguma, mas na realidade há uma única no mundo, descoberta por Angela Nuovo na biblioteca del Fratri Minori de San Michele, em Isola, Veneza.

Mas isso não acaba aqui.

Nessa mesma época foram inúmeros os ataques contra livros na França. Os livros do conselheiro de Francisco I, Louis Berquin, em consequência de uma denúncia de 1523, foram confiscados, e em 17 de abril de 1529 um decreto mandou cumprir a ordem de destruição. Como reação a esse ato, circulou nas ruas de Paris um folheto, também destruído, intitulado *Lafarce des théologastres à six personnages*.

A atividade editorial de Antoine Augereau lhe valeu a morte. Foi queimado no Natal de 1534 por imprimir textos heréticos. Um deles, que se comprovou nunca ter sido publicado por ele (e sim por um admirador, Ottaviano Scoto), converteu-se em raridade. É a exaustiva tradução do tratado de Próspero Tiro Aquitano, intitulado *Opuscula de gradat et libero arbitrio* (Paris, Antoine Augereau, 1534). Hoje só sobrevivem quatro exemplares: em Paris, Bolonha, Newbeny e Folger.

Georges Bosquet contou em detalhe a tomada de Toulouse em 1562 e nada omitiu sobre a crueldade e a rapina. Seu livro, *Hugoneorum Haereticorum Tolosae Conivrationum Profligatio* (1563), provocou a ira do conselho local e o texto foi condenado às chamas em 18 de junho do mesmo ano. Pierre d'Ésgain, acusado de escrever contra o rei Henrique III, foi condenado em 1º de dezembro de 1584, e seu escrito satírico foi confiscado e feito desaparecer.

O ataque e a perseguição converteram em raridade o escrito de Grassis Barletta, intitulado *Concilium Pauli* (1543-4). Alguns dos poucos exemplares sobreviveram à caçada e estão à venda nas livrarias de antigüidades.

A segunda edição de Sermons de La simulée conversion (1594), de J. Boucher, foi condenada à queima devido às propostas e idéias políticas do autor, que pediu o massacre de todos os membros da casa de Bourbon em 1593.

As sátiras e os sermões de Samuel Rowlands (The Letting of Humours Blood in the Head Vaine) contra a corte de Londres, de 1600, livro reeditado três vezes até 1611, foram queimados publicamente.

Em 26 de junho de 1614, o Parlamento de Paris emitiu um mandato condenando ao fogo o livro Defesa da fé, de Francisco Suárez. Quatro anos depois, em 1618, um libelo chamado Ripazographie, do poeta Durant, foi condenado a ser destruído e queimado na praça Greve. Uma estranha condenação foi imposta oficialmente em 1618 aos folhetos distribuídos por Joseph Bouillerot e Melchior Mondiere: o carrasco deveria rasgar os livros e "dilacerá-los".

Em 6 de outubro de 1626, a câmara de Béziers determinou a queima de uma obra de título longo: Discours des vrayes raisons pour lesquelles ceux de La religion en France peuvent (1622). Juristas como Grotius repudiaram o conteúdo desse volume de setenta páginas, sobretudo por suas propostas radicais.

Por volta de 1647 saíram os Pensées de Morin, livro de um homem temível que se dizia chamar Simon Morin e ser o mais prodigioso iluminado da Terra. Uma sentença de 20 de dezembro de 1662 condenou autor e livro ao fogo, o que ocorreu efetivamente em 14 de março de 1663.

Sobre Jean Baptiste Claude Isouard, que assinava seus escritos como Delisle de Sales, sabe-se que seu livro de 1766, intitulado De La philosophie de La nature, foi condenado, e o autor também, que fugiu para o exílio. Os exemplares foram seqüestrados e queimados. Anos mais tarde, o próprio autor deu uma resposta contundente aos seus perseguidores: Mémoires de Candide, sur La liberte de La presse.

Um autor decisivo, ainda que esquecido, na história da neurologia, foi sem dúvida Joseph Priestley, que defendeu as idéias de David Hartley sobre a psicofísica das funções cerebrais. Os exemplares de Hartleys Theory of the Human Mind on the Principie of the

Association of Ideas (1775) foram confiscados e queimados em 1782.

Dois trechos curiosos

É impossível não se surpreender e também encantar com um irônico trecho da obra do padre Feijó:

[...] Paulo Jovio conta que, tendo Alcyonio traduzido mal alguns livros de Aristóteles (cum aliqua ex Aristotele perperam, insolenterque vertisse), o erudito espanhol Juan de Sepúlveda escreveu contra ele expondo tão claramente os defeitos de sua tradução, que Alcyonio, confuso e irritado, apelou para o recurso de comprar nas livrarias todos os exemplares que pôde do escrito de Sepúlveda e os transformou em cinzas [...].

Segundo as más línguas da época, Alcyonio era um tradutor que, diante dos trechos obscuros ou difíceis, preferia corrigir os originais com suas próprias palavras. Essa censura, ao que parece, radicalizou sua posição ao ponto de ele decidir utilizar uma pira para refutar os questionamentos críticos.

É bem excêntrico o caso do veneziano André Navagero, que idolatrava a obra do poeta romano Catulo e não passava um dia sem lê-la, traduzi-la e discutir linha por linha suas ambigüidades. Acreditava, como acontece a muitas pessoas em relação a Homero, Shakespeare ou Neruda, que toda a literatura residia em Catulo. Chegou ao extremo de acender todos os anos uma fogueira em sua homenagem, onde queimava, impaciente, livros com os Epigramas de Marcial. O ritual culminava com uma leitura, em voz alta, dos textos de seu venerado autor.

CAPÍTULO 8

A Inquisição

O Santo Ofício e a censura de livros

A Inquisição foi uma das instituições judiciais de natureza religiosa mais severa criadas pelo ser humano para combater a dissidência e o pensamento heterodoxo. Sua atividade representou na Europa, e nos países onde atuou, um terrível período de censura, perseguição, tortura e destruição de vidas humanas e livros. Sua história, de qualquer forma, apenas resume e legitima uma concepção humana bastante antiga, que fica evidente quando se analisam suas circunstâncias originárias e finais.

O dogmatismo sempre necessitou da existência de órgãos de proteção e intimidação, e a Inquisição, nesse sentido, serviu fielmente à consolidação política da Igreja católica. Alguns fatos podem facilitar a explicação desse comentário. Digamos, por exemplo, que a pluralidade de movimentos religiosos surgidos na Europa, quase simultaneamente com o momento em que se consolidava o poder e a autoridade da Igreja, tornou necessário recorrer a medidas e estratégias de dissuasão por meio da excomunhão, tortura, ordálio (ou "prova de Deus"), queima de hereges ou o ataque a populações inteiras. Esse procedimento era inquisitório. Posteriormente, o processo se institucionalizou, principalmente a partir da Reforma proposta por Martim Lutero, considerada o desafio mais perigoso ao catolicismo oficial.

Em 1520, uma bula do papa Leão X excomungou Martim Lutero e publicamente proibiu a difusão, leitura ou citação de qualquer de seus escritos. Nas ruas, a população queimava livros e efígies de Lutero, que por sua vez mandou destruir a bula numa fogueira. Carlos V, preocupado com a expansão da doutrina de Lutero, ordenou a destruição de todos seus livros. O fracasso dessa medida

teve conseqüências: em 14 de outubro de 1529 ficou proibida a impressão de qualquer livro não autorizado por um órgão sacerdotal. Em 29 de abril de 1550, se repetiu a ordem antiga e, por lei, foram condenados à morte todos os autores e impressores de livros heréticos.

Vale lembrar que, três séculos antes, o rei Frederico II, logo depois de sua coroação em Roma, em 1220, promulgou uma lei de caráter imperial autorizando o confisco de todos os bens dos hereges, lei que serviu a Gregório IX para legitimar em 1231 a queima de hereges teimosos. Inocêncio IV, por sua vez, promulgou a bula *Ad extirpanda* em 1252 nomeando duas ordens eclesiásticas defensoras da Igreja e encarregadas do cumprimento das penas contra os hereges: dominicanos e franciscanos. Pouco depois, tornou-se imprescindível organizar as técnicas de combate à heresia e se escreveu o primeiro manual com instruções precisas para o julgamento: *Practica inquisitionis heretice pravitatis*, obra de 1323 de Bernardo Guidonis, dominicano fanático que durante toda sua carreira de inquisidor em Toulouse participou de 930 sentenças, com 42 penas de morte na fogueira e pelo menos 307 confinamentos.

Os êxitos sociais do protestantismo, e não suas proposições, alarmaram o clero romano e, em 1542, o papa Paulo III constituiu a *Sacra Congregatio Romanae Universalis Inquisitionis seu Sancti Officii* (Congregação da Inquisição), que alguns preferiram abreviar para Santo Ofício. É interessante observar que a inquisição medieval foi dura contra todas as heresias propensas a causar problemas políticos, enquanto o Santo Ofício se concentrou nos teólogos e sacerdotes, rastreando com espiões e mercenários qualquer idéia suspeita. O papa Paulo IV, um fanático com enormes problemas emocionais, mandou a Congregação redigir uma lista com todos os nomes dos livros mais perigosos à fé, e, em 1559, publicou-se, sem erratas, um temível índice de livros proibidos, intitulado em latim *Index seu catalogus librorum qui prohibentur mandato Ferd. De Valdez Hispal. Archiep. Inquisitoris generalis Hispaniae*. No entanto, já havia índices desse tipo na Sorbonne (1544 e 1547), na Universidade de Louvain (1546 e 1550), em

Lucca (1545), em Siena (1548) e Veneza, onde, em 1543, editou-se o *Index generalis scriptorum interdictorum*.

Por volta de 1583, a Universidade de Salamanca elaborou um índice dividido em duas partes: obras proibidas e trechos proibidos. Dessa maneira se acrescentou um detalhe expurgatório relacionado com a supressão de frases, parágrafos ou partes para tornar possível a edição ou circulação de um livro. Os índices de Quiroga, como ficaram conhecidos, foram reeditados em 1612, 1632, 1640, 1707, 1747 e 1790.

Na Espanha, a palavra Inquisição adquiriu novo matiz. Em 1478, o rei Fernando II e a rainha Isabel I pediram permissão ao papa e criaram um capítulo da Inquisição na Espanha. A partir daí se perseguiram árabes e judeus. Os que não se converteram foram executados. A ascensão de Filipe II ao poder na Espanha instaurou um verdadeiro aparato de censura católica. O duque de Alba, executor das medidas, enforcou autores e editores, e chamou o diligente decano da Faculdade de Teologia de Louvain, Árias Montano, para elaborar um catálogo oficial, em 1570, com o título de *Index librorum pro-hibitorum*. O decreto de 15 de fevereiro de 1570 legalizou o catálogo e serviu para o confisco e destruição de milhares de livros em toda a Europa.

A Inquisição espanhola era formada por um inquisidor geral à frente do Conselho Supremo da Santa Inquisição, composto por sete membros. Cada tribunal particular dispunha de três inquisidores, um fiscal, três secretários, um oficial de justiça maior e três receptores, qualificadores e consultores. Na Espanha havia 14 desses tribunais, três em Portugal e três na América (México, Lima e Cartagena das Índias). As atividades da Inquisição aperfeiçoaram os autos-de-fé contra o pensamento alternativo. Dos índices, iniciados em 1559, passou-se logo à ação frenética contra toda opinião contrária.

A audácia de pensamento custou ao frei Luis de León dois processos de censura. O primeiro começou em 1572, e a acusação consistiu em questionar sua resistência ao texto da Vulgata latina da Bíblia e na publicação de uma tradução direta do hebraico do Cantar dos cantares. De março de 1572 até 1576, frei Luis de León esteve detido num cárcere da Inquisição de Valladolid. Anos mais

tarde, em 1582, envolveram-no de novo num processo inquisitorial, por defender o jesuíta Prudencio de Montemayor. Esse caso se repetiu com outros teólogos e escritores. O humanista Francisco Sánchez, El Brocense (natural de Brozas),¹¹⁵ nascido em 1522 e morto em 1600, foi levado ao tribunal da Inquisição por suas afirmações heréticas e sinceras sobre aspectos particulares do culto católico. Ele, que era antes de tudo um gramático, recusava-se a ficar de joelhos para adorar imagens, assegurava que os Reis Magos não eram reis e que não foram adorar Cristo uns dias depois de seu nascimento, e sim dois anos depois, e que Cristo não havia nascido em dezembro, mas em setembro... Até 1600 ficou detido na casa do filho, mas não morreu sem assumir francamente sua adesão ao catolicismo.

A Cédula Real da regente Juana, de 7 de setembro de 1558, proibiu expressamente a importação de livros, e todos os impressores foram notificados da necessidade de pedir licença ao Conselho de Castela. O número de penas aumentou para quem fizesse contrabando de livros proibidos. O índice vetava todas as bíblias em línguas vulgares, e o processo de censura bíblica dava o privilégio de pesquisa sobre elas às universidades de Salamanca e Alcalá. Também não foi autorizada a circulação de escritos de Lutero, Calvino e Zwinglio, do Talmude, do Corão, dos livros de adivinhação, superstições, alusões sexuais ou necromancia.

Em 1566, na França, Carlos IX ratificou publicamente a lei de 1563, sobretudo seu artigo LXXVII, em que se intimidava os impressores, vendedores e autores com medidas como a prisão ou a destruição, pelo fogo, dos livros editados. Em 1571, determinou que nenhum livro podia aparecer sem permissão real, sob pena de prisão. Como bem expressou o historiador A. S. Turberville:

Não bastava publicar índices; era necessário comprovar que não se liam livros proibidos. A Inquisição utilizava agentes para fiscalizar as livrarias e também as bibliotecas particulares. Mas era nos portos de mar e na fronteira francesa onde havia mais vigilância. Examinavam-se não só os pacotes de livros, mas toda espécie de mercadoria. [...] À chegada de um barco no porto, a tripulação,

passageiros e mercadorias tinham de ser inspecionados por um comissário da Inquisição. As visitas aos navios eram incômodas, impunham demoras e gastos, pois o agente cobrava por seus serviços. Os comerciantes faziam queixas constantes, especialmente em Bilbao, porto principal da costa da Biscaia; as queixas eram apoiadas pelos embaixadores de potências estrangeiras, mas tudo resultava inútil. O Estado aprovou integralmente o sistema inquisitorial de proteção à população contra o veneno da literatura nociva, e suas próprias leis de imprensa foram excessivamente drásticas [...].

Miguel de Cervantes, no capítulo VI da primeira parte do Dom Quixote, referiu-se com ironia à Inquisição e a personificou nas figuras do cura e do barbeiro, que queimaram os livros da biblioteca de Alonso Quijano por considerar que tais leituras o enlouqueceram. Também no capítulo XXXII, ainda da primeira parte, ficou retratada essa obsessão inquisitiva:

[...] Assim que leu os dois primeiros títulos, voltou-se o cura para o barbeiro e disse:

- Fazem-nos falta agora a ama e a sobrinha do meu amigo.
- Não fazem - respondeu o barbeiro -, pois também sei atirá-los ao pátio, ou à lareira, que está bem acesa.
- Então quer vosmecê queimar mais livros? - inquiriu o vendeiro.
- Apenas estes dois - disse o cura, o de Dom Cirongílio e o de Félixmarate.
- Porventura os meus livros são hereges ou fleumáticos, para que vosmecê os queime? - insistiu o vendeiro.
- Cismáticos, e não fleumáticos, é o que quereis dizer, amigo - observou o barbeiro.

A Inquisição no Novo Mundo

Desde que chegaram, a maior preocupação dos espanhóis no Novo Mundo foi religiosa. Os reis da Espanha não hesitaram em conceder

amplos poderes à Igreja para aplicar um plano de catequese geral entre os indígenas. Quanto aos espanhóis e filhos de espanhóis, o Santo Ofício julgou imprescindível criar pontos de controle nas terras recém-descobertas. De fato, organizaram-se três.

A sede de Lima foi criada - assim como a do México - por Cédula Real de 25 de janeiro de 1569 e realizou 27 autos-de-fé. O primeiro ocorreu em 15 de novembro de 1573: um homem chamado Mateo Salado foi queimado por sua fé luterana (os hereges eram queimados no Pedregal, perto do cerro San Cristóbal). A mudança de mentalidade no século XIX reduziu pouco a pouco os processos inquisitoriais. Em 22 de fevereiro de 1813, as Cortes de Cádiz suspenderam esses julgamentos de maneira provisória e logo depois de forma permanente.

No México, por exemplo, foram os frades que assumiram o papel de inquisidores com poderes episcopais, no período de 1522-1532, concedidos por meio das bulas papais de 1521 e 1522. Os índios, castigados nos primeiros momentos por seus costumes, deixaram de responder aos processos inquisitoriais a partir de 30 de dezembro de 1571. A Inquisição mexicana estava vinculada à Secretaria de Aragão, que respondia à de Castela. Para completar, a Inquisição preservou no Novo Mundo os mesmos códigos vigentes na península espanhola e não foram alteradas nos julgamentos as normas das Constituições de Torquemada, as do arcebispo de Granada, as de Diego de Deza ou as de Fernando de Valdés, embora don Diego de Espinosa, cardeal inquisidor geral e presidente do Conselho Real, ordenasse a redação de apêndices válidos para casos excepcionais nas colônias.

Apoiados na figura do comissário, os inquisidores fiscalizavam portos e navios em busca de qualquer livro assinalado nos índices de obras proibidas, tais como bíblias em língua vernácula, romances de cavalaria e obras científicas ou políticas comprometedoras. O Concílio Provincial Mexicano de 1555, no item LXXIV, advertiu sobre o perigo de certo tipo de livros. As gráficas eram constantemente inspecionadas, os livreiros não podiam vender até que seus arquivos fossem registrados e as bibliotecas particulares eram submetidas a exaustivas buscas. O Segundo Concílio Provincial, de

1565, foi determinante ao restringir a circulação de bíblias e negou aos índios o direito de possuí-las. O Terceiro Concílio, de 1585, ameaçou com a excomunhão todos os donos de livros proibidos.

Havia um livro guia, de Giovanni Alberghini, chamado Manual Qualificatorum Sanctae Inquisitionis, onde se definiam quais eram os livros perigosos e os métodos para expurgá-los ou destruí-los. Os comissários solicitavam aos passageiros seus dados enquanto revistavam seus pertences para encontrar livros condenados, que eram enviados à aduana e queimados uma vez confirmada sua condição herética ou sua inconveniência.

No caso da Venezuela, vinculada à sede criada pela Cédula Real de 25 de fevereiro de 1610, em Cartagena das Índias, em Nova Granada, os comissários da Inquisição de Caracas interrogaram diversos proprietários de livros durante visitas domiciliares. A Cédula Real de 25 de abril de 1742 proibiu os livros sem licença no Conselho das Índias. Dois leitores, José Antônio Garmendia e José Espana, admitiram ter queimado as obras de Caetano Filangieri; Francisco Javier Briceno rasgou um tomo da Vida do Conde de Saxe: Isso aconteceu em 1806. Em Caracas, o comissário da Inquisição contava com uma equipe para as buscas, formada por um notário e dois oficiais de justiça.

François Depons proporcionou uma lista dos textos impossíveis de serem lidos na Venezuela:

Os livros franceses condenados à proscrição absoluta são: O novo Abelardo, A academia das senhoras, Ano dois mil quatrocentos e quarenta, O filósofo do bom senso, O discurso do imperador Juliano contra os cristãos, As máximas políticas de Paulo III, O dicionário de Bayle, Teologia portátil do abade Bernier, a continuação da História universal, de Bossuet, Teoria das leis criminais, de Brissot de Warville, os seis últimos volumes do Curso de estudos de Condillac, Diálogos extraídos do monialismo, Tratado de virtudes e recompensas, Erros instrutivos, Diário do reinado de Henrique IV, rei da França, Filosofia militar, O Gênio, de Montesquieu, História literária dos trovadores, História filosófica e política do abade Raynal, Belisário, de Marmontel, Memórias e aventuras de um homem distinto, Da natureza, de Robinet, Investigações sobre os

americanos, Sistema da natureza, Sistema social, os livros de Voltaire, os livros de Rousseau, Ensaio sobre a história universal, de João de Antimoine, História do príncipe Basílio, História e vida de Aretin, Monumentos da vida privada dos doze Césares, etc. [...]

Francisco de Miranda, um dos heróis mais interessantes da Guerra de Independência da Venezuela, queixou-se ao ministro inglês Pitt porque "a perniciosa censura da Inquisição proibia os hispano-americanos de ler livros úteis ou instrutivos".

Na Colômbia, o Arquivo Geral da Nação (Fundo Milícias e Marinha) conserva documentos sobre a destruição de textos. Uma ilustração satírica contra Carlos III foram queimadas por uma ordem de 11 de agosto de 1772. Menos cordial, uma Cédula Real do rei contra um livro solicitou sua destruição em 1778:

Cédula Real sobre o livro Ano dois mil quatrocentos e quarenta. O rei. Tendo ouvido, por informes mui seguros e indiscutíveis, que começou a se introduzir em Reais Domínios um livro em octavo maior, escrito em língua francesa, intitulado Ano dois mil quatrocentos e quarenta, com a data de impressão em Londres, ano de mil setecentos e setenta e seis, sem nome de autor, nem de impressor, no qual não só se combate a Religião Católica, e o mais sagrado dela, mas também se aplica em destruir a ordem do bom governo [...] promovendo a liberdade e independência dos súditos de seus monarcas e senhores legítimos: Resolvo que, além de proibir pelo Santo Ofício este livro perverso, queimem-se publicamente pela mão do carrasco todos os exemplares encontrados [...]. Para cujo fim ordeno igualmente, por Ordem Real de doze de março deste ano, que meu Conselho das Índias expeça Cédula circular àqueles reinos para o cumprimento da minha expressa real resolução [...]. Datado em Aranjuez em vinte de abril de mil setecentos e setenta e oito. Eu O REI [...].

Em 1779, a História da América, de William Robertson, foi queimada na costa. Entre 1810 e 1816, dezenas de folhetos, pasquins e livros foram queimados nas praças da Colômbia por ordem direta das autoridades espanholas com apoio dos membros

da Inquisição. Sabe-se, por exemplo, que o volume intitulado Devocionário de Ibagué em memória das façanhas, prodígios e virtudes da lança de don Baltasar, que ainda hoje se conserva na santa igreja matriz daquela cidade (Imprensa de Ambrosio Carabina, 1813), do doutor José Francisco Pereira (1789-1863), foi queimado publicamente quatro anos depois de sua aparição, segundo a ordem do comandante Ramón Sicilia.

CAPÍTULO 9

A condenação dos astrólogos

A destruição da biblioteca de Henrique de Villena

Alquimista, astrólogo e poeta, Henrique de Villena, um dos escritores mais interessantes da Idade Média na Espanha, nasceu provavelmente em 1384 e morreu em 1434. Presumia, como todo parente bastardo, ser neto ilegítimo de Henrique II de Castela. Obcecado pela mitologia, escreveu *Eis dotze treballs de Hércules* (1417), em catalão. Também foi autor de estranhos escritos como *Tratado de enfeitiçar ou fascinologia*, livro que se tornou uma referência e um estigma. Amante da cortesia e das boas maneiras, mandou imprimir seu *Tratado da arte de cortar com afaça*, em que apresentou explicações rigorosas sobre a postura e a atitude correta na mesa. Um fragmento desse livro se refere claramente à destruição da biblioteca de Alexandria:

[...] Segundo concordam muitas histórias que falavam dele, Cam, filho de Abraão, chamado por algumas pessoas de Zoroastes, descobriu, organizou e deu a conhecer as artes e as ciências, escrevendo sobre artes em sete colunas ou marcos de cobre e sobre as ciências em outras sete colunas de terracota sabendo que o mundo deveria perecer pelo fogo, como aconteceu no tempo de Phetonte, ou pela água, como aconteceu no tempo de Noé e de Ogígio e Deucalião. E uma grande parte de quatro destas colunas de cobre, sobre o dilúvio, encontra-se no lugar em que hoje se situa Atenas, a cidade, na Grécia. Por causa delas numerosos estudiosos, estudantes e escritores foram ali, chegando a se publicar setecentos mil volumes, segundo Agélio, menção feita no livro *Note acticarum*, lamentando a queima e destruição daquele estudo [...].

Villena traduziu pela primeira vez para uma língua europeia toda a Eneida, de Virgílio, e também fez a primeira tradução da Divina Comédia, de Dante. Atribui-se a ele o livro Arte de trovar, editado por volta de 1420, em que se preocupou em fazer uma história da língua castelhana e do uso das normas poéticas dos trovadores. Escreveu uma carta sobre o amor esotérico intitulada Epístola a Suero de Quinones (1428). De qualquer forma, seu prestígio não bastou para evitar momentos ingratos nos seus últimos anos. A Igreja não parou de persegui-lo e o fez perder em 1414 o direito de pertencer à Ordem de Calatrava.

No mesmo dia em que morreu, todos os seus livros foram confiscados, revistos e, em sua maioria, queimados.

Uma obra misteriosa: A "Esteganografia"

Apesar de seu desejo de viver no anonimato, antes Johannes Zeller de Heidenberg, Jean Tritheme, nascido em 1462 e morto em 1516, tornou-se uma das personalidades mais complexas da Europa. Foi, ao que se sabe, membro de uma sociedade secreta, a Confraria Celta, onde se estudavam astrologia, magia, cabala, matemática e literatura." No afã de sobreviver, estimulado pela pobreza, aproximou-se da religião, e acabou como abade de Sponheim, onde criou uma biblioteca monástica. Anos mais tarde foi abade de Saint-Jacques de Wurzburg, onde morreu. Pregava uma teologia severa, irrevogável; praticava, por outro lado, uma fé estética.

Há alguns livros seus que revelam seus interesses mágicos e históricos: Annales hirsaugienses (1514), Annales de origins Francorum, De scriptoribus ecclesiasticis (1494), Catalogus illustrium virorum Germaniae (1491) e Antipalus maleficiorum (1508). Seus estudos sobre a cabala hebraica foram resumidos nos oito tomos da Esteganografia, manuscrito ditado durante um sonho. A obra, em suma, descrevia os métodos de escrita secreta, telepatia e telequinética.

Filipe II, na Espanha, assessorado por seus conselheiros, que não a conheciam, mandou cremá-la por medo de sua divulgação. Desde 1609, o livro apareceu nos índices Proibidos da Igreja e foi queimado regularmente. Ainda hoje é muito difícil conseguir um exemplar.

O livro proibido de Nostradamus

O médico Michel de Notredame (1503-1566), conhecido como Nostradamus, foi o profeta mais conhecido na história do Ocidente. Pouco se sabe sobre sua vida, e a maior parte dos dados é mera conjectura. De sua obra, citada a cada ano com mais afinco, reconhece-se como o livro mais importante o intitulado Centúrias. A primeira edição desse livro se fez em 1555, em Lyon, na oficina de Mace Bonhomme. Intitulava-se Les Prophéties. Incluía as três primeiras centúrias e 53 versos da quarta.

Essa primeira edição, no entanto, é uma verdadeira raridade porque tem sido sistematicamente destruída desde seu aparecimento. No século XIX havia um exemplar na Biblioteca da Cidade de Paris, mas a destruição do prédio acabou com a amostra. Havia outro exemplar na biblioteca Mazarino, mas acabou sendo vendido por 12.310 francos ao Hotel Drouot em 17 de junho de 1931. Hoje sabe-se da existência de dois exemplares: um na biblioteca de Viena e outro na biblioteca Rochemore, na região de Tarn. Dessa primeira edição se fizeram, no entanto, várias reimpressões.

A biblioteca secreta de John Dee

Astrólogo, matemático, espião, mago e escritor, John Dee nasceu na Inglaterra em 1527 e morreu em 1608. Foi sem dúvida um dos personagens mais encantadores de sua época, repleta de homens e mulheres excepcionais. Era irascível, impulsivo, perspicaz e não

perdeu a oportunidade de cair nas graças das rainhas Maria Tudor e Elizabeth I. Convenceu ambas de seus poderes sobrenaturais e nenhuma delas saía do palácio sem consultar o horóscopo indecifrável que este curioso mestre fazia para elas.

Viajou por diferentes regiões da Europa, onde aprendeu os segredos mais delicados da alquimia. De noite e de dia, lia sem parar a Esteganografia do abade Tritheme. Em 1581 conheceu Edward Talbott (1555-1597), um farsante logo apelidado de Kelly, e conseguiu impressioná-lo quando lhe mostrou como podia falar com os mortos. Kelly espalhou o boato de que ele e Dee podiam transformar chumbo em ouro e ambos tiveram a sorte de ser recebidos em todas as cortes. A sociedade se manteve em bons termos durante anos, mas um dia Dee escutou Kelly dizer que tivera um sonho no qual um ser superior lhe revelava que a esposa de Dee devia ser compartilhada com seu amigo, e o temperamento filantrópico e sempre bondoso de Dee se azedou, como era de se esperar. De qualquer forma, quando abandonou Kelly, não sabia se ele seduzira sua mulher e, pior ainda, deu-se conta do enorme descrédito em que caíra devido às mentiras de tão incrível personagem.

A rainha Elizabeth admirava Dee, e não só o perdoou como o encarregou de missões que nem sequer seus colaboradores mais íntimos chegaram a conhecer. Entre outras coisas, Dee levou para seu país os primeiros globos terrestres de Mercator, contribuiu para a primeira tradução dos Elementos, de Euclides, e escreveu um livro misterioso intitulado A manada hieroglífica.

Durante uma de suas viagens, sua casa, em Mortlake, foi atacada por uma turba supersticiosa, e quando regressou, em 1589, viu que a biblioteca, uma das mais completas sobre textos esotéricos, havia sido saqueada.

Não há consenso sobre o número de livros dessa biblioteca, onde, diga-se de passagem, havia também instrumentos científicos matemáticos, como um quadrante feito por Richard Chancellor, globos de Mercator, compassos, um relógio fabricado por um especialista de sobrenome Dibbley, ímãs e mapas. A estimativa mais considerada assinalou: "A partir das principais fontes ou

particularmente do catálogo de 1583 sabemos que as estantes de Dee guardavam entre três mil e quatro mil títulos, que representavam virtualmente cada aspecto do conhecimento clássico, medieval e do Renascimento. A biblioteca era especialmente rica em manuscritos científicos e históricos, e seus textos herméticos, marítimos, artísticos, paracelsianos e semíticos atraíram durante muito tempo a atenção dos estudiosos. A aspiração de um conhecimento total que caracterizou Dee e outros estudiosos do Renascimento foi a força que esteve por trás da forma de sua coleção.

Uma parte dos livros desapareceu e outra, com os anos, dispersou-se em diversas bibliotecas da Inglaterra. Acredita-se que alguns desses livros foram queimados no incêndio de Londres de 1666.

O novo rei, Jacob I, não quis ajudar Dee e ele terminou seus dias na pobreza e no esquecimento. Alguns atribuíram sua queda à relação com Kelly, e outros aos terríveis segredos revelados em seus escritos. Muito tempo depois de sua morte, foi publicado um livro seu, em 1659, Um verdadeiro e fiel relato do ocorrido entre o doutor John Dee e alguns espíritos, no qual o mago descreveu suas conversas com seres de outra dimensão, conseguidas por intermédio de uma pedra negra de antracito. Esses seres se puseram em contato com ele interessados numa aproximação proveitosa. Um dado relevante: viajavam pelo tempo e não pelo espaço.

CAPÍTULO 10

A censura inglesa

Os delitos da ortodoxia

Em 1599, por ordem do arcebispo de Cantuária, foi queimado o livro de John Marston intitulado *The Metamorphosis of Pigmaliions Image* (1598). Jaime I da Inglaterra, em 1603, mandou destruir todos os exemplares de *A discovery of Witchcraft*, de Reginald Scott, membro do Parlamento, que publicou em 1584 seu livro com a esperança de demonstrar a inexistência das bruxas.

Cerca de seis mil exemplares do Novo Testamento, traduzido por William Tyndale, levados como contrabando para a Inglaterra, desapareceram quando um grupo de sacerdotes, escandalizados por essa vulgarização das escrituras, armou uma fogueira enorme e queimou todos os exemplares.

O expurgo de livros perpetrado na Inglaterra de 1536 a 1540, por ordem de Henrique VIII, foi religioso. Em 1550, os partidários de Eduardo VI queimaram e roubaram os livros da biblioteca da Universidade de Oxford:

Os trabalhos dos estudiosos, como P. Lombardo, T. Aquino, Scoto e seus seguidores com suas críticas também, e os que tinham os Esclarecimentos Papistas neles, foram expelidos de todas as Bibliotecas da Universidade e Estudos Particulares [...] Não satisfeitos com isso, caluniaram os nobres autores como culpados de barbarismo, ignorância das Escrituras e muito engano, e, na medida em que puderam, condenaram sua memória para a eternidade. E para que sua impiedade e tolice chegassem mais longe, trouxeram certos jovens grosseiros que levaram os despojos dos livros para a cidade em caixões e os puseram no mercado

comum e ali os queimaram, para dor de muitos, tanto dos protestantes como de outras partes [...].

Thomas Bodley foi o único que pôde, na época de Elizabeth I, devolver a fama perdida a essa biblioteca (com o tempo lhe deu até seu nome: hoje a conhecemos, de fato, como biblioteca Bodleiana).

O censor perseguido

William Prynne, famoso teólogo inglês e legislador radical, atacou duramente os desregramentos dos atores e mais de uma vez convidou amigos a condenar publicamente os excessos das peças teatrais. Em 1633, surgiu seu livro *Histriomastix the players scourge, or Actors tragaediae*, em que formalizou suas denúncias com argumentos demolidores. Infelizmente, não estava com sorte, pois um inocente livro seu editado seis semanas antes, de estilo pastoral, autorizado e bem-visto por alguns religiosos, provocou a cólera inexplicável da corte. Lord Cottington não explicou os motivos pelos quais o livro o desagradava, mas aconselhou a rainha a mandar queimar publicamente todos os exemplares.

O censor acabou, assim, vítima de suas próprias idéias. Foi encarcerado, humilhado, degradado, perdeu até as orelhas. No entanto, teve a coragem de se defender em *A new discovery of the prelates tyranny* (1641), um panfleto feliz e útil que serviu para anular algumas acusações contra ele.

As lutas religiosas inglesas

Segundo Ernest A. Savage, na primeira metade do século XVI centenas de milhares de manuscritos já haviam desaparecido na Inglaterra. A perseguição a um livro e seu autor corresponde quase sempre à temerosa debilidade questionada. De título longo e

conteúdo curto, *The discovery of a gaping gulfwere into England is likely to be swallowed by another french marriage* (1579) foi queimado na cozinha do Stationers Hall. O autor, John Stubbs, perdeu a mão direita por se opor ao casamento da rainha Elizabeth e o duque de Anjou, mas algumas testemunhas não esqueceram seu gesto de levantar a mão esquerda para gritar: "Deus salve a rainha!"

Em 27 de junho de 1659, o breve tratado *Iconoclasta*, um ataque do poeta John Milton à hipocrisia religiosa, foi queimado. Um ano mais tarde foi destruído outro livro seu: *Pro populo anglicano defensio* (1652).

A intolerância puritana provocou um lamentável incidente em 1664. Benjamin Keach, um sacerdote batista, publicou quinhentos exemplares de *The child instructor*. Trata-se de um inocente manual carente de qualquer teologia, mas que alarmou o pouco risonho Thomas Disney, que mandou colocar o autor no pelourinho, em Ailsbury, com um papel na cabeça com a inscrição: "Por escrever, imprimir e publicar um livro cismático." E ainda por cima toda a edição foi queimada.

A queima de exemplares da impecável *Collection of speeches*, de sir Edward Dering, em 1642, provocou reações entre políticos e religiosos ingleses. Depois de vários desencontros, os grupos se enfrentaram. Uns eram de tendência whig e os outros eram tories. Daniel Defoe, nessa época apenas um escritor em busca de fama, decidiu redigir um texto engenhoso intitulado *The shortest way with the dissenters* (1702), no qual se fazia passar por um clérigo respeitável que de maneira satírica se atrevia a sugerir argumentos absurdos contra os opositores. A popularidade do texto o levou ao cárcere em maio de 1703.

A exaltação por essa mesma luta levou Henry Sacheverell a editar um violento panfleto intitulado *Theperils of false brethren*, em 1709. Em 27 de março daquele ano seus escritos foram queimados, e os censores não se esqueceram de destruir um decreto de julho de 1683 que fora reimpresso com a finalidade de divulgar o texto de Sacheverell.

Em 1683, alguns eruditos da Universidade de Oxford, inconformados com as teses sobre o Estado de Thomas Hobbes, condenaram dois livros dele: *De Cive* e *Leviathan*. *De Leviathan*, dedicado a fazer da religião um instrumento governamental de controle para manter a paz num Estado, foi dito que merecia o fogo e alguns fanáticos o queimaram numa pequena fogueira pública.

Um livro satírico de Laurence Sterne, *A political romance*, foi queimado em 1759 por determinação eclesiástica. Em 1779, o carrasco queimou um livro de John Hely-Hutchinson intitulado *The commercial restrain of Ireland considered* (1779), cuja essência consistia numa denúncia contra a coroa britânica.

CAPÍTULO 11

Entre incêndios, guerras e erros

O grande incêndio de Londres

No misterioso incêndio de Londres de 1666, a quarta ou quinta parte da cidade ficou devastada. Mais de 13.200 casas e umas noventa igrejas ou capelas foram reduzidas a cinzas. Não houve um número alto de mortos, mas se aniquilaram milhares de obras.

Um desses textos foi *Ars signorum vulgo character universalis et língua philosophica* (1661), de Giorgio Dalgarno, embora uma nova versão dos fatos assegure que foi John Wilkins quem queimou o livro aproveitando o incêndio geral para evitar acusação de plágio. Seja qual for a verdade, a primeira versão de *Essay towards a real character, and a philosophical language* de Wilkins (1614-1672) ardeu em 1666, o que obrigou o autor a reescrever sua proposta de construir um idioma baseado em princípios reais de conotação internacional.

O catálogo de livros desaparecidos nesse incêndio registra, entre outros, *An exact chronological vindication and historical demonstration a four British Roman, Saxon, Danish, Norman, English kings, supreme ecclesiastical jurisdiction* (1666). A este volume perdido deve se acrescentar *Aesops fables, with his life in English, French and Latin* by Rob. Codrington (1666), livro que desapareceu por completo e para sempre.

Textos como *Cambrensis eversus* (1662), de John Lynch, e *Londoris dread-ful visitation* (1665) também arderam nessa infeliz ocasião.

Uma das grandes perdas desse incêndio foi a da maior parte dos exemplares do cuidado volume *Mr. William Shakespeares comedies, histories and tragedies* (1664). Outra desgraça foi a queima de *Poems* (1665), de Matthew Stevenson, edição com um belo retrato realizado por Gaywood. Um texto dedicado a Carlos II, intitulado

Remonstrantia hibemorum contra Iovanienses (1665), de R. R. F. R. Caron, que se chamava a si mesmo O Emérito, perdeu-se entre as chamas.

El Escorial e a queima de manuscritos antigos

Evoca-se, não sem injustiça, o monarca Filipe II (1527-1598) por suas fraquezas, pela derrota da Armada Invencível, pela sublevação de seu secretário, pela tragédia do filho, pelos delírios noturnos, por sua morte angustiante, pela crise econômica mais grave da Espanha, mas talvez seja importante resgatar aqui, e de maneira contundente, sua condição de gestor de um dos maiores monumentos da história da Europa, considerado hoje a oitava maravilha do mundo, o Mosteiro Real de São Lourenço de El Escorial, em cuja construção se trabalhou ao longo de 21 anos e cuja direção foi entregue aos padres jerônimos. Acredita-se (análise baseada na Escritura de Fundação e Dotação do prédio, preparada pelo rei em 22 de abril de 1567) que a razão de ser desse lugar está relacionada ao triunfo de San Quintin em 10 de agosto de 1557, quando as tropas francesas foram derrotadas por um pequeno exército. No entanto, é óbvio que Filipe II, assim como a dinastia dos Ptolomeus e a dos Médicis, quis ostentar seu poder por meio de uma obra incomparável em seu tempo. Raras vezes os triunfos militares geram bibliotecas.

El Escorial, além disso, está situado num lugar pouco acessível, o que revela o escasso interesse pela fama que havia por trás de sua construção. O encarregado de construí-lo foi, primeiro, o arquiteto Juan Bautista de Toledo, e, depois de sua morte em 1567, Juan de Herrera, cosmógrafo e matemático. Entre muitas de suas divisões se pensou, por recomendação especial de Juan Bautista Cardona, na conveniência de preparar uma biblioteca. Ao final havia três: uma principal, em frente ao Pátio dos Reis, outra com manuscritos e finalmente a dos livros de corais e litúrgicos. Contou também com um Arquivo, onde ficavam as cartas, os títulos de fundação, bulas

apostólicas, Privilégios, Cédulas Reais, tudo isso armazenado em arcas de acesso bastante limitado. A organização da biblioteca, por sua vez, deveu-se ao humanista Benito Árias Montano, nascido em Fregenal de La Sierra (Badajoz) em 1527 e morto em Sevilha em 6 de julho de 1598. Montano era o capelão de Filipe II e ao mesmo tempo conselheiro para assuntos secretos relativos a Flandres e Portugal. Por volta de 1577 foi assistido pelo padre José de Sigüenza. Montano, como se bem sabe, deixou uma Bíblia Poliglota. Seria difícil expor aqui toda a história dessa biblioteca, mas convém insistir que o rei quis que fosse a melhor do mundo e com esse propósito doou seus livros, e, além disso, ou por isso, não regateou qualquer quantia para adquirir textos. Os colaboradores mais íntimos receberam instruções para comprar livros raros e manuscritos em Paris, Roma e Veneza. Uma carta de 28 de maio de 1567 explicitava ao embaixador na França os ânimos do monarca:

"[...] Nesse caso me alegrarei de que se tomem os mais raros e excelentes que se puderem encontrar, porque é uma das principais lembranças que se podem deixar, para o aproveitamento particular dos religiosos que morarão nesta casa e para benefício público de todos os homens de letras que quiserem ler neles [...]."

Conscientes da importância desse projeto, alguns cortesãos legaram suas bibliotecas inteiras. Os dois mil volumes de don Diego Hurtado de Mendoza, a maioria italianos, engrossaram a biblioteca, assim como aconteceu com muitos membros da nobreza. Em 1573, Filipe II contratou o copista Nicolau Turrianos, ou da Torre, natural de Creta, que passou trinta anos copiando pelo menos quarenta códices gregos. O acervo - dois mil manuscritos e 2.500 impressos - aumentou com diários de viagens, mapas, partituras musicais e objetos científicos, tais como esferas armilares, astrolábios e globos terrestres. Na batalha de Lepanto se obtiveram vinte códices persas, árabes e turcos, entre os quais se sobressaía o Corão de Lepanto. Havia uma seção especial de livros proibidos, onde repousavam textos que eram costurados para evitar que alguém pudesse lê-los. Em 1612, a esquadra de Luis Gajardo capturou, nas

proximidades de Agadir, um navio que transportava a biblioteca de Muley Zidan, sultão do Marrocos, com quatro mil volumes, e todos foram parar nessa biblioteca.

As crônicas registram diferentes incêndios menores no El Escorial, mas em 7 de junho de 1671, domingo, às duas da tarde, ocorreu uma verdadeira catástrofe: "O edifício todo ardeu em soberba e terrível fogueira, em que se destacavam como manchas sombrias os aposentos de Filipe II, a biblioteca e a basílica [...]."

A propagação das chamas foi rápida devido aos ventos da serra de Guadarrama, e em cerca de oito horas o monumento se converteu, quase integralmente, em cinzas. Posteriormente se soube que o fogo começou numa lareira do colégio, na parte norte, e se estendeu violentamente até a seção dos manuscritos, de onde desapareceram textos magníficos. Pelo menos três manuscritos do cético Sexto Empírico se extinguíram para sempre, à semelhança de outros códices gregos:

"[...] Acabaram-se quadros, mesas, objetos de arte e ciência e muitos códices raríssimos [...] uns seis mil em todas as línguas e ciências se queimaram e muitos dos que ainda restam mostram o estrago e o perigo sofrido."

As perdas foram enormes. Entre outros, ardeu um manuscrito com o texto do Beato de Liébana, e o manuscrito Lucense, um códice de concílios visigóticos, textos de Dioscórides, a História natural das Índias, que tinha 19 volumes e fora escrita pelo erudito toledano Francisco Hernández, que estudou a botânica, a zoologia e os costumes do México. Por ordem expressa de Filipe II, Francisco Hernández se trasladou para as índias Ocidentais e permaneceu lá entre os anos 1571 e 1577 em busca de conhecimentos científicos. Hernández, médico, descreveu três mil espécies de plantas desconhecidas na Europa, quatrocentos animais e 14 minerais novos, e o incrível é que quando sua obra se queimou o fogo arrasou também as lâminas pintadas por indígenas. No fim,

salvaram-se cerca de 4.500 códices, que, durante mais de cinquenta anos, ficaram amontoados no Salão Alto do mosteiro. Na Biblioteca de Impressos, onde ficava o arquivo de livros perigosos, a ação rápida impediu a queima dos livros. Muitos exemplares foram jogados pelas janelas. A biblioteca dos Corais, no entanto, salvou-se. E o Arquivo não sofreu danos, entre outros motivos porque os padres compreenderam o significado jurídico e político dos documentos ali armazenados.

Isaac Newton entre livros destruídos

A vida dos grandes homens costuma ser interpretada ou lida a partir de uma visão idealística, reducionista, em que qualquer aspecto negativo é colocado ao pé da página, como se não fizesse parte da essência do personagem. No caso de Isaac Newton há um enorme temor de divulgar alguns de seus traços mesquinhos.

Um estudo recente mostrou como Newton se dedicou em vida a censurar e diminuir o valor dos trabalhos de John Flamsteed, astrônomo real de Greenwich. Não sem inveja, repeliu seus trabalhos e chegou a utilizar suas idéias sobre as estrelas. O advento de um novo rei lhe permitiu solicitar o confisco de trezentos exemplares de um volume de onde plagiou suas propostas e conseguiu queimá-los. Só depois de morto, Flamsteed pôde ter publicada sua *Historia coelestis britannica*, em 1725. Newton, como vingança, retirou de sua obra principal, *Philosophiae naturalis principia mathematica*, todas as alusões a esse cientista.

De qualquer forma, Newton sofreu na própria carne a destruição de sua obra. Um infeliz acidente reduziu a cinzas seus manuscritos quando seu cachorro derrubou uma vela e os papéis se incendiaram. Entre outras, desapareceram observações importantes sobre ótica e religião.

A biblioteca de Arni Magnusson

Arni Magnusson é considerado um dos colecionadores de livros mais importantes do mundo. Foi também um herói na Islândia, onde nasceu em 1663. Filho de um sacerdote, viajou para Copenhague quando tinha 19 anos para estudar na universidade, e a perseverança o tornou assistente de Thomas Bartholin, antiquário real, em 1684.

Com 38 anos, assumiu a cátedra de história na Universidade de Copenhague. Realizou trabalhos políticos, mas o mais importante deles se refere à sua bibliofilia, que o levou, até a morte, em 1730, a buscar textos em diversos países, todos referentes à cultura islandesa. Interessava-se pelos manuscritos medievais, muitos dos quais pertenceram às famílias mais poderosas do país. Por volta de 1690, Magnusson possuía excelentes cópias das principais sagas islandesas. Seis anos depois, declarava ser o dono da melhor coleção de sagas do mundo. Depois de uma estadia de dois anos na Alemanha, regressou a Copenhague em 1697 e foi designado secretário dos arquivos reais dinamarqueses.

Conhecia precursores como Brynjólfur Sveinsson, de quem conseguiu obter diversos textos. Esse bispo de Skálholt apresentou ao rei da Dinamarca, em 1656, a proposta de imprimir os textos dos Flateyjarbók, Grágás e Völsunga. Anos depois, cedeu ao enviado do rei a Edda Menor, a Edda Maior e a saga de Njals. Brynjólfur não perdeu a oportunidade de transcrevê-los e designou, para esse trabalho, Jon Erlendsson, de Villingaholt. Em consequência dessas iniciativas, os livros islandeses medievais foram divulgados e renasceu um interesse nacional pelas sagas.

A coleção de Magnusson chegou a ter 2.500 objetos, manuscritos inteiros ou fragmentários. Tinha umas duzentas sagas, documentos, cartas, 5.500 diplomas e 10.400 apógrafos (reproduções de escritos originais).

Na tarde de 20 de outubro de 1728, um incêndio destruiu Copenhague. Durante três dias queimou bairro por bairro e, finalmente, alcançou a coleção de Magnusson, que conseguiu salvar

vários manuscritos, mas não pôde evitar que seus livros impressos, suas anotações e papéis fossem alimento das chamas. Um dos textos extintos era o *Breviarium Nidarosiense*, primeiro livro impresso em Hoolum, cidade da Islândia, no século XVI.

A biblioteca da universidade também queimou e Magnusson, num gesto que ainda emociona, legou o que se salvou a essa instituição. Morreu em 7 de janeiro de 1730.

Séculos de acidentes e desastres

I

Terremotos, incêndios e inundações provocaram ao longo dos séculos o mesmo sentimento de medo, impotência e raiva. O inventário de desastres que afetaram bibliotecas, coleções de livros e editoras é quase impossível fazer, mas julgo suficiente um relato dedicado a recordar vários momentos lamentáveis na história da cultura.

Começo pelos incêndios em bibliotecas. Na Cantuária, um fogo alcançou em 1067 os prédios monásticos e deixou um saldo de centenas de livros convertidos em cinzas. Por volta de 1184, Glastonbury contava com uma biblioteca respeitável: um intenso fogo queimou dezenas de exemplares. Em 1318, a biblioteca da igreja de Todos os Santos foi aniquilada. Em 1440, toda a biblioteca do mosteiro de Megapisleon queimou, e em 1660, uma vez reconstruída, voltou a arder. Destino fatal.

La vie de Chasteuil, solitaire du Mont-Liban (1666), de François Marchety, queimou nas chamas que devastaram uma biblioteca em Monteigne, França.

A biblioteca real de Estocolmo se incendiou em 1697: quase toda a coleção de Jorgen Seefeldt, estimada em 25 mil livros, ardeu nesse acidente.

A biblioteca de L. Stockflett, famosa por seus 18 mil volumes, foi destruída pelas chamas e *Virga pastoralis ad exactoris onfractam*

vigilans, um escrito polêmico que deleitou os leitores do século XVIII, se perdeu.

A biblioteca pessoal do astrônomo Anders Spole (1630-1699), amigo de Huygens, Hooke, Boyle, Mercator e outros grandes cientistas, foi destruída com todos seus instrumentos no incêndio causado pela devastação de Uppsala em maio de 1702. Outros livros aniquilados pelo mesmo incêndio foram *Atland eller Manheim. Atlântica sive Manheim* (1675-1689), *Campi Elysii liber primus* (1701) e *Nora Samolad sive Lapônia illustrata* (1701), do minucioso Olaf Rudbeck.

Em 1731, um incêndio em Ashburnham, Westminster, arrasou centenas de manuscritos. Em 1764, um incêndio acabou com a biblioteca do Harvard College, fundada com um acervo de quatrocentos livros por John Harvard em 1638, e os quase cinco mil livros das estantes se transformaram em fumaça. A biblioteca franciscana de Milão foi destruída parcialmente durante um incêndio ocorrido em 1743.

Um episódio descrito com horror por todas as crônicas é o do terremoto de Ia de novembro de 1755, em Lisboa. Nessa ocasião, além da perda de milhares de vidas humanas e de prédios antigos, desapareceu a Real Biblioteca de Portugal, e os livros salvos milagrosamente foram transportados para o Brasil, não sem dificuldades, onde serviram para criar a Biblioteca Nacional desse país.

Em 15 de janeiro de 1777, o palácio do príncipe de Colônia queimou e dezenas de obras antigas desapareceram. As chamas devastaram, em 1778, a biblioteca da Universidade da Carolina do Sul e, de cinco mil livros, restaram apenas 185. No incêndio da Câmara dos Comuns em 1811 há registros da destruição de *Reports from the Lords Committees* (1820-1825).

No incêndio de 1812 em Moscou, milhares de livros foram queimados. Um dos mais raros era *Poikila Ellenika seu varia graeca* (1811), preparado pelo helenista Fr. de Matthaei. Um extraordinário livro desaparecido nesse incêndio fatal foi *Veterum et clarorum medicorum* (1808). Também não se salvaram nem a biblioteca nem os manuscritos de Georg Franz Hoffmann, que chegara à Rússia,

vindo da Universidade de Gotinga, para a criação de um herbário. Tampouco passaram pela prova de fogo os livros de Johann Gottlieb Buhle, um erudito alemão, nascido em Brunswick e educado em Gotinga. Desse especialista em Aristóteles desapareceram Handbuck der Geschichte der philosophie (oito volumes, 1796-1804) e Geschichte der neuren philosophie (seis volumes, 1800-1805), além de dezenas de exemplares de suas edições.

Em 1827, em Abo, Finlândia, a catedral e a biblioteca da cidade foram queimadas e desapareceram cerca de quarenta mil livros. Em 24 de setembro de 1845, a biblioteca do Mariscai College, em Aberdeen, queimou devido a um fogo iniciado no salão de latim. Em 1848, um incêndio destruiu a biblioteca de W. H. Smith, formada por manuscritos raros de diversos séculos. Muitas anotações perdidas tiveram que ser reescritas para que ele pudesse editar *Aedes hartwellianae* (1851-1864).

A biblioteca da Universidade de Indiana sofreu dois incêndios. Em 11 de abril de 1854 o fogo destruiu a coleção posta no Seminary Square. A reconstrução e nova dotação alcançaram o importante número de 13 mil livros, que desapareceram entre as chamas em 1883.

A biblioteca Humboldt também queimou em 1865, e 17 mil livros ficaram destruídos. Em 10 de julho de 1865, a Sala de Encadernação do Museu Britânico queimou e centenas de textos se perderam. Em 30 de dezembro de 1866, um fogo no Crystal Palace devastou uma ala inteira da biblioteca.

Em 1871, um terrível incêndio destruiu mais de dez quilômetros quadrados da cidade de Chicago, e entre os prédios completamente devastados estavam a biblioteca municipal e o da igreja.

Em 1873, foi queimado o Manchester Athenaeum, com 19 mil livros. Em julho de 1877, 13 igrejas queimaram em New Brunswick e, com elas, as bibliotecas particulares de seus párocos. No mesmo ano se perdeu a biblioteca mercantil da Filadélfia.

Em 11 de janeiro de 1879, a Free Library de Birmingham queimou com cinquenta mil livros. Só na seção Shakespeare Memorial Library se perderam sete mil obras. Na Stauton Warwickshire e na Cervantes Library os desastres foram semelhantes.

Quinze anos depois do devastador incêndio de Nottingham Castle, que causou o desaparecimento de antigos manuscritos e pinturas, ardeu, em 1879, a Clumber House, do duque de Newcastle.

No mesmo ano, em Irkutsk, Sibéria, um incêndio arrasou a biblioteca pública, a coleção Vaghine (que continha o manuscrito de Gedenstrom) e a biblioteca de um ramo da Sociedade Geográfica Russa.

II

A partir do aparecimento da figura do impressor começou também a crônica de acidentes nas oficinas.

Um dos primeiros, e mais conhecidos, aconteceu em P de fevereiro de 1672 em Gravenstraat, onde ficavam os depósitos do cartógrafo holandês Joan Blaeu (1599-1673). Alphonse Willems descreveu o acontecimento: "Um grande pesar se apoderou de Blaeu. Em 22 de fevereiro de 1672, sua gráfica, considerada a mais prestigiosa da Europa, foi vítima das chamas [...] e o prejuízo atingia 355 mil florins. Havia boas razões para se temer o pior já que no incidente foi queimado o *Le grand atlas* (12 volumes, 1663), o livro mais caro do século XVII, preparado pelo próprio Blaeu.

Nesse terrível acontecimento desapareceram Casparis Barleii *Renotn per octennium in Brasília et álibi gestarum* (1647); queimou a *Flanaria illustrata* (dois volumes, 1641, 1644) de Antônio Sandero; e, como se não bastasse, pereceu a *Genealogiae franciscae plenior assertio* (dois volumes, 1654).

O livro *De morinis et morinorum rebus* (três volumes, 1639, 1647, 1654) queimou no depósito de seu editor. Aconteceu o mesmo em 1665 com *Le fidèle et vaillant gouverneur* (1658), do jesuíta P. Guillaume de Waha-Baillon-ville. Depois da morte do editor, foram destruídos, talvez por ignorância, numerosos exemplares de *La ville et Ia republique de Venise* (1680), do escritor e diplomata Alexandre-Toussaint Limojon de Saint Didier. Hoje só restam quatro exemplares conhecidos dessa primeira edição.

Um dos mais talentosos e inovadores impressores da Inglaterra foi William Bowyer, que esteve a ponto de perder todo o esforço

quando seu depósito se incendiou em 1712. Entre os muitos livros que desapareceram se destaca *The ancient and present State of Gloucestershire*, de Roger Atkins. De maneira insólita, a segunda edição dessa obra, feita em 1768, ardeu no incêndio de outra biblioteca.

O conhecido depósito de Bryson queimou em 1750 e centenas de livros desapareceram. *The Holy Bible*, uma edição em dois volumes de 1762, desapareceu, exceto seis exemplares, num incêndio no depósito de um impressor chamado Dod.

A *Machina coelestis, continens organographiam* (dois volumes, 1673,1679) foi quase toda destruída no incêndio da casa do impressor Jean Hevelius em 26 de setembro de 1679. Poucos anos depois de sua edição, o tomo 13 do livro *Rerum Gallicarum, et francicarum scriptores* (23 volumes, 1738-1735) desapareceu em meio às chamas.

Em 8 de janeiro de 1770, um incêndio destruiu o depósito de John Payne e de seu sócio Joseph Johnson, em Paternoster Row. A sensação de ruína obrigou Payne a ir para Marsham Street, em Westminster, e se converter em um trabalhador incansável. Superou o estigma da perda e usou publicamente pseudônimos como George Augustus Hervey, William Frederick Melmoth e muitos outros.

Joseph Johnson, por sua vez, foi para St. Pauls Churchyard depois do incêndio, e não se rendeu. Foi o primeiro impressor inglês do *Vathek*, de William Thomas Beckford, em 1787, e editou Priestley, Horne Tooke, Mary Wollstonecraft e Thomas Paine, até sua condenação ao cárcere, em 1797, por vender um panfleto de Gilbert Wakefield. Atormentado pelos pesadelos, morreu sonhando com um livro queimado.

Thomas Cadell I, livreiro e editor, quase perdeu seu comércio quando o depósito da loja queimou em 2 de março de 1776. Perderam-se centenas de livros nessa ocasião. Cadell foi amigo de Samuel Johnson e David Hume. Foi, além disso, o impressor da *História da decadência e queda do Império Romano*, de Edward Gibbon, de 1776 a 1788. Editou *A riqueza das nações*, de Adam Smith, em 1776. Também publicou *English poets*, de Johnson.

Também em 1776, em 2 de março, muitos livros queimaram no depósito de Peter Elmsley, nascido em 1736, em Aberdeenshire, e morto em 3 de maio de 1802, em Brighton. Esse livreiro, importador de livros estrangeiros, foi membro do seletto Shakespeare Dining Club.

É inesgotável a lista de impressores prejudicados. John Dean, discípulo de Valentine Green, foi um deles. Tinha depósito em Bentinck Street, no Soho, quando pegou fogo. As chamas também acarretaram perdas superiores a 2.500 libras a James Dodsley, impressor e livreiro. Somou-se à destruição o grave problema econômico causado por Elliott e MacFarquhar, editores de Edimburgo, ao reimprimir as Cartas, de lord Chesterfield.

O depósito do impressor Samuel Hamilton, em Falcon Court, Fleet Street, queimou em 1802, juntamente com o escritório. Uma das melhores edições do livro de Lucrécio intitulado *Lucretii cari de rerum natura libros sex* (três volumes, 1796-1797) se perdeu nesse acidente. Também se perderam muitos exemplares de outro livro que com o tempo comprovou estar condenado ao fogo: *Traveis of Anacharsis the younger in Greeee* (sete volumes, segunda edição, 1791), de William Beaumont. Anos mais tarde, esse excêntrico livro voltou a queimar quando a oficina do impressor Thomas Gillett em Fleet Street pegou fogo em 12 de dezembro de 1805. Gillett não se recuperou do acidente e tudo piorou quando sua gráfica se reduziu a cinzas em 28 de julho de 1810. Hoje, os livros saídos de suas máquinas são difíceis de encontrar.

George Robinson II, vendedor de livros em Paternoster Row de 1785 a 1811, faliu devido ao gigantesco incêndio que destruiu o galpão de impressão, ocasionando, além disso, a perda de centenas de obras.

Em 5 de novembro de 1807, quase toda uma edição de *A complete verbal index to the plays of Shakespeare* (1805), feita por Francis Twiss, desapareceu no incêndio de uma gráfica. Outro incêndio, em 1807, arrasou os exemplares de *Picturesque views of the principal mountains of the world* (três volumes, 1807), de Joseph Wilson.

Por suas conseqüências, assim como pela enorme quantidade de escritos danificados, um dos incêndios mais devastadores na

história do comércio e da impressão na Inglaterra foi o que aconteceu no depósito de John Nichols. Exercera o comércio e impressão de livros desde jovem. Esteve associado a William Bowyer até 1766, mas já em 1777 trabalhava por sua conta. Amigo de Samuel Johnson, casado duas vezes, sofreu o primeiro transtorno quando seu escritório pegou fogo em 7 de maio de 1786. O segundo incêndio, talvez o pior, sobreveio quando seu escritório, depósito e gráfica arderam no fogo acidental de 8 de fevereiro de 1808. No prólogo da segunda edição de suas memórias, Nichols escreveu: "Em maio de 1802, comecei a imprimir de novo; e pouco a pouco consegui chegar à metade da edição, quando meu avanço foi repentinamente detido por uma calamidade que alta noite me desencorajou de retomar a tarefa de ser editor ou impressor [...]. Nesse incêndio, desapareceram exemplares de *The Antiquaries Museum* (1791-1800), de Jacob Schnebbelie, de *Miscellaneous Antiquities*, um complemento da *Bibliotheca topographica britannica* (oito tomos), de *British topography* (dois volumes, 1780), de Richard Gough, de *Custumale Roffense* (1788), de John Thorpe. Também viraram cinzas *The history and antiquities of pleshy in the county of Essex* (1803) e *Sepulchral monuments in Great Britain* (três volumes, 1786-1796), de Richard Gough, *The history and antiquities of the town and county of Leicester* (quatro volumes, 1795-1815), de John Nichols, e *The progress and public processions of Queen Elizabeth* (três volumes, 1788-1805), do mesmo Nichols. No catálogo de livros destruídos nesse agourento lugar deve ser incluída uma edição de *Songs and sonettes* (dois volumes, 1795-1807), admirável antologia de poemas.

Em março de 1815, o depósito do livreiro Kelly, localizado em Paternoster Row, pegou fogo. O trabalho de Joseph Downes tem sido injustamente esquecido, apesar da qualidade de suas edições e do rigor de sua tipografia. Sofreu um grande revés quando em 20 de junho de 1818 seu escritório e o depósito de seus livros queimaram, mas se recompôs com ajuda oficial. De fato, entre 1799 e 1828 editou *The Police Gazette*.

Em 26 de junho de 1819 ficou destruído o depósito da gráfica de Thomas Bensley II, em Nelson Squawe, e desapareceram quase

todos os exemplares de *The hymnes and songs of the Church* (1815), de George Wither, junto com *History of the western division of the county of Sussex* (dois volumes, 1815, 1819), de James Dallaway, *Statuary and sculpture among the ancient* (1816), de James Dallaway, e *The dialogues of creatures moralized* (1816), editado por Joseph Haslewood. Esse desastre não foi o primeiro, já que seu depósito queimou também em 5 de novembro de 1807.

O depósito de Caxton Printing Office queimou em 7 de fevereiro de 1821. Foi um acontecimento terrível: pelo menos três milhões de fólios se perderam juntamente com máquinas e instalações.

Em março de 1822 ocorreu um devastador incêndio que aniquilou o depósito de Samuel Bagster em Londres. Bagster era um vendedor de livros raros: exerceu seu ofício em Paternoster Row de 1816 a 1860 e em Kings Road, Bedford Row, de 1850 a 1860. Um de seus grandes feitos foi a preparação da versão inglesa da Bíblia polyglotta. Cada volume tinha 40 x 26cm e uma grossura de 8,7cm, com o texto numa página em inglês, hebraico, latim e grego, e em alemão, francês, italiano e espanhol na outra página, e no fim em siríaco. Esse magnífico livro apareceu entre 1817 e 1828 em quatro volumes com o nome de Bíblia sacra polyglotta Bagsteriana, que desapareceu em grande parte devido ao fogo na gráfica.

A extraordinária autobiografia de Samuel William Ryley, em nove tomos, publicados de 1816 a 1827 com o título *The itinerant*, ao alcançar a terceira tiragem desapareceu devido à falência do impressor, que teve de vender os exemplares para que outros o utilizassem como papel de embrulho.

Em agosto de 1824, o depósito dos impressores Moyes e Wilson pegou fogo. Dezenas de livros foram destruídos, incluindo o que estava na prensa, quase a ponto de aparecer, intitulado *Further inquiry into the national debt*, de Corboux. Em 11 de agosto de 1830, todos os exemplares da Enciclopédia londinensis foram destruídos quando ardeu a gráfica de Adiar, um impressor de Bartholomew Close. Em 18 de fevereiro de 1836, a série de incêndios atingiu a biblioteca metodista de Nova Iorque e todos os livros ficaram reduzidos a cinzas. Em 20 de março de 1837, um incêndio no depósito de Spottiswoode causou o desaparecimento de

exemplares da Lardners Cyclopaedia, livros de Byron e de outros poetas ingleses.

Em 10 de junho de 1852, o depósito de Clowes, em Duke Street, foi parcialmente destruído. Entre alguns livros perdidos na ocasião devo mencionar Sunday Book (censo de 1951). No fogo do depósito de Harper Brothers, em 10 de dezembro de 1853, foram destruídos 494 exemplares de Pierre or The ambiguities (Nova York, 1852), o extravagante relato de Herman Melville. Apenas 110 cópias sobreviveram e hoje são realmente raras e caras.

Em 1860, pegou fogo o depósito do livreiro Thomas Kerslake, em Parkstreet, em Bristol, e dezenas de textos desapareceram. Em 4 de setembro de 1861, em Paternoster Row, ardeu o depósito de Longman and Co., e centenas de livros antigos se perderam, entre eles a reedição de Tookes history of prices.

Em 3 de dezembro de 1871, quando a casa do impressor M. Rousseau-Pallez pegou fogo, arderam vários livros, entre eles Chronique de Metz, de Jacomin Husson, 1200-1525 (1870) e Pouillé du diocese de Metz (1871). Pelo menos no segundo caso se perdeu toda uma edição (hoje existe um único exemplar).

Em 1878, um fogo devastador destruiu dezenas de livrarias, oficinas e depósitos em Edimburgo. Em 28 de dezembro de 1879, em Boston, um incêndio devastou o depósito de editores e livreiros, afetando a Houghton, Osgood and Co. e Rand, Avery and Co. Em 31 de março de 1880, em Londres,

Dickens e Evans anunciaram o desastre em seus depósitos, em New Street Square e Fleet Street, e a extinção de dezenas de livros.

III

Edições completas ou quase completas foram destruídas em diferentes acidentes. Em 1630, apareceu a Ortografia kastellana nueva y perfecta, de G. Korrea, que pretendia impor uma nova ortografia em língua castelhana, adiantando-se às reformas propostas no século XIX pelo venezuelano Andrés Bello. Infelizmente, esse curioso escrito acabou como papel de embrulho.

O conhecido Mantuani opera omni (quatro volumes, 1576) desapareceu num incêndio. Desde a morte de Charles Trigan,

doutor da Universidade da Sorbonne, em 1764, os exemplares de sua *Histoire ecclésiastique de La Province de Normandie* se dispersaram até restar um número reduzido, hoje objeto de culto de alguns bibliófilos.

Não há maneira de saber o que aconteceu com os exemplares de *Rerum Mogunticarum Libri V* (três volumes, 1722-1727), de Nic. Serrario. A rigorosa edição *Lucii Coeciliani Lactantii opera omni* (dois volumes, 1748) se perdeu porque foi mal colocada num depósito úmido, onde as folhas se arruinaram.

Um dos dicionários mais incríveis do século XVIII, intitulado *Dictionary of the hindostane language* (1774), de John Fergusson, foi enviado à Índia e, durante a viagem, quase toda a edição desapareceu.

Embora não se precise o ano, por volta de 1794 uma grande parte da edição da *Bibliotheca Scriptorum qui res in Sicilia gestas sub Aragonum império retulere* (dois volumes, 1791-1792) desapareceu num incêndio. Quase toda a edição de *La tribu indienne, ou Edouard et Stellina* (dois volumes, 1799), de Lucien Bonaparte queimou. Em outro incêndio em Copenhague desapareceu *Reisebeschreibung nach Arabien und Andem umliegenden laendern* (dois volumes, 1774-1778), de Carsten Nieburgh, viajante insaciável, que descreveu milhares de curiosidades da Síria, Palestina, Chipre e Ásia Menor.

Na história da gastronomia, um dos livros mais curiosos e procurados é a primeira edição da obra de Richard Wagner (1763-1857), intitulada *Antiquitates culinariae* (1791). Esse livro foi acusado de ser edição pirata de um trabalho de John Carter; em consequência disso, a edição foi recolhida, mas a oficina se incendiou misteriosamente e quase tudo se perdeu.

Na década de 1820 desapareceu num incêndio *Select remains of the ancient popular poetry of Scotland* (1822), organizado por David Laing. A extraordinária versão de Thomas Taylor intitulada *Select works of Porphiry* (1823) se perdeu quase toda num incêndio. A *Istoria della vercellese letteratura de arti* (quatro volumes, 1819-1824), de G. de Gregory, desapareceu num lamentável acidente que arruinou os exemplares.

Não há detalhes, mas segundo um catálogo, *Précis historique sur les fêtes, les spectacles et les réjouissances publiques* (1829), obra de Claude-Fortuné Ruggieri, desapareceu anos depois de sua edição. Ithiel Town, fundador da Academia Nacional de Desenho, nos Estados Unidos, publicou *A detail of some particular services performed in America* (1835). Esse livro desapareceu quase por completo no incêndio de sua tiragem e hoje qualquer exemplar é uma verdadeira raridade.

De Daniel Defoe desapareceram seus *Complete works* (três volumes, 1840-1843), num incêndio, e hoje seus exemplares são objeto de culto dos bibliófilos. Restavam apenas 26 exemplares de *Poems upon several occasions* (1841), de Peter Cunningham, livro do qual foi feita uma tiragem de 75 exemplares.

Um incêndio acabou com quase toda a edição de *A trip across the plains, and life in Califórnia* (1851), do escritor George Keller. Um incêndio no bairro do Soho destruiu os exemplares de *Sketches and characters* (1853), de James William Whitecross. Hoje em dia existem menos de oitenta da tiragem original.

A *Primera epístola del almirante don Cristóbal Colón* (1858), editada em circunstâncias que mereceriam todo um ensaio, foi destruída numa inundação no Brasil. No incêndio de Chicago de 1857, milhares de livros foram destruídos, mas um deles, constatado, foi o de John Reynolds, intitulado *My own times* (1855), um inventário histórico e anedótico de Illinois no século XIX por parte de quem foi membro da Suprema Corte e governador em 1830. Desse livro foram impressos quatrocentos exemplares, dos quais trezentos desapareceram.

A coleção *Offor* se perdeu num incêndio ocorrido em 2 de julho de 1865. Entre outros, ardeu um John Bunyan único. Em maio de 1871, a Câmara Municipal queimou e com ela um livro extraordinário de Charles Nisard intitulado *Dictionnaire du patois et de La banlieue*.

Em 1897, em Bradstreet, houve um feroz incêndio que destruiu a reimpressão feita pelos membros do Club Agathynian da conhecida edição dos *Provérbios de Erasmo*, preparada por Middleton em 1550. F. S. Hoffman, um dos fundadores do Club, salvou alguns exemplares, hoje conservados como verdadeiras raridades.

A biblioteca de Pinelli

Existe um debate lendário que eu gostaria de recuperar aqui. Como se sabe, uma das maiores coleções de todos os tempos foi a do humanista italiano Gian Vincenzo Pinelli. De alguma forma, seu prestígio estimulou os humanistas da época a solicitar exemplares e alguns autores, como Escalígero, os obtiveram.

Segundo Charles Schefer, a coleção foi transferida para Nápoles em três navios e, quando se encontravam entre Veneza e Ancona, um grupo de piratas turcos, acreditando que transportavam ouro ou pedras preciosas, seqüestrou os navios e, ao que parece, afundaram pelo menos um deles, com 33 caixas de livros antigos. Posteriormente foram recuperadas 22 caixas, mas 11 se perderam. Destas 11, duas continham quadros e desenhos, outras, instrumentos matemáticos e oito guardavam livros.

O restante foi armazenado pelos herdeiros num sótão e vendido ao cardeal Federico Borromeo para consolidar a biblioteca Ambrosiana em 1609, embora haja manuscritos na biblioteca do Vaticano e na Biblioteca Nacional da França. Suspeita-se que o original de um manuscrito árabe de Leão Africano estivesse entre os textos destruídos.

De acordo com outra versão, a biblioteca que sofreu essa perda foi a de Maffei (ou) Pinelli, destruída em parte ao ser transportada de Veneza a Londres. Ao que parece, um conhecido vendedor de livros de Pall Mall, chamado James Edwards (1720-1816), comprou em Veneza, por seis mil libras, a célebre coleção com manuscritos gregos, latinos e italianos originais, organizada desde o século XI até o século XVI, e no traslado foi vítima do ato vândalo. William Blades foi um dos maiores defensores dessa hipótese equivocada.

Naufrações célebres

Seria despropositado pretender que todos os casos de destruição de volumes possam ser citados neste livro (há milhares de incidentes que não foram documentados), porém mais absurdo seria crer possível conhecer em detalhe todos os livros desaparecidos em naufrágios. No entanto, consegui reunir algumas informações.

Vários exemplares da Bíblia polyglotta (ou Biblia Regia), preparada por Árias Montano de 1569 a 1573, em oito volumes, perderam-se num naufrágio quando eram transportados para a Espanha. Segundo Benjamin D'Israel, em 1700 uma tempestade fez naufragar um navio com os manuscritos orientais de Heer Hudde, rico burgomestre de Middleburgh.

O engenhoso e satírico livreiro John Dunton contou como perdeu centenas de livros durante sua viagem de barco a Boston, onde abriu uma livraria. Depois de sua publicação, em 1707, o livro Poema tograi quase desapareceu para sempre quando naufragou o navio em que eram transportados os textos. O extraordinário Rituel du diocese de Quebec (1703) desapareceu, uma vez editado, num naufrágio. Enviados ao famoso conde Romanoff, quase todos os exemplares de Leonis diaconi caloensis historia scriptoresque alii ad res byzantina pertinentes (1819) desapareceram com o afundamento do navio.

Em 1873, o escritor e músico venezuelano Felipe Larrazábal, arruinado, corrigia, no navio Ville du Havre, o manuscrito de uma de suas principais compilações sobre a vida e obra de Simón Bolívar. De vez em quando, lia alguns dos livros escolhidos para a viagem ou revisava alguns de seus três mil documentos. Não pôde terminar o trabalho, porque uma tempestade afundou o navio, causando a morte do autor e o desaparecimento de seu manuscrito e de outros papéis.

Misteriosa simetria relaciona Larrazábal ao poeta colombiano José Asunción Silva: o barco Amerique em que Assunción regressava à Colômbia, depois de cumprir missão diplomática em Caracas, encalhou num banco de areia e, embora tenha sobrevivido, perdeu muitos de seus livros e os manuscritos originais de obras como Cuentos negros, Las almas muertas e Poemas de la carne.

No mítico Titanic viajavam 2.227 pessoas e, com seu afundamento no Atlântico, em 1912, depois de se chocar com um iceberg, restaram 705 sobreviventes. A biblioteca do navio e todos os livros dos passageiros foram destruídos.

A lista de naufrágios é bastante extensa, e, portanto, também a perda de livros. Não foram poucos os iates que possuíam bibliotecas bem completas que repousam no fundo mar depois de diversos acidentes raras vezes divulgados.

A batalha contra os livros

Convido o leitor a considerar outros acontecimentos, neste caso bélico, em que a destruição alcança maior magnitude.

Bastaria dizer que, de 1467 a 1477, uma guerra civil no Japão acabou com todas as bibliotecas de Kioto. A conhecida coleção de Ichijyo Kanera, prestigiosa no mundo oriental, foi destruída. Em 1527, o exército de Carlos V conquistou e subjugou Roma em 6 de maio. Foi um dia sombrio, por causa dos saques. Em meio ao enorme alvoroço foram destruídas duas enormes bibliotecas: a de Elizah ben Asher Levita, notável cabalista, e a de seu amigo o cardeal Aegidio de Viterbo. Os livros foram usados como combustível pelos soldados, gelados pelo vento frio das noites italianas.

Rebeldes irlandeses queimaram exemplares dos livros do poeta Edmund Spencer quando atacaram sua casa, no castelo Kilcolman, em County Cork, em 1598. Alguns exemplares do *The Faerie Queene* (1590) foram destruídos.

Na Dinamarca e Noruega desobedeceram uma ordem do Concilio Odense e utilizaram os antigos pergaminhos procedentes de igrejas e mosteiros para fazer as capas dos livros de contabilidade. Um fragmento de Saxo Gramático, por exemplo, foi encontrado na capa das contas do registro de 1627 e 1628 do castelo de Kronborg. Em 1634, os pergaminhos foram usados para envolver os cartuchos dos fogos de artifício lançados em homenagem ao príncipe Christian.

Kenelm Digby foi um homem versátil. Médico, alquimista, diplomata e militar, repudiou o Fellow Commoner, em Gloucester Hall, onde esteve de 1618 a 1620, e saiu dali sem um certificado acadêmico, que, no entanto, não o impediu de se dedicar ao estudo e à escrita com enorme erudição."8 Em 1628, publicou *A relation of a brave and resolute sea-fight*, livro do qual só restam hoje dois exemplares.

Um texto procurado com paixão pelos estudiosos, *Chorographia sacra Brabantiae* (dois volumes, 1659-1669), do historiador Antônio Sandero (1586-1664), foi reimpresso em Haia em 1726 e 1727, numa edição confiscada e destruída nos ataques do exército francês à cidade de Bruxelas em 1695.

Em 1780, em Gordon Riot, foi queimada a casa de Lord Mansfield e sua biblioteca desapareceu, com uma seleção dos mais importantes textos jurídicos de todos os tempos. A biblioteca da Universidade de Princeton, numa sala do segundo andar de Nassau Hall, foi atacada por soldados na Revolução e em 1802 um incêndio destruiu quase todos seus livros. Os bibliotecários apelaram a benfeitores pródigos para recuperar a perda de manuscritos e obras únicos.

El Guipuzcoano instruído (1780), de Ignacio de Egana, foi arrasado quase totalmente no ataque dos franceses a San Sebastián. O decreto de José II da Áustria dissolveu 738 mosteiros cujas bibliotecas, na maioria dos casos, perderam-se. Os ataques dos soldados prussianos reduziram a cinzas a biblioteca de M. Le Chevalier de Fonvielle, como ele contou no prólogo de um de seus livros.w

Em 1807, a esquadra inglesa atacou a cidade de Copenhague, bombardeou e incendiou muitas casas: uma delas era a de Grimur Johnsson Thorkelin, um excêntrico erudito de origem dinamarquesa dedicado a elaborar uma edição crítica do poema anglo-saxão intitulado *Beowulf*. O manuscrito da edição evidentemente foi destruído e Thorkelin teve de se conformar em editar uma versão um tanto contrafeita, porém digna de mérito.

Durante a guerra entre Peru e Chile, ocorrida de 1879 a 1894, o escritor Ricardo Palma teve de reorganizar a Biblioteca Nacional do

Peru em sua condição de diretor. As perdas foram enormes devido aos saques e aos incêndios.

Na Guerra de Secessão dos Estados Unidos, centenas de livros desapareceram. Vale lembrar que em setembro de 1866 uma coletânea de cantos patrióticos sulistas e texanos, compostos durante os anos da guerra, foi queimada pelos soldados nortistas, quando o major G. W. Smith mandou destruir a propriedade do compilador. O título do livro era *Allarís lone star ballads*, mas foi feita uma reedição em Galveston, em 1874. Uma das canções era a popular *The Texas ranger*. A biblioteca Byrd, com quatro mil livros, queimou.

Em 1870 a biblioteca de Strasburgo foi queimada pelas tropas prussianas e o fogo de artilharia acabou com grande parte da biblioteca da Escola

Especial Militar de Saint-Cyr. Nesse fogo se perderam documentos sobre a história da França, correspondência de Napoleão e exemplares do *Journal Militaire* e do *Spectateur Militaire*. Um obus destruiu no arsenal um volume de Sexto Pompeu intitulado *De verborum significatione*, anotado pelo erudito Dacier. A biblioteca Sainte-Geneviève foi atacada na noite entre 8 e 9 de janeiro e se perderam livros e manuscritos antigos.

A queima da biblioteca do Congresso dos Estados Unidos

Em 1812, a biblioteca do Congresso teve seu primeiro catálogo, sob a coordenação do encarregado, um mal-humorado, religioso e perturbado homem chamado Magruder. A lista era simples, austera, e classificava os livros por gêneros, em função de sua quantidade e até de seu preço. Havia 3.076 volumes e 53 mapas. A ambição dos bibliotecários era, na realidade, modesta, mas definida, e eles passavam os dias pendurados numa errata ou num livro raro.

Infelizmente, essa tranqüilidade que parecia infinita logo se desvaneceu.

Em 12 de junho daquele ano, o presidente Madison pediu apoio ao Congresso para um ataque às tropas inglesas, e a luta não tardou a acontecer, embora ninguém esperasse que se tornaria tão hostil.

No entanto, nada saiu como o previsto. Em 1813, os soldados americanos tomaram o Canadá e York, queimaram o Parlamento e a biblioteca legislativa. Um avanço rápido permitiu aos ingleses, em compensação, chegar à baía de Chesapeake, em agosto de 1814. O coordenador da biblioteca do Congresso teve de sair para cumprir o serviço militar, mas não sem antes designar numa cerimônia o tímido reverendo J. T. Frost, que, ao pressentir o que iria ocorrer como vingança pelos feitos no Canadá, preparou a saída de centenas de livros em 22 de agosto. Ele salvou o que pôde, mas não possuía os recursos apropriados e os objetivos militares se destinavam a resguardar mais as vidas do que os livros.

Madison, forçado pela circunstância - não pequena - de falta de munição e de armamentos, fugiu de Washington, e foi então que começou o horror. Os ingleses avançaram sem piedade. O general Robert Ross mandou queimar tudo o que fosse representativo da cultura inimiga e recomendou fidelidade ao juramento da reciprocidade no combate.

Como conseqüência, a Casa Branca, a Casa do Tesouro e o Capitólio arderam em chamas. A Biblioteca do Congresso queimou em 24 de agosto, e a única coisa que se podia ver em seu lugar, no dia seguinte, eram as ruínas.

Thomas Jefferson, ao se inteirar da notícia, escreveu uma carta, hoje célebre, a Samuel H. Smith, datada de 21 de setembro de 1814, em que manifestou seu profundo sentimento de repúdio pela destruição da biblioteca: "Estimado senhor, soube pelos jornais que o vandalismo de nosso inimigo triunfou em Washington sobre a ciência e as artes, com a destruição da biblioteca pública com o nobre edifício onde ela estava depositada [...]."

Um informe procedente do Departamento de Estado advertiu claramente para a destruição da biblioteca, embora seu propósito central fosse dar conta dos milhares de livros e documentos

destruídos como resultado dos ataques perpetrados. Um livro posterior, de George R. Gleig, também descreveu com certo grau de detalhes a queima do local.

A crise, uma vez terminada a guerra, demandava uma única alternativa racional, e era reconstruir tudo desde os alicerces. Pensou-se num novo diretor para a biblioteca e numa coleção idônea. Nem todos, certamente, mas pelo menos 2.600 livros foram destruídos, entre os quais exemplares dos livros de Edward Gibbon, dicionários, gramáticas, manuais teológicos, textos de literatura clássica, etc.

Thomas Jefferson, com cínica filantropia, sugeriu a compra de sua coleção de 6.487 volumes e, em 1815, foi-lhe entregue a soma de 23.950 dólares, o que não deixou de desagradar alguns de seus opositores. O catálogo preparado para a ocasião, em vez de ser alfabético, introduziu a novidade de estar dividido em temas.

No Natal de 1851, quando a coleção alcançava já os 55 mil volumes, um incêndio destruiu 35 mil livros na biblioteca do Congresso, e alguns dos escritos extintos pertenciam à coleção Jefferson, mas esse fato não impediu que com os anos a biblioteca crescesse até se tornar, um século depois, uma das mais renomadas do planeta. Hoje tem mais de 19 milhões de livros e 56 milhões de manuscritos.

Os textos de Cotton

Na noite de 23 de outubro de 1731 começou um incêndio em Ashburnham House, Inglaterra. O horror desse espetáculo aumentou quando se soube que ardiam os manuscritos da coleção de sir Robert Bruce Cotton, amigo de Francis Bacon, bibliófilo excêntrico que organizou seus livros de acordo com os bustos dos imperadores de Roma.

O doutor Bentley, consciente da ameaça, conhecedor da maldição lançada à biblioteca pelo duque de Buckingham e certo de que esses livros causaram a morte de seu dono, saiu com toda pressa.

Como se interessava pelo conteúdo desses livros, não hesitou em penetrar na biblioteca, arriscando a própria vida: saiu de um pulo com o chamado Codex Alexandrinus sob o braço e tentou voltar, mas foi detido.

No dia seguinte, os manuscritos preservados foram transferidos para um cômodo da Westminster School. Um ano mais tarde um informe geral dos prejuízos precisou, entre outras coisas, que de 958 manuscritos da biblioteca Cotton 114 queimaram e 98 ficaram deteriorados. Na realidade, só 13 manuscritos desapareceram totalmente e boa parte ficou em fragmentos queimados.

A lista de livros destruídos incluía:

1. Um Gênesis (Otho B.VI) em grego, um dos mais antigos, ficou reduzido a fragmentos.
2. A Vida de Alfredo, de Asser, e A batalha de Maldon (Otho A.XII), com 115 fólios perdidos.
3. O Defensor da fé, um texto sobre Henrique VIII (Vitellius B.IV), ficou em fragmentos.
4. Textos como os de Gildas (Vitellius A.VI), o manuscrito G da famosa Crônica anglo-saxônica (Otho B.XI) e a Crônica de Aethelweard (Otho A.X) ficaram em cinzas.
5. Diversas iluminuras desapareceram: uma delas era um Evangelho do século VIII elaborado em Nortúmbria (Otho C.V).
6. Quase desapareceu o Vitellius A.XV, com o único exemplar do Beowulf existente, o grande poema anglo-saxão.

Em 1753 se pensou que era uma boa idéia transferir os manuscritos Cotton para o Museu Britânico. Já nesse centro, os livros danificados foram retocados. Cada restaurador trabalhou contra o predecessor e o último, Frederic Madden, apoiado por um fundo de proteção, em 1845, fez verdadeiros milagres. Por desgraça, todo o seu trabalho, que ele próprio julgava consagrador em seu diário pessoal, acabou de maneira banal quando em 1865 um incêndio voltou a queimar manuscritos e destruiu integralmente os manuscritos Galba A.I, com a Crônica de Murimoth, e Galba A.II e III, com sermões em inglês antigo. Os manuscritos Egerton, 1961 e 1962 também queimaram, enquanto outros sofreram grave destruição. Numa nota de 22 de setembro de 1866, Madden disse que não recebeu qualquer

recompensa por seu trabalho, nem sequer um simples agradecimento.

A biblioteca do Colégio Seminário de Mérida (Venezuela)

Entre os séculos XVIII e XIX existiu uma extraordinária biblioteca no Colégio Seminário da cidade de Mérida, na Venezuela. Era formada pelos livros dos padres jesuítas e agostinhos, os do bispo frei Juan Ramos de Lora e os de seu sucessor, o bispo Torrijos, que aumentou o número de obras de maneira insólita juntamente com quem seria o quarto bispo da diocese, Santiago Hernández Milanés. Torrijos, ao que tudo indica, foi um bibliófilo digno de ser lembrado por mandar trazer em mulas três mil volumes para Mérida, com textos de todos os clássicos da literatura e da teologia.

Essa biblioteca, inusitada para sua época, foi destruída pelo terremoto que acabou com a cidade de Mérida em março de 1812. O prédio ruiu e os livros, entre os quais se destacavam incunábulos e edições únicas, ficaram espalhados. Francisco Javier Irastoza, num informe de 1815, assegurou que em 1814 as tropas do espanhol Sebastián de La Calzada chegaram a Mérida e destruíram ou venderam dezenas de incunábulos. **As guerras civis do século XIX completaram o trabalho de destruição.**

Juan de Dios Picón, cronista minucioso, confirmou todas essas informações: [...] O terremoto, a irrupção dos inimigos da Independência, o abandono em que ficou [a biblioteca] e os saques sofridos a deixaram em estado de quase nulidade; no entanto, existem alguns volumes e bons livros que o novo reitor trata de pôr em ordem e conservar [...].

Foi uma sorte a preservação de uma editio princeps de Galileu e outra de Baltasare Castiglione.

CAPÍTULO 12

De revoluções e provocações

A hostilidade contra o pensamento livre

Em 10 de março de 1610 foi queimado com toda a pompa o *The interpreter*, de John Cowell, um texto impresso em 1607 por John Legate. O curioso é que se tratava de um dicionário, de uma inocente interpretação do significado de diversas palavras, mas o Parlamento considerou ofensivos os verbetes relativos a "King", "Parliament", "Prerogative", "Recoveries" e "Subsidies".

Nos Estados Unidos houve queima de livros no século XVII. Em 1634, um livro de um tal de Israel Stoughton foi destruído por ser considerado ofensivo. Em 1650, os parlamentares ingleses conceberam a idéia de aniquilar o regime anterior: imaginaram destruir cada documento capaz de legitimar o passado. Também em 1650, em outubro, a Corte Geral de Boston, Nova Inglaterra, abriu um processo contra William Pynchon por publicar um livro herético chamado *The meritorious price a four Redemption*. A sentença estabeleceu firmemente a queima do livro no mercado popular de Boston.

Em 1654, voltaram a arder livros em Boston. Obras de John Reeves e Ludowick Muggleton, dois profetas modernos, foram destruídas no mercado à vista de todos. Os escritos de John Rogers foram publicamente queimados, por equívoco, em Boston.

Dezenas de exemplares destruídos reduziram a tiragem de *The protestant tutor for children* (1685). Hoje só resta um exemplar. Em 1695, um livro de Thomas Maule, intitulado *Truth held Forth and Maintained*, foi queimado por ordem do Concílio de Boston, sob alegação de incitação às "mentiras e escândalos".

Em 1657, as Cartas provinciais de Pascal, escritas para revelar certos desvios morais dos jesuítas, foram queimadas na França. O

rei Luís XVI tampouco aceitava seu conteúdo e as fez queimar numa fogueira. Já Pascal advertira que "os homens nunca agem mal de maneira tão perfeita e aplaudida como quando o fazem movidos pela convicção religiosa".

A atividade alquímica custou a Anders Petrus Kempe uma ordem real na Suécia, datada de 31 de março de 1671, decretando a queima de sua versão do livro Paul Felgenhauer probatorium theologicum (1664). A própria rainha Hedvig Eleonora fez destruir os exemplares de Catechesens enfaldige förklaring (1669), de Erik Gabrielsson Emporagrius, só porque o autor sugeria, veladamente, opiniões que não eram compartilhadas por tão nobre dama.

Um antigo documento, de título comprido, refere-se ao processo de condenação sofrido por um autor no reinado do pacífico Carlos XII. O folheto é Röttmütigh nüpfst på den arga förrådarens Johann Rheinhold Patkuls skündelige i trycket uthgjfne deduction (1701). Ao que parece, Johan Reinhold Patkul foi repudiado pela corte em 1694, e em 18 de dezembro de 1701 seus textos foram queimados publicamente. Em 27 de abril de 1702, a destruição de seus escritos sê repetiu, mas em Moscou.

A crônica Beskrifning om Ryszlands belägenhet (1706), de Jöran Wichzell, foi destruída na Rússia e hoje só restam alguns escassos exemplares. O livro Kort beskrifning och omdöme öfwer almånna sakernas tilstand i Europa (1739), de Jacob Rõding, provocou uma grande indignação, foi proibido e logo depois feito desaparecer.

Em 1718, segundo Judith Henchy, uma ordem imperial supunha a eliminação de todos os livros vietnamitas escritos na língua nom, considerada vulgar. Uma tentativa do movimento Tay Son de oficializar a língua fracassou com a previsível queima de todos os arquivos relativos ao grupo por parte da dinastia Nguyen. No período de 1774 a 1782, o imperador Kao-Tsung, da dinastia Manchu, ordenou a destruição de toda publicação contrária aos seus propósitos políticos, e mais de dois mil livros arderam.

Em 1754 foi queimado em Boston um panfleto contra a corte de Massachusetts intitulado The monster of monsters.

Ataques contra intelectuais na França

A França foi o berço da liberdade europeia porque também foi o berço da censura.

As Cartas filosóficas de Voltaire, publicadas em abril de 1734, provocaram a ira da Igreja. O escritor foi detido e um decreto do Parlamento autorizou um carrasco a despedaçar e queimar as epístolas por "inspirar a libertinagem mais perigosa para a religião e para a ordem da sociedade". No epistolário, numa das cartas pessoais, dirigida ao conde de Rochefort, com data de 2 de novembro de 1768, Voltaire disse, com toda sua ironia, que "o melhor seria realizar uma nova noite de São Bartolomeu de todos os filósofos, e que se degolassem na cama todos os que tivessem em sua biblioteca Locke, Montaigne e Bayle. Desejaria até que se queimassem todos os livros, todos menos a Gazeta Eclesiástica e o Diário Cristão [...]."

Voltaire manifestou idêntico cinismo numa carta de 29 de setembro de 1764, dirigida a um tal de Damilaville: "[...] Lancei ao fogo esse desventurado Portátil [refere-se ao Dicionário filosófico], que acabara de comprar, e a tragédia de Pedro, e todos meus papéis; decidi definitivamente dedicar o resto de minha vida a só me ocupar de agricultura [...]."

Em 1750, a publicação do primeiro tomo da Enciclopédia provocou tal escândalo que as autoridades suspenderam a licença de impressão em 1759 e confiscaram numerosos exemplares, posteriormente eliminados. O próprio editor, Le Breton, destruiu muitos exemplares. O Discurso preliminar foi escrito pelo filósofo Jean-Baptiste Le Rond D'Alembert.

Logo que saiu, os Pensamentos filosóficos (1746), de Denis Diderot, foram queimados por ordem do Parlamento de Paris, devido, entre outras coisas, ao seu ateísmo. O livro foi caçado em todo o país.

O espírito das leis (1748), de Montesquieu, também foi um livro fustigado. O Índice de Livros Proibidos o incluiu em sua lista de 1790. Os reis da Espanha impediram que fosse divulgado nas

colônias americanas e os exemplares confiscados nos navios eram destruídos regularmente.

Claude-Adrien Helvetius, autor de *Do espírito*, provocou a ira da Universidade da Sorbonne, do Parlamento de Paris, do papa, do bispo de Paris e de todos os sacerdotes franceses, e em consequência o livro foi queimado publicamente.

Em 1762, o Parlamento de Paris repudiou as teses de *Émile*, de Jean-Jacques Rousseau. O livro foi queimado e o autor teve de fugir, embora a tolerância das cidades o tenha incentivado a escapar para as terras de Frederico, o Grande. Rousseau disse: "[...] Ouvia-se os indivíduos do Parlamento afirmarem sem reboço que de nada adiantava queimar os livros e que seria necessário queimar os autores [...]. Mais adiante acrescentou: "[...] Queimaram meu livro e decretaram minha prisão no dia 18, isto é, nove dias depois da queima em Paris." Em outro trecho, Rousseau menciona o escândalo causado por suas *Cartas da montanha*, em 1765: "Começaram os murmúrios e queimaram o livro não sei onde."

O medo começou a gerar reações violentas entre os reis e os membros da nobreza francesa. Em 1768, o Parlamento de Paris mandou prender J. B. Jossevand, Jean Lécuyer e Marie Suisse, e os sentenciou a vários anos de prisão por vender livros proibidos do barão D'Holvach, Voltaire ou Dubois Fontanelle. Os textos foram queimados, seguindo instruções de um funcionário chamado Saint-Fargeau.

O profundo escândalo provocado por *Porte-feuille d'un talon rouge* (Paris, Paradès, 178?), livro em que se relatavam os excessos sexuais mais incríveis do grupo de Maria Antonieta, levou a seu confisco e queima em abril de 1783.

A destruição de livros durante a Revolução francesa

A Revolução iniciada em 1789, na França, destruiu finalmente o regime monárquico e o sistema feudal, mas se caracterizou por desordens, saques, assassinatos e ataques diretos às propriedades daqueles que foram definidos como inimigos da liberdade. A guilhotina acabou com a vida de milhares de franceses. Saint-Just, no entanto, não estava satisfeito com o número de mortos e advertiu que era preciso aniquilar o centro mesmo do poder, isto é, o rei. Dessa forma, em 21 de janeiro de 1793, Luís XVI foi executado. Em 10 de outubro, a Convenção anunciou que a França só seria revolucionária com a chegada da paz, mas a paz demorou mais de dez anos para chegar. Uma tentativa de matar Robespierre culminou com a criação da Lei do Terror, que serviu para condenar milhares de suspeitos.

Enquanto essa violência se manteve, as bibliotecas também foram atacadas. Só em Paris se destruíram mais de oito mil livros; no resto do país desapareceram mais de quatro milhões, dos quais 26 mil eram manuscritos antigos.

Em várias oportunidades os escritos de Simon-Nicolas-Henry Linguet sofreram censura e confisco. O Parlamento de Paris, por exemplo, num contra-ataque à difusão das idéias revolucionárias, ordenou que o número 116 dos Anais, onde aparecia um texto reformista seu, fosse destruído publicamente, e, especificamente, na escadaria do Palácio de Justiça. Outro livro seu perseguido foi *La France plus qu'angloise* (1789).

Um texto pouco citado e menos lido, redigido pelo jesuíta P. Jean-Joseph Rossignol, intitulado *Traité sur l'usure*, desapareceu quase por completo ao ser destruído pelos temidos *sans culottes*. Os incêndios provocados aniquilaram milhares de obras, e é certo que pelo menos o *Conciliorum Galliae* (1789) ficou reduzido a cinzas. Nos arquivos se perdeu, por ocasião de um incêndio, o *Recueil des édits, déclarations, lettres patentes e arrêts du conseil enregistrés au parlement de Metz* (cinco volumes, 1774-1788).

Os revolucionários não respeitaram as *Réflexions édifiantes* (dois volumes, 1791) de uma mulher pouco ortodoxa chamada). A. Brohon. Uma magnífica edição de *Sancti Gregorii Nazianzeni opera omnia* (1788) foi interrompida pela violência e os exemplares

aniquilados. Um estudo das normas jurídicas provinciais francesas intitulado *Costumes et status de Ia ville de Bergerac* (1779), que era no fundo a tradução de um texto escrito em latim, queimou num incêndio em 1792. Em 1794 foi incendiada a abadia de Saint-Germain-des-Prés, e toda a biblioteca se consumiu nas chamas. Foi uma época ruim para os livros.

O despotismo ilustrado e colonial

Um livro de difícil acesso é *Diarium itineris in Moscoviam*. Foi editado em Viena, aproximadamente em 1700. Seu autor é Johann Georg Korb, que se atreveu a relatar o massacre dos *stryeltsi*, os mosqueteiros que promoveram ações contra Pedro, o Grande, em 1698. A ira do monarca provocou a destruição sistemática desse livro, embora ainda se encontrem algumas reproduções.

Luís XVI proibiu a circulação de *Le mariage de Figaro*, de Beaumarchais, e o autor sofreu prisão e zombaria. Os exemplares da edição de 1785 foram, em muitos casos, confiscados e destruídos.

Em 1790, Alexander Radischev publicou, às suas custas, o livro *Viagem de São Petersburgo a Moscou*, em que fazia algumas críticas mordazes e engenhosas contra os excessos do poder do czarismo. A rainha não leu o texto, mas seus conselheiros a advertiram que continha idéias revolucionárias, e ela temeu pela própria vida. Logo ordenou a busca de exemplares e condenou à morte o autor, que passou sete anos na Sibéria. Desiludido, embora já livre de acusações, suicidou-se em 1802. Hoje restam 17 exemplares de seu livro.

A extraordinária edição de *Missão da Índia na Europa e missão da Europa na Ásia*, de Saint-Yves d'Alveydre, desapareceu porque o autor foi intimado a destruir todos os exemplares, sob ameaça de morte. Uma nova edição de 1909 foi destruída pelos nazistas quando ocuparam a França em 1940. Blades recorda o relato de um livreiro holandês, um tal de Muller, que lhe enviou em certa ocasião

uma carta revelando a existência de uma sociedade católica denominada Papel Antigo, dedicada a destruir os livros dos protestantes.¹"

Os romances de Honoré de Balzac foram perseguidos desde seu aparecimento, e há registros de que *Le vicaire des Ardennes* (romance da juventude, fora da *Comédia Humana*) foi queimado na França em 1822 por um grupo de cidadãos ofendidos por seu audaz conteúdo.

O livro de Pierre François Hugues d'Hancarville intitulado *Monuments de La vie privée des douze Césars* (1780), um verdadeiro exemplo de ilustrações de natureza erótica, foi condenado ao fogo por ordem da Corte de Paris em maio de 1815 e novamente em setembro de 1826.

A Comuna de 1871

Um dos acontecimentos políticos mais interessantes ocorridos na França no século XIX foi a Comuna de Paris, considerada por Karl Marx a primeira grande revolução proletária da idade moderna. Incluiu entre seus partidários escritores, artesãos, operários e pequenos comerciantes. Foi uma reação aos resultados da guerra franco-prussiana, à atitude moderada do governo de Thiers e às desigualdades sociais vigentes.

A Comuna se iniciou em 18 de março de 1871 e acabou violentamente em 28 de maio. A guerra levou à revolução. Durante as ações de combate houve um momento terrível: o período da *Semana Sangrenta*, de 21 a 28 de maio. Mais de vinte mil franceses morreram nas mãos do exército governista, enquanto os *communards* se dedicavam a assassinar personalidades como o arcebispo de Paris e a destruir propriedades.

Infelizmente não se pôde impedir a queima de bibliotecas e textos. O incêndio do palácio das Tulherias, em Paris, em 1871, ocasionou a extinção de centenas de obras. O prédio, além disso, ficou em

ruínas. Um dos textos queimados, bastante raro, foi a *Chronique de La Poucella d'Orliens* (1512).

Na noite de 23 para 24 de maio do fatídico 1871, dezenas de manuscritos desapareceram no incêndio voraz da biblioteca do Louvre, em Paris. Como em muitos outros casos, seria impossível pretender que eu apresente aqui um catálogo exaustivo com os títulos dos manuscritos desaparecidos, mas é desanimador saber que se perderam tesouros bibliográficos não apenas de um único país e sim de todo o mundo. Entre as maiores desgraças devo mencionar que os acervos primitivos se perderam. Também sofreram danos quase totais as seções de direito público, administração, história, literatura, estudos sobre arte, etc. Para se ter uma idéia do desastre, basta dizer que o catálogo de assuntos abarcava nove volumes; o catálogo alfabético, 22 volumes; o catálogo de anônimos, seis volumes; e o de manuscritos, pelo menos um volume. Entre outros, foram queimados vários manuscritos do festejado poeta Guillaume Colletet. Sua *Viés des poètes français par ordre chronologique*, depuis 1209 jusqu'en 1647, com 459 biografias, não sobreviveu, e tanto o original como uma cópia bastante respeitável se converteram em cinzas. De François Colletet arderam *Mémoires des choses arrivées de notre temps*.

O manuscrito com *Heures de Charlemagne* tampouco se salvou, nem textos como a *Bulle sur papyrus du pape Ágapet*, de 951, o *Huit herbiers*, de madame de Genlis, *Consecratio regis*, *Notice historique sur les sepultures d'Heloise et d'Abelard* (1815), de Alexandre Lenoir, *Documents sur Ia picardie*, de M. H. Cocheris. A prestigiosa *Bibliotheca mágica*, de Nicolas-Philibert Hémey d'Auberive, não pôde se salvar. Durante a Revolução francesa os livros desse autor também se perderam.

De 23 para 24 de maio o Palácio do Conselho de Estado foi incendiado e vários livros foram destruídos. Émile Zola escreveu, tomado de pânico: "[...] o imenso incêndio, o maior, o mais horrível - os dois pisos das galerias vomitavam chamas."

De maneira semelhante, o fogo devastou os arquivos da Prefeitura de Polícia e quase acabou com todos os exemplares do *Rapport general sur les travaux du conseil d'hygiène publique et de salubrité*

du département de La Seine (1861), de Adolphe Trébuchet. A biblioteca Sainte-Geneviève, que fora atacada pelos prussianos, sofreu danos irreparáveis na seção de geografia, quando as tropas tomaram Paris. Entre outros, foram queimados exemplares de uma coleção em formato 12, cujo título geral era Histoire des voyages.

Guerras de Independência e Revolução Hispano-Americana

A Guerra da Independência da Espanha se prolongou de 1808 até 1814, quando o rei Fernando VII retomou o controle do poder da monarquia. Foi um tempo cruel, descrito com perfeição pelo pintor Goya na sua série sobre os horrores da guerra. É bem conhecido o fato de que as tropas invasoras usaram centenas de livros como papel para munição.

A abadia de Montserrat, que contava com uma das bibliotecas mais extraordinárias da Espanha e talvez da Europa, com um arquivo completo e organizado, foi arrasada pelas tropas francesas, para evitar que servisse de fortificação. A biblioteca e o arquivo foram alimento para as chamas. Só alguns livros se salvaram, a maioria porque não estava ali naquele momento. Boa parte da produção impressa da abadia - que tinha uma gráfica desde 1499 - desapareceu. O arquivo da escola de música mais antiga da Europa - o coro de Montserrat -, que formara músicos importantes nos séculos XVI, XVII e XVIII e abrigava abundantes amostras de música medieval, desapareceu para sempre.

No episódio de Montserrat ocorreu uma perda que continua causando polêmica entre os bibliófilos. Acontece que Francesc Vicent, nascido em Segorbe, perto de Valência, publicou, em língua catalã, um livro impresso em 1495 com cem problemas de xadrez. Os editores foram Lope de Roca Alemany e Pedro Trincer ou Tringer. O incunábulo estava na abadia e desapareceu no saque. Ninguém sabe se foi destruído ou se está desaparecido. Seu título era Libre deis jochs partits deis schacs en nombre de 100. O erudito Mariano Aguiló Fuster explicou: "[...] Não se conhece nenhum exemplar deste livro raríssimo, que se supõe totalmente perdido, por ter desaparecido o único exemplar conhecido no saque feito pelos franceses no mosteiro de Montserrat durante a Guerra da Independência [...]."

Durante a guerra, o despojo francês das bibliotecas, palácios e mosteiros espanhóis foi tão grave que levou José Bonaparte a proibir que seus generais requisitassem e levassem para a França os bens do Reino da Espanha. Ele era, enfim, o rei. Parte desses tesouros foi devolvida à Espanha, mas outra ficou na França, em decorrência da Paz de Viena, de 1815. Como se não bastasse, o que os franceses deixaram foi levado pelos ingleses que ajudaram na luta contra a França, entre eles Wellington.

Por volta de 1868, a decomposição política da Espanha produziu a fragmentação da sociedade e uma verdadeira crise, que culminou com a revolução de setembro, a instalação de um governo provisório e a elaboração de uma Constituição um ano depois. Em meio a essa grande confusão, o ambicioso Manuel Ruiz Zorrilla, ministro do Desenvolvimento, publicou um decreto em 26 de janeiro de 1869 que evidencia a deterioração dos livros na Espanha do século XIX:

No Ministério de Desenvolvimento há expedientes em que constam estes e outros fatos escandalosos: por mil rs. (reales) se salvaram do fogo de uma fábrica muitas arrobas de riquíssimos pergaminhos das bibliotecas e arquivos eclesiásticos de Aragão; os códices que serviram a Cisneros para a Bíblia Complutense foram empregados para fazer bombas e foguetes para um espetáculo de fogos de artifício; um bibliotecário resgatou de uma fábrica de papelão e entregou ao Estado boa parte dos documentos da Inquisição de Valência; por um relógio de prata e uma escopeta se trocou em outro lugar um livro, adquirido pouco depois pelo Museu Britânico por 45 mil reales; a Biblioteca Nacional gastou alguns milhares de reales para comprar manuscritos extraídos fraudulentamente das bibliotecas dos quartéis militares. Por último, um erudito alemão publicou um catálogo em que fornece notícias minuciosas das arrobas de códices e documentos espanhóis adquiridos no exterior, cuja exatidão é uma vergonha para todo aquele que ama a Espanha.

Os documentos a que se refere este decreto não são propriedade de nenhuma pessoa ou corporação: são do povo, são da Nação, são de todos, porque são glórias nacionais ou monumentos em que se

deve estudar a história pátria dos fatos passados. O ministro que subscreve este decreto não pode deixar de censurar, como certamente qualquer pessoa ilustrada fará, o egoísmo criminoso das corporações religiosas que ocultaram, isolando uma habitação, riquíssimos códices, cujo achado se deve às incansáveis pesquisas da Academia de História.

Por estas razões, no uso das faculdades que me competem como membro do Governo Provisório e ministro do Desenvolvimento:

Venho decretar o seguinte:

Artigo 1º. O Estado e, em seu nome, o ministro de Desenvolvimento, tomará posse de todos os arquivos, bibliotecas, gabinetes e demais coleções de objetos de ciência, arte ou literatura que, com qualquer nome, estejam hoje a cargo das catedrais, cabidos, mosteiros ou ordens militares.

Artigo 2º. Esta riqueza será considerada nacional, e posta a serviço público, enquanto forem classificadas nas bibliotecas, arquivos e museus nacionais.

Artigo 3º. Continuarão em poder do clero as bibliotecas dos seminários.

A emancipação da América Latina foi marcada por episódios que destruíram dezenas de bibliotecas e coleções de livros. Na Venezuela, a retirada causada pela derrota de La Puerta fez cair nas mãos do exército espanhol todos os exemplares reunidos por Simón Bolívar em 1814 para uma biblioteca pública. Manuel Pérez Vila, historiador, resumiu assim as conseqüências: "[...] Em março de 1817 o comissário do Santo Ofício mandou queimar 691 tomos de obras diversas que estavam a ponto de constituir o núcleo da biblioteca pública de Caracas, em plena guerra de morte [...]."

No México, a Guerra de Independência significou a destruição de várias bibliotecas e coleções de livros. Hoje se sabe que os exemplares da Bibliotheca americana septentrional (três volumes, 1816, 1819 e 1821) foram aniquilados ao serem utilizados como cartuchos de pólvora. A ruína geral, além disso, contribuiu para acentuar o abandono e a perda de exemplares valiosos.

CAPÍTULO 13

Em busca da pureza

Jacob Frank

A vida de Yacov ben Judah Leib Frankovitch foi como a de qualquer fanático: sem sossego, sem segurança, imodesta. Do pai, além das dívidas clássicas e de uma altivez histórica, herdou um fervor fora do comum pelo movimento messiânico judaico de Sabbatai Tsevi, místico que afirmava ser capaz de ter relações sexuais com virgens "sem deflorá-las" e erudito que propôs destruir rolos da Tora para provocar o surgimento de uma nova era. "Há que destruir", advertia. "Tudo voltará a ser novo. O proibido é o bem." Esmagou com os pés os tefilim, pequenos cubos de couro contendo quatro trechos do Pentateuco que são enrolados no braço esquerdo e na cabeça enquanto se reza. O movimento ganhou adeptos em diferentes regiões da Europa e da África, do Iêmen até Amsterdam, fossem asquenazes ou sefarditas. Foi um fenômeno inesperado em que multidões inteiras aguardaram a vinda do messias e dos antigos profetas.

Yacov estava convencido de que era a reencarnação de Sabbatai Tsevi e de Baruch Russo, outro messias, e, em 1751, com uma viagem pelo meio da Turquia, fez-se chamar Jacob Frank. Detestava, por motivos obscuros, certas etimologias judaicas e, por doutrina, os livros. Em 1755 reuniu discípulos a quem denominou frankistas e os obrigou a queimar livros. Em 1756 foi condenado por heresia, mas não desanimou. Nada mais cruel do que um ignorante com carisma.

Em 1757, depois de vencer os rabinos num debate, percorreu casa por casa e destruiu em praça pública centenas de exemplares do Talmude, o que rendeu à sua seita o nome de antitalmudista. Com cínica humildade, costumava recordar aos seguidores seu caráter de

messias e o valor oral de sua doutrina. "Eu sou a palavra, eu sou o filho, eu sou", dizia. Inventou uma trindade em que havia um verdadeiro Deus, alheio a tudo, um Deus encarnado e uma mulher. Ele se considerava esse Deus encarnado. A especulação sobre a lei o exaltava e em seus sonhos acreditava ter descoberto os sinais dos novos princípios de uma mistura de cristianismo e judaísmo. Em determinada época obrigava os seguidores a usar sandálias fabricadas com rolos de pergaminho onde estavam escritos os textos da Tora. Criou uma ordem com 12 apóstolos e 12 concubinas, todos santos, piedosos e implacáveis, defensores do sexo mais violento. Em 1760 foi detido e encarcerado pelas autoridades de Varsóvia e depois expulso. Segundo a lenda, morreu em Offenbach e pediu, no leito de morte, a destruição de todos os livros. "Queimem tudo", suplicou. "Aquilo que é verdadeiro morre comigo." Como curiosidade, vale a pena comentar que dizia que o rosto de Deus se ampliara com os traços do seu.

Nachman de Bratislava

Nachman de Bratislava nasceu na Ucrânia em 1772. Sua mãe era filha do fundador do hassidismo moderno, o milagroso Baal Shem Tov. Desde pequeno era obcecado pela tradição e se preparou para ser um tzadik, um justo sobre quem residia o poder da Lei. Expulso de sua terra natal, viveu desde o outono de 1802 até a primavera de 1810 em Bratislava. Em 1811 morreu tuberculoso. Chama a atenção que o hassidismo pressupõe a falta de um guia que herde o papel de mestre. Nachman foi o único mestre de toda sua doutrina. Enterrado em Umã, hoje seu túmulo é lugar de peregrinação. Em 1808, Nachman sofreu uma crise terrível. O historiador Marc-Alain Ouaknin, especialista em problemas sobre a origem da linguagem e sobre o Talmude, afirmou que Nachman perdeu uma vez o controle e citou como prova um testemunho direto:

Contou então que tinha em casa um livro que causara a morte da mulher e do filho e da própria situação. Não sabia o que fazer. [...] Achava que só poderia continuar vivendo se o tal livro fosse queimado. Mas como! Queimar o livro extraordinário a que se entregara totalmente [...]. É certo que poderei viver ainda um tempo, se o livro for queimado. Apesar de tudo, sofrerei muito ao queimá-lo, porque você não percebe a santidade desse livro: e eu, eu perdi minha primeira mulher e meus filhos e muitos sofrimentos me afligiram por causa disso. Chorava, chorava. Veio, então, o médico [...] falou um pouco com o rabino Nachman e foi embora. O rabino Nachman continuava chorando e chorando. Disse depois ao rabino Shimon: Aqui está a chave de meu pequeno armário. Vá rápido, não fraqueje, alugue uma carruagem até Bratislava. Que não o detenham nem a chuva e nem a neve. Quando chegares, encontrarás os dois livros. Pegue-os e queime-os. Apresse-se [...]. O interessante de Nachman é sua obra e seu fanatismo contra os livros. Ao morrer, seu secretário particular, Nataniel Sternhartz, compilou seus escritos em três partes:: um primeiro livro com aforismos e contos, um segundo livro intitulado Sefer Ha-Nisraf (Livro queimado) e um terceiro livro virtual conhecido como Sefer Ha-Ganuz (Livro oculto). O segundo foi queimado por ordem de Nachman e o terceiro nunca foi lido por ninguém porque desapareceu (ou nunca foi escrito). Seu aforismo mais lembrado é este: "[...] Queimar um livro é iluminar o mundo [...]."

Os manuscritos obscuros de Burton

Richard Francis Burton, como Empédocles, foi censurado pela própria família. Borges lembrou que a viúva ateou fogo aos dois livros: O jardim perfumado de Nafzauí e a Compilação de epigramas inspirados por Príapo." Esse feliz comentário foi discutido por todos os biógrafos de Burton.

Edward Rice observou que esse extraordinário explorador, narrador e tradutor driblou a censura vitoriana colocando as palavras vulgares em latim: procedeu assim em *The Kama Sutra* (1883), *The book of the thousands nights and a night* (1883-1888), *Um manual de erotologia* (1886) e em outros.

Isabel Burton, que foi, como se sabe, uma escritora de talento, assumiu a determinação de queimar os diários, cartas e papéis particulares do marido depois de receber ordem expressa dele desde a época do consulado em Trieste. Obcecada, revisou os irreverentes capítulos de *The scented garden*, uma nova versão de *The perfumed garden*, trabalho erótico de origem arábica em que se examinam as faculdades sexuais e se oferecem remédios para a impotência e a ninfomania. No início a viúva recebeu uma oferta de três mil libras pelo manuscrito e mais tarde uma contra-oferta de seis mil libras, o que fez crescer sua suspeita e curiosidade em relação ao escrito. Depois de uma leitura ininterrupta, optou por destruir o exemplar, apesar da grande oferta de dinheiro. Um amigo da família, Grenville Baker, contou a um jornalista que *The scented garden* era uma obra-prima, com centenas de anotações superiores às de *The perfumed garden*.

Isabel morreu em 1896, mas sua irmã, herdeira da hipocrisia e do desdém como símbolos de autoridade e auto-estima, continuou o trabalho piro-maniaco e queimou os diários de Burton de 1862 a 1890. Queimou também muitas cartas de amor (precisas nos detalhes íntimos, como as escritas pelo irlandês James Joyce à sua mulher Nora Barnacle).

Livros queimados por imoralidade

Uma superstição de natureza ambígua pretendeu destruir toda a edição de *Memoirs of a woman of pleasure* (1749), romance de John Cleland em que se relatam as experiências sexuais de Fanny Hill, uma prostituta inglesa. O livro foi proibido no mesmo ano de

seu aparecimento. Em 1960, grupos de ação moral queimaram exemplares em Manchester, Inglaterra, e no Japão.

O argumento de que era ofensivo voltou a ser utilizado em 1934 por uma corte de Westminster, na Inglaterra, para eliminar todos os exemplares existentes de uma tradução literal do Satyricon, de Petrônio, livro picaresco e incompleto em que se expõe com cru realismo a liberdade sexual dos banquetes romanos.

Uma obra de Louis Lemercier de Neuville (1830-1918), intitulada *Le théâtre érotique de la rue de La Santé suivi de la grande symphonie des punaises* (1864), foi condenada pelo Tribunal de Lille, em 6 de maio de 1868, a ser queimada. E não foram poucos os exemplares que desapareceram.

Darwin e seu livro polêmico

Talvez um dos livros mais controvertidos, mas também mais importantes, seja *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural*, de Charles Darwin. Apareceu pela primeira vez em 1859, em Londres, impresso por John Murray, com 1.250 exemplares para venda, e já em 1860 saiu uma segunda edição, que logo se esgotou. A idéia desse texto atraente é apresentar a teoria da evolução por meio do mecanismo da seleção natural. Também propõe que todos os organismos provêm de um antepassado comum.

O escândalo foi enorme e alguns exemplares imediatamente foram queimados. Edições posteriores foram destruídas, proibidas nos colégios, repelidas por diferentes bibliotecas do mundo e particularmente rejeitadas por centenas de cientistas que viram seus trabalhos arruinados diante da novidade contida na engenhosa idéia de Darwin.

Em seus últimos anos, publicou outros livros polêmicos: *A variação dos animais e plantas sob a ação da domesticação* (1868), *A descendência humana e a seleção sexual* (1871) e *Expressão das*

emoções no homem e nos animais (1872). Darwin morreu em Down, em 19 de abril de 1882, e foi enterrado em Westminster.

Um inquisidor em Nova York

Em 21 de setembro de 1915 morreu Anthony Comstock, aos 71 anos. Durante quarenta longos anos foi o inquisidor religioso mais temido do mundo e ainda hoje seu nome está relacionado com a destruição do maior número de livros da história dos Estados Unidos.

Comstock nasceu em 7 de março de 1844, em Nova Canaã, Connecticut. Lutou na Guerra Civil e no exército da União, e algo do que viu ou não viu determinou suas ações posteriores. Instalou-se em Nova York e, em 1872, trabalhou na Young Men's Christian Association. Lia a Bíblia com um fervor que assustou todos seus amigos. No seu entender, o demônio se apoderara de muitos escritores e sua missão na Terra era pôr fim a essa atrocidade. Nada o deteve nessa inexplicável cruzada moral.

Em 1873 fundou a Sociedade de Nova York para a Eliminação do Vício e, como se não bastasse, conseguiu a aprovação no Congresso da chamada Lei Comstock, que impôs a proibição de transportar pelo correio qualquer texto considerado imoral. Revisou de graça milhares de livros e revistas e com uma única folheada podia encontrar as verdadeiras agressões aos bons costumes.

Cerca de 120 toneladas de livros, revistas e folhetos foram queimadas publicamente. Sabe-se que odiava a obra de George Bernard Shaw.

CAPÍTULO 14

Alguns estudos sobre a destruição de livros

I

A análise dos catálogos existentes de livros gregos e romanos demonstra que na antigüidade - embora existisse interesse pelas bibliotecas, seleção de livros e sua classificação - não se produziu qualquer estudo completo sobre a destruição de livros. O Léxico de Suda revelou os nomes e títulos de alguns autores dedicados a propor coleções de livros, como Filão de Biblos, que redigiu uma lista de textos recomendados em seu tratado especializado Sobre a aquisição e seleção de livros. Também há referências a Télefo de Pérgamo, gramático, que fez a mesma coisa nos três rolos de seu texto Perícia sobre livros. Isso no que diz respeito aos gregos.

Em Roma, o erudito Marcus Terentius Varro (116 a.C.-27 a.C.) escreveu Sobre as bibliotecas - um tratado que não se conserva hoje -, em que descreveu a organização de uma biblioteca e é provável que expusesse seus motivos para ressaltar a importância do livro como fato cultural. De acordo com outros textos do mesmo autor, pode-se conjecturar que preparou uma breve história das bibliotecas gregas, mas não há prova. Sêneca, que atribuiu às tropas de Júlio César a queima de quarenta mil livros, minimizou a importância das destruições, porque se aborrecia com "excesso de livros".

O motivo dessa falta de interesse pelo tema se deve a que o livro era um fenômeno emergente entre esses povos e eles só se preocuparam em informar ou descrever casos pontuais de livros destruídos (a crônica, por exemplo, feita pelo geógrafo Estrabão de Amasia sobre o singular desaparecimento de muitos escritos de Aristóteles, os comentários de Ateneo de Náucrates sobre alguns livros perdidos ou as observações de Aulo Gélio).

O enciclopedista Isidoro de Sevilha (560/570-636) se referiu a várias bibliotecas destruídas em suas *Etimologias*, livro escrito a pedido do bispo de Saragoça. Comentou no capítulo III: "[...] Esdras, movido pelo espírito de Deus, retornados os judeus a Jerusalém, consertou a biblioteca do Antigo Testamento, incendiada pelos caldeus, consertou os estragos do fogo e corrigiu todos os livros da lei e dos profetas [...]."

II

Um dos primeiros volumes a propor a defesa do livro contra sua destruição foi o *Philobiblion*, de Richard de Bury (1281-1345), proprietário de uma das maiores bibliotecas de seu tempo. Consiste em uma série de reflexões destinadas a ser a norma-padrão da biblioteca do Durham College de Oxford. De Bury apontou as guerras como principais fontes destruidoras de livros.

Defendeu os livros como reservatórios de sabedoria, e expressamente promoveu a idéia de que fossem cuidados como maneira de servir a Deus. De alguma forma, confessa ou não, acreditava que só podia destruir livros alguém possuído pelo ódio à sabedoria. Essa explicação teológica, no entanto, apareceu com a morte do autor. A primeira edição foi póstuma e apareceu em Colônia em 1473, em Paris em 1500 e na Inglaterra foi publicada por Thomas James entre 1598 e 1599.

Thomas Browne se interessou pelos livros perdidos e também pelos imaginários. Em *The works of the learned Sr. Thomas Brown* (1686), a seção IV, dedicada a textos mistos, incluiu o intitulado *Musaeum clausum, or Bibliotheca abscondita*. É um ensaio curto, curioso, e se limita a oferecer a lista de escritos extremamente difíceis de encontrar. Alguns são baseados em suposições eruditas do próprio Browne, que os torna imaginários, mas outros são reais. Assim ocorre com o sexto registro: "Um Sábio Comentário sobre o Périplo de Hanon o Cartaginês, ou sua Navegação na Costa Ocidental da África, com vários lugares que percorreu; quais Colônias fundou, quais Navios se perderam da Frota perto da linha

Equinocial, de que não se ouviu falar depois, provavelmente por causa dos ventos alísios, e que o levaram à Costa da América."

Browne se referiu também a outros textos estranhos: "[...] Alguns manuscritos e raridades trazidos das bibliotecas da Etiópia, por Zaga Zaba, depois transportados para Roma, foram danificados pelos soldados do Duque de Bourbon, quando seus bárbaros saquearam a cidade [...]."

O poeta John Milton, depois da leitura de um texto de Isócrates, escreveu seu tratado *Aeropagítica*, o primeiro texto escrito no Ocidente contra a censura. Num dos capítulos sobre a destruição de livros manifestou categoricamente: "[...] Tão grave como matar um homem é matar um bom livro. Quem mata um homem mata uma criatura racional, imagem de Deus; mas quem destrói um bom livro mata a própria razão, mata a imagem de Deus [...]."

III

Foi no século XIX que a bibliografia sobre destruição de bibliotecas e livros aumentou.

De William Blades, o grande precursor da tradição de estudos ingleses sobre esse aspecto, sabe-se pouco. Nasceu em Clapham, Londres, em 5 de dezembro de 1824. Criou-se entre livros e máquinas, na oficina da gráfica East & Blades, propriedade de seu pai. Apaixonado pela tipografia do grande artífice William Caxton, estudou 450 livros preparados por esse mestre da impressão, e dessa rotina surgiu seu primeiro grande texto, o estudo *Life and typography of William Caxton* (1861). Era uma obra exaustiva que converteu seu autor em bibliômano devoto.

William Blades se dedicou com afincos a escrever o volume *Enemies of books* (1881). A relevância desse texto raro reside, talvez, no fato de que ofereceu o primeiro estudo sistemático sobre a destruição de livros e bibliotecas. Dividiu as causas em vários tipos: fogo, água, gás e calor, poeira, negligência, ignorância, maldade e, além disso, incluiu os colecionadores, os livreiros, os vermes dos livros, os insetos, as crianças e a criadagem. Não se enganou ao colocar o fogo entre os principais elementos de destruição.

Ao que parece, gostava dos paradoxos, como prova a denúncia que fez de John Bagford, fundador da Sociedade de Antiquários, por praticar a biblioclastia (este obscuro personagem tinha o hábito perverso de arrancar as capas dos livros antigos para colecioná-las e às vezes jogava a obra no lixo). Bagford morreu em Sutton, Surrey, em 27 de abril de 1890.

Cornelius Walford (1827-1885) foi um dos mais exímios pioneiros no campo da preservação de bibliotecas. A pedido de alguns clientes, redigiu um breve ensaio com o título de *The destruction of libraries by fire considered practically and historically*, que saiu em fascículos. Esse texto foi completado por um catálogo histórico chamado *Chronological sketch of the destruction of libraries by fire in ancient and modern times and of other severe losses of books and manuscripts by fire and water*.

No ano seguinte, 1880, Walford fez aparecer um pequeno folheto: *The destruction of libraries by fire considered practically and historically* (Londres, Chiswick Press). No prefácio, advertiu: "A destruição de bibliotecas, grandes ou pequenas, públicas ou particulares, sempre é um acontecimento que deve ser deplorado; e não apenas no âmbito do valor intrínseco dos objetos consumidos, e sim porque, amiúde, os tesouros não podem ser substituídos unicamente por desembolsos pecuniários, e com freqüência de nenhuma maneira. O tema veio à baila durante o ano em curso por várias circunstâncias. A quase total destruição da Biblioteca Pública de Birmingham é a mais destacada delas [...]."

No folheto, Walford publicou uma relação dos incêndios mais famosos de bibliotecas no mundo. De Alexandria até sua época.

Walford foi citado por Henry Hazlitt e homenageado por Mark Twain, que compareceu a uma recepção em sua honra em 12 de outubro de 1874. Sua bibliografia, respeitável, inclui muitos livros sobre feiras, acidentes, uma estatística do Canadá, uma explicação das causas sociais da pobreza, uma história da fome no mundo, um índice de livros ingleses e uma reflexão cética sobre as vantagens da hospitalidade. Nenhum dicionário nem bibliografia dedicou-lhe verbete, embora estranhamente a revista *Hartford Courant* tenha

lembrado que Walford era um "autor inglês sobre seguros bem conhecido".

IV

Etienne Gabriel Peignot (1767-1849), na França, foi um dos primeiros a produzir fontes confiáveis sobre o tema da destruição de livros. Talvez seu melhor estudo seja *Essai historique sur la liberte d'écrire chez les anciens et au Moyen Age* (MDCCCXXXII). O que torna extremamente interessante seu livro é que se referiu a diferentes informações históricas sobre a destruição de livros, associada por ele a uma tentativa de silenciar a liberdade de imprensa e gráfica no mundo. Peignot publicou outros escritos sobre o tema: *Dictionnaire critique littéraire e bibliographique des principaux livres condamnés au feu, supprimés ou censures* (1806) ou *De Pierre Aretin* (Paris, 1836).

Charles Nodier assinalou que era sumamente estranho que ninguém tivesse pensado em elaborar bibliografias dos livros perdidos no mundo; essa ausência é tão lamentável quanto a de um estudo sobre as bibliotecas e os livros imaginários. Dois dos homens que o escutaram, instigados pela sugestão, dedicaram a vida a essa tarefa e abriram um novo caminho na tradição da bibliofilia francesa. O primeiro foi Gustave Brunet; o segundo, Paul Lacroix.

Pierre Gustave Brunet (conhecido como Philomneste Júnior), bibliófilo francês reconhecido e prolífico, nascido em 1807 e morto em 1896, escreveu muitos ensaios extensos ou curtos sobre os mais diferentes temas. Escreveu um *Essai sur les bibliothèques imaginaires* (1862) e uma monografia sobre o capítulo VII da segunda parte do livro *Gargântua, de François Rabelais: Catalogue de la bibliothèque de l'abbaye de Saint-Victor au seizième siècle* (1862).

É bem curioso o volume *Fantaisies bibliographiques. Un catalogue de livres singuliers que jamais nul bibliophile ne verra* (1864), como também *Impri-meurs imaginaires et libraires supposés* (1866). Sua devoção o levou a analisar com atenção os evangelhos não aceitos pelo cânone católico: *Les Évangiles apocryphes* (1863).

Seguidor de Plínio e Ateneu de Náucratis, reuniu uma série de obras em *Curiosités théologiques* (1861). Nesse escrito, descreveu minuciosamente teologias desconhecidas e algumas versões sobre ritos demoníacos não muito difundidos.

Editou centenas de folhetos de obras curiosas, algumas quase desaparecidas, e foi um dos primeiros a catalogar livros destruídos. Catalogou-os em vários textos, mas se destacam *Dictionnaire de bibliographie catholique* (Paris, Migne, 1858) e *Dictionnaire de bibliologie catholique* (1860). Preparou um surpreendente escrito intitulado *Livres perdus et exemplaires uniques* (1872).

Como Brunet, de quem foi colaborador, Paul Lacroix (1806-1884) não resistiu à tentação de imaginar bibliotecas e livros perdidos. Editou muitos clássicos da literatura francesa e, seguindo os usos da época, criou o pseudônimo de Bibliophile Jacob. Entre outros, preparou um *Catalogue de Curiosités bibliographiques... recueillis par le Bibliophile voyageur. Dixième année* (1847). Sua paixão obscura pelos bordéis de Paris gerou sua minuciosa *Histoire de la prostitution chez tous les peuples du monde* (1851).

Paul Lacroix publicou em 1880 seu *Essai d'une bibliographie des livres français perdus ou peu connus*. O número de livros incluídos foi de 115. Considerava os primeiros 52 absolutamente perdidos, referindo-se aos desaparecidos por destruição ou porque simplesmente seu paradeiro era desconhecido. Lacroix obviamente não pretendia explicar o porquê das perdas de livros, e sim que se dedicou com afinco à tarefa, nem sempre grata, de documentar o problema com o objetivo de despertar fascínio pela condição de certos livros. Em seu catálogo se podem ver alguns títulos indiscutivelmente atraentes. O item número 11 ressalta *Le débat de deux gentilshommes espagnols sur le fait d'amour* (Paris, Jean Longis, 1541, in-8°). O item 12 é *Silene insensé, ou le strange metamorphose des amants fidèles* (Paris, 1613, in-8°).

A influência de Nodier, Brunet e Lacroix sobre Fernand Drujon (1845) é inegável. Drujon, de alguma maneira, resumiu as ambições de todos os predecessores. Sua obra, ainda não reconhecida, é simplesmente magnífica. Um de seus primeiros grandes trabalhos sobre a destruição de livros foi *Catalogue des ouvrages, écrits e dessins de toute nature poursuivis, supprimés ou condamnés depuis le 21 octobre 1814 jusqu'au 31 juillet 1877* (1879). Nesse catálogo de 430 páginas, comentado e profusamente anotado, detalhou todos os livros, manuscritos e impressos eliminados ou condenados legalmente na França ao longo de 63 anos. O interessante do tratado é que primeiro oferece um extenso catálogo de todos os escritos e prossegue com a descrição dos textos censurados. Na página XXIX oferece uma lista das fotografias (interessantes exemplos do início dessa arte) obscenas ou perturbadoras.

Alguns anos mais tarde, Drujon preparou *Essai bibliographique sur la destruction volontaire des livres ou Bibliolytie* (Paris, 1889). A revisão e o acréscimo dos dados desse livro resultaram em seu melhor trabalho, intitulado *Destructorum editionum centúria* (1893), cujo objetivo foi claramente exposto desde o princípio: "[...] Propus-me a descrever um certo número de obras cujas edições foram destruídas, em sua totalidade ou em parte, por acontecimentos funestos, catástrofes, tais como incêndios, naufrágios, revoluções [...]."

O método desse livro originou um índice alfabético acompanhado de observações históricas sobre a destruição do exemplar. O registro 26, por exemplo, refere-se à perseguição contra o livro sagrado dos muçulmanos, o Corão:

[...] CORÃO (O). Encontra-se a seguinte nota no *Boletim do Bibliófilo* de 1853 (p. 133).

Uma biblioteca considerável existiu em Trípoli, Síria, onde havia centenas de copistas que trabalharam sem descanso. Encontravam-se ali, dizia-se, cinquenta mil exemplares do Corão, e vinte mil comentários sobre esse livro venerado pelos muçulmanos... Os cruzados, depois da tomada de Trípoli, em 1109, pensaram que era

necessário aniquilar maciçamente este livro anticristão, e todos os manuscritos foram, sem exame, entregues ao fogo. Esta não é a única época em que o Corão foi destruído em massa; a história da Espanha proporciona muitos exemplos de destruição semelhantes [...].

O último registro (100) destaca a destruição de uma biblioteca inteira:

[...] VIRGA PASTORALIS AD EXACTORIS CONFRACTAM VIGILANS... escrito polêmico dirigido contra Jean-Jacques Steinhof, todos os exemplares queimaram no incêndio que destruiu, em 1701, a biblioteca (18 mil livros) de L. Stockflett. (Ver: *Amoenitates variae*, t. 11, p. 397) [...].

Fernand Drujon, silenciosamente, transformou sua tradição, embora não tivesse seguidores no século XX. Queria decifrar um enigma, mas, como todo grande descobridor, não o explicou, e sim descreveu seu sentido mágico no Ocidente.

VI

No século XX devo destacar duas teorias sobre o porquê da destruição de livros. A primeira foi de Jacques Bergier, criador de um gênero jornalístico conhecido como "realismo fantástico". Bergier, como se sabe, afirmou que existe uma conspiração mundial organizada por uma sinarquia que repudia os textos que possam contribuir para "uma difusão demasiado rápida e extensiva do saber [...]".

Essa conjectura foi apoiada por toda uma geração de leitores, acostumados às confrarias, cenáculos e espiões dos romances de John Le Carré. Segundo Bergier, "há muito tempo se pratica a destruição sistemática de livros ou documentos sobre descobertas perigosas antes ou no momento mesmo de sua publicação". Desde os livros de Tot até o caso de A dupla hélice, de James D. Watson, o engenhoso francês indagou sobre as razões da perseguição a

diferentes textos ao longo da história e alimentou uma paranóia mais ou menos intensa entre seus seguidores.

Somente na década de 1990, o psicanalista Gérard Haddad, autor de *Manger le livre* (1984) e *Os bibliodastas* (1993), realizou o primeiro estudo rigoroso sobre o tema. Via no livro "a materialização do pai simbólico freudiano cani-balisticamente devorado na identificação primária [...]". Com essa premissa - uma obra é o pai de um determinado povo - assumiu duas posições para explicar a destruição de livros. Quando se come um livro é para receber seu dom generativo, seu poder de engendrar. Quando se queima, pelo contrário, é para negar sua paternidade, repelir a função de ser pai: "[...] O auto-de-fé exerce de forma velada e extrema o ódio e a resistência ao pai [...]."

O ódio ao livro, afirmou Haddad, desemboca amiúde no racismo, pois o racismo nega a cor de outra cultura, entendida como ato de descendência de outro povo. Por outro lado, Haddad também decifrou os movimentos milenaristas ao identificá-los como "um culto cujo sacrifício central seria o holocausto do Livro [...]".

No milenarismo cristão, segundo ele, há diversas modalidades de resistência ao livro, e uma delas parece consistir na vontade de apagar todo vestígio da metáfora do Pai. Outra idéia feliz foi sua proposta de que a difamação é um recurso para aniquilar o valor de um texto.

TERCEIRA PARTE
O século XX e o início do século XXI

CAPÍTULO 1

Os livros destruídos durante a Guerra Civil Espanhola

I

Há dez ou 12 anos, procurei um livro de Miguel de Unamuno num sebo de Madri. A livraria, escura e malcuidada, era um lugar gótico de salas desiguais, com estantes metálicas de cor azul, paredes de tonalidade marfim e janelas altas. Lembro-me, ou, melhor dizendo, não esqueço como o dono do lugar impunha um silêncio opressivo, quase humilhante. Era um entardecer quente, e com grande dificuldade podia ler as lombadas com os nomes quase ilegíveis de cada autor. O empregado, entretido numa carteia de aposta de futebol, ignorou-me e eu preferi ir para um canto, em geral evitado pelos clientes. Diante de meus olhos se confundiam novas e antigas edições: a *Didascalía multiplex* (1615), do abade de Rute, com notas manuscritas, um manual de mitologias sexuais africanas (com ilustrações), e o *Jardim de flores indiscretas* (1570), de Antônio de Torquemada...

O livro não apareceu, mas num certo momento peguei nas mãos, por acaso, um volume esfrangalhado e devorado pelos insetos. Estava sem capa e o colofão era uma mancha. A extensa introdução fora arrancada. Os buracos impediam, além disso, uma leitura coerente. A duras penas, reconheci entre os fragmentos uma antologia de poemas de Federico Garcia Lorca. Li, fascinado, um dos textos e, enquanto segurava as páginas, pedaços inteiros caíram ao chão. O livro não tinha índice e faltavam as páginas finais, arrancadas com pouco cuidado. Havia uma nota oficial de algum censor: "Livro proibido. Astúrias, El Infierno." Intrigado, corri para perguntar o preço e o implacável dono me pediu que o levasse, visivelmente incomodado. Diante de minha perturbação, o

homem disse: "Leve-o, não sei quem pôde trazer até aqui o livro desse comunista."

O tom de suas palavras me despertou medo. Não as esperava. Observar, além disso, o volume destroçado, sabê-lo ignorado pelo proprietário da loja, reconhecer em seu conteúdo os poemas proibidos de um poeta assassinado, tudo isso me alarmou, e fugi, visivelmente nervoso e com a garganta seca. Do lado de fora a chuva açoitava as ruas, e quando por fim encontrei um táxi o volume esfrangalhado apareceu num dos bolsos do meu sobretudo. E assim começou esta pesquisa, por um erro, como todas as coisas importantes. Munido com esse livro em ruínas como único amuleto, descobri que, além de centenas de milhares de mortos, a Guerra Civil Espanhola provocou um desastre cultural oculto durante décadas.

II

Vale a pena assinalar que, antes do início da guerra, no período da República, já se destruíam livros. De 10 a 11 de maio de 1931, foram queimados as bibliotecas e os arquivos dos conventos. Tomado pela obsessão anti-clerical, um movimento eliminou catecismos, livros e folhetos do catolicismo direitista, ao mesmo tempo em que cometia atos de vandalismo nas igrejas. Dezenas de sacerdotes sofreram ataques pessoais. Há um Memorando, lido em 9 de janeiro de 1937 na cidade de Valência pelo dirigente basco Manuel de Irujo Olo, que trabalhou com Largo Caballero e Negrin: A situação de fato da Igreja, a partir de julho, em todo o território legal, exceto o basco, é a seguinte: a) Todos os altares, imagens e objetos de culto, salvo poucas exceções, foram destruídos, em boa parte com aviltamento, b) Todas as igrejas se fecharam para a missa, que ficou total e absolutamente suspensa, c) Grande parte dos templos, na Catalunha com caráter de normalidade, foi incendiada, d) Os parques e organismos oficiais receberam sinos, cálices, custódias, candelabros e outros objetos de culto, fundiram-nos e também os aproveitaram para a guerra ou para fins

industriais, e) Nas igrejas foram instalados depósitos de todas as espécies, mercados, garagens, canteiros, casernas, abrigos e outras formas de ocupação, realizando obras de caráter permanente, sob encargo dos organismos oficiais, f) Todos os conventos foram desocupados e suspensa neles a vida religiosa. Os prédios, objetos de culto e bens de toda espécie foram incendiados, saqueados, ocupados e derrubados, g) Sacerdotes e religiosos foram detidos, submetidos a prisão e fuzilados aos milhares sem formação de culpa, fatos que, se bem que amenizados, continuam ainda, não apenas entre a população rural, onde lhes deram caça e morte de maneira selvagem, mas nas povoações. Madri e Barcelona e as demais grandes cidades somam às centenas os presos sem outra causa conhecida que seu caráter sacerdote ou religioso, h) Chegou-se à proibição absoluta de possuir imagens e objetos de culto. A polícia que invade residências, revistando o interior dos cômodos, da vida íntima pessoal ou familiar, destrói com escárnio e violência imagens, estampas, livros religiosos e tudo o que se relaciona com o culto [...].

Ao saber desses incidentes, algumas pessoas os atribuíram a grupos anarquistas, mas não foram poucos os historiadores que viram na destruição de igrejas, assassinato de sacerdotes e destruição de textos católicos a origem do mal-estar popular que desencadeou os conflitos posteriores. Esse funesto período de perseguição a textos eclesiásticos ocorreu contra a vontade de intelectuais republicanos como Antônio Rodríguez-Monino, nascido em 1910 e morto em 1970.⁴³⁶ Esse bibliófilo estudou com os agostinhos no El Escorial, filiou-se ao partido de Azaria e era vogal da Junta de Expropriação que lutou para impedir a destruição de alguns bens culturais, embora não tenha conseguido evitar os roubos nas igrejas. Foi um dos poucos que se atreveu a defender o Monetário do Museu Arqueológico, onde desapareceram centenas de valiosas moedas de ouro. Quando os combates se intensificaram, foi um dos poucos a se manter firme na convicção de salvar arquivos e livros. Terminada a guerra, foi julgado, inocentado e libertado.

De forma quase irônica, esses ataques aconteceram numa das melhores fases da cultura espanhola. Estava em seu apogeu toda a geração de poetas de 1927, cineastas como Luis Bunuel realizavam seus primeiros grandes trabalhos, artistas plásticos como Salvador Dali e muitos outros mudavam a história da pintura do país e pensadores como Miguel de Unamuno e José Ortega e Gasset davam nova vitalidade ao ensaio e à filosofia em língua castelhana.

III

Mas em outubro de 1934, nas Astúrias, uma insurreição popular se converteu, por motivos diferentes, numa espécie de comuna, e seu fracasso desencadeou uma repressão feroz, na qual qualquer observador imparcial pode identificar os primeiros exemplos do que seria o modo de pensar do general Franco e de seu grupo repressivo. As forças da ordem destruíram os livros de 257 bibliotecas populares nas academias: "Depois dos acontecimentos de outubro de 1934, a força pública queimou os livros das bibliotecas das academias. Destino semelhante tiveram as bibliotecas das casas do povo ou dos sindicatos como o dos Ferroviários do Norte, que possuía mais de quatro mil volumes [...]. A Biblioteca Universitária das Astúrias, cujo depósito de manuscritos era admirado por outras instituições das cidades vizinhas, desapareceu nas chamas no dia 13 de outubro de 1934. O reitor da Universidade de Oviedo, Sabino Álvarez Gendín, e um grupo de notáveis criaram uma Comissão para a Depuração de Bibliotecas. Graças ao seu vigor e zelo desapareceram centenas de textos até 1939. Expropriaram-se todos os livros definidos como pornográficos, revolucionários ou nocivos para a moral pública. Parte dos escritos foi colocada numa seção a que se denominou El Infierno, na Biblioteca Pública de Oviedo, reaberta somente em 1974.

Quando chegou 1936, o estrago era inevitável. Os exaltados soldados do general Franco ocuparam em novembro Alcorcón, Leganés, Getafe e Cuatro Vientos e conseguiram chegar até os arredores de Madri. Os combates se concentraram contra as defesas da Frente Popular, com uma estratégia que incluía o

controle de zonas como a Casa de Campo, Puente de los Franceses, Ciudad Universitaria e Parque dei Oeste. Em meio à violência, o Parque Metropolitano - um conjunto de residências - foi bombardeado sem piedade. Um dos lares destruídos foi Velintonia, onde morava o poeta Vicente Aleixandre, poeta da geração de 1927 e prêmio Nobel de Literatura em 1977. Uma semana depois, o poeta, afligido por grandes dores e acompanhado por Miguel Hernández, chegou ao local para tentar resgatar seus pertences. Sob os escombros estava toda sua biblioteca. Chorou ao presenciar esse espetáculo tão sinistro e foi embora com 12 exemplares de antologias de poesia, todos cheios de poeira. A história completa desse incidente foi contada recentemente:

O encontro de Vicente e Miguel teve também uma nota pitoresca e afetuosa. Contou Aleixandre a Gabriele Morelli, alguns anos depois, que o poeta de Orihuela o visitou naqueles dias em que sua casa fora invadida pelos soldados da frente militar. Na mudança forçada de objetos e livros que se achavam espalhados pela casa, Hernández colaborou ativamente. Morelli conta que Hernández se apresentou à operação da mudança com uma carreta de mão, onde pôs os livros com as coisas pessoais de Aleixandre, levando no fim o poeta pelos braços, para colocá-lo na carreta. Durante o trajeto, o jovem Miguel dissimulava o esforço que a carreta requeria para superar o difícil e mal-gasto calçamento da época, e o fazia acelerando o passo ao ritmo de gritos como os de um vendedor ambulante. Aleixandre ainda recordava, depois do ocorrido, o corpo suado e ardente do jovem amigo, enquanto o abraçava para ajudá-lo a descer do carro, depositando-o com cuidado no meio-fio da rua [...]."

A mesma expedição militar reduziu a cinzas muitas livrarias e bibliotecas. Perderam-se os livros do poeta Manuel Altolaguirre, do pintor Moreno Villa e de Emilio Prados. A guerra transformou a Cidade Universitaria de Madri em zona de combate, e, segundo alguns relatos, os livros estavam perto dos combatentes, com todos os riscos que isso implicava: "[...] Diante de Madri, nas trincheiras das primeiras linhas republicanas, vimos escolas e bibliotecas a 100

m da frente fascista. As metralhadoras dos mouros atiravam por cima das trincheiras, enquanto os jovens soldados iam à escola [...]."

Alguns versos da época refletem as preocupações sobre a destruição de livros em poder dos fascistas. A letra do hino do Batalhão Mateotti dizia assim:

[...] O fásccio é vil inimigo da paz e da cultura: suprime livros e escolas e é da ciência o túmulo...].

Em 1937, a Biblioteca Nacional, em Madri, foi bombardeada, e somente graças à abnegação dos bibliotecários é que centenas de livros e manuscritos se salvaram. Uma canção de combate repudiava semelhantes ataques:

[...] Passaram as asas negras. Outro objetivo encontraram: esta é a Biblioteca, de onde saem homens sábios, e ali despejam suas bombas as asas negras do fásccio. Já não existe biblioteca. As asas negras passaram. Converteu-se em ruínas; onde se faziam os sábios, a casa de homens ilustres, o fascismo a destruiu [...].

O arquivo histórico da Universidade Complutense sofreu muitos ataques, o que significou a perda de dezenas de livros do século XV. A duras penas, um grupo de pesquisadores conseguiu restaurar, em 2002, um exemplar de Jiménez de Rada, outro da Bíblia Grega, da Bíblia Hebraica e do Sanctorale. Em meio ao caos desatado em novembro de 1936, o dirigente anarquista Juan Garcia Oliver aproveitou para promover a destruição dos principais registros judiciais de Madri, o que aconteceu também em Barcelona e em outras cidades.

O levantamento de bibliotecas destruídas não termina, no entanto, aqui. Ramón Gaya, intelectual admirado, que morava numa residência próxima à Ermita dei Santo, ficou sem seus livros numa explosão. A casa dos Baroja, em Mendizábal 34, foi atacada e desapareceram alguns textos, manuscritos e desenhos. Os livros de Ernesto Giménez Caballero foram confiscados e, com eles, os

arquivos da Gaceta Literária que editava. Os livros do poeta Rafael Dieste, depois de sua fuga, desapareceram para sempre.

IV

Durante a ocupação de Barcelona, as tropas franquistas confiscaram a tiragem do último número da revista Hora de Espana. Os exemplares foram empilhados e queimados, mas um deles se salvou e foi reimpresso depois. O surpreendente estava em seu conteúdo: escritos de Antônio Machado, Octavio Paz e José Bergamín, para citar três dos mais importantes. Sobre os fatos de Barcelona, Hugh Thomas precisou:

[..] No entanto, salvaram-se as principais obras de arte, pois a Generalitat mobilizou seus agentes para salvar coleções de arte e bibliotecas. Embora se perdessem muitos tesouros de segunda ordem, o único ato de vandalismo foi o incêndio dos dez mil volumes da biblioteca da catedral de Cuenca, entre os quais se encontrava o Catecismo de Índias. Também foram destruídas as pinturas consideradas mais antigas conhecidas de Goya, que estavam nas portas de madeira de uma câmara-relicário na igreja paroquial de Fuendetodos, seu povoado natal [...].

Além desses fatos, foi destruído o Ateneu Enciclopèdic Popular em 27 de março de 1939, e pelo menos seis mil volumes foram lançados pelas janelas. Em Barcelona foram destruídas 72 toneladas de livros, procedentes de livrarias, editoras e bibliotecas públicas (a Can Mainadé de Esplugues de Llobregat, por exemplo) ou particulares, e tudo por seus conteúdos comunistas.

No caso de Navarra, a situação foi extremamente violenta:

[...] Os responsáveis fascistas em Navarra manifestaram interesse especial no expurgo, nas escolas e bibliotecas, de "todos os livros, periódicos e folhetos antipatrióticos, sectários, imorais, heréticos e pornográficos que determinaram um estado de corrupção e miséria na consciência das massas".

A queima de livros era um ritual freqüente depois do assalto a sedes e domicílios. Do advogado Astiz queimaram toda a coleção da Espasa. Piedosos folhetos de caráter meramente basco foram também alimento para as chamas. No seu primeiro número, Arriba Espana deixava claro:

"Camarada! Você tem a obrigação de perseguir o judaísmo, a maçonaria, o marxismo e o separatismo. Destrua e queime seus jornais, livros, revistas, propagandas. Camarada! Por Deus e pela pátria!" No entanto, diante da proliferação das fogueiras, solicitaram posteriormente mesura, calma e tato delicado sobre o tema, estabelecendo a prévia e rígida censura dos livros, expurgando as bibliotecas públicas, mas deixando em paz as particulares. Era já novembro de 1936. Arrasadas as bibliotecas das esquerdas, tratava-se de salvaguardar o resto [...].

Em 2 de setembro de 1937, o Ministério de Instrução Pública, então a cargo de Jesus Hernández, comunista, mandou recolher os arquivos de Madri para serem usados nas fábricas de papel. Posteriormente, um informe apresentou os escandalosos resultados:

[...] fá é sabido que os numerosos acervos que constituíam este Arquivo foram, quase na totalidade, queimados em dezembro, quando se necessitaram para serviços de guerra as caves em que estavam guardados. Desta queima se salvaram apenas os dossiês correspondentes a cinco de suas salas e alguns dossiês (três mil aproximadamente) que foram depositados no Pátio Árabe do Museu Arqueológico Nacional [...].

V

Os arquivos de toda a Espanha foram gravemente prejudicados e o patrimônio documental do país viu diminuída essa parte indissociável de seu passado cultural. É fato inegável que a guerra serviu para promover casos de destruição de arquivos

(simplesmente pelos desastres da guerra, mas não menos por uma decisão expressa de quem exercia o poder), casos de desaparecimento, casos de exílio, casos de expropriação e confisco. E nos referimos a um leque de arquivos bem amplo: arquivos nacionais, arquivos paroquiais e de outras instituições eclesíásticas (catedralícias, diocesanas e congregações religiosas), arquivos notariais, Registro Civil, Cadastro (registro da propriedade), arquivos de sindicatos, arquivos de partidos políticos e arquivos municipais. Sabe-se, pelo menos, que os arquivos de Orzales e Renedo queimaram totalmente. Em Sitges a documentação municipal, em sua maior parte, foi queimada, da mesma forma que os registros paroquiais. Em Valência, na fábrica de Layana, "chegaram a se recolher 3.525 quilos de papel de arquivo de Segorbe e mil pergaminhos. Essa fábrica de papel recebeu acervos arquivísticos de diversas procedências para serem convertidos em pasta de papel, principalmente da catedral de Segorbe e de outras igrejas". Dos arquivos do Ministério de Instrução Pública foram eliminadas 28 toneladas de papel com documentos dos anos 1842 e 1914, e, como se isso já não fosse terrível, revistaram-se as caves, onde foi encontrada grande quantidade de livros (uns vinte mil quilos) que, por serem considerados fascistas, foram destruídos. Era tal o grau de censura e destruição que hoje em dia os governos da Catalunha e do País Basco exigem do Governo central a devolução dos documentos originais confiscados pelas tropas de Franco. A Comissió de La Dignitat, constituída por representantes de diversos setores movidos pelo desejo de resgate dos arquivos, em 2002, chamou a atenção para o fato de que, depois de sessenta anos, o Arquivo Geral da Guerra Civil, com sede na cidade castelhano-leonesa de Salamanca, não respondeu ao seu pedido de devolução e tal escândalo ainda não está resolvido, o que demonstra o quão delicado é o problema que ficou pendente por causa da guerra civil. E em 2003 se soube que só 10% dos documentos requisitados pelas tropas franquistas na Catalunha permanecem no Arquivo Geral de Salamanca. De aproximadamente 160 toneladas de documentos, apenas 16 estão nos arquivos porque o resto serviu para fabricar pasta de papel.

VI

Como acontece em todas as guerras civis, a da Espanha foi acompanhada por uma série de medidas que atentaram diretamente contra a liberdade de expressão. Em 4 de setembro de 1936, as objeções se deram nestes termos:

A gestão do Ministério de Instrução Pública, e em especial da Diretoria Geral de Ensino Básico, nestes últimos anos, não pôde ser mais perturbadora para a infância. Disfarçando-a com um falso amor à cultura, apoiou a publicação de livros de caráter marxista ou comunista, com que organizou bibliotecas ambulantes e inundou as escolas, à custa do Tesouro Público, constituindo um trabalho funesto para a educação da infância.

É um caso de Saúde Pública fazer desaparecer todas essas publicações, e, para que não fique vestígio delas, a Junta de Defesa Nacional deliberou:

Primeiro. Pelos governadores civis, prefeitos e delegados governamentais se procederá, urgente e rigorosamente, à expropriação e destruição de todas as obras de matiz socialista ou comunista que se achem em bibliotecas ambulantes e escolas.

Segundo. Os inspetores de ensino inscritos nos Reitorados autorizarão, sob sua responsabilidade, o uso nas escolas unicamente de livros cujo conteúdo corresponda aos sagrados princípios da religião e da moral cristã, e que exaltem com seus exemplos o patriotismo da infância.

Em 23 de dezembro de 1936, a Junta Técnica do Estado promulgou um decreto contra a produção e comércio de literatura pornográfica.

Entre outros, um dos artigos determinava:

Declaram-se ilícitos a produção, o comércio e a circulação de livros, periódicos, folhetos e toda espécie de impressos e gravuras pornográficos de literatura socialista, comunista, libertária e, em geral, dissolvente [...].

Em 22 de maio de 1937, a Delegacia do Estado para a Imprensa e Propaganda encarregou a uma única repartição a censura de livros, folhetos e demais impressos. No artigo 8 se mencionou

especificamente uma orientação que não deveria surpreender o leitor:

Os funcionários requisitados para os serviços de censura e propaganda ficarão isentos de qualquer outra obrigação e deverão reunir, se possível, a circunstância de ser funcionário da província ou município do lugar onde desempenharão suas obrigações, e de possuir um título acadêmico [...].

Uma ordem de 16 de setembro de 1937, emanada da Presidência da Junta Técnica do Estado, tornou pública uma política de depuração de bibliotecas e centros culturais, apoiando a ordem de 23 de dezembro de 1936. O objetivo central consistia em retirar exclusivamente "toda publicação que, sem valor artístico ou arqueológico reconhecido, sirva, por sua leitura, para propagar idéias que possam resultar nocivas à sociedade".

Em 22 de junho de 1938, o Ministério do Interior ratificou um decreto de 29 de abril que limitava a distribuição de obras estrangeiras. Além disso, formalizou o confisco de textos de caráter político e social. Alguns dos livros foram armazenados em depósitos, mas outros, por falta de espaço, perderam-se ou foram usados para fins mesquinhos. Em 17 de agosto de 1938, um decreto impôs as normas para a depuração e instalação de seções de uso restrito nas bibliotecas espanholas.

O marco jurídico, como se pode ver, foi devastador. Já no poder, o general Francisco Franco, responsável direto ou indireto pelo fuzilamento do poeta Federico Garcia Lorca e pelo encarceramento do poeta Miguel Hernández (morto de tuberculose na prisão), levou ao extremo os mecanismos de censura:

[...] À medida que as cidades iam sendo "libertadas", os livreiros deveriam também expurgar seus estoques. Em Madri, em 16 de abril de 1939, o Serviço Nacional de Propaganda endereçou um Aviso a todos os livreiros indicando que a reabertura de suas livrarias só poderia ser feita por aqueles "que se apresentarem neste Departamento (Serrano, 71) para receber instruções sobre a depuração de seus estoques, apresentação que é de caráter obrigatório, punindo-se devidamente seu descumprimento". [...]."

Finalizo este capítulo com uma anedota ilustrativa. Ocorreu que depois de sobreviver à censura e à guerra, ao esquecimento, à falta de verbas e à negligência, a travessura de uma criança que brincava com fósforos em 11 de agosto de 1939 reduziu a cinzas 2.460 metros de estantes do Arquivo Geral da Administração de Alcalá de Henares, chamado em seu tempo Arquivo Geral Central da Espanha. A destruição - não intencional - desse arquivo provocou uma enorme lacuna na historiografia espanhola, que perdeu a documentação do Estado de grande parte do século XIX: nada menos que a documentação dos ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Governo, Guerra e da Terceira Seção do Tribunal de Contas, além de uma biblioteca de oito mil volumes de História do Direito.

CAPÍTULO 2

O bibliocausto nazista

I

O Holocausto foi o nome dado à aniquilação sistemática de milhões de judeus em mãos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Mas esse acontecimento foi precedido pelo Bibliocausto, em que milhões de livros foram destruídos pelo mesmo regime. Entender como se engendrou esse horror nos permitirá compreender quanta razão tinha Heinrich Heine quando escreveu profeticamente em seu livro *Almansor* (1821): "[...] Onde queimam livros, acabam queimando homens [...]." A destruição de livros em 1933 foi apenas o prólogo da matança que se seguiu. As fogueiras de livros inspiraram os fornos crematórios.

A barbárie começou em 30 de janeiro de 1933, quando o presidente da República de Weimar, Paul von Hindenburg, designou Hitler como chanceler, um antigo cabo do exército, pintor frustrado, líder do fracassado golpe de Estado de 1923, que não perdeu tempo e concebeu uma estratégia de intimidação contra os judeus, sindicatos e o resto dos partidos políticos.

Em 4 de fevereiro, a Lei de Proteção do Povo Alemão restringiu a liberdade de imprensa e definiu o esquema de confisco de qualquer material considerado perigoso. No dia seguinte, as sedes do Partido Comunista foram atacadas com selvageria e suas bibliotecas destruídas. No dia 27, o Parlamento Alemão - o famoso Reichstag - foi incendiado, juntamente com todos seus arquivos. No dia seguinte, a reforma da Lei de Proteção do Povo Alemão e do Estado legitimou medidas excepcionais em todo o país. A liberdade de reunião, a liberdade de imprensa e a de opinião foram restringidas.

Em eleição manipulada, o Partido Nazista obteve a maioria do novo Parlamento e nasceu o Terceiro Reich.

A Alemanha transformava suas instituições depois da terrível derrota sofrida na Primeira Guerra Mundial. Hitler, que não era alemão, foi considerado o estadista idôneo para resgatar a auto-estima coletiva, e suas perseguições contra a oposição o converteram em líder temido. Sua eficácia se sustentava em vários homens. Um deles era Hermann Göring; o outro era Joseph Goebbels. Ambos eram fanáticos, mas Goebbels convenceu Hitler sobre a necessidade de levar ao extremo as medidas que já estavam sendo executadas e conseguiu sua designação para um novo órgão do Estado, o Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda (Ministério do Reich para a Educação do Povo e para a Propaganda).

Hitler deu carta branca a Goebbels. Tinha fé absoluta no amigo. Goebbels não servira no exército por ser coxo e fizera doutorado em filologia em 1922 em Heidelberg, onde Hegel foi professor. Era um leitor apaixonado dos clássicos gregos e, quanto ao pensamento político, preferia o estudo dos textos marxistas e todo escrito contra a burguesia. Admirava Friedrich Nietzsche, recitava poemas de memória e escrevia textos dramáticos. Quando se uniu a Hitler, encontrou sua verdadeira vocação, como disse em várias ocasiões, e, já como ministro, em 1933, redigiu a Lei Relativa ao Governo do Estado, sancionada em 7 de abril desse ano. Agora tinha o controle absoluto sobre a educação e promoveu uma mudança nas escolas e universidades.

Em 8 de abril enviou um memorando às organizações estudantis nazistas propondo a destruição dos livros considerados perigosos. Mas já no mês anterior, exatamente no dia 26 de março, livros foram queimados na Schillerplatz, num lugar chamado Kaiserslautern. Em 1ª de abril, Wuppertal sofreu saques e queima de livros em Brausenwerth e Rathausvorplatz.

Uma espécie de febre inusitada, contida apenas pela pressão internacional européia, apoderou-se dos estudantes e intelectuais. Em 11 de abril, em Düsseldorf, destruíram-se livros. Alguns dos mais importantes filósofos aderiram às idéias de Goebbels, como

aconteceu com Heidegger. Em abril, Heidegger foi designado reitor da Universidade de Friburgo e em 1º. de maio se tornou membro do NSDAP.

II

Em 2 de maio foram destruídos textos na Gewerkschaftshaus de Leipzig. Mas em 5 de maio começou tudo. Os estudantes da Universidade de Colônia foram à biblioteca e recolheram todos os livros de autores judeus e os queimaram horas mais tarde. Estava claro que esse era o caminho escolhido para mandar uma mensagem ao mundo inteiro.

No dia 6, as juventudes do Partido Nazista e membros de outras organizações retiraram meia tonelada de livros e folhetos do Instituto de Pesquisa Sexual de Berlim. Goebbels organizava reuniões todas as noites porque decidira iniciar um grande ato de desagravo à cultura alemã. Propôs o dia 10 de maio. Em 8 de maio houve algumas desordens em Friburgo e destruição de livros de que Heidegger participou.

Em 9 de maio, Goebbels, em Kaiserhof, dirigiu-se à associação dos atores e advertiu: "Protesto contra o conceito que faz do artista o único a ser apolítico... O artista não pode ficar para trás, porque deve empunhar a bandeira e marchar na frente." Rodeado pelos mais talentosos intérpretes do teatro de Goethe e Schiller, não perdeu tempo e se atreveu a fazer uma convocação para eliminar os traços judaicos na cultura alemã.

O 10 de maio foi um dia agitado. Membros da Associação de Estudantes Alemães se acotovelaram na biblioteca da Universidade Wilhelm von Humboldt e começaram a recolher os livros proibidos. Havia uma euforia inesperada, contagiante. Esses livros, juntamente com os recolhidos em centros como o Instituto de Pesquisa Sexual ou nas bibliotecas de judeus aprisionados, foram transportados para Opernplatz. No total, o número de livros ultrapassava os 25 mil. Logo se concentrou uma multidão ao redor dos estudantes, que começaram a cantar um hino que causou

grande impressão entre os espectadores. A primeira palavra de ordem foi fulminante:

Contra a classe materialista e utilitária. Por uma comunidade do Povo e uma forma ideal de vida. Marx, Kautsky.

A fogueira já estava acesa. Joseph Goebbels ergueu a voz e, depois de saudar com um estrondoso Heill, explicou os motivos da queima: A época extremista do intelectualismo judeu chegou ao fim e a revolução da Alemanha abriu as portas novamente a um modo de vida que permita chegar à verdadeira essência do ser alemão. Esta revolução não começa por cima, mas por baixo, e vai em crescendo. E é, por essa razão, no melhor sentido da palavra, a expressão genuína da vontade do Povo [...].

Durante os últimos 14 anos vocês, estudantes, sofreram em silêncio vergonhoso a humilhação da República de Novembro, e suas bibliotecas foram inundadas pelo lixo e pela corrupção do asfalto literário dos judeus. Enquanto as ciências da cultura estavam isoladas da vida real, a juventude alemã restabeleceu as novas condições em nosso sistema legal e devolveu a normalidade à nossa vida [...].

As revoluções genuínas não se detêm diante de nada. Nenhuma área deve permanecer intocável [...].

Portanto, vocês agem corretamente quando, a esta hora da meia-noite, entregam às chamas o espírito diabólico do passado [...].

O passado perece nas chamas, os novos tempos renascem dessas chamas que queimam em nossos corações [...].

Os cantos prosseguiram e ao final de cada estrofe lançavam-se à fogueira os livros dos autores mencionados:

Contra a decadência em si e a decadência moral. Pela disciplina, pela decência na família e na propriedade.

HEINRICH MANN, ERNST GLAESER, E. KAESTNER.

Contra o pensamento sem princípios e a política desleal. Pela dedicação ao Povo e ao Estado.

F. W. FOERSTER.

Contra o esfacelamento da alma e o excesso de ênfase nos instintos sexuais. Pela nobreza da alma humana.
ESCOLA DE FREUD.

Contra a distorção de nossa história e a diminuição das grandes figuras históricas. Pelo respeito ao nosso passado.
EMIL LUDWIG, WERNER HEGEMANN.

Contra os jornalistas judeus democratas, inimigos do Povo. Por uma cooperação responsável para reconstruir a nação.
THEODOR WOLFF, GEORG BERNHARD.

Contra a deslealdade literária perpetrada contra os soldados da Guerra Mundial. Pela educação da nação no espírito do poder militar.
E. M. REMARQUE.

Contra a arrogância que arruína o idioma alemão. Pela conservação do mais precioso direito do Povo.
ALFRÉD KERR.

Contra a impudicícia e a presunção. Pelo respeito e a reverência devida à eterna mentalidade alemã.
TUCHOESKY, OSSIETZKY.

A operação, cujas características se mantiveram em segredo até esse instante, revelou logo sua verdadeira dimensão porque no mesmo dia 10 de maio foram queimados livros em várias cidades alemãs: Bonn, Braunschweig, Bremen, Breslau, Dortmund, Dresden, Frankfurt/Main, Göttingen, Greifswald, Hannover, Hannoversch-Münden, Kiel, Königsberg, Marburg, Munique, Münster, Nuremberg, Rostock e Worms. Finalmente se deve mencionar Würzburg, em cuja Residenzplatz se incineraram dezenas de escritos.

Na noite da queima, Hitler ceava com alguns amigos e, quando soube que ardiam os volumes, se limitou a fazer a um confidente,

emocionado com o alcance do ato, um estranho comentário sobre Goebbels: "Acredita no que faz."

E Goebbels insistiu na queima de livros proibidos. Não houve um recanto em que os estudantes e os membros das juventudes hitleristas deixassem de destruir livros. Em 12 de maio, foram eliminados livros em Erlangen Schlossplatz, na Universitätsplatz de Halle-Wittenberg. Ao que parece, em 15 de maio, alguns membros empilharam textos em Kaiser-Friedrich-Ufer, em Hamburgo, e às onze da noite, depois de um discurso ante uma escassa multidão, queimaram-nos. A apatia preocupou os integrantes dos incipientes serviços de inteligência do partido e se decidiu repetir o ato. No dia 17, a Universitätsplatz de Heidelberg se emocionou quando as crianças participaram dessas ações. No mesmo dia, se voltou a usar a Jubiläumsplatz, em Heidelberg, para as queimas. Houve outras destruições adicionais em 17 de maio: na Universidade de Colônia, na cidade de Karlsruhe.

Hitler chegou a se emocionar. E Goebbels, seguro dos efeitos desse êxito, pediu aos jovens que não se detivessem. No dia 19 o horror prosseguiu no museu Fridericanum, em Kassel, e na Messplatz, de Mannheim. Em 21 de junho queimaram livros em três regiões. De uma parte estava Darmstadt, em cuja Mercksplatz se realizaram os feitos; de outra, Essen e a mítica cidade de Weimar. Vários anos mais tarde, em 30 de abril de 1938, a Residenzplatz, da famosa Salzburgo, foi usada por estudantes e militares para uma destruição maciça de exemplares condenados.

III

O impacto produzido pelas queimas de maio de 1933 foi enorme. Sigmund Freud disse a um jornalista que tal fogueira era um avanço na história humana: "Na Idade Média eles teriam me queimado. Agora se contentam em queimar meus livros [...]."

Vários grupos de intelectuais se manifestaram em Nova York contra essas medidas. A revista Newsweek não hesitou em falar de um "holocausto de livros" e a revista Time usou o termo "bibliocausto".

O poeta Bertolt Brecht repudiou a queima em seu poema Die bücherver-brennung, escrito pouco depois de saber que seus textos foram destruídos:

Quando o regime ordenou, aos livros com sabedoria perigosa
Queimar em público, carretas os levaram às fogueiras,
E todos os bois foram forçados a fazê-lo, mas
Um dos poetas perseguidos ao analisar, com cuidado,
A lista dos queimados, ficou estupefato, pois seu livro
Foi esquecido. E foi voando com as asas da ira
À seu escritório e escreveu uma carta às autoridades.
"Queimem-me!" escreveu com grande pesar. "Queimem-me!
Não façam isso comigo! Não disse
Sempre a verdade em meus livros?
E agora me tratam vocês como se fosse mentiroso!
Ordeno: Queimem-me!"

Segundo W. Jütte, destruíram-se os livros de mais de 5.500 autores. Os principais textos dos mais destacados representantes do início do século XX alemão receberam vetos contínuos e arderam sem piedade. A Comissão para a reconstrução cultural judaico-européia estabeleceu que em 1933 havia 469 coleções de livros judaicos, com mais de 3.307.000 volumes distribuídos de modo irregular. Na Polônia, por exemplo, havia 251 bibliotecas com 1.650.000 livros; na Alemanha, 55 bibliotecas com 422 mil livros; na União Soviética, sete bibliotecas com 332 mil livros; na Holanda, 17 bibliotecas com 74 mil livros; na Romênia havia 25 bibliotecas com 69 mil livros; na Lituânia havia 19 bibliotecas com 67 mil livros; e na Tchecoslováquia havia oito bibliotecas com 58 mil livros. Ao final da Segunda Guerra Mundial, não sobrou nem um quarto desses textos. Os livros judaicos foram considerados "inimigos do povo" e estavam proibidos. De 1941 a 1943, os donos das coleções eram deportados e suas bibliotecas confiscadas. Um informe confidencial de Ernst Grumach revelou que a Gestapo converteu em pasta de papel centenas de obras para poder imprimir folhetos e revistas de propaganda. As coleções judaicas da Polônia e Viena queimaram

num incêndio no escritório da Reichssicherheitshauptamt (Escritório Central de Segurança do Reich), ocorrido de 22 para 23 de novembro de 1943.

A obra de Siegfried Kracauer, especialmente um livro que tinha por título *Die Angestellten. Aus dem neuesten Deutschland* (Frankfurt, Societats-druckerei, 1930), foi queimada pelos nazistas porque suas análises sociológicas contradiziam as estatísticas do partido.

IV

Na Polônia, os Brenn-Kommandos acabaram com as sinagogas judaicas e botaram fogo na grande biblioteca talmúdica do Seminário Teológico Judaico de Lublin. Um informe nazista assinalou que era "motivo de especial orgulho destruir a Academia Talmúdica, uma das maiores da Polônia [...]. Tiramos a notável biblioteca talmúdica para fora do prédio e colocamos os livros no mercado, onde botamos fogo neles. O fogo se estendeu por vinte horas [...]".

Desde 1939 não se passava uma semana sem que se produzisse um ataque contra biblioteca ou museu na Polônia. A biblioteca Raczynsky, a biblioteca da Sociedade Científica e a biblioteca da catedral (dotada de uma conhecida coleção de incunábulo) sofreram incêndios devastadores. A Biblioteca Nacional de Varsóvia, em outubro de 1944, foi destruída com tal sanha que setecentos mil livros foram queimados. Isso não é tudo: a biblioteca militar, com 350 mil livros, foi arrasada. Quando os alemães abandonaram o país, queimaram os arquivos da Biblioteca Pública de Varsóvia. A Biblioteca Tecnológica da Universidade de Varsóvia, com 78 mil livros, foi atacada e destruída em 1944. A duras penas os bibliófilos resgataram 3.850 títulos alguns anos depois.

A perseguição afetou o matemático Waclaw Sierpinski (1882-1969), conhecido por ter resolvido um problema proposto por Gauss e por ter escrito livros ininteligíveis como *A teoria dos números irracionais* (1910). Em 1944, os nazistas, preocupados com seus achados, arrasaram sua biblioteca e a de outros colegas seus. Sierpinski deixou um registro dessas queimas numa espécie de memórias:

[...] Eles queimaram a biblioteca da Universidade de Varsóvia, que continha milhares de volumes, revistas, obras matemáticas e milhares de reimpressões de livros matemáticos de diversos autores. Todas as edições de Fundamenta mathematica (32 tomos) e dez tomos de Monografia matemática foram completamente queimados. Bibliotecas particulares dos quatro professores de matemática da Universidade de Varsóvia e também um grande número de manuscritos de seus trabalhos e manuais escritos durante a guerra foram igualmente queimados [...].

Segundo os especialistas, cerca de 15 milhões de livros desapareceram na Polônia. De 1938 a 1945, o exército alemão, inspirado pelo mito de uma raça pura com textos sagrados, invadiu também a Tchecoslováquia. Quase imediatamente as bibliotecas da região dos Sudetos sofreram saques e numerosos ataques, além de queimas públicas de livros.

A biblioteca da Universidade de Praga ficou gravemente danificada e pelo menos 25 mil livros desapareceram. Todos os volumes da biblioteca da Faculdade de Ciências Naturais foram destruídos. No fim da ocupação, já não existiam dois milhões de livros, e clássicos como a Bíblia eslava e sete códices preciosos pertencentes à biblioteca de Jan Hodejovsky foram reduzidos a cinzas.

V

Entre outros, os autores censurados, vetados ou eliminados pelos nazistas, na Alemanha, Polônia, França ou em outros lugares, constituem uma longa lista:

Nathan Asch, Scholem Asch (1880-1957), Henri Barbusse (1873-1935), Richard Beer-Hofmann (1866-1945), Georg Bernhard, Günther Birkenfeld, Bertolt Brecht (1898-1956), Hermann Broch (1886-1951), Max Brod (1884-1968), Martin Buber (1878-1965), Robert Carr, Hermann Cohen (1842-1918), Otto Dix (1891-1969), Alfred Döblin (1878-1957), Casimir Edschmid (1890-1966), Ilia

Ehrenburg (1891-1967), Albert Ehrenstein (1886-1950), Albert Einstein (1879-1955), Lion Feuchtwanger (1884-1958), Georg Fink, Friedrich W. Foerster (1869-1966), Bruno Frank (1887-1945), Sigmund Freud (1856-1939), Rudolf Geist, Fiodor Gladkow, Ernst Glaeser (1902-1963), Iwan Goll (1891-1950), Oskar Maria Graf (1894-1967), George Grosz (1893-1959), Karl Grünberg, Jaroslav Hasek (1883-1923), Walter Hasenclever (1890-1940), Werner Hegemann, Heinrich Heine (1797-1856), Ernest Hemingway (1899-1961), Georg Hermann (1871-1943), Arthur Holitscher (1869-1941), Albert Hotopp, Heinrich Eduard Jacob, Franz Kafka (1883-1924), Georg Kaiser (1878-1945), Josef Kallinikow, Gina Kaus (1894-?), Rudolf Kayser (1889-1964), Alfred Kerr (1867-1948), Egon Erwin Kisch (1885-1948), Kurt Klàber, Alexandra Kollantay, Karl Kraus (1874-1936), Michael A. Kusmin (1875-1936), Peter Lampel (1894-1965), Else Lasker-Schuler (1869-1945), Vladimir Ilich Lenin (1870-1924), Wladimir Lidin, Sinclair Lewis (1885-1951), Mechtilde Lichnowsky (1879-1958), Heinz Liepmann, Jack London (1876-1916), Emil Ludwig, Heinrich Mann (1871-1950), Klaus Mann (1906-1949), Thomas Mann (1875-1955), Karl Marx (1818-1883), Erich Mendelsohn (1887-1953), Robert Musil (1880-1942), Robert Neumann (1897-1975), Alfred Neumann (1895-1952), Iwan Olbracht (1882-1952), Carl von Ossietzky (1889-1938), Ernst Ottwald, Leo Perutz (1882-1957), Kurt Pinthus (1886-1975), Alfred Polgar (1873-1955), Theodor Plievier (1892-1955), Mareei Proust (1871-1922), Hans Reimann (1889-1969), Erich Maria Remarque (1898-1970), Ludwig Renn (1889-1979), Joachim Ringelnatz (1883-1934), Iwan A. Rodionow, Joseph Roth (1894-1939), Ludwig Rubiner (1881-1920), Rahel Sanzara, Alfred Schirokauer Schlump, Arthur Schnitzler (1862-1931), Karl Schroeder, Anna Seghers (1900-1983), Upton Sinclair (1878-1968), Hans Sochaczewer, Michael Sostschenko, Fyodor Sologub, Adrienne Thomas, Ernst Toller (1893-1939), Bernard Traven (1890-?), Kurt Tucholsky (1890-1935), Werner Türk, Fritz von Unruh (1885-1970), Karel Vanek, Jakob Wassermann (1873-1934), Arnim T. Wegner (1886-1978), H. G. Wells (1866-1946), Franz Werfel (1890-1945), Ernst Emil Wiechert (1887-1950), Theodor Wolff (1868-1943), Karl Wolfskehl (1869-

1948), Émile Zola (1840-1902), Stefan Zweig (1881-1942), Arnold Zweig (1887-1968). [Fontes: Enciclopédia Britânica; Enciclopédia Espasa-Calpe; dr. Birgitt Ebbert.]

VI

O afeto de Hitler por Goebbels nunca diminuiu. Ele perdoou-lhe tudo, até suas perversões favoritas com prostitutas. No dia de seu suicídio, em 1945, nomeou-o chanceler do Reich. Goebbels aceitou a honra, mas só por poucas horas. Logo soube que as tropas soviéticas exigiam a rendição incondicional e se recusou a aceitá-la. Quase como se fosse uma simetria perversa, em maio, o mês da grande queima de livros, no dia 1º. Goebbels mandou um dentista administrar veneno em seus filhos, viu como a mulher Magda ingeriu outra substância e morreu, e, logo depois, não sem antes jogar o charuto no chão, esboçou, ao que tudo indica, um sorriso de triunfo, ergueu a mão para homenagear o führer e se matou. Alguns escutaram um disparo de uma pistola Walther; outros garantiram que foram dois disparos. Décadas mais tarde se descobriu na Rússia seu diário e se soube que legou 75 mil páginas ao mundo para justificar o Holocausto, o Bibliocausto e livrar Hitler de toda a culpa.⁴⁶⁶

Pouco depois os livros da biblioteca pessoal de Hitler foram encontrados numa mina de sal perto de Berchtesgaden por um grupo de soldados da 101ª Divisão. De uma coleção de mais de 16 mil livros restavam três mil, porém mais alguns foram roubados e os outros destruídos devido aos dados que continham. O restante, uns 1.200, foram transferidos à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos em janeiro de 1952, e desde então permanecem ali. O interessante desse achado é que nos permitiu saber que Hitler era um leitor voraz, um bibliófilo preocupado com as edições antigas, por Arthur Schopenhauer, e alimentava uma devoção total por Magie: geschichte, theorie, praxis (1923), de Ernst Schertel, livro em que ainda se encontra sublinhado por seu punho e letra: "Quem não carrega dentro de si as sementes do demoníaco nunca fará nascer um novo mundo."

Essa frase curiosa pode talvez explicar o horror descrito neste capítulo.

CAPÍTULO 3

As bibliotecas bombardeadas na Segunda Guerra Mundial

I

O início

O anúncio formal, ainda que ambíguo e dilatado, da enorme destruição que seria causada pela Segunda Guerra Mundial foi, sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial, porque em 25 de agosto de 1914 as tropas alemãs, depois de ocupar a Bélgica, atacaram a biblioteca da Universidade Católica de Louvain. Em poucas horas acabaram com trezentos mil livros, oitocentos incunábulos e mil manuscritos. Essa mesma biblioteca voltou a ser atacada com artilharia pesada em maio de 1940 pelos nazistas: cerca de novecentos mil livros, oitocentos manuscritos e duzentas obras antigas foram destruídos.

Danos semelhantes sofreu a biblioteca de Tournay, que recebeu centenas de impactos cujo poder acabou com milhares de livros. De maneira insólita, segundo comenta B. D. H. Tellegen, a biblioteca provincial de Zeeland foi atacada em maio de 1940 pelos alemães e mais de 160 mil livros foram destruídos. As obras salvas ficaram à mercê dos elementos.

A Biblioteca Nacional de Belgrado foi destruída por bombas alemãs em 1941: ficaram assim queimados 1.300 manuscritos em cirílico, milhares de livros de autores nacionais, incunábulos e obras raras. Na invasão alemã da União Soviética, cem milhões de livros (não é um engano: cem milhões de livros)¹⁷ desapareceram depois de intensos combates.

II

França

A Segunda Guerra Mundial foi um dos acontecimentos mais devastadores do século XX, não só porque acabou com a vida de milhões de homens e mulheres, mas também porque destruiu grande parte do legado cultural da Europa. Em Beauvais, mil livros foram destruídos em junho de 1940. A biblioteca municipal e a da Universidade de Caen foram arrasadas em 1940. Um erro fez com que uma bomba americana destruísse 23 mil livros, centenas de incunáveis e manuscritos na biblioteca de Chartres. Durante a retirada da França em 1944, os alemães destruíram a biblioteca municipal de Dieppe. O saldo da destruição da biblioteca municipal de Douai foi de mais de 110 mil volumes. A biblioteca da Société Commerciale de Le Havre, que conservava milhares de textos históricos e geográficos, foi destruída pelas bombas.

Um soldado alemão, em 1944, quis salvar a honra de sua pátria ao lançar uma granada num depósito de Saint-Quentin, onde estavam milhares de livros da biblioteca de Metz. Seu ato heróico destruiu o Evangelho de Reichenau do século XI e uma iluminura do século XIII.

A biblioteca da Assembléia Nacional de Paris foi atacada em 1944 e pelo menos quarenta mil livros antigos foram destruídos. Acredita-se que uns trezentos mil livros foram aniquilados nos bombardeios alemães de setembro de 1944 contra a biblioteca nacional e a biblioteca da Universidade de Estrasburgo. Mais de duzentos mil livros, quatrocentos incunáveis e quatrocentos manuscritos desapareceram no ataque contra a biblioteca municipal de Tours.

III

Itália

De acordo com algumas estimativas otimistas, mais de dois milhões de livros e 39 mil manuscritos desapareceram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. A veracidade disso não é improvável se consideremos alguns exemplos aterradores: vale a pena começar

com o que aconteceu em Turim em 1938, quando os seguidores de Mussolini invadiram a biblioteca da comunidade judaica, confiscaram milhares de livros e os levaram para a praça Carlina, onde os fizeram arder numa fogueira pública. Havia analfabetos no grupo, mas também estudantes.

Em Milão, a biblioteca pública, depois dos bombardeios, sofreu a destruição de duzentos mil volumes. Em 1943, em Nápoles, os responsáveis pelo arquivo da cidade transferiram trinta mil volumes e cinqüenta mil documentos para Montesano, por receio de que fossem destruídos. Um esquadrão alemão, no entanto, em 30 de setembro, depois de examinar os textos, lançou-os numa pira pública. O estrago causado foi enorme porque nos depósitos havia 378 registros da época de Anjou (1265-1435), registros de Aragão, manuscritos antigos, códices, tratados do Reino de Nápoles, arquivos da Casa de Bourbon, da casa de Farnésio, das Cortes, da Câmara Real de Santa Clara, da Ordem de Malta e dos primeiros cartórios.

A Biblioteca Palatina de Parma foi atacada e dezenas de livros destruídos. Em 1942, as ações contra a Biblioteca Nacional de Turim acabaram com parte de suas coleções de livros. A biblioteca da Academia Toscana de Ciências e Letras, conhecida como La Colombária, foi destruída em 1944. Seus 534 manuscritos se reduziram a 185.475. Em 1944, um incêndio provocado destruiu setenta mil volumes na Biblioteca Comunale Manfrediana de Faenza.

IV

Inglaterra

A Inglaterra foi atacada pela aviação alemã, de 1940 a 1942. Cerca de cem mil livros desapareceram após o bombardeio que destruiu a biblioteca de Coventry. A biblioteca do Central Lending de Liverpool, assim como seus livros, desapareceu com os ataques.

Em Londres, a biblioteca do Inner Temple, restaurada em 1668 e incrementada por valiosas doações, foi bombardeada. A torre ruiu em 19 de setembro de 1940 e, em meio ao desespero, os bibliotecários trataram de guardar os livros em caixas, mas em maio de 1941 toda a coleção John Austin de jurisprudência (133 textos com anotações de seu próprio punho) desapareceu. Várias bombas acabaram com o grande salão da Universidade de Bristol, onde repousavam sete mil livros trazidos do Kings College. Mais de 25 mil livros foram destruídos no ataque a Guildhall.

As bombas destruíram vinte mil livros da biblioteca pública Minet. O Museu Britânico, inacreditavelmente, foi atacado, mas a coragem dos bibliotecários impediu que as perdas superassem os 225 mil livros e trinta mil tomos com jornais.

V

Alemanha

A queda do nazismo sobreveio juntamente com um dos ataques aéreos mais destrutivos da história. Os aliados bombardearam as cidades mais importantes da Alemanha e milhões de livros desapareceram.

Na noite de 9 de março de 1943, foram destruídos quinhentos mil livros sobre humanidades e ciências naturais na Biblioteca da Baviera, onde se perdeu a maior coleção de bíblias do mundo. Na cidade de Aachen, cinquenta mil volumes da biblioteca da Universidade Técnica, juntamente com centenas de teses de doutorado e periódicos, foram destruídos em julho de 1943.

Berlim, a capital, foi o cenário dos combates mais sangüinários. Milhares de mortos ficaram estendidos nas ruas e as perdas culturais foram enormes. A Staatsbibliothek perdeu dois milhões de obras. Cerca de vinte mil volumes foram reduzidos a cinzas durante os ataques à Universidade de Berlim. Centros de prestígio, como a Stadtbibliothek, a biblioteca do Reichstag e a biblioteca do Deutsche Heeresbücherei, não sobreviveram.

A coleção da Universidade de Bonn ficou reduzida a 75%. A Staatsbibliothek de Bremen, conhecida por suas obras raras, antigos livros ilustrados e clássicos anotados, ficou em ruínas e 150 mil livros desapareceram. A Hessische Landesbibliothek, em Darmstadt, com 760 mil livros, 2.217 incunábulos e 4.500 manuscritos, foi bombardeada até só restar um terreno queimado. A biblioteca da Universidade Técnica de Darmstadt também sofreu com o fogo das bombas e ficou com sua coleção reduzida a dois terços.

Desapareceram 250 mil livros nos ataques à Stadtbibliothek e à Landesbibliothek de Dortmund. Quase trezentos mil livros foram destruídos quando a Saechsische Landesbibliothek de Dresden foi bombardeada repetidas vezes em fevereiro e março de 1945. A Stadtbibliothek de Dresden, depois de um ataque surpresa em fevereiro de 1945, ficou sem a coleção de referência, cerca de duzentos mil volumes e 12 mil livros pertencentes a uma sociedade geográfica chamada Vereinfür Erdkunde. A Stadtbücherei de Essen perdeu 130 mil livros.

Os bombardeios em Frankfurt arrasaram a Stadtbibliothek e a biblioteca da Universidade, o que significou uma perda de 550 mil livros e 440 mil teses de doutorado. Mais de 17 mil livros e 1.900 manuscritos de grandes autores desapareceram no ataque à Universidade de Greifswald. Cerca de seiscentos mil livros foram queimados nos bombardeios de 1943 e 1944 sobre a Staatsbibliothek e a Universitaetsbibliothek de Hamburgo.

Outra incursão aérea em 1943 acabou com 174 mil livros na Commerz-Bibliothek também em Hamburgo. A Stadtbibliothek de Hannover, primeiro em 1943 e depois em 1944, ficou em ruínas e 125 mil obras desapareceram. Quase 360 mil volumes se perderam quando aviões atacaram a Badische Landesbibliothek de Karlsruhe em setembro de 1942. Na Universidade Técnica de Karlsruhe, 63 mil livros de ciências naturais ficaram reduzidos a cinzas.

A Landesbibliothek da famosa Kassel parou de funcionar em setembro de 1941: cerca de 350 mil volumes deixaram de existir enquanto o que se conservou sofreu danos pelas chuvas. A coleção da Murhardsche Bibliothek de Kassel, com 241 mil livros de política,

filosofia e ciências sociais, ficou reduzida à metade em outubro de 1943. A biblioteca da Universidade de Kiel foi atacada em abril de 1942 e em maio de 1944: 250 mil livros desapareceram de imediato. A Schleswig-Holsteinische de Kiel, em janeiro de 1944, perdeu toda a coleção principal de suas obras. Milhares de livros e incunábulo desapareceram da biblioteca da Universidade de Leipzig.

Cerca de 175 mil volumes desapareceram nos ataques à Stadtbibliothek. Num bombardeio em dezembro de 1943, sessenta mil livros foram destruídos na biblioteca do Museu Alemão do Livro. Em setembro de 1944, os aviões destruíram 140 mil livros na Stadtbibliothek de Magdeburg. Mais de quinhentos mil livros desapareceram nos quatro bombardeios ocorridos de 1943 a 1945 na Bayerische Staatsbibliothek de Munique. As destruições se repetiram na biblioteca da Universidade, de onde desapareceram 350 mil livros. Também nada restou dos oitenta mil volumes da Stadtbibliothek nem dos 120 mil textos da biblioteca Beneditina.

Em Münster, várias bibliotecas sofreram perdas irreparáveis: a biblioteca da Universidade ficou sem 360 mil livros em 1943; a biblioteca da família Fürstenbger-Stammheim, dotada de 22 mil obras raras da literatura e história da Alemanha e da França, foi completamente arrasada. Em Nuremberg, os vôos rasantes aliados de janeiro de 1945 lançaram bombas sobre a Stadtbibliothek, o que acabou com cem mil livros.

Em Stuttgart, que era um símbolo intelectual germânico, os bombardeios foram inclementes: em julho de 1944, a biblioteca da Universidade Técnica perdeu cinqüenta mil volumes; de julho a setembro do mesmo ano, a biblioteca da Academia Musical foi devastada; e no terrível mês de setembro a Württembergische Landesbibliothek ficou em ruínas, com um saldo de 580 mil livros destruídos. Mais de duzentos mil livros e 230 mil teses de doutorado desapareceram depois do bombardeio da biblioteca da Universidade de Würzburg.

VI

O fim

Às 8h15 da manhã de 6 de agosto de 1945, o Enola Gay, um Boeing B-29, deixou cair uma bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima. Em 9 de agosto, às 11h02, uma segunda bomba foi lançada sobre Nagasaki. Nas duas ações morreram mais de cem mil japoneses e não ficou um só edifício de pé. A coleção de livros clássicos de Nagasaki - um centro onde se importaram livros chineses no século XIX - foi apagada da face da terra e a infraestrutura cultural desapareceu sem deixar rastro.

Durante os bombardeios de 1945 na cidade de Manila, Filipinas, desapareceram textos extremamente importantes para a cultura nacional. Entre outros, só para mencionar alguns, Misericórdia da cidade de Manila (1728), que estava na Biblioteca Nacional das Filipinas. Ao que parece, continha dados de legislação civil e disposições testamentárias relacionadas com a Santa Casa de Misericórdia. A Tertúlia de São Gabriel (1813), um pequeno opúsculo com uma sátira em verso contra os escritorzinhos filipinos, não sobreviveu à existência deles. Tampouco se conservou a obra de Juan Bautista de Urlante.

CAPÍTULO 4

Censura e auto-censura literárias modernas

Os ataques a Joyce

O escritor irlandês James Joyce (1882-1941) é uma das referências obrigatórias da literatura universal. No entanto, a censura o perseguiu durante toda a vida. Quando publicou *Dublinenses* (1912), numa edição de mil exemplares, o impressor chamado John Falconer, radicado em Dublin, queimou 999 cópias porque lhe pareceu que o livro não tinha uma linguagem apropriada. Joyce, enquanto esperava o trem numa estação de Flushing, escreveu então um poema intitulado *Gas from a burner*, para satirizar o biblioclasta. As linhas finais do poema expressavam:

[...] Quem foi que disse: não resista ao pecado. Queimarei este livro, o diabo me ajudará [...].

Em 1914, reeditou o livro de contos.

Um dos romances mais polêmicos e influentes do século XX é exatamente o seu *Ulisses* (1922). Quando apareceu um trecho na *Little Review*, Nora Barnacle, a mulher do escritor, repeliu o texto com nojo. Os membros do *Correio americano*, herdeiros do pensamento de Anthony Comstock e alheios aos gostos dessa mulher delicada, queimaram exemplares da revista para manifestar sua repulsa. Em outubro de 1920, a Sociedade para o Combate ao Vício, em Nova York, processou os diretores da revista e, em 1921, Margaret Anderson e o resto da equipe de redação foram condenados a pagar cinquenta dólares de multa ao mesmo tempo em que se proibia a publicação de outros capítulos.

Outros escritores com livros destruídos

Mikail Mikailovich Filipov foi assassinado a mando do czar Nicolau II em outubro de 1903. Seus manuscritos e livros foram queimados depois de um exame minucioso cujos pormenores alarmaram os militares. Autor de *A revolução pela ciência ou o fim das guerras*, fundador da *Revista de Ciência*, Filipov descobriu (ou supôs descobrir) uma maneira de transmitir um feixe de ondas com o poder de explosão por meio de um sistema simples.

Segundo ele, a magnitude das catástrofes provocadas acabaria com qualquer intento de guerra ou desordem no mundo.

Em 1915, exemplares de *O arco-íris*, de D. H. Lawrence, foram destruídos na Inglaterra, e seu instigante romance *O amante de lady Chatterley* não só foi destruído como também não pôde ser vendido durante muitos anos.

Em 1935, várias bibliotecas públicas repeliram o conteúdo dos romances de Theodor Dreiser, autor de *Sister Carrie* (1900), *Jennie Gerhardt* (1911) e *Uma tragédia americana* (1925). Alguns bibliotecários chegaram a queimar exemplares.

Em 1939, os bibliotecários da St. Louis Public Library rechaçaram *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, e queimaram o livro numa fogueira pública, que serviu para que os oradores advertissem o restante dos escritores americanos de que não tolerariam linguajares obscenos nem doutrinas comunistas.

Em outubro de 1945, um grupo de militantes do partido Ação Democrática queimou a biblioteca do historiador Caracciolo Parra Pérez, um dos fundadores da Unesco. O ataque provocou a perda da versão original de um de seus mais importantes manuscritos.

Kurt Vonnegut publicou em 1973 um romance extraordinário e herético chamado *Matadouro 5*, que um vigilante da Drake High School de Dakota do Norte queimou por considerá-lo pornográfico. Diante de um grande grupo de professores e estudantes, queimou 32 exemplares.

A censura estatal nos Estados Unidos

A tolerância cultural dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial acabou sendo desmentida por vários fatos históricos irrefutáveis. Em 1940 e 1941, as autoridades do Serviço Postal confiscaram seiscentas toneladas de livros estrangeiros na Costa Oeste e as destruíram.

Muitas universidades realizaram um trabalho patriótico de setembro de 1939 a 7 de dezembro de 1941 ao destruir exemplares de livros atribuídos aos inimigos alemães.

O Departamento de Estado americano, às vezes de maneira encoberta e outras completamente descarada, pronunciou-se contra certos livros. Durante a caça a escritores de tendência comunista, em 1940, um ataque surpresa contra a livraria de um dos membros do Partido Comunista em Oklahoma City resultou no confisco e queima de centenas de livros de Lenin e Marx. Os clientes foram detidos e os encarregados condenados a dez anos de prisão.

Em 1954, se iniciou uma perseguição aos livros de Wilhelm Reich. Em 10 de fevereiro daquele ano, a ação civil nº 1.056 tentou proibir suas obras. Em 15 de julho de 1955, a ação criminal nº 5.003 conseguiu seu intento e, posteriormente, os livros de Reich foram queimados por funcionários do Departamento de Estado.

Em 1953 foi elaborada uma lista negra de escritores cujos livros não deveriam estar nas bibliotecas. Entre os autores censurados, que tiveram livros confiscados e convertidos em cinzas ou polpa de papel, há que nomear Howard Fast, Joseph Davies, Lilian Hellmann e, ainda que a relação ortodoxa não acabe aqui, Dashiell Hammett. A grande ironia é que não houve país no mundo que tenha condenado com tanto afinco as queimas dos nazistas como os Estados Unidos.

Escritores perseguidos

A perseguição de escritores foi comum no século XX, mas quero me referir a quatro em particular. O primeiro é James Hanley (1901-1984). Ao publicar *O garoto* (1931), romance realista que narra a iniciação de um jovem marinheiro, os editores do livro foram condenados por um juiz de Manchester a pagar quatrocentas libras e a retirar a edição das livrarias. Em 1934, a Editora Boriswood reeditou o livro e a polícia confiscou 99 exemplares para destruição imediata. Para completar, Hugh Walpole destruiu um exemplar em público e disse: "[...] É tão desagradável e horrível, tanto como narrativa quanto pelos incidentes relatados, que estranho que os impressores não se declarassem em greve enquanto o imprimiam [...]."

O segundo é Mario Vargas Llosa, peruano, autor de *A cidade e os cães* (*La ciudad y los perros*, 1962), magnífico romance em que descreveu sua experiência no colégio militar Leoncio Prado de Lima. Os militares, perturbados com o conteúdo do livro, queimaram em 1964 os exemplares confiscados. Na Universidade Central da Venezuela foram queimados vários exemplares de seus livros e artigos sobre o governo de Cuba.

O terceiro autor é o marxista brasileiro Jorge Amado, autor de *Dona Flor e seus dois maridos*. Mil e setecentos exemplares de um romance seu foram queimados por ordem direta do ditador Getúlio Vargas.

Por último, devo falar de Taslima Nasrim, que teve de abandonar Bangladesh por causa da perseguição muçulmana. Ter escrito em bengali para fortalecer a posição da mulher no mundo islâmico custou-lhe a destruição de vários livros nos anos 90 do século XX.

Salman Rushdie diante do fundamentalismo

Em 26 de setembro de 1988, a editora Viking Penguin, não sem reservas, publicou *Os versos satânicos*, um romance satírico do escritor anglo-indiano Salman Rushdie, nascido em Bombaim em 1º de junho de 1947. Como é natural, e quase previsível, no âmbito

literário da língua inglesa as críticas iniciais afirmaram que o autor não sabia escrever e, quando sabia, o tema não era bom. Apesar de tudo, obteve o Whitebread Award. O tema do livro é uma sátira contra Maomé e os tabus do islamismo.

As reações dos muçulmanos não tardaram. Um ministro da Índia, mesmo sem conhecer o conteúdo do livro, condenou-o por blasfêmia. Uma semana depois, milhares de fotocópias com as passagens consideradas mais ofensivas começaram a circular nos centros de estudos islâmicos. O objetivo era despertar indignação, e de fato despertou, pois em 8 de outubro os jornais sauditas acusaram Rushdie de instigar o repúdio ao Islã.

Em janeiro de 1989, a televisão inglesa mostrou imagens de vários grupos de eruditos árabes queimando exemplares de Os versos satânicos nas ruas de Bradford, no ambíguo West Yorkshire. No Irã, houve saques e ataques ao Centro de Cultura Americana, em Islamabad. A cadeia de incidentes se estendeu por todo o planeta e em poucas semanas o autor recebeu ameaças de morte e ataques diretos dos fanáticos quando saía à rua. Em Caxemira, houve sessenta feridos e um morto num protesto contra o romance.

Mas esses atos eram apenas o início de uma perseguição sem precedentes. O aiatolá Khomeini, líder dos iranianos, apareceu em público em 14 de fevereiro de 1989 e comunicou que decidira acabar com a irreverência de Rushdie com uma fatwa:

Anuncio a todos os devotos muçulmanos do mundo que o autor do livro intitulado Os versos satânicos, composto, impresso e publicado em aberta oposição ao Islã, ao Profeta e ao Corão, e tudo que se relaciona com esta publicação, estão condenados à morte.

Faço um chamamento a todos os devotos muçulmanos para executá-los o mais rapidamente possível [...]. A vontade de Deus é que quem (os encontre e aniquile) se for assassinado em sua tentativa seja considerado um mártir [...].

O escritor V. S. Naipaul comentou, com humor negro e visceral, que o decreto de Khomeini parecia uma forma extremada de fazer crítica literária. Ofereceu-se um milhão de dólares a quem matasse

Rushdie. Em 1993, o editor norueguês William Nygaard foi atacado por se atrever a publicar o livro de Rushdie, e em 1997 a recompensa por sua cabeça aumentou para dois milhões.

Inesperadamente, iniciou-se uma queima maciça de livros de Rushdie por todos os lugares. Algumas livrarias foram saqueadas e destruídas. E esses ataques não cessaram. Em 12 de fevereiro de 1999, um grupo de muçulmanos queimou fotos, livros e imagens de Rushdie na Índia. Na mesquita de Jama Masjid, na capital do país, mais de cem ativistas gritaram contra ele, e não faltou quem pedisse sua eliminação pelas mãos de algum santo.

Quando os autores se arrependem

O medo, o abatimento ou a decepção fizeram com que muitos escritores destruíssem seus livros ou manifestassem no leito de morte desejo pelo seu desaparecimento.

O poeta Públio Virgílio Marão ditou seu testamento e ordenou a queima de seu poema épico Eneida. No dia anterior à sua morte, pediu os scrinia (uma espécie de caixa cilíndrica para guardar livros) com o propósito de queimar o poema com as próprias mãos, mas ninguém obedeceu e ele morreu convencido que seu texto estava incompleto. Plínio, acreditando ser Otávio Augusto o salvador do livro, informou que o imperador é que havia proibido sua destruição. Ovídio, no exílio, confessou ter queimado seus poemas porque o decepçionavam.

O poeta inglês John Donne escreveu Biathanatos para estudar o suicídio, mas não estava convencido de seu valor. Borges comentou: "Este tratado foi escrito no início do século XVII pelo grande poeta John Donne, que entregou o manuscrito a Sir Robert Carr com a alternativa de mandar imprimi-lo ou queimá-lo. Donne morreu em 1631; em 1642, estalou a guerra civil; em 1644, o filho mais velho do poeta mandou imprimir o manuscrito 'para defendê-lo do fogo'."

William Collins, leitor de Safo, Alceu e Píndaro, e uma das promessas maiores e mais interrompidas da literatura inglesa, queimou muitos exemplares de seu livro *Odes on several descriptive and allegoric subjects* (1747), preocupado com sua aceitação.

Já certo de sua glória e incomodado com a possibilidade de que alguns manuscritos mal redigidos fossem lidos depois de sua morte, Adam Smith, autor de *A riqueza das nações* (1776), "destruiu muitos textos seus, entre os quais estariam os relacionados com a retórica" (as leituras realizadas em Edimburgo e as conferências sobre teologia natural sobre jurisprudência feitas em Glasgow).

Há testemunhas que confirmam que Robert de Paul Lamanon queimou quase toda a primeira edição de sua *Mémoire lithogéognosique sur le valle de Cahmpseur et Ia montagne de Drouvierre dans le Haut-Dauphiné* (1784). Ficou com 12 exemplares que levou consigo a uma expedição, mas o naufrágio do navio em que viajava acabou com os livros. Outra versão diz que se salvou do naufrágio e foi assassinado pelos selvagens, em 10 de dezembro de 1787, na ilha de Maonna, deixando os livros à mercê de uma inevitável destruição.

Um poeta inglês pouco lembrado, Robert Tannahill, autor de *The soldiers return: a scottish interlude in two acts, with other poems and songs* (1807) e de *Poems and songs* (1815), queimou quase todos seus papéis por não encontrar editor para seus poemas depois da publicação de seu primeiro livro em 1807.

A edição de *Shadows of the clouds* (1847), de James A. Froude, apareceu em Londres sob o pseudônimo de Z, mas o pai do autor queimou tudo o que pôde encontrar.

O executor do testamento do filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) encontrou, depois da morte dele, muitos originais sobre filosofia e vários apontamentos. Algumas dessas anotações estavam escritas em inglês e tratavam de problemas sexuais e fantasias eróticas do autor. Como ele fora um misógino e se envolvera na queda de uma mulher pelas escadas, o testamentário acreditou interpretar a vontade do pensador e queimou em segredo os papéis.

James Fenimore Cooper, autor do romance *O último dos moicanos*, queimou todos os seus manuscritos em 1826. James Thomson, autor de *The city of dreadful night*, descreveu em seu diário como em certa ocasião sentiu um enorme terror ao queimar seus escritos. "Queimei todos meus velhos papéis, manuscritos e cartas, exceto o manuscrito do livro já impresso em sua maior parte. Demorei cinco horas para queimá-los, tomando cuidado para não incendiar a lareira e vigiando ao mesmo tempo a combustão. Sentia-me triste e estúpido; mal os olhei; se tivesse começado a lê-los talvez não fosse capaz de destruí-los.

Em 23 de outubro de 1873, Arthur Rimbaud viajou a Bruxelas para buscar exemplares recém-publicados de seu livro *Uma temporada no inferno* (53 páginas). O editor em Bruxelas, dono da Jacques Poot et Cie., adiantou-lhe dez ou vinte exemplares. Levou um ao porteiro da prisão onde se encontrava Verlaine, outro a Millot, a Delahaye e a Forain (há provas de que o exemplar de Forain foi vendido em 1998 no leilão de Hugues), mas não é impossível que tenha queimado pelo menos um exemplar quando se refugiou em Charleville e destruiu seus manuscritos. O restante da edição permaneceu num depósito até ser encontrado em 1901.

Além do próprio autor, os amigos também podem promover a destruição de uma obra. Basta lembrar Gustave Flaubert. Em setembro de 1849, ele convidou, para sua casa de Croisset, nos arredores de Rouen, dois de seus melhores amigos (Maxime Du Camp e Louis Bouilhet) para ouvirem a leitura de um manuscrito. Tratava-se de *A tentação de Santo Antão*, livro estranho escrito a partir da impressão que lhe causara um quadro de Bruegel. Em quatro jornadas de quatro horas, leu-lhes o texto, mas o veredito dos amigos foi negativo: "Você deve queimá-lo e nunca mais falar dele.

Em *Al Aaraaf, Tamerlane and minor poems* (1829), Edgar Allan Poe informou que a edição de sua primeira coletânea, intitulada *Tamerlane and other poems* (1827), fora "suprimida por causa de circunstâncias de natureza privada". Essa frase foi intensamente debatida nos últimos anos. Segundo alguns, Poe não pôde cancelar a edição e teve de se resignar a perder os exemplares; outros, em

compensação, afirmam que Poe destruiu todos os exemplares num ato de autocrítica.

Tamerlane foi editado em junho ou julho de 1827 na gráfica de Calvin Frederick Stephen Thomas, com quatro páginas em latim, numeradas da 5 até a 40. Um especialista como Thomas Ollive Mabbot garantiu que se imprimiram duzentos exemplares, enquanto James Albert Harrison achou que só foram quarenta. Menciono estes dados porque hoje só se conhecem 12 exemplares. O resto simplesmente desapareceu ou foi destruído.

Em Crônica pessoal (1912), Joseph Conrad admitiu que seu pai, revolucionário polonês, eficiente tradutor de Shakespeare e Victor Hugo, mandou queimar os seus manuscritos. A descrição ainda nos comove: "[...] Procedeu-se à queima sob sua própria supervisão. Naquela noite entrei em casa pouco antes do que costumava, e sem que ninguém percebesse minha presença vi como a enfermeira alimentava as chamas da lareira [...]."

Franz Kafka pediu a Max Brod que queimasse seus cadernos. Deixou-lhe, de fato, esta mensagem: "Querido Max. Meu último desejo: tudo o que escrevi é para ser queimado, sem ler." Por sorte, Brod não queimou nada. Para Dora Dymant, em compensação, Kafka pediu a mesma coisa e, como fiel amiga, queimou toda a última parte de seu diário. Borges, um tanto sarcástico, disse que quando um homem "quer o desaparecimento de seus livros não encarrega a tarefa a outros".

O poeta colombiano Germán Pardo Garcia queimou seu livro *El árbol del alba* (A árvore do amanhecer, 1928) na frente de seu amigo Germán Arciniegas.

O venezuelano Enrique Bernardo Núñez (1895-1964), autor de *Cubagua* (1931), lançou, decepcionado, às águas do rio Hudson toda a edição de 1938 de seu romance *A galera de Tibério*. O romance *O girassol* foi queimado por Eduardo Santa, colombiano, depois do 9 de abril de 1948. Hoje só resta um exemplar dessa primeira edição.

No misterioso incêndio de sua choupana em 7 de junho de 1944, Malcolm Lowry perdeu o manuscrito de *In ballast to the White Sea*, e, se é verdadeiro o testemunho de sua segunda esposa, perderam-

se mais de duas mil páginas manuscritas. Não faltou quem recriminasse Lowry por ter incendiado seu próprio lar.

Ernst Jünger em seu Diário de guerra e ocupação reconheceu ter queimado documentos em 1945 por temer os aliados: "De modo que naquele dia fiz o primeiro auto-de-fé, ou, para ser mais exato, joguei grande quantidade de papéis nas latas de lixo do pátio. Diários a partir de 1919, poesias e cartas. Joguei sem pesar; os acontecimentos tinham um caráter que impelia à ação. Havia que soltar lastro. Até tive uma sensação agradável [...]."

Borges, em Um ensaio autobiográfico, não escondeu a queima de seus primeiros livros. "Até alguns anos atrás, se o preço não fosse excessivo, costumava comprar exemplares deles e os queimava." Até os últimos anos de vida, se negou a reeditar três livros seus da segunda década do século XX: Inquisições (1925), O tamanho da minha esperança (1926) e O idioma dos argentinos (1928).

Ao morrer, Emil Cioran deixou 34 cadernos de mil páginas, com uma precisa indicação: "Destruir."

E há muitos mais casos, alguns sequer registrados em virtude do pudor de seus autores.

CAPÍTULO 5

Um século de desastres

Hanlin Yuan e a Grande Enciclopédia do Mundo

Em 24 de junho de 1900, em Pequim, a coalizão das tropas aliadas ocidentais enfrentou o poderoso movimento nacionalista chinês. A guerra fora declarada dia 21 e cerca de três mil católicos, entre os quais se encontravam 43 italianos e marinheiros franceses, refugiaram-se na Catedral. Em certo momento, os chineses incendiaram a embaixada inglesa comandada por sir Claude MacDonald e o vento estendeu o fogo até o prédio de Hanlin Yuan, o centro intelectual mais importante da China.

A voracidade das chamas tornou-as incontroláveis e logo as paredes se incendiaram juntamente com o piso e o teto, não sem alcançar também a biblioteca. Lancelot Giles, filho do sinólogo Herbert Allen Giles, foi testemunha dos fatos e descreveu o pânico causado entre os eruditos pela queima da famosa enciclopédia Yung-lo Ta-tien que consistia em 22.937 seções sobre todas as coisas humanas e divinas em mais de 370 milhões de palavras (aproximadamente 1.480.000 páginas). Lancelot entrou nas chamas e numa lacônica confissão informou: "Salvei a seção 13.345 por iniciativa própria.

Era quase irônico, inútil, porque todas as seções remetiam a outras. Alguém chegou a dizer que para ler um parágrafo dessa múltipla enciclopédia era necessário conhecer todos os dialetos e se aventurar na exploração da astronomia e zoologia. Conta-se também que, lá quando foi concluída, alguém a comparou ao universo, porque se supôs que ninguém jamais a leria inteira. Como a Grande Muralha, a enciclopédia era uma vasta construção destinada a engajar gerações inteiras na defesa da identidade

chinesa. A enciclopédia original nunca foi impressa e sempre se conservou manuscrita.

Desapareceu pela primeira vez num incêndio ocorrido em 1449: a única cópia existente, reconstituída de memória, era a queimada em 1900.

Peter Fleming, outra testemunha-chave, chamou a atenção para a falta de um catálogo fiel da biblioteca de Hanlin Yuan, embora contasse, entre outras coisas, com uma enciclopédia que fora encomendada pelo segundo imperador Ming. Fora concluída em 1407, depois que dois mil sábios trabalharam nela. Esse célebre trabalho abarcava "a essência de todos os clássicos históricos, filosóficos e literários escritos até então, incluindo astronomia, geografia, ciências ocultas, medicina, budismo, taoísmo e as artes em geral

Os ingleses culparam os chineses pela queima de sua própria cultura, e os chineses rebateram dizendo que foram os ingleses que desviaram o fogo. Mas o resultado foi o mesmo: a destruição da grande enciclopédia.

Outros livros extraordinários foram queimados nesse incêndio. Vale a pena ressaltar que em Hanlin estavam depositados os exemplares de uma coleção de 3.500 clássicos transcritos em 36 mil volumes exóticos. Essa coleção, conhecida como Siku Quan Shu, explorava todas as espécies de vida no mundo, e quase desapareceu por completo.

Quando a memória está em perigo

I

O século XX foi marcado por desastres naturais de toda espécie: incêndios, terremotos, inundações, maremotos, furacões, tornados e vulcões. Cada um deles causou devastação cultural.

De 25 para 26 de janeiro de 1904, um incêndio atingiu a Biblioteca Nacional Universitária de Turim, que conservava valiosos

manuscritos classificados em gregos, latinos e orientais. No fim ficaram destruídos cerca de 2.500 textos, incluindo escritos franceses e italianos. Toda a seção piemontesa ficou em cinzas. Livros como o Códice Teodosianus, palimpsestos de Cícero, entre muitos outros, ficaram completamente danificados.

Em 18 de abril de 1906, às 5h12 da manhã, um terremoto que durou 45 ou sessenta segundos acabou com 28 mil prédios da cidade de San Francisco e matou setecentas pessoas. Um dos edifícios era a biblioteca da cidade, famosa por conter manuscritos e peças únicas. A chamada San Francisco Law Library, fundada em 1865, desapareceu nessa catástrofe juntamente com 46 mil livros. Em 1910, com a Bud Werner Memorial Library ardeu uma das coleções mais completas dos Estados Unidos.

No terremoto de 1923 desapareceram setecentos mil livros da biblioteca da Universidade Imperial de Tóquio: essa importante quantidade incluía registros de cidades e vilas japonesas do século XIX, registros governamentais, a Sala Max Muller sobre idiomas e religiões, as Salas Nishimura e Hoshino com textos de história e filosofia chinesa antiga.

Em 1931, um terremoto destruiu a Biblioteca Nacional da Nicarágua (o acontecimento se repetiu em 1972), e se perderam milhares de livros. Em 16 de dezembro de 1934, o Tucker Memorial Hall da biblioteca da Escola de Leis de Lee e Washington University desapareceu num incêndio que destruiu 11 mil livros. As inundações de 1937 nos Estados Unidos acabaram com milhares de livros em Ohio, Virgínia Ocidental e Mississippi. Uma explosão numa mina esquecida causou nos anos 1940 o desaparecimento de cinquenta mil livros da biblioteca da Universidade de Marburg.

Em maio de 1943, a Biblioteca Nacional do Peru, em Lima, incendiou-se e cerca de cem mil livros e quarenta mil manuscritos sobre a conquista, a época colonial e a independência sul-americana desapareceram para sempre. Em 23 de fevereiro de 1949, a biblioteca Ferdinand Postma foi destruída por um incêndio que arrasou as estantes em poucas horas.

As chamas acabaram com a Biblioteca Pública de Michigan em fevereiro de 1951: o fogo e a água usada para extinguir o fogo

eliminaram 22.400 livros e 7.200 panfletos. Em 1955, o primeiro andar do British Council em Nicósia, Chipre, ardeu com sua biblioteca. Em julho de 1963, um terremoto devastou a cidade de Skopje, na antiga Iugoslávia, e destruiu a biblioteca central. A biblioteca do Seminário Teológico Judeu da cidade de Nova York ficou em ruínas depois de um incêndio que destruiu em 1966 cerca de setenta mil livros e danificou mais de 150 mil.

Só o desespero dos bibliotecários italianos permitiu salvar milhares de obras quando o rio Arno inundou Florença em 1966 e danificou prédios como a Biblioteca Nacional Central, onde 1,2 milhão de livros, cem mil manuscritos, cinqüenta mil fólhos e quatrocentos mil volumes com periódicos ficaram debaixo d'água. Também sofreram perdas e danos a Biblioteca Vieusseux e a biblioteca da Universidade, na qual duzentos mil livros ficaram expostos à água.

Em 1968, o fogo destruidor do Holyoke Community College de Massachusetts acabou com 16 mil livros. Um incêndio misterioso na Biblioteca Central de Godthab, na Groenlândia, em 1968, destruiu trinta mil livros com edições limitadas. Outro incêndio em 1969 eliminou quarenta mil livros na biblioteca da Universidade de Indiana e causou graves danos em 27 mil textos sobre a cultura alemã.

Em 28 de julho de 1972, uma grande parte da coleção de livros da Temple University Law Library da Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos, pegou fogo. Em 22 de fevereiro de 1977, um incêndio na biblioteca de engenharia da Universidade de Toronto, em Ontário, Canadá, acabou com 12 mil livros.

A biblioteca da Universidade de Stanford perdeu quarenta mil livros na tempestade de 1978. A primeira edição da tradução do Inferno de Dante, de Tom Phillips, se perdeu quase toda (só ficaram dois exemplares) porque a Ediciones Alecto queimou em 1978.

II

Este registro de desastres não acaba aqui.

No Natal de 1985, a Companhia Jenkins, especializada na venda de livros em Austin, Texas, sofreu um estranho incêndio que acabou

com quinhentos mil livros. O proprietário, John H. Jenkins, nasceu em 22 de março de 1940, em Beaumont, Texas; serviu no exército e, desde 1963, pôs em marcha o grande projeto de uma editora chamada Pemberton Press & Jenkins Publishing Company. A tragédia de 1985, no entanto, incitou-o a continuar; não fechou o negócio, mas em 16 de abril de 1989 morreu assassinado.

Em setembro de 1986, a chuva destruiu a biblioteca do News-Sun. Milhares de livros da biblioteca da Universidade de Amsterdã foram destruídos num incêndio ocorrido em novembro de 1987.

No fim do século XX, a biblioteca do mosteiro de Dabra Damo, na Etiópia, ao norte do caminho de Adwa, foi destruída por um incêndio voraz. O mosteiro, fundado no início do século VI d.C. por um dos chamados nove santos, Abuna Za-Mikael Aragawi, teve em determinado momento mais de mil volumes, mas em 1965 o doutor Otto Jaeger, que visitou o local, encontrou cerca de cinquenta manuscritos de valor incalculável. O incêndio destruiu tudo e uma investigação policial feita pelo governo concluiu que "os culpados eram desconhecidos e que, numa hora indeterminada, sem testemunhas, atacaram o mosteiro por motivos ignorados". A investigação demonstra o pouco interesse em atribuir as perdas a algum grupo político do país.

A biblioteca de Norwich Central, na Inglaterra, foi destruída em 1 de agosto de 1994: quase 350 mil livros foram reduzidos a cinzas apesar do esforço dos bombeiros. A biblioteca Langley sofreu grandes perdas depois de um incêndio ocorrido em 7 de julho de 1996 que arrasou 85% dos livros.

Em 21 de dezembro de 1996, queimou no México a biblioteca do poeta Octavio Paz, que disse na ocasião: "Os livros se vão como os amigos." Nesse incidente se perderam primeiras edições de autores como Rubén Darío, Manuel Díaz Mirón, Manuel José Othón e a herança de livros deixados por seu avô Irineo. Um grupo de admiradores do poeta levou alguns dos textos a um laboratório de restauração e conservação, e outros os colocaram em cofres.

Aproximadamente às 15:30 h de 3 de fevereiro de 1997, começou um incêndio na Feira do Livro de Calcutá, e durante uma hora queimaram mais de seiscentas barracas: além do saldo de um

morto e mais de quarenta feridos, desapareceram milhares de livros.

A agência Associated Press, numa nota de 5 de fevereiro de 1997, quarta-feira, noticiou um incêndio inexplicável no Observatório Astronômico Pulkov, perto da cidade de São Petersburgo. Em meio ao fogo, a primeira coisa a queimar foi uma gigantesca coleção de livros reunida em parte por Vasily Struve, fundador do centro, no século XIX. Um quarto dos escritos classificados, de 1500 a 1850, já se perdera na Segunda Guerra Mundial, incluindo edições raras dos livros de Kepler. O fogo de 1997 destruiu o resto.

Em abril de 1997, 35 mil livros queimaram num incêndio na Biblioteca Shirley, nos Estados Unidos. Em agosto de 1997, as inundações na República Tcheca acabaram com milhares de livros. A Biblioteca Técnica Estatal de Ostrava, com mais de 35 mil textos, sofreu danos irreparáveis. Talvez o mais grave foi a perda de 3.600 enciclopédias, dicionários e livros técnicos básicos de consulta. Algumas testemunhas contam horrorizadas que o pior espetáculo foi o dos livros flutuando junto aos cadáveres.

III

O tornado de março de 1998 destruiu a Biblioteca Pública de São Pedro, em Minnesota, Estados Unidos, perdendo-se sua coleção de trinta mil livros. O furacão Mitch, em outubro de 1998, destruiu mais de 295 mil livros na Nicarágua.

Da noite de 11 de junho ao meio-dia de 12 de junho de 1999, um incêndio acidental destruiu por completo o acervo da Biblioteca Central das Universidades de Lyon 2 e Lyon 3, biblioteca fundada em 1886 e que atendia à procura de mais de dez mil estudantes e milhares de usuários externos e internos. A quantidade de perdas nesse incidente superou os 280 mil livros.

Em setembro de 1999, uma inundação destruiu 28 mil livros, vídeos e documentos da biblioteca de Rahway. Também destruiu as bibliotecas de Park Ridge, Springfield, Fanwood, Caldwell, Berkeley Heights, Summit e Trenton.

Um jornal da Índia, *The Asian Age Calcutta*, publicou em 30 de setembro de 1999 uma notícia em que detalhava a inundação que destruiu oitenta mil livros do College Street: "A água destruiu livros raros e manuscritos cuidadosamente preservados durante anos [...]."

De 15 a 17 de dezembro de 1999, todo o litoral central venezuelano foi destruído pelas chuvas. A biblioteca de Macuto desapareceu. Era certamente uma biblioteca escolar, mas em suas prateleiras se encontravam livros de Joseph Conrad e de grandes poetas como Udón Pérez e Ramos Sucre. Os livros do Museu Armando Reverón foram arrastados por ondas de lama. A biblioteca do Núcleo do Litoral da Universidade Simón Bolívar ficou em ruínas. As águas arrasaram 32 mil volumes. Em Carmen de Uria, bela cidade completamente devastada, desapareceram escolas e bibliotecas.

As terríveis inundações européias de 2002 arrasaram milhares de textos. Num balanço provisório, comenta-se que a biblioteca da Universidade Carlos de Praga perdeu um terço da coleção de livros jurídicos. Também foram danificados o Arquivo Histórico Militar, a Academia de Ciências, a Orquestra Filarmônica da Tchecoslováquia e o Departamento Central de Estatísticas.

Em 29 de maio de 2002, um incêndio destruiu três milhões de livros da coleção *Belles Lettres*, em Gasny, França. Havia clássicos gregos e latinos, todos editados magistralmente pela prestigiosa editora Budê. Nesse desastrosos acontecimento desapareceram exemplares de Plínio, Aristófanes, Platão, Aristóteles, Plotino e dezenas de mestres da literatura.

Em 3 de junho de 2002, se incendiou a Biblioteca West Slope (fundada em 1950), na área de Raleigh Hills Park, em Portland, e desapareceram os periódicos e a coleção de livros infantis. Em 9 de dezembro de 2002, outro incêndio destruiu o centro antigo de Edimburgo. Milhares de livros sobre inteligência artificial se perderam na Escola de Informática.

O terremoto de dezembro de 2003 em Bam, Irã, acabou com toda a cidade medieval e destruiu a coleção de livros árabes que se encontrava na biblioteca municipal. Morreram mais de quarenta mil pessoas nesse desastre.

Não é improvável que hoje, ao ler o jornal ou ver as notícias na televisão, o leitor tome conhecimento de outro incidente que acabou com milhares de livros. A falta de previsão, por um lado, e de defesas eficazes contra a natureza, de outro, contribuem para que se consigam evitar as grandes perdas.

Dois grandes incêndios de bibliotecas: Los Angeles e Leningrado

"Nunca aconteceu algo semelhante na história das bibliotecas dos Estados Unidos", comentou um reverendo nas ruas de Los Angeles ao contemplar a fumaça que saía do imponente edifício da Biblioteca Central. "Nunca a fragilidade foi tão evidente. Somos fumaça e somos pó." Certamente, e além da retórica do momento, foi o maior incêndio num país onde existem os mecanismos mais modernos para a proteção de bibliotecas.

Em 29 de abril de 1986, seis dias depois da comemoração mundial do Dia do Livro, um depósito da prestigiada Biblioteca Pública de Los Angeles pegou fogo. Certa falta de previsão, a negligência e o excesso de confiança fizeram com que o incêndio se prolongasse por sete horas e, em consequência, muitas salas foram afetadas. Pelo menos quatrocentos mil livros queimaram e quatrocentos mil outros volumes ficaram danificados. Entre outras coleções, desapareceram a de invenções americanas e a de ciência e tecnologia.

Em 30 de abril, tudo era ruína e desolação. Cerca de 1.500 voluntários começaram desde as quatro da tarde a transferir os livros, em cem mil caixas, para sua posterior recuperação. Os volumes estavam molhados e concluíram ser necessário empregar o protocolo de procedimentos em caso de desastres em bibliotecas, que consiste em sua secagem e limpeza. As perdas ultrapassaram os 20 milhões de dólares.

O irreverente Charles Bukowsky (1920-1994) dedicou a esse incidente o poema intitulado O incêndio de um sonho:

A velha Biblioteca Pública de Los Angeles

Provavelmente evitou

Que me convertesse em

Suicida,

Ladrão

De bancos,
Um cara que bate na mulher,
Um açougueiro ou
Um motociclista da polícia
E, embora admita que
Sejam boas atividades,
Graças
A minha boa sorte
E ao caminho que tinha de percorrer,
Aquela biblioteca estava
Ali quando eu era jovem e buscava
Algo a que me aferrar e não parecia que havia
Muita coisa.
E quando abri o
Jornal
E li a notícia do incêndio
Que destruiu
A biblioteca e a maior parte
Do que havia nela

Disse à minha Mulher: "Eu costumava Passar horas E horas Ali [...]."
Antes da queda do comunismo se soube do incêndio devastador da biblioteca da Academia Russa de Ciências (Biblioteca Acadêmica Nauk), em 14 de fevereiro de 1988, na velha Leningrado, hoje São Petersburgo. Tudo começou na sala hemerográfica, no terceiro andar. Essa biblioteca já queimara em 1747, em 1901 e em 1942. O registro conservado do fato indica que quatrocentos mil livros foram destruídos e mais de 3,6 milhões sofreram graves danos, alguns irreparáveis. Em sua maior parte se tratava de textos científicos russos, médicos e de pesquisa em campos heterogêneos, publicados nos séculos XVII, XVIII e XIX.

CAPÍTULO 6

Os regimes do terror

Confisco e censura no Báltico

Em novembro de 1940, as tropas soviéticas invadiram a Letônia, a Estônia e a Lituânia. Massacraram a população civil e estabeleceram uma férrea censura. Os soldados confiscavam os livros e, motivados pelos companheiros, queimavam-nos para amedrontar. Na Ucrânia, os alemães destruíram 151 museus, 62 teatros e 19.200 bibliotecas.

A ocupação da Estônia foi rápida e se caracterizou pela imediata proibição de 212 periódicos e livros de autores contrários ao regime. Uma norma baixada em 22 de agosto de 1940 por Harald Haberman, representante da Seção de Assuntos Internos do Ministério da Educação, estipulava que as bibliotecas deviam retirar os livros com conteúdo anti-soviético, burguês, chauvinista e teológico. Boa parte dos livros era entregue à Universidade Tartu, onde era destruída, ou à Universidade de Toompes, onde era expurgada. Em 23 de agosto, um honorável comitê de bibliófilos selecionou 1.552 títulos para serem removidos das bibliotecas, mas cerca de duzentos mil volumes foram destruídos. Em 23 de outubro foi fundado o Glavlit, departamento encarregado da censura editorial.

Ao invadir a Estônia em 1941, os soldados alemães destruíram todos os livros pró-soviéticos. No entanto, os soviéticos voltaram a recuperar o poder no país e em novembro de 1944 uma ordem geral facilitou o confisco de todos os livros fascistas e anti-soviéticos. De 1946 a 1950, cerca de 150 mil livros da Biblioteca Central de Tallin desapareceram em consequência do expurgo cultural. Outra determinação propôs a destruição maciça de todos

os livros estrangeiros e em 1949 um mercenário ganhou 19 mil rublos por acabar com milhares de textos.

Regimes censores

I

A expansão do comunismo conspirou contra a cultura de países inteiros. De 1944 a 1945, dezenas de bibliotecas foram destruídas em Budapeste, capital da Hungria. Bibliotecas como a do Parlamento, a da Academia de Ciências e a do Instituto Politécnico foram incendiadas sem piedade. Na Romênia a situação se repetiu: trezentos mil livros desapareceram nos ataques de 1945. A biblioteca do Instituto Politécnico de Jassy foi destruída, juntamente com 150 mil livros e quatro mil revistas sobre temas matemáticos. A divisão da Alemanha permitiu aos soviéticos construir um muro para impedir os ocidentais de conhecer os expurgos culturais na Alemanha Oriental, onde em 1953 os comunistas confiscaram cinco milhões de livros e os destruíram.

Asaf Rustamov, escritor e defensor da medicina tradicional do Azerbaijão, contou uma história que retrata o regime de Stalin. Quando tinha dez anos, em julho de 1928, vivia em Lahij, uma aldeia caucasiana no Azerbaijão, país submetido pelo expansionismo comunista. Um grupo de agentes governamentais chegou à aldeia e mandou reunir os livros existentes. Quem desafiasse a medida, morreria; quem, às cinco da tarde do mesmo dia, não entregasse seus livros, morreria. Os livros eram escritos na mesma língua do Corão, mas os agentes consideravam tudo mero ópio do povo. No fim do dia, reuniram a população, insuflaram a liberdade coletiva e queimaram os livros. Rustamov não conclui aqui seu relato: segundo ele, em 1949, quando era soldado do exército russo, teve de queimar seus próprios livros devido à advertência de um amigo seu da KGB. Queimou sua biblioteca e sentiu um vazio enorme. Vários dias depois ainda chorava.

II

A literatura espanhola foi cortada ao meio pelo terror do regime de Francisco Franco. Durante os primeiros 28 anos vigorou a Lei de Imprensa de 22 de abril de 1938, uma lei que só foi substituída em 18 de março de 1966 pela Lei de Imprensa elaborada em boa parte por Manuel Fraga Iribarne, ministro de Informação e Turismo. Essas duas leis só serviram para intimidar e combater a liberdade de criação. Milhares de livros foram convertidos em pastas de papel ou queimados.

No fragor dos combates contra o regime de Ceausescu, na Romênia, mais de quinhentos mil livros da biblioteca da Universidade de Bucareste foram destruídos e outras dezenas de bibliotecas ficaram em ruínas.

"Não há livros. O Governo do Povo triunfou." Um letreiro com essa estranha mensagem se manteve pendurado na entrada da Biblioteca Nacional do Camboja durante alguns meses do início de 1976. No interior desse centro, camponeses e soldados conviviam em barracas junto com porcos e galinhas que dormiam onde antes se encontravam estantes e cadeiras. Os poucos livros que ainda sobreviviam eram utilizados para trabalhos cotidianos ou para amarrar cigarros.

Esse processo de destruição no Camboja não se limitou a uma biblioteca ou a um ano específico. Em 1975, o Khmer Vermelho entrou em Phnom Penh e proclamou a República Democrática de Kampuchea. Foi o Ano Zero do Camboja. Havia, em 1976, uma nova Constituição, e a Assembléia do Povo designou o príncipe Sihanouk e Khieu Samphan chefes de Estado e de Governo, respectivamente. Mas foi um engano, porque quando Sihanouk regressou foi aprisionado e o sanguinário Pol Pot se converteu no homem forte. Entre outras medidas, fechou as fronteiras do Camboja, suprimiu a moeda e deslocou toda a população das cidades para os campos. Qualquer atividade religiosa, a educação particular e a propriedade foram proibidas; tudo ficou nas mãos do regime. De 1975 até 1979 o movimento assassinou 1,7 milhão de

peessoas e impôs um expurgo cultural sem precedentes. Escritores e artistas foram assassinados ao serem considerados inúteis e os livros, destruídos sem piedade. Toda biblioteca era confiscada. Milhões de livros serviram para fogueiras da mesma forma que centenas de manuscritos antigos. Ao todo, os textos aniquilados passaram de dois milhões.

A era sanguinária de Augusto Pinochet, no Chile, estremeceu pessoas de todas as latitudes por sua impunidade. Depois do 11 de setembro de 1973 começou uma feroz repressão contra todos os setores que apoiaram Salvador Allende. Foi atacada a Editora Quimantú, onde foram despedaçados milhões de livros. Também foram destruídos livros como Canción de gesta, de Neruda, Mister Jará, de Gonzalo Drago, e Puerto Engano, de Leonardo Espinoza. Pouco depois, os censores fecharam a livraria e editora PLA (Prensa Latino-americana) e a distribuidora UDA. O plano dos militares golpistas era obter um controle absoluto sobre a atividade editorial, e não foram raras as caçadas para acabar com textos de tendência socialista.

Durante a ditadura de Pinochet, centenas de milhares de livros foram confiscados e destruídos. Em 28 de novembro de 1986, por exemplo, as autoridades do porto de Valparaíso queimaram 14.846 exemplares de La aventura de Miguel Littin, clandestino en Chile, do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez. Também foram destruídos exemplares dos livros de Jorge Edwards e de Ariel Dorfmann, assim como edições de poetas como Neruda ou textos sobre o presidente derrubado Salvador Allende.

Em meio à guerra do Vietnã houve uma perseguição a sacerdotes budistas de 1963 a 1968. As bibliotecas dos templos foram incendiadas, especialmente na ofensiva Tet de 1968: nessa ocasião milhares de livros ficaram destruídos e espalhados pelas ruas. Alguns dos documentos e livros que se salvaram se encontram hoje na Cidade Ho Chi Minh.

Os curdos foram perseguidos pelos turcos e pelos iraquianos com grande crueldade. As matanças são contínuas e as queimas de livros freqüentes. Em Arbil, cidade curda, foi destruída a biblioteca do erudito curdo Nouri Talabany, com três mil livros e dezenas de

manuscritos. Estima-se, não sem otimismo, que foram destruídos mais de 250 mil livros de bibliotecas públicas ou particulares nas cidades curdas. Essa destruição foi executada por ordem do governo de Saddam Hussein, que também foi responsável pela destruição de documentos e livros no Kuwait durante a invasão de 1990.

Em outros países árabes, a população, incitada por líderes que condenam livros não-lidos, destruiu e continua destruindo os romances de escritores como Ziliekhed Abu-Rished (publicou uma história intitulada Na cela), Fadia A. Faqir (escreveu um extraordinário texto intitulado Nisanit), Suhair El-Tell, Nawal El-Saadawi, Muthfer El-Nawad, Mahmoud Darwish.

Na África, as guerras civis desataram ódios tribais que provocaram a destruição de bibliotecas inteiras em Angola, Somália, Uganda, Zâmbia, Tanzânia, Senegal, Namíbia, etc., ao que se somaram a falta de verbas e pessoal capacitado. Durante a guerra da Nigéria, de 1967 a 1970, não ficou uma única biblioteca aberta em todo o país.

A Revolução Cultural na China

Em 18 de agosto de 1966, o mundo tomou conhecimento das Guardas Vermelhas, um exército de militantes fanáticos do comunismo na China. O impacto causado por essa descoberta foi enorme, por diversos motivos. O primeiro porque esse grupo de jovens vindos das cidades e do campo vociferava, na Praça da Paz Celestial, em Pequim, citações do Livro vermelho de Mao Tsé-tung e, em nome desse livro, pedia uma transformação radical do país. O segundo porque, junto com eles, cabeça reclinada, vários intelectuais e antigos dirigentes caminhavam carregando cartazes onde se descreviam seus delitos contra-revolucionários, seu oportunismo, suas mesquinhasias contra o povo e toda espécie de pecados capitais.

De certa maneira, Mao Tsé-tung, em 1966, sabia que era necessário mudar as estratégias porque seus inimigos se apoderavam de espaços políticos e militares importantes, e as grandes contradições e fracassos do Grande Salto para a Frente, que o obrigaram a abandonar o cenário público, exigiam uma resposta rápida. Na XI Sessão Plenária do VIII Comitê do Partido, em 8 de agosto, fez promulgar a Grande Revolução Cultural Proletária, num texto que ia ser conhecido como o dos Dezesesseis Pontos.

Dias depois se reuniu com o movimento Hongweibing (Guardas Vermelhas), integrado por jovens de 12 a 30 anos, organizados em seções e destacamentos, com quartéis gerais provinciais e municipais. Na praça, mostrou aos opositores seu novo instrumento de luta e, para demonstrar o apego aos rebeldes, cobriu-se com uma faixa vermelha. O novo grupo, que chegaria a contar com milhões de membros, era muito útil porque garantia manter à distância qualquer dissidente por meio de ações de vigilância e intimidação.

A Revolução Cultural se pôs, então, em marcha. No fundo, destinava-se a introduzir a análise marxista da sociedade para destruir os focos de resistência intelectual e popular e as tendências "capitalistas" da população e dos membros do Partido Comunista. Mao queria enquadrar os vícios no que chamou de os Quatro Velhos: costumes, hábitos, cultura e pensamento. Tomou como objetivo a construção de um novo país, mas sob a premissa de que não existe "nenhuma construção sem destruição" e que "é justo se rebelar contra os reacionários". A magnitude dessa Revolução Cultural, no entanto, tornou-se conhecida quando começaram as prisões domiciliárias e os ataques contra os professores. Desde 1967 se tornou óbvio que o terror seria o símbolo desse processo.

A esposa de Mao, Jiang Qing, que fora atriz, ocupou-se da Ópera de Pequim e a transformou a tal ponto que conseguiu depreciar os antigos temas operísticos chineses para dar lugar a cantos e histórias de natureza ideológica. Em pouco tempo, os intelectuais classificados como "oportunistas" sofreram ataque e prisão. Nas ruas, milhões de guardas vermelhos, vestidos da mesma maneira, amedrontavam os líderes mais moderados e submetiam pela força

qualquer escritor que não dedicasse sua obra à revolução. Desde 1949, a queima de livros era bastante popular, mas se intensificou em 1967, em plena Guerra Fria, quando sobreveio uma etapa de destruição maciça de livros, em todo o país. A Universidade de Pequim sofreu o confisco e a queima de todos os livros considerados nocivos à consciência do povo. Era tamanha a histeria que um autor como Pa Kin confessou: "Destruí livros, revistas, cartas e manuscritos que armazenei durante anos [...]. Eu negava completamente a mim mesmo, a literatura e a beleza [...]."

Gao Xingjian, prêmio Nobel de Literatura de 2000, foi enviado ao campo de reeducação e teve de queimar uma maleta com todos seus textos inéditos. Como ele, milhares de escritores ficaram confinados e acabaram seus dias humilhados e esquecidos.

A ocupação chinesa do Tibet, em 1950, condenou dezenas de escritos ao desaparecimento, mas em 1966 o número aumentou de forma alarmante e um monge poderia ser preso ou morto se fosse encontrado com certos textos, como confirmou E. M. Neterowicz. Pelo menos seis mil mosteiros e mais de cem mil monges foram atacados.

A ditadura na Argentina

Uma das histórias mais arrepiantes do mundo editorial da Argentina aconteceu durante a ditadura militar. Em 30 de agosto de 1980, num terreno vazio de Sarandi, vários caminhões descarregaram, bem cedo, 1,5 milhão de livros, todos publicados pelo Centro Editor de América Latina. Minutos mais tarde, a euforia policial, legitimada pela ordem de um juiz federal de La Plata chamado De Ia Serena, encorajou vários agentes a borrifar com gasolina os exemplares e a incendiá-los. Horrorizado, impotente, José Boris Spivacow, fundador do Centro e ativo organizador de eventos culturais, contemplou a queima até que os risos e a afronta despertaram sua ira.

Vale lembrar que Spivacow estimulou a criação de coleções que educaram gerações de intelectuais ibero-americanos, como

Cuadernos, Ediciones Previas e Serie dei Siglo, na Eudeba. E também Historia de América Latina en el Siglo XX, Historia dei Movimiento Obrem, El País de Los Argentinos e Los Hombres de Ia Historia. Foi o primeiro a sacudir o continente com O medo à liberdade, de Erich Fromm.

Graciela Cabal resumiu o clima que imperava durante a ditadura:

No início tivemos muito medo; eu, cada vez que ia para o Ceai [Centro Editor de América Latina], dizia à minha vizinha de cima que, se até certa hora não retornasse, levasse meus três filhos à casa de minha mãe. Ao mesmo tempo nos acostumávamos a trabalhar nesse contexto de terror. O escritório onde eu me sentava - por exemplo - tinha um buraco, deixado pelo impacto de uma das bombas atiradas contra a editora, e eu colocava os papéis ao lado. De repente, nos chamavam do depósito, avisavam que havia uma batida policial e que vinham para a redação. Nós nos preparávamos, removíamos pastas, escondíamos agendas no jardim, queimávamos documentos. Dizíamos aos vizinhos que íamos fazer um churrasco e queimávamos papéis na banheira, que ficava escura de fumaça.

Também as banheiras de nossas casas estavam escuras. Rasguei e queimei muitos livros, e foi uma das coisas das quais nunca pude me recuperar. Destruía e chorava porque não queria que meus filhos me vissem, porque não queria que contassem na escola, porque não queria que soubessem que sua mãe era capaz de destruir livros... Porque sentia muita vergonha.

Os livros do depósito de Sarandi arderam durante três dias. Alguns estavam empilhados e úmidos de maneira que não queimavam bem. A coleção Nueva Enciclopedia del Mundo Joven queimou integralmente. Lembro-me de que num dos fascículos, de história do feudalismo, havia um príncipe que não acabava de queimar.

O pobrezinho era um príncipe meio efeminado e cheio de flores que resistia à fogueira [...].

A Operação Claridade, concebida pelo general Roberto Viola com o propósito de confiscar livros marxistas, preparou fichas para

denunciar obras suspeitas. Cada registro deveria conter os seguintes dados: "1) Título do livro e editora. 2) Matéria e curso em que é utilizado. 3) Colégio em que foi localizado. 4) Professor que o aconselhou e adotou. 5) Se possível, anexar um exemplar do livro. Caso contrário, fotocópias de algumas páginas nas quais se evidencie seu caráter subversivo. 6) Quantidade aproximada de alunos que o utilizam. 7) Qualquer outro aspecto considerado de interesse."

Pelo menos 697 livros foram confiscados na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Entre Rios. Com esse material se fez uma fogueira. Em abril de 1976, um grupo de fanáticos queimou na cidade de Córdoba O pequeno príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry, por considerá-lo contrário aos valores tradicionais. A mesma fogueira serviu para incinerar livros de Mareei Proust, Gabriel Garcia Márquez, Pablo Neruda e Mario Vargas Llosa.

A queima de livros foi acompanhada por outras ações não menos intimidantes. O escritório do Siglo XXI foi fechado e os editores detidos. A editora Galerna, de Guillermo Schavelzon, foi atacada com explosivos. Também foram queimados os livros da editora da Fundação Constancio C. Vigil, de Rosário, além das sanções legais contra os editores. A livraria To Be, de propriedade de Ornar Estrella, em Tucumán, foi arrasada.

Em meio a um silêncio inexplicável, em 24 de março de 1976, foram seqüestrados Alberto Burnichon, Carlos Pérez, Héctor Fernández, Horacio González e Isabel Valencia, os dois últimos donos da prestigiada Librería Trilce. A lista de desaparecidos aumentou com os nomes do editor Roberto Santoro, Enrique Alberto Colomer, de Riverside, Cláudio Ferrari, pilar dos livros de La Opinión, o livreiro Maurice Geger (revisor de provas de La Gaceta de Tucumán), Silvia Lima, Conrado Guillermo Cerreti e Enrique Walker (revisor da Editora Abril). Daniel Luaces, um dos redatores do Centro Editor de América Latina (Ceai), foi covardemente assassinado e a assistente da editora, Graciela Mellibovsky, desapareceu, da mesma maneira que Piri Lugones, Héctor Abrales, redator técnico do Ceai, Diana Guerrero, tradutora do Ceai, Ignacio Ikonico e mais dezenas de homens e mulheres. Casa por casa, os militares buscavam

exemplares comprometedores, confiscavam-nos e os destruíam sem clemência.

Como curiosidade, e talvez algo mais do que isso, vale a pena lembrar o caso de Oscar Elissamburu e de sua mulher Nélida Valdez. Ambos, durante a ditadura, com apenas 29 anos, enterraram cerca de vinte livros para não queimá-los em casa. Escolheram os livros perigosos, isto é, O livro vermelho de Mao, As veias abertas da América Latina, de Eduardo Galeano, O diário de Che na Bolívia, e outros. Em 2001, enquanto assistiam a um vídeo sobre os desaparecidos, lembraram-se do incidente e desenterraram os livros, lamentavelmente destruídos porque as sacolas que os continham não resistiram à umidade.

Fundamentalistas

Desde 5 de outubro de 1988, morreram em Argel mais de sessenta jornalistas e escritores. Em 27 de maio de 1993 foi assassinado o escritor e editor da revista Ruptures, Tahar Djaout. Semanas antes ele dissera: "Se você falar, morre; se nada disser, morre. Então fale e morra."

Em 1998, Lounes Matoub foi perseguido e açoitado até a morte. E os casos só aumentam. Durante marchas, os extremistas queimam livros em sinal de repulsa aos seus autores.

Em 27 de janeiro de 1998 foi queimada em Amã, na Jordânia, uma livraria cristã. Além dos livros queimados, perderam-se computadores, impressoras, televisores, trezentas fitas de vídeo e vários documentos.

A jornalista Mary Anne Weaver disse que Nasr Hamed Abu Zeid, professor egípcio, foi acusado de heresia por um clérigo muçulmano chamado Abdel-Sabour Shahin. Em sua reportagem, mostrou como o acusador, num acesso de ira, advertiu Zeid que regressasse do exílio e renunciasse às suas idéias: "Deve queimar publicamente seus livros.

Os talibãs destruíram em Cabul, Afeganistão, todas as bobinas de filmes encontrados e os livros contrários à sua fé. Como se não bastasse, em 18 de agosto de 1998, Ornar, líder dos talibãs, visitou Pol-i Jomri, cidade ao norte do Afeganistão, e ordenou que cinqüenta mil livros do centro cultural Hakim Nasser Josrdw Balji fossem queimados.

Cuba: o duplo discurso

Em dezembro de 1999, centenas de livros doados pelo governo espanhol foram destruídos, depois de serem colocados no estacionamento do prédio do Poder Popular numa colina de Havana. O incidente se deveu a que funcionários do Ministério do Interior encontraram oito mil exemplares com a Declaração dos Direitos Humanos aprovada pelas Nações Unidas em 1948.

Esse feito não é novo. Em Cuba existe um magnífico sistema sanitário e educativo, mas o lastro ideológico foi motivo de perseguições incontáveis a intelectuais e de destruições suspeitas de livros. Em alguns casos, o escândalo contribuiu para impedir uma verdadeira análise dos fatos; de qualquer maneira, a revolução cubana tem sido efetiva nos expurgos culturais.

Enquanto eu escrevia este livro me chegaram notícias alarmantes que me comoveram. A coleção de livros de José Maceo foi confiscada e não se voltou a saber do destino dos livros. Em 24 de fevereiro de 2000, a coleção da biblioteca Felix Varela, uma das primeiras instituições totalmente livres, foi saqueada em Las Tunas por delinqüentes interessados, ao que parece, em ler romances de Victor Hugo e Leon Tolstoi. Em 2003, dezenas de bibliotecários foram detidos e alguns de seus livros confiscados e destruídos.

Palestina, um país em ruínas

Em junho de 1967, Israel atacou a Palestina (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza), o Sinai do Egito e as colinas de Golã na Síria. Em consequência dessa guerra, e depois de uma série de acordos, Israel devolveu alguns dos territórios ocupados, mas se apoderou de outros, hoje em disputa. Essa luta, estimulada por setores extremistas de ambos os lados, causou milhares de perdas relacionadas com a destruição de livros e bibliotecas.

Um caso recente se deveu à incursão das tropas de Israel em 29 de março de 2002. Em 2 de abril, dois dos centros mais importantes da Universidade Al Quds, localizados em Al-Bireh, foram atacados por fogo de artilharia. O anfiteatro da Escola de Medicina desapareceu e a biblioteca foi destruída. O Instituto de Mídia e a Televisão Educativa da universidade também sofreram danos.

Em 13 de abril, o governo palestino denunciou o ataque, com granadas, ao Centro Khlalil Sakakini, e o confisco de seus livros. Em 14 de abril foi incendiada a biblioteca da Universidade Bethlehem, embora os danos tenham sido minimizados devido à ação rápida do corpo de segurança da instituição. Grande parte da infra-estrutura do Centro Cultural Francês de Ramala foi bombardeada e o fogo de metralhadoras acabou com quase quatro mil livros. O Centro Cultural Greco-Macedônio foi reduzido a escombros com o lançamento de dez mísseis. As bibliotecas municipais não escaparam à destruição sistemática de fitas de vídeo, gravações e livros (com ou sem propaganda). Al-Bireh foi um dos alvos.

Em 22 de abril foram queimados os arquivos de Ramala, onde se guardavam os documentos e registros de propriedade da terra, além dos históricos de mais de um milhão de estudantes do primário, ensino médio e superior, alguns registros de seguro, registros de automóveis, registros policiais e, em suma, tudo o que se relacionava com a vida da Palestina.

A American Library Association apresentou uma resolução para condenar esses atos em 19 de junho de 2002. Infelizmente, essa mensagem não deteve a destruição cultural em curso atualmente na Palestina, que, pelo contrário, parece se intensificar.

CAPÍTULO 7

O ódio étnico

O livrocídio sérvio

I

"Aqui não sobrou nada", comentou Vkekoslav, um bibliotecário. "Vi uma coluna de fumaça, e os papéis voando por toda parte, e eu queria chorar, gritar, mas permaneci ajoelhado, com as mãos na cabeça. Toda minha vida ficarei com este peso da recordação de como queimou a Biblioteca Nacional de Sarajevo." Um escritor bósnio, Ivan Lovrenovic, contou que, de fato, o Vijecnica - o imponente, elevado e colorido prédio destinado a abrigar a Biblioteca Nacional da Bósnia e Herzegovina, em Sarajevo, aberto em 1896 na margem do rio Miljacka - foi bombardeado a partir das 10:30h da noite de 25 de agosto de 1992 com fogo de artilharia. A biblioteca tinha 1,5 milhão de volumes, 155 mil obras raras, 478 manuscritos, milhões de periódicos de todo o mundo, e foi devastada por ordem do general sérvio Ratko Mladic com 25 obuses incendiários, lançados durante três dias, apesar de suas instalações estarem marcadas com bandeiras azuis para indicar a condição de patrimônio cultural. Alguns amantes do livro formaram uma longa corrente humana para transportar os livros a um lugar seguro, e salvaram alguns. Os bombeiros tentaram apagar as chamas, sem resultado, porque a intensidade dos ataques não lhes permitiu. Finalmente as colunas mouriscas arderam e as janelas estalaram para deixar sair as chamas. O teto desmoronou e pelo chão ficaram espalhados os restos de manuscritos, obras de arte e escombros das paredes e escadas. Um bombeiro improvisado, Kenan Slinic, quando abordado pelos correspondentes de guerra para explicar por

que arriscou a vida pela biblioteca, disse: "Nasci nesta terra e eles queimaram uma parte de mim."

O poeta bósnio Goran Simic escreveu o texto Lamento por Vijecnica (1993):

A Biblioteca Nacional queimou nos últimos três dias de agosto e a cidade se afogou com a neve negra.

Liberados os montes, os caracteres vagaram pelas ruas, misturando-se aos transeuntes e às almas dos soldados mortos.

Vi Werther sentado na cerca arruinada do cemitério; vi Quasímodo se equilibrando com uma das mãos num minarete.

Raskolnikov e Mersault cochicharam juntos durante dias em meu sótão; Gavroche se exibiu com uma camuflagem cansada.

Yossarian já se vendia ao inimigo; por uns poucos dinares o jovem Sawyer mergulhava longe da ponte do Príncipe.

Cada dia mais fantasmas e menos pessoas vivas; e a terrível suspeita se confirmou quando os esqueletos caíram sobre mim.

Encerrei-me na casa. Folheei os guias de turismo. E não saí até que o rádio me dissesse como eles puderam apanhar dez toneladas de carvão no subterrâneo mais profundo da queimada Biblioteca Nacional.

Quando começou essa barbárie? A antiga Iugoslávia fora uma nação unida por Josip Tito com mão de ferro. Com sua morte, a incapacidade dos líderes que vieram depois rachou essa unidade e desencadeou a aparição de riscos potenciais: diferenças étnicas entre a minoria sérvia e a maioria bósnia, mau uso dos meios de comunicação, divisões territoriais errôneas e o militarismo imposto a toda a sociedade. O país logo se fragmentou numa série de Estados independentes. A Croácia, por exemplo, proclamou-se república em 25 de junho de 1991, depois de um referendo em que 85% das pessoas se pronunciaram a favor. A repressão do exército iugoslavo foi brutal, embora não impedisse que em 15 de janeiro de 1992 a soberania da Croácia fosse reconhecida pelo mundo. A guerra, no entanto, já se iniciara, sem necessidade de decretá-la. E uma de suas piores conseqüências foi a prática, por parte dos

sérvios (grupo poderoso), de uma política de memoricídio e genocídio contra os rivais. A estratégia de *damnatio memoriae* (apagar a memória) foi levada a cabo de uma maneira que até agora nos faz estremecer. Queimaram milhões de livros e aniquilaram todo um povo.

Na região da Eslovênia, a biblioteca municipal de Vinkovci (criada em 1875) foi a primeira a ser convertida em ruínas, em 17 de setembro de 1991, por dois ataques sérvios de artilharia. Dessa forma, 85 mil volumes (jóias da literatura e do pensamento, manuscritos de notáveis autores locais) foram destruídos. As pessoas recolhiam, segundo algumas testemunhas, livros incompletos do chão e tratavam de colar os pedaços. A biblioteca pública de Pakrac (fundada em 1919) foi atacada pela artilharia e seus 22 mil textos evacuados, não sem graves perdas.

O avanço das tropas sérvias não se conteve diante dos prédios da Universidade de Osijek: um ataque à Biblioteca Central de Agricultura, construída apenas em 1990, destruiu 12 mil livros de um total de trinta mil. Na própria cidade de Osijek, foram destruídos os arquivos históricos e os livros raros.

O museu municipal de Vukovar, situado numa cidade do século XVIII, contendo 32.513 objetos históricos, 515 volumes raros (datados dos séculos XVI a XIX) e 13 mil livros, foi bombardeado de 25 a 26 de agosto de 1991. Em 20 de setembro um avião bombardeou várias vezes o prédio e deixou a biblioteca em chamas; no mesmo mês, de 22 a 28, a artilharia pesada destruiu o quanto pôde e os livros raros salvos (muito poucos) ficaram à mercê dos saqueadores que os venderam no mercado negro. Ainda se encontram nos sebos de todo o mundo textos procedentes desse lugar.

A biblioteca pública de Vukovar (fundada em 1947), com 76 mil volumes, milhares de cassetes e fitas de vídeo, foi destruída no outono de 1991, e os bibliotecários só puderam resgatar as jóias bibliográficas a duras penas. A biblioteca do Museu Histórico e do museu comemorativo Lavoslav Ruzicka foi arrasada sem piedade. Também em Vukovar, o mosteiro dos franciscanos, onde estavam guardados quatro incunábulo e 17 mil livros editados do século XV

ao XX, foi devastado. Até hoje ninguém sabe o que se salvou. Em 18 de novembro de 1991, as forças sérvias tomaram Vukovar e expulsaram seus cinquenta mil habitantes (sobretudo mulheres e crianças); todos os livros considerados indesejáveis foram queimados.

II

Dizia-se antigamente que o coração da Iugoslávia estava na Dalmácia, e talvez por isso ela foi atacada com tanto ódio. Em Zadar, a Biblioteca Científica - precioso monumento de 1850 admirado pelos turistas - foi destruída por artilharia em 5 de outubro de 1991. Os soldados sérvios saquearam à vontade seiscentos mil livros, 33 incunábulos, 1.080 manuscritos, 370 pergaminhos, 1.350 livros raros, 1.500 partituras musicais, 5.566 jornais, 929 revistas, 1.200 mapas, 2.500 fotos e sessenta mil documentos em geral. Por infelicidade, em outubro de 1991, as tropas foram obrigadas a recuar e em sua marcha não souberam o que fazer com os duzentos mil livros roubados. A decisão dos oficiais foi considerada magistral por todo o exército: uma vez salvos os livros com caracteres latinos, os demais foram lançados às chamas. Alguns disseram que dias mais tarde a fumaça ainda era vista a dezenas de quilômetros.

A biblioteca municipal de Zadar (reliquia de 1857), com cerca de seiscentos mil livros, foi bombardeada em 9 de outubro de 1991, mas dessa vez só a coleção de partituras e livros musicais da Escola de Música sofreu graves danos.

Em Dubrovnik, a biblioteca do Centro Interuniversitário foi atingida em 6 de dezembro de 1991 por bombas incendiárias e vinte mil livros desapareceram para sempre. A Biblioteca Científica, fundada em 1950, conservava duzentos mil volumes, 922 manuscritos, 77 incunábulos, quase 10 mil livros raros e 7.783 periódicos. Ali podiam ser lidos os 13 mil livros da coleção do Collegium Ragusinum. Tudo

isso foi destruído por mais de sessenta obuses em 19 de novembro de 1991 e por cinco mísseis em 8 de junho de 1992. A cidade de Dubrovnik - onde se criou a primeira farmácia europeia, patrimônio da humanidade - acabou destruída ao longo de 1991. Em 6 de dezembro desse triste ano, oitocentos mísseis arrasaram tudo.

A biblioteca municipal de Drnis, com 15 mil volumes, foi saqueada sem compaixão. Como consequência desse vandalismo na Croácia, em 1991 foram destruídas 195 bibliotecas, sendo 11 bibliotecas de universidades, três de centros de pesquisa, oito para uso de especialistas, 12 de caráter histórico, 23 de uso público e 138 destinadas a crianças.

III

Na Bósnia-Herzegovina foram cometidos os atos de violência mais absurdos da história da Europa. Já descrevemos como foi destruída a Biblioteca Nacional de Sarajevo, mas ela não foi o único alvo. O Instituto Oriental de Sarajevo, com 5.263 manuscritos árabes, turcos, persas, gregos e bósnios, sete mil documentos dos séculos XVI ao XIX e dez mil textos especializados, foi alvejado por bombas incendiárias que partiam das colinas vizinhas.

A biblioteca municipal de Sarajevo, com trezentos mil livros, ficou reduzida à metade no fim da invasão. O Museu Nacional da Bósnia, com quatrocentos mil livros, foi atacado e parte de seu patrimônio sofreu relevantes estragos. A biblioteca dos franciscanos em Nedjarici foi saqueada. Em Mostar, cinquenta mil livros foram destruídos no ataque incendiário à biblioteca do Arquivo em maio de 1992. A biblioteca da Universidade de Mostar, num momento de desespero dos agressores, foi destruída com obuses, granadas e armas incendiárias. A biblioteca municipal de Mostar também foi incendiada, mas a determinação dos bibliotecários salvou mais da metade dos livros.

O já citado Lovrenic contou que em maio de 1992 teve de fugir deixando para trás sua biblioteca, composta de centenas de clássicos da literatura, manuscritos com diários, ensaios e narrativas, uma vulgata de 1883 da Bíblia, um dicionário latim-

croata e um exemplar do Catecismo de frei Matija Divkovic de 1611. Essa biblioteca foi queimada pelos sérvios para aquecer os soldados.

IV

Em 1993 e 1994, enquanto a ONU discutia a possibilidade de julgamentos rigorosos a criminosos da guerra na Bósnia, as milícias do HVO (nacionalistas croatas da Bósnia) destruíam sem piedade vários monumentos muçulmanos. Entre outros prédios, arrasaram bibliotecas públicas e particulares.

A biblioteca da comunidade muçulmana de Stolac foi queimada em meados de julho de 1993, com o que desapareceram centenas de livros e cerca de quarenta manuscritos dos séculos XVII ao XIX. A biblioteca da Mesquita do Imperador, com centenas de manuscritos antigos, também foi exterminada. No fim do trabalho, as ruínas foram dinamitadas para evitar sua posterior reconstrução. A biblioteca da Mesquita Pogradska foi incendiada no calor dos combates, às onze horas de 28 de julho de 1993. Segundo diversos relatos, as enormes bibliotecas particulares de dezenas de famílias foram queimadas, entre as quais se destacam as de famílias como os Behmen, Mahmutcehajic, Mehmedbasic e Rizvanbegovic.

Acredita-se que de 1992 até o fim da guerra foram atingidas 188 bibliotecas, 43 completamente destruídas, e foram devastadas 1.200 mesquitas, 150 igrejas, dez igrejas ortodoxas, quatro sinagogas, mil monumentos culturais, e esse levantamento ainda está incompleto.

Os relatórios do Conselho de Segurança Européia se referem a "uma catástrofe cultural e européia de amplitude aterradora" e num relatório penoso, melancólico e severo. A Comissão de Especialistas da ONU concluiu que houve "destruição intencional de bens culturais que não pode ser justificada por necessidade militar". Nem os nazistas destruíram livros com tanta eficiência.

V

Em 2000, uma Missão da Administração Provisória da ONU em Kosovo (UNMIK), juntamente com especialistas designados pela Unesco, pelo Conselho da Europa (COE) e pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), visitou Kosovo, na Albânia, entre 25 de fevereiro e 7 de março. Procurava avaliar os estragos causados pelos expurgos dos sérvios e considerou que a situação era pior do que se pensava.

O informe elaborado tinha as seguintes estatísticas: três bibliotecas centrais foram destruídas, com 261 mil livros queimados, e 62 bibliotecas provinciais destruídas, com 638 mil livros queimados.

Os sérvios arrasaram a cultura de Kosovo por motivos étnicos. De 1991 a 1995, mais de cem mil livros foram destruídos na Biblioteca Nacional. Outros cem mil, juntamente com oito mil revistas e incontáveis jornais, foram tirados da biblioteca em caminhões e levados a uma fogueira pública.

Os líderes sérvios negaram essa informação com notas de imprensa em que acusam os albaneses separatistas, definidos como terroristas e criminosos, de destruir dois milhões de livros sérvios em Kosovo. A isso acrescentam que as bibliotecas de Pristina, Prizren, Djakovica, Istok, Glogovac, Srbica, Podujevo e de muitas outras cidades sob poder dos grupos albaneses foram expurgadas. Alegou-se que 11 mil livros sérvios da biblioteca Vuk Karadzic foram convertidos em pasta de papel em Vladicin Han.

A Chechênia sem livros

A imagem que devemos ter presente agora é a de Edilbek Kasmagomadov, diretor da Chejova, a biblioteca mais importante do norte do Cáucaso, sentado na grama de um escurecido estádio de futebol, em 1995, encolhido de frio, enquanto observa de longe, ou de perto, pouco importa, as portas dos depósitos do subterrâneo, onde estão armazenados os únicos vinte mil livros que se salvaram do bombardeio realizado pelos russos na cidade de Grozny e na biblioteca. Em 1994, a coleção dessa biblioteca era de 2.648.000 livros, em mais de trinta idiomas, e um índice de oitocentos mil documentos, que vão de 1957 até 1992. "Não há

nada a fazer", comentou o bibliotecário. "Tudo foi destruído." Um jovem de cabelo castanho, com um cigarro fumado pela metade, acrescenta: "E isto é apenas o começo", e talvez tenha lembrado de algo. É possível que estivessem em companhia de alguns amigos, ou sozinhos, mas esse caso é exemplar porque o terror desses homens, em 2003, continua inalterado, pois não há uma única biblioteca de pé em toda a região.

O desastre cultural começou quando a Chechênia se proclamou independente da União Soviética em 1991. Em 1994, as tropas russas entraram em território checheno e arrasaram Grozny para mandar uma mensagem aos seguidores do líder local Dzhokhar Dudayev. De 1994 a 1996 morreram oitenta mil pessoas e duzentas mil se tornaram refugiados. De forma humilhante, o exército russo teve de se retirar, e instalou-se um novo governo. Em 1999, as ações contra-ofensivas começaram. Foram consideradas terroristas, mas era preciso conhecer melhor o que aconteceu para julgá-las.

No início da guerra havia mais de mil bibliotecas na região e mais de 11 milhões de livros, uma rede de 109 bibliotecas científicas, redes bibliotecárias na Universidade de Grozny, o Instituto Petrolífero e o Instituto Pedagógico, 14 bibliotecas técnicas e 450 bibliotecas estudantis. Por volta de 1995, os russos haviam destruído a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Nacional Infantil, a Biblioteca Nacional Médica, as bibliotecas universitárias e a Biblioteca Central de Ciências. Mais de 60% dos bibliotecários fugiram e centenas de lugares ficaram fechados.

Dessa maneira, milhões de textos foram saqueados e destruídos. No entanto, no Ocidente, essa barbárie, denunciada várias vezes, continua sem repercussão. Os mercados negros de arte e de livros estão repletos de textos provenientes desta região.

CAPÍTULO 8

Religião, ideologia, sexo

Expurgos sexuais

Oscar Wilde foi condenado à prisão, em 1895, por manter relações escandalosas com um jovem do mesmo sexo, lorde Alfred Douglas. O escândalo pressupõe que seus livros foram destruídos e, em alguns casos particulares, execrados. Esse expurgo sexual se conservou no século XX.

Um caso surpreendente é o de John Henry Mackay, cujo primeiro livro, devido à ambigüidade sexual de seu personagem, foi queimado em 1909. Outra edição, de 1913, foi destruída pelos nazistas.

Em 1949, o ministro da Educação da Venezuela, Augusto Mijares, historiador conhecido, ordenou a queima das Memórias, de Boussingault, por suas alusões sexuais à vida de Simón Bolívar. O funcionário em questão comentou depois com cinismo: "O que mandei incinerar como ministro da Educação foi um trecho de 166 páginas daquelas memórias.

O escritor Juan Álvarez Garzón observou que seu romance Gritaba La noche (1962) foi queimado porque o tema feriu a sensibilidade cristã do governador Carlos Moncayo Quinónez. Em 1982, arderam muitos exemplares de Anne on my mind, de Nancy Garden, porque alguns estudantes consideraram obscenas suas propostas. A autora, que nem por isso deixou de vender milhares de livros infantis, recordou o incidente em The year they burned the books (1999), em que falou de um grupo que constitui uma sociedade denominada Famílias pelos Valores Tradicionais. Esse sindicato moral queimou os livros da protagonista.

Em março de 1997, os bibliotecários da Escola Hertford mandaram destruir trinta mil livros, que haviam sido doados, sobre temas

homossexuais.

Anne Saita informou que 35 voluntários, durante oito horas, enterraram os livros. O superintendente da escola, Andrew Carrington, justificou-se definindo os livros como impróprios para estudantes.

Os expurgos culturais

Na noite de 31 de maio de 1981, um grupo de fanáticos que recebeu instruções do Partido de Unidade Nacional, no Sri Lanka, incendiou a biblioteca Jaffna, fundada em 1841 e estabelecida num magnífico prédio em 1950, com 97 mil livros e manuscritos da cultura tamil. Um dos livros era Yalpanam Vaipavama, crônica histórica sobre Jaffna, cujo único exemplar estava numa das estantes.

Na Índia, um grupo de estudantes queimou o livro *Mother Índia* (1927), de Katherine Mayo. Em 1992, a biblioteca de Srinagar ardeu e centenas de manuscritos antigos foram destruídos.

Durante a captura da cidade de Khojali, em fevereiro de 1992, foram assassinadas mais de mil pessoas, sobretudo crianças e mulheres. Como se não bastasse, as tropas armênias invadiram Shusha em 1992 e começaram a atacar em todo o país 927 bibliotecas e 22 museus. Em consequência, 4,6 milhões de livros foram destruídos, incluindo cópias de tratados antigos de filosofia e música. Também desapareceram quarenta mil livros raros.

Satisfação semelhante à dos nazistas, ainda que em menor escala, sentiu o bispo Nikon Mironov, da igreja ortodoxa russa, quando ordenou em 1998 a queima de dezenas de exemplares de tratados teológicos em que se propunha a interação da fé ortodoxa com outras crenças religiosas. Dessa maneira, os livros de John Meyendorff, Alexander Men, Nikolai Afanasiev e Alexander Schmemmann foram destruídos publicamente em Ekaterinburgo.

Ativistas contra o apartheid demonstraram sua intolerância ao atacar em Amsterdã a biblioteca da Sociedade Holandesa-Sul-

Africana e lançar todos os livros nos canais.

Em março de 1999, uma sinagoga da cidade siberiana de Novosibirski foi atacada. De acordo com o relatório dos estragos, foram destruídos textos religiosos primitivos e relíquias preciosas. O pior dano ocorreu na Congregação B'nai Israel: a biblioteca foi completamente destruída, junto com dezenas de vídeos sobre a história do povo hebreu, o Holocausto e as tradições rabínicas.

Segundo uma estatística cruel, de janeiro de 1995 a setembro de 1998, cerca de 670 centros religiosos foram atacados por grupos fascistas. O alvo nem sempre eram os judeus: em abril de 1999, uma livraria de textos religiosos de Kansas City chamada Steels Used Christian Books foi incendiada e mais de cem mil livros queimados sem que fosse possível prender um só culpado.

Os árabes também sofreram expurgos culturais. Em 1998, um livreiro francês, cujo nome os europeus não desejam lembrar, foi condenado a dois anos de suspensão por destruir livros muçulmanos e árabes numa biblioteca municipal de Paris. O fanático escondia livros árabes e os levava para casa, onde os queimava. Um movimento contra o racismo e pela amizade entre os povos condenou o ato e questionou a leve sanção recebida pelo culpado.

Em fevereiro de 1999, o governo do Vietnã confiscou mais de 700 kg de livros budistas por atentado à cultura do país. Foi detido Nguyen Thi Phu, um granjeiro de 42 anos, acusado de fotocopiar os textos para posterior venda. Como em todos os casos anteriores, os livros foram destruídos.

Em 1998 foram destruídos muitos livros no Hollins College, na Virgínia Ocidental. Um grupo chamado Coletivo de Mulheres acendeu uma gigantesca fogueira onde foram lançados todos os livros, jornais e revistas considerados degradantes à condição feminina ao longo da história. Volumes de Schopenhauer, páginas da Bíblia, fotos do papa, exemplares do Cosmopolitan, cartas de namorados machistas e romances românticos foram destruídos em questão de minutos. As cinquenta estudantes que participaram do ato só se retiraram depois de comemorar aos gritos o desaparecimento das páginas odiadas.

Em 1996, um tribunal de Bordéus ordenou a detenção de Jean-Luc Lundi, dono de uma livraria de textos revisionistas. Os livros foram destruídos, e a venda de qualquer exemplar do gênero proibida em território francês.

Os estudantes e seu ódio pelos livros didáticos

Um antigo costume juvenil é o de queimar textos didáticos. Quando concluí meu ensino médio, o primeiro ato consumado, além das assinaturas nas camisas, foi queimar os livros de estudo, o que não deixou de me impressionar, pois os professores avalizavam a prática com seus sorrisos. Salvador Garcia Jiménez escreveu:

Num dos institutos de ensino médio onde fui professor, na conclusão do curso, os alunos queimaram vários livros nas quadras de basquete. O corpo docente se expôs ao ridículo ao pôr as mãos na cabeça, ignorando a chave que Freud lhes dera para interpretar aquele episódio da infância de Goethe. Quando Goethe atirou os pratos da baixela na rua para destruí-los após o nascimento de seu irmão, realizou um ato simbólico com o qual manifestou seu desejo de jogar o bebê - que acabava de entrar no mundo para perturbá-lo - pela janela. Para aqueles alunos, o manual de Literatura que lançaram na fogueira era a representação de sua exigente, estúpida e pedante professora.

Quem ganhou de todos em matéria de vingança pelos danos causados pelos textos didáticos foi o anônimo estudante que incendiou a Biblioteca "Nebrija da Universidade de Murcia. Depois de passar a noite escondido entre os livros, às 5:45 h da manhã, borrifou-os com a gasolina de uma lata para que ardessem até os incunábulos. Os sermões do século XV, tão carregados de inferno, encontraram moldura para suas palavras; a História das ervas e plantas, de Dioscórides, gemeu como as brasas de um carvalho; o Livro da vaidade do mundo, de Diego de Estella, se retorceu embriagado de gasolina; o Cerimonial das missas de defuntos extinguiu suas velas... O culpado continua desaparecido há dois

anos; todos o procuravam para imediatamente prendê-lo e condená-lo, ninguém para saber de seus lábios as ações vis cometidas pelos professores para provocar sua reação. A notícia publicada na imprensa deixaria muitos estudantes, que não se atreveram a praticar o ato, purificados por suas chamadas.

Em junho de 2001, houve um caso escandaloso nas areias da praia La Victoria, em Cádiz, onde centenas de estudantes se reuniram para fazer uma grande fogueira. Entre risos e gritos, lançaram às chamadas todos os seus livros didáticos, incluindo alguns de leitura obrigatória. Dessa forma, nem sequer alguns clássicos da literatura espanhola se salvaram do que devia ser, unicamente, um ato de fim de curso.

Um dos rituais secretos de Harvard consiste em que, no final do curso, se queimem os livros do último ano. Desaparecem habitualmente dessa forma dezenas de manuais acadêmicos.

O caso "Harry Potter"

Num domingo, 30 de dezembro de 2001, em Alamogordo, ao sul do Novo México, nos Estados Unidos, uma comunidade religiosa queimou centenas de exemplares da série literária juvenil que impulsionou o prestígio do inesquecível Harry Potter, personagem criado por J. K. Rowling.

Jack Brock, pastor obcecado com essa série de livros, advertiu o mundo, por diversos meios de comunicação, que a intenção de seu grupo era salientar a inconveniência de Harry Potter na formação dos jovens, já que estimulava a aprendizagem de sortilégios e feitiçarias. "Esse Potter é um produto diabólico", disse. E finalizou o discurso com esta mensagem: "Harry Potter é o diabo e está destruindo as pessoas."

É claro que Brock e todos os seus paroquianos afirmaram nunca ter lido o livro sobre esse feliz personagem. Um dos presentes, além

disso, não esqueceu de lançar ao fogo os romances de Stephen King.

CAPÍTULO 9

Entre inimigos naturais e legais

Sobre os inimigos naturais dos livros

I

Horácio lamentava a futura destruição de seus livros pelas traças. É triste pensar, na verdade, que esse verme dos livros tenha reduzido tantos milhares de livros a destroços. Dessa espécie há alguns particularmente destrutivos, como o *Anobium pertinax*, o *Anobium punctatum*, o *Anobium eruditus* e o *Anobium pankeum*. Também devo mencionar o *Xestobium rufovillosum*, causador de buracos em centenas de textos dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. A *Oecophora pseudospretella* abre buracos enormes numa página e pode acabar com um volume em pouco tempo.

Numa carta a um discípulo de Petrarca, chamado Francisco de Fiana, datada ao que parece de 1416, Cincius Romanus relata como durante uma viagem ao mosteiro de São Gall, na Alemanha, encontrou na torre da igreja "incontáveis livros mantidos como prisioneiros e a biblioteca descuidada e infestada de poeira, vermes, fuligem, e todas as coisas relacionadas com a destruição de livros [...]".

Entre os Lepidoptera (lepidópteros) há duas famílias nocivas aos livros. Os Tineidae, pequenos, de um cinza pardo, têm larvas capazes de devorar encadernações quase inteiras. A outra é a *Tineola pellionella*, uma traça destruidora.

No caso dos insetos, é claro que os que devoram plantas se sentem atraídos pela celulose presente no papel, na madeira, em tecidos, cortinas, tapetes, fios, cordas e material das encadernações. Há adesivos usados por encadernadores que têm origem vegetal, como

as colas, feitas com farinha, ou de origem animal, como a famosa cola de sapateiro, feita a partir de gelatina.

A lista de insetos prejudiciais é bastante extensa e por isso me limitarei a destacar os mais interessantes.

Em primeiro lugar, devemos mencionar os Thysanura (tisanuros), que incluem o *Lepisma saccharina* (traça cinza-prateada) que se distingue por sua cobertura de escamas. Tem um corpo fusiforme que culmina em três finos e compridos filamentos. De hábitos noturnos, come papel, cola, couro ou têxteis. Raspa as superfícies com grande precisão e sentido de limpeza, e provoca perfurações pequenas, semelhantes às das ratazanas. Quando destrói o couro ou o pergaminho, deixa covas em forma de funil.

Seguem os Blattodea (blatários), que deixam os ovos nas lombadas. Muitas bibliotecas contêm milhares de membros da espécie barata preta (*Blatta orientalis*), *Blatella germânica* (barata ruiva) e *Periplaneta americana* (os baratões). Nos trópicos, comem a madeira e todo o papel úmido que encontram por onde passam. Também devoram o papelão das lombadas, as etiquetas dos dorsos e a encadernação, além de sujar com seus excrementos o papel dos livros.

Entre os Orthoptera (ortópteros), o inocente *Gryllus domesticus* pode destruir livros porque come papel, tecido, couro e costuras. Quanto às térmitas (ou cupins), incluídas entre os Isoptera (isópteros), dotados de asas em determinados momentos, devido ao seu forte gosto pela madeira e a celulose costumam ser grandes destruidores de bibliotecas em continentes como a África e a América Latina.

Os Ptinidae, pequenos e convexos, alimentam-se de madeira, couro, lã e até de peles. A espécie *Ptinus fur* pode acabar com pergaminhos e encadernações. Perfuram o papel e depositam as larvas no fundo.

Também se deve mencionar aqui os Corrodentia, piolhos com antenas compridas que partilham seu hábitat com líquens e, enquanto os fungos destroem o papel, se aproveitam para perfurar as folhas, sendo as *Trogium pulsatorium* e *Liposcelis divinatorius* as espécies mais daninhas.

Os Coleoptera (coleópteros) incluem os dermestos, particularmente destrutivos porque atacam as encadernações de couro e pergaminho.

Entre os Cerambycidae (cerambicídeos), enormes e alongados, estão os *Hylotrupes bajulus*, comedores de madeira e papel.

II

Quanto aos Hymenoptera (himenópteros), o perigo está no modo pelo qual depositam as larvas, pois perfuram as folhas. As Formicidae (formicídeos), que incluem as formigas, têm as *Camponotus*, com uma voracidade incrível que lhes permite destruir papel. E as abelhas-carpinteiras, incluídas entre os Anthophoridae (antofóridos), de cor preta, são capazes de fazer canais completos de comprimento superior a dez centímetros nos livros de uma mesma estante.

A espécie *Vespidae* (vespídeos), em que estão as vespas-cartoneiras, pretas e amareladas, é potencialmente nociva se construir seus ninhos numa estante, porque usa até o papel. Há notícia de danos causados por membros das Vespas, as *Eumenes*, na Europa, e o *Sceliphron*, que podem unir entre si as lombadas de dois ou três livros, provocando deterioração por meio da umidade da lama e da adesão do papel.

Um dos mais avançados formatos do livro na atualidade é o CD, seguro e capaz de armazenar milhões de informações. Sua composição de alumínio e policarbonatos o converte num material não-biodegradável de grande duração. Apesar de seu prestígio, descobriu-se em 1999 que é atacado por um fungo do tipo *Geotrichum*, que é, em essência, um fungo comum, usado até na feitura de queijos e na dos cítricos. O *Geotrichum* se introduz nos CDs da seguinte maneira: entra pelas bordas e mantém uma trajetória sinuosa que causa danos irreversíveis nas trilhas do disco até destruí-lo. Como se pode ver, o perigo é real.

Além de vermes e insetos, os ratos causam graves estragos. Cícero foi talvez um dos primeiros autores a considerar o problema: "[...]

Os ratos roeram há pouco em minha casa a República, de Platão [...]."

No século XVIII, a biblioteca de Westminster sofreu grande perda pela falta de controle da quantidade de ratos.

Papéis autodestrutivos

Na antigüidade, os papiros e pergaminhos estavam condenados a uma existência efêmera que podia se prolongar ou abreviar de acordo com os mais heterogêneos fatores climáticos. Quanto ao papel, considerado suporte mais durável, sua composição de ácido (um PH entre 3 e 6) nos livros elaborados desde os anos 1850 até o fim do século XX fez com que os especialistas comprovassem que também podia se extinguir.

Ao que parece, enquanto os papéis eram feitos com trapos de linho ou algodão, sua resistência era notável, mas a introdução da pasta de madeira e dos novos processos de branqueamento e colagem provocou, como assinalou o especialista Arsenio Sánchez Hernampérez, "a presença de elementos instáveis, como as hemiceluloses ou a lenhina. Além disso, a colagem com sais de alume e colofônio acelera a já rápida deterioração do papel, pois em longo prazo facilita a formação de ácidos que fragmentam as cadeias moleculares, reduzindo seu tamanho". Em suma, o complexo de cadeias de moléculas de glicose unidas por acetais, básico na pasta de papel, tem o defeito de ser atacado por um excesso de íônios de hidrogênio. A hidrólise ácida se caracteriza por romper as uniões acetais e alterar a estrutura da celulose, causando danos irreversíveis que racham o papel.

Essa contrariedade na história do livro começou quando um impressor chamado Didot Saint-Léger, junto com Nicolas Louis Robert, desenvolveu uma máquina para suprir a mão-de-obra, que era escassa e dispendiosa. Depois de várias tentativas, ambos conseguiram, não sem prejudicar a própria saúde, substituir a peneira artesanal por uma máquina composta de uma chapa

movida por uma manivela. Em 1798, o invento conseguira atingir seu objetivo, que era fabricar papel, mas a falta de incentivos e não poucas dívidas obrigaram seus gestores a vender a idéia em Londres, em 1803, aos irmãos Foudrinier, que aperfeiçoaram a máquina com cilindros onde se colocava uma tela sobre a qual se depositava a pasta. O papel de algodão e linho foi sistematicamente afastado porque a máquina Foudrinier utilizava papel feito à base de extração da celulose da madeira.

O uso da madeira foi produto do isolamento da celulose realizado pelo cientista Anselme Payen, em 1839. Desde então os fabricantes de papel submeteram a madeira a tratamentos químicos para extrair a celulose por meio da eliminação da lenhina e dos materiais resinosos que unem as fibras. Hugh Burgess e Charles Watt patentearam o processo nos Estados Unidos em 1854: ferviam a madeira em soda cáustica, aplicando-lhe temperaturas elevadas, para obter fibras que, uma vez branqueadas, podiam servir para elaborar papel estucado e de impressão. Como resultado, os papéis tinham pouca resistência e se destacavam por sua opacidade e fragilidade. O refinamento desses métodos, ao longo do século XIX, aumentou os ganhos dos editores, mas condenou milhares de livros à autodestruição.

A condição desses livros impõe um dos grandes desafios aos novos bibliotecários. A IFLA revelou que só nos Estados Unidos há oitenta milhões de livros com esse tipo de papel. Na Alemanha Ocidental, trinta milhões de livros. A Biblioteca Nacional da Hungria conta com 230 mil volumes condenados a desaparecer. A Biblioteca Nacional de Paris tem milhões de livros com essa característica. O especialista David Hon precisou:

[...] Dos cerca de vinte milhões de livros e panfletos da coleção da Biblioteca do Congresso, 30% se encontram em estado tão crítico de conservação que não podem circular. Uma inspeção na Biblioteca Pública de Nova York mostrou que metade de seus mais de cinco milhões de livros se encontravam à beira da desintegração. O fenômeno pode ser observado nas maiores bibliotecas universitárias ou de pesquisa. Millicent Abell, da Biblioteca da Universidade de

Yale, estimou que cerca de 76 milhões de livros de todo o país poderiam se converter literalmente em pó [...].

Longe de considerar fantasiosa essa informação, deve-se fazer uma séria reflexão sobre o impacto desse fenômeno na realidade das bibliotecas atuais, com baixos orçamentos e crises mais ou menos constantes. Um estudo de Richard Smith, de 1972, em torno da conservação de vinte exemplares de uma mesma edição, na Lawrence University, Newberry e na New York Public Library, demonstrou que a deterioração é acelerada. O cotejo dos dados finais provou que a vida média se reduzia à metade num período de 12,8 anos para a New York Public Library ou de 17,6 anos na Lawrence University. Smith conseguiu fixar uma taxa de degeneração de 57% a cada 15 anos e de 58% a cada vinte anos para um exemplar.

Tempo depois, Smith comentou que a percentagem de alteração era de 4,66% anuais. O que isso significa? Basta imaginar que uma coleção de 14 milhões de livros, com um custo de substituição de cem dólares por unidade, custaria 1,4 bilhão de dólares e, se for aplicada a taxa de perda de resistência a 4,66%, a depreciação da coleção seria de 65,3 milhões de dólares anuais ou, para ser mais contundente, 178.700 dólares diários. Em 1985, havia trezentos milhões de volumes nas bibliotecas dos Estados Unidos, e essa cifra pode ilustrar como os recursos econômicos necessários para atenuar os efeitos da degradação ácida seriam quatro vezes superiores ao orçamento bibliotecário de todo o país. Isso sem considerar os danos que os livros sofrem pelo uso, por agentes biológicos e pela fotocópia.

Vários fatores podem acelerar a destruição do papel. Um ambiente inadequado, por exemplo, é prejudicial, e também a umidade, a péssima ventilação, a atmosfera seca, a alta temperatura, a contaminação ou o excesso de luz. A luz, em qualquer de seus comprimentos de onda - visível, infra-vermelha ou ultravioleta (UVA) -, contribui para a decomposição química de todo material orgânico por oxidação. Se o leitor deixar um livro ao lado de uma janela pela qual entra muita luz, observará que as páginas se

descolorem com os dias e adquirem um aspecto amarelado, sintoma evidente do que foi dito. A radiação UVA, cada dia mais freqüente, ocasiona essa aparência quebradiça dos papéis compostos de celulose.

Buscam-se certamente diferentes soluções para deter a degradação ácida do papel. Diante dos custos que podem ter esses tratamentos, o polêmico romancista Nicholson Baker escreveu que os diretores da Biblioteca Britânica ou da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos preferem salvar os livros e periódicos antigos por meio da mais misteriosa solução de todos os tempos: diminuir os orçamentos de restauração e conservação e aumentar os do uso do microfilme. Uma vez microfilmado um documento ou livro, disse Baker, o original é descartado. Além das razões de economia do espaço, Baker assinalou que em 1950 a CIA e a Biblioteca do Congresso privilegiaram as novas tecnologias e optaram por fazer desaparecer milhares de livros, sem garantia que permitisse pensar que o microfilme será mais duradouro do que o papel: "A Biblioteca do Congresso gastou enormes somas para microfilmar livros e sua conservação ascende ali milhões por ano, dinheiro suficiente para comprar um imenso depósito para guardar todo um século de jornais. É possível que os hierarcas da biblioteca sejam tão grotescamente ineptos para não prever o afortunado e inevitável crescimento do conhecimento humano deste país?"

O certo é que Baker, com suas pesquisas e críticas, desencadeou um debate acalorado em torno da veracidade, exagero ou falsidade de suas afirmações.

Pessoalmente, julgo completamente verídico o que aconteceu na Biblioteca Britânica e na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, e duvidoso o que se relaciona com as perdas na Biblioteca de San Francisco e o da conspiração da CIA para impor uma tecnologia. No entanto, a discussão permitiu que os leitores conhecessem uma situação penosa: também as bibliotecas destroem livros, documentos, jornais e revistas.

Exemplares únicos

Quem foi a um sebo, uma feira de livros antigos, leu um catálogo de livros raros ou, por que não, visitou um museu ou exposição, deve estar acostumado a ler, na descrição da obra, uma breve comunicação em letra pequena, mas determinante e lúcida: "único exemplar conhecido". Não se trata de exemplar único porque o autor ou o editor quis assim (como acontece com livros de arte). Na verdade, é o resultado de uma edição da qual só um exemplar se salvou de uma destruição ou perda. Por certo existem no mundo milhares de livros cuja edição, por diversos motivos, desapareceu quase integralmente e hoje em dia só restou um exemplar, cujo valor, em geral alto, oferece a referência do que significaria sua eliminação. No incêndio dos manuscritos da coleção de sir Robert Bruce Cotton, por exemplo, talvez tenha se perdido o códice com a única edição manuscrita do Beowulf, que já desaparecera antes em ações de guerra. Do tratado *Christianismi restitutio*, de Miguel Servet, só se conhecem três exemplares da primeira edição porque os demais foram queimados.

Haveria muito material a ser relacionado sob esse aspecto, mas basta apresentar alguns exemplos. É o caso da *Historia de Las amors e vida del cavaller Paris e de Viana*, romance que faz alusão às cruzadas e à Palestina. Desse livro, impresso por Diego de Gumiel em Barcelona, em 1497, com apenas sessenta páginas, lamentavelmente só existe um exemplar que foi reeditado posteriormente, e não poucas vezes. Do *Exemplario contra los enganos y peligros dei mundo*, na tradução castelhana da versão latina do *Calila e Dimna*, com ilustrações de Pablo Hurus, impressa em 30 de março de 1493, só existe um exemplar.

Talvez convenha saber que o primeiro livro literário impresso na Espanha foi *Obres o trobes en lahors de Verge Maria*, impresso em Valência, em Lambert Palmart, em 25 de março de 1474. O único exemplar existente está na Biblioteca Universitária de Valência.

A obra *a llaors de Sent Cristófol*y impressa por Pedro Trincher em Valência, em 3 de fevereiro de 1498, é um incunábulo (isto é, um

livro impresso entre 1450 e 1501) depositado na Biblioteca Nacional de Madri e foi, devido ao seu caráter raro, bastante estudado. Apresenta o torneio poético de agosto de 1488, em que 15 poetas se enfrentaram, nem sempre com amabilidade. Há um único exemplar do *Maré magno delia crucifissa*, manuscrito anônimo feito em Florença ou Veneza em 1530. O *Splendor solis*, de Solomon Tresmosin, pode ter sido produzido em 1532, mas o único manuscrito conservado é de 1582 e se encontra no Museu Britânico. De J. M. Quérard e Gustave Brunet seria recomendável ler o estudo *Livres perdus et exemplaires uniques*, e de Paul Lacroix, o *Essai d'une bibliographie des livres français perdus ou peu connus* (1880). Nesses livros há relações em ordem alfabética de centenas de livros franceses extraviados ou de que apenas um exemplar sobreviveu. Com o passar dos séculos, a impressão gráfica tornou mais difícil essa situação, mas não impossível. Um dos livros mais curiosos do século XX é, sem dúvida, *In peaceable caves* (1950), do poeta Kenneth Patchen (1911-1972), um dos escritores favoritos de Henry Miller, e a essa raridade se deve à queima total da edição no depósito da editora; o único exemplar sobreviveu só porque fora enviado ao autor para revisão. Texto tão estranho, jamais reeditado, permanece na biblioteca da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Há, certamente, outros textos na mesma condição, mas o leitor já tomou conhecimento deles nas páginas precedentes.

Quando as editoras destroem livros

As próprias editoras dedicadas a defender a leitura e os livros às vezes são obrigadas a destruir muitos exemplares, usando-os como pasta de papel ou queimando-os. Essa prática editorial condena à morte todos os livros invendáveis, os livros com erratas e os textos desatualizados. Os livros didáticos e científicos são descartados tão facilmente como as teorias ou dados que eles defendem.

Os worst-sellers são os livros nunca comprados e finalmente deteriorados: quase sempre passam para as mãos de uma equipe de produção que procura um rápido final para eles. Também os estragos nas edições obrigam a tomar a decisão drástica da eliminação dos exemplares. Na Venezuela, a Biblioteca Ayacucho - instituição dedicada à promoção das letras e do pensamento latino-americano - converteu milhares de livros em pasta devido à deterioração de exemplares de clássicos de Pablo Neruda, Rómulo Gallegos, Macedonio Fernández, etc.

Em determinados casos, as editoras mantêm em segredo essa informação porque há autores cujos índices de venda não são declarados.

O caso das alfândegas

É prática comum que as alfândegas de todos os países confiscem livros que violam a propriedade intelectual, atentem contra a religião ou a moral de uma nação, e os destruam, por meio do fogo, ou convertendo-os em pasta de papel. Houve caso de enciclopédias e livros utilizados pelos narcotraficantes para transportar drogas, mediante o esvaziamento do miolo. Depois do confisco, os agentes destroem a capa e a droga.

O romancista venezuelano Enrique Bernardo Núñez afirmou que os exemplares de seu romance Cubagua foram possivelmente incinerados na alfândega. Em 12 de abril de 1998, a agência France Presse divulgou a notícia de que a polícia chinesa destruiu 1,4 milhão de livros e revistas pornográficos. Essa prática, infelizmente, é um hábito estabelecido na China.

Na Europa, os lojistas que vendem livros são perseguidos e os exemplares destruídos.

CAPÍTULO 10

O terrorismo e a guerra eletrônica

O terrorismo contra as bibliotecas

A ameaça de ataques terroristas a bibliotecas é hoje um fator indiscutível. Nos últimos anos, diversos grupos manifestaram seu interesse em destruir a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, a Biblioteca Vaticana, a Biblioteca Nacional de Paris, a Biblioteca Bodleiana de Oxford, o Museu Britânico e vários outros centros. Se o fizerem, conseguirão aniquilar exemplares únicos de obras raras, farão desaparecer textos em edições artísticas limitadas e, o que é pior, iniciariam uma era de incerteza e caos.

Em 1978, um grupo atacou o Museu Aeroespacial de San Diego e o Salão da Fama, na Califórnia, destruindo toda a coleção de livros. Em julho de 1995, uma bomba acabou com o Centro Cultural Judaico de Buenos Aires. Cerca de cem pessoas perderam a vida nesse incidente e toda a biblioteca do centro, uma das mais completas do mundo, extinguiu-se para sempre, com edições de luxo e estudos sobre o Talmude e a cabala.

Em 1996, na Suécia, uma bomba incendiária contra o escritório de imigração acabou com centenas de manuscritos da Idade Média e setenta mil livros da Biblioteca de Linköping, que estava no mesmo prédio.

Também em 1996, o cientista Theodore Kaczynski, conhecido como Una-bomber (por sua atração pelas universidades e companhias de aviação), foi condenado à prisão por suas atividades terroristas. Um ano antes, exigiu que os principais jornais dos Estados Unidos publicassem um manifesto de 35 mil palavras contra a tecnologia, semelhante a uma carta já publicada no Saturday Review em 28 de fevereiro de 1970. No texto, pedia que todas as fábricas e indústrias do planeta fossem destruídas. Afirmou, ainda, que era necessário

queimar todos os textos com propostas técnicas ou científicas, que, examinando bem, era uma maneira de pedir a destruição de mais da metade dos livros de todas as bibliotecas do Oriente e do Ocidente. Não era um retórico. Em 26 de maio de 1978, atacou a biblioteca de uma universidade, mas a bomba explodiu nas mãos de um guarda da segurança.

O ataque ao World Trade Center

Em 1993, o World Trade Center de Nova York foi atacado por uma bomba. Em 11 de setembro de 2001, se repetiu o ataque contra as chamadas Torres Gêmeas, de 110 andares, parte do famoso WTC, com dois aviões comerciais desviados de seu curso por membros de uma rede terrorista.

A destruição do World Trade Center, que marca, diga-se sem hesitação, o início do século XXI, não é alheia à história relatada aqui. Basta lembrar que durante horas milhares e milhares de papéis caíram do alto das Torres. Vale ressaltar que o World Trade Center continha enormes arquivos e bibliotecas de grande importância no campo econômico, agora completamente desaparecidos. Algumas fotos mostram que as escadas do vestíbulo do conjunto de edifícios ficaram cheias de livros e documentos destruídos.

Destruíram-se obras de valor incalculável, como as de Joan Miro, Masuyuki Nagare, Louise Nevelson e Alexander Calder. O Citigroup, que tinha escritórios no WTC, perdeu 1.113 obras de arte, entre esculturas e pinturas dos artistas mais renomados de todos os tempos: Alex Katz, Bryan Hunt, Wolf Kahn, Jacob Lawrence... O programa de residência de artistas chamado Lower Manhattan Cultural Council (LMCC) se perdeu completamente, e pelo menos um dos artistas pereceu no atentado.

O caso dos livros-bomba

Uma das preocupações a acrescentar a esta crônica da destruição de livros é o uso particular dado por alguns grupos terroristas e cartéis da máfia aos livros. Há muito tempo se fabricam livros-bomba, volumes em cujo interior se colocam explosivos de alta potência para matar o destinatário no momento de abri-lo. O livro, utilizado como meio de intimidação ou assassinato, converte-se assim em instrumento de terror bem efetivo, e qualquer pessoa pode ser vítima desse tipo de ataque.

Existem centenas de manuais clandestinos sobre como fazer um livro-bomba. Na internet há textos com instruções detalhadas sobre o uso dos componentes e a feitura menos arriscada dos artefatos. Manifesta-se até a preferência por certos autores e abundam as listas de títulos, categorias de palavras, tamanhos... Certos grupos, por exemplo, consideram inadequada a Bíblia e, em compensação, muito útil o Dom Quixote.

Terroristas como o Unabomber utilizaram esse mecanismo perverso em 1980. A Casa Branca recebe todos os anos centenas de livros com bombas, desativadas pelos órgãos de segurança. Na Colômbia, é freqüente o envio de livros-bomba a políticos, fiscais, jornalistas ou militares. Em 2002, o fiscal-geral recebeu uma biografia de Simón Bolívar em cujo interior havia 210 gramas de nitrato de amônio que poderiam tê-lo matado se uma brigada especial não atuasse com rapidez. Em dezembro de 2002, o senador Germán Vargas Lleras ficou gravemente ferido com a explosão de um livro-bomba. Fatos como esse se repetem semanalmente na Colômbia.

Centenas de empregados dos correios, porteiros, secretárias e homens e mulheres das mais variadas profissões morreram dessa maneira. Em 12 de dezembro de 2002 foi enviado um livro-bomba à sede do jornal El País, em Barcelona. Os responsáveis por esse

atentado frustrado eram membros de um grupo chamado Cinco C, que se opõem ao capitalismo, às prisões e aos carcereiros.

Em 27 de dezembro de 2003, Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia, quase morreu quando abriu um livro-bomba no qual havia pólvora. O exemplar recebido foi *Il piacere* (O prazer), de Gabriele D'Annunzio.

A aniquilação de livros eletrônicos

Nos últimos anos do século XX e início do XXI encontramos uma mudança de formato no livro que, além de transformar a leitura e introduzir elementos de interação bastante úteis, gera novos problemas. Existe agora o compact disc (CD), uma estrutura feita com uma base de policarbonato de 1,2 mm, com uma capa de alumínio de 100 mm e uma última capa de verniz acrílico cuja espessura é freqüentemente de 10 mm. A informação contida é armazenada por intermédio de um laser que produz microssulcos codificados segundo normas binárias da informática. Esses microssulcos se chamam ou pits (sulcos) ou halls (trilhos), e a presença do feixe de luz de outro laser de 0,8 mm se reflete numa superfície cujos pulsos finais são recolhidos por um diodo que os transforma em impulsos elétricos.

A importância de um CD pode ser medida considerando que um único disco pode armazenar toda a literatura grega antiga (como é o caso do famoso *Thesaurus Linguae Graecae*, que inclui textos desde os tempos de Homero até o império bizantino). Também pode conter toda a obra de Miguel de Cervantes ou de William Shakespeare. Pode conter integralmente a *Enciclopédia Britânica* ou um Atlas atualizado do mundo, pode guardar fotos digitalizadas de milhares de manuscritos medievais, o que indica que quando alguém destrói um disco com tal informação destrói uma biblioteca inteira. E de fato isso ocorre em muitos casos, pois os CDs, quando são arranhados ou já não podem ser lidos pelo leitor de CDs, são jogados no lixo.

A cada momento que passa o livro está se transformando. Começou uma revolução que exhibe apenas os primeiros resultados. Nos últimos anos, apareceu no mercado um novo tipo de livro chamado em inglês ebook (eletronic book). Há um amplo mercado para esses livros, embora ainda não consigam substituir o livro tradicional com suporte em papel. Existem mecanismos como o Smart ebook, o Rocket ebook e o Softbook, para nomear apenas os mais importantes deste momento. Cada um pode armazenar milhões de dados e já se comenta que, em poucos anos, um estudante irá para a aula com toda uma biblioteca de mais de 14 milhões de livros no bolso. Esta era, naturalmente, ainda está no início, mas é óbvio que a destruição contínua desses livros, por acidentes ou vontade, não poderá ser evitada. Imaginemos que um desses estudantes destrua sua biblioteca eletrônica portátil: pelo menos 14 milhões de textos desaparecerão, embora sua existência obedeça a benevolências elétricas e químicas.

Por outro lado, convém assinalar que milhões e milhões de livros foram digitalizados e convertidos em dados eletrônicos recebidos por uma espécie de biblioteca de caráter virtual. A Universidade da Virgínia e o chamado Projeto Gutenberg, para mencionar apenas dois conhecidos patrocinadores de livros eletrônicos, oferecem pela internet milhares de clássicos em diferentes idiomas. Essas bibliotecas de traços futuristas, no entanto, não estão a salvo. Dezenas de hackers, ou piratas informáticos, tentam atacá-las constantemente para destruir seus arquivos. Não está longe o dia em que no lugar de fogo os biblioclastas utilizarão programas informáticos destrutivos, limpos e devastadores.

A internet, sem dúvida, foi um primeiro passo para a globalização do conhecimento e possivelmente tornará mais difícil o trabalho de destruidores de livros, mas não impedirá que a censura aos grupos promova a destruição dos centros de armazenamento de dados.

A destruição dos livros está longe de acabar.

CAPÍTULO 11

Os livros destruídos no Iraque

I

Em 10 de março de 2003 visitei a sede devastada da Biblioteca Nacional de Bagdá, chamada em árabe Dar al-Kutub Wal-Wathaq. O extraordinário é que se cumpriam setenta anos da grande queima de 1933 na Alemanha, uma data fatal para a cultura. Já ia prevenido por meus colegas, é claro, mas o que averigüei e o que vi - vale a pena notar - produziu-me insônia nas noites seguintes. Teria sido melhor, talvez, esquecer, mas descobri que alguém esquece alguma coisa para ser surpreendido de novo. As armadilhas da razão são as mais astuciosas.

A Biblioteca Nacional que ainda está de pé é um prédio de três andares de 10.240m² com gelosias arábicas na parte central, construído em 1977. Quando cheguei, ainda existia uma estátua de Saddam Hussein com a mão esquerda em posição de saudação e a direita apertando um livro contra o peito (ainda que não se acredite, Saddam Hussein era um leitor voraz). Essa estátua foi derrubada depois, como todas as outras. De longe pude observar que a fachada, no centro, sofrerá danos pelo fogo. Rebentou com tanta força as janelas que imprimiu ao lugar um ar melancólico. A entrada, protegida do Sol por uma saliência em cuja borda está escrito o nome da biblioteca, permitia ver no interior, dezenas de operários e especialistas trabalhando. A luz filtrada pelas janelas deixava à vista milhares de papéis espalhados pelo chão. A sala de leitura, o fichário com o catálogo de todos os livros e as próprias estantes tinham sido literalmente arrasadas.

Via-se que a estrutura fora tão seriamente afetada que a julguei precária: dificilmente suportaria o impacto de um tremor mínimo. Um funcionário comentou, em voz baixa e com hesitação inexplicável, que a biblioteca sofreu dois ataques, não um, e dois

saques, o que me deixou estupefato, porque não tive essa informação anteriormente. Ainda havia cinzas por todo o chão. Os arquivos de metal estavam queimados, abertos e vazios.

II

O saque da biblioteca foi precedido por alguns fatos desconcertantes. Primeiro foi o ataque a Bagdá com bombas MOAB e mísseis, que destruíram mais de duzentos prédios públicos e dezenas de mercados e lojas. A operação Impacto e Pavor se manteve durante os últimos dias de março. Em 3 de abril se iniciaram os combates no Aeroporto Saddam Hussein, a 10 km do centro. No dia 7 havia tanques nas ruas. Até 8 de abril, as tropas americanas controlavam certas zonas de Bagdá. Nesse dia, numa das curvas do rio Tigre, entre as pontes Al Jumhuriya e 14 de Julho, a ofensiva se tornou mais feroz. Por uma das margens avançava a Terceira Divisão de Infantaria vinda do sul, e os iraquianos tentavam fugir para o norte, dispostos a colocar uma bomba na ponte Al Jumhuriya. No final, o combate acabou sendo suave e em poucas horas, das 7:30h às 9:30h, as ruas estavam cheias de tanques Abrams. Também os dois palácios presidenciais mais importantes foram subjugados, juntamente com vários ministérios, como o de Assuntos Exteriores e Informação. Dezenas de soldados foram postos no Ministério do Petróleo, do qual, com certeza, não se extraviou sequer um lápis.

Como se sabe, o foco de resistência estava no sul da cidade, onde os feda-yines, ou mártires, combatiam com vigor. Em certo momento, a artilharia aliada fez explodir um depósito de armas e munições que estava oculto sob um aterro de areia, na margem do rio Tigre. Esses ataques, no entanto, além da informação de que o regime de Saddam Hussein caíra e de que ele fugira com os filhos para um refúgio, provocaram uma confusão geral. Não havia polícia e os soldados americanos tinham ordens expressas de não atirar contra civis.

Em 9 de abril, quarta-feira, caiu a estátua de Saddam Hussein na praça central. Um soldado chegou até a colocar uma bandeira dos

Estados Unidos na cara dele, mas pouco depois corrigiu o gesto substituindo-a por uma bandeira iraquiana. Logo que as imagens circularam e o rumor se confirmou, uma onda humana, reprimida por dez anos de bloqueio econômico e uma ditadura implacável, lançou-se às ruas, sem controle. A pilhagem inicial se dirigiu contra os palácios e as casas dos chefes iraquianos. Dos hospitais levaram até as camas. Nas lojas, os comerciantes, armados com pistolas, fuzis e barras de ferro, montavam guarda e afugentavam os ladrões, muitos deles jovens, crianças e mulheres. Não foram poucos os lugares, considerados símbolos do regime, que sucumbiram do dia 9 para 10 ante a violência dos saques.

Foi no dia 10 que se reuniu uma multidão na biblioteca, que não estava protegida. No início predominou a cautela e a pressa, logo o atrevimento, e finalmente uma anarquia impôs as regras do saque. Crianças, mulheres, jovens e velhos carregavam tudo o que podiam, de modo seletivo, como se tivessem ido às compras. O primeiro grupo de saqueadores sabia onde estavam os manuscritos mais importantes e se apressou a pegá-los. Outros saqueadores, famintos e ressentidos com o regime deposto, chegaram depois e provocaram o desastre posterior. A multidão corria por todos os lados com os livros mais valiosos. Também carregava consigo as máquinas de reprodução, resmas de papel, os aparelhos de informática, as impressoras e os móveis. Nas paredes ficaram escritas mensagens como "Morte a Saddam", "Morra Saddam", "Saddam infiel". Inexplicavelmente, um cinegrafista filmou sem pressa esses atos e logo desapareceu sem deixar rastro.

Os saques se repetiram uma semana mais tarde e, sem dizer palavra, um grupo chegou em ônibus azuis, sem marca oficial, no dia 13, e estimulado pela passividade dos militares, encharcou com algum combustível as estantes e acendeu o fogo. É claro que se fizeram também piras com livros para incendiá-los. Segundo outra versão, foram usados "fósforos brancos", de procedência militar, para o incêndio, e há evidências que o confirmam. Passadas algumas horas, uma coluna de fumaça podia ser vista a mais de 4 km, e nesse incêndio voraz desapareceram os livros. Entre outros danos, arderam os velhos aparelhos e alguns jornais. No terceiro

andar, onde estavam os arquivos microfilmados, nada restou. O calor, segundo pude constatar, foi tão intenso que danificou o chão de mármore e provocou graves estragos nas escadas de concreto e no teto. No mesmo ataque foi destruído o Arquivo Nacional do Iraque, no segundo andar da biblioteca, que contava com uma equipe de trabalho de 85 pessoas. Desapareceram dez milhões de documentos, incluindo alguns do período otomano, como registros e decretos.

O jornalista inglês Robert Fisk foi testemunha dos fatos e comentou numa crônica que se tornou célebre:

Ontem se realizou a queima de livros. Primeiro chegaram os saqueadores, depois os incendiários. Foi o último capítulo no saque de Bagdá. A Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, tesouros de valor incalculável de documentos históricos otomanos - incluindo o antigo arquivo real do Iraque -, converteram-se em cinzas a três mil graus de temperatura... Vi os saqueadores. Um deles me amaldiçoou quando tentei apanhar um livro de leis islâmicas carregado por uma criança de não mais de dez anos. Em meio às cinzas da história iraquiana, encontrei um arquivo voando pelos ares: páginas de cartas escritas à mão na corte de Sharif Husayn de Meca - que deu início à revolução árabe contra os turcos - para Lawrence da Arábia e os governadores otomanos de Bagdá.

E as tropas americanas nada fizeram. Tudo voava sobre o pátio imundo. E as tropas americanas nada fizeram; cartas de recomendação para as Cortes da Arábia, pedidos de munição para as tropas, informes sobre roubo de camelos e ataques aos peregrinos, e tudo escrito com uma caligrafia delicada. Eu segurava nas mãos os últimos vestígios da história escrita do Iraque. Mas para o Iraque este é o Ano Zero; com a destruição, no sábado, das antigüidades no Museu Arqueológico Nacional e a queima do Arquivo Nacional e depois da Biblioteca Corânica, a identidade cultural do Iraque se apagou. Por quê? Quem acendeu o fogo? Com que demente finalidade se destruiu toda esta herança?

Concluída a desastrosa pilhagem, não havia literalmente nada a fazer. O secretário de Defesa dos Estados Unidos comentou que "as

peessoas livres são livres para cometer malfeitorias e isso não se pode impedir". O diretor precedente da biblioteca lamentou com nostalgia: "Não sei de semelhante barbaridade desde os tempos dos mongóis." Referia-se a 1258, quando as tropas de Hulagu, descendente de Gêngis Khan, invadiram Bagdá e destruíram todos seus livros, lançando-os no rio Tigre. Outro funcionário da biblioteca comentou: "César arrasa de novo os livros." Suas palavras me recordaram uma passagem do drama César e Cleópatra, de George Bernard Shaw:

RUFIO: O que aconteceu, homem?

TEODOTO: (Descendo apressadamente ao vestíbulo.) O fogo se originou dos seus navios. Perece a primeira das sete maravilhas do mundo. A biblioteca de Alexandria está em chamas.

RUFIO: Bah! (Completamente aliviado, sobe ao oratório e contempla os preparativos das tropas que estão na praia.)

CÉSAR: Isso é tudo?

TEODOTO: (Incapaz de acreditar no que ouvia.) Tudo? César, você quer passar à posteridade como um soldado bárbaro, demasiado ignorante para reconhecer o valor dos livros?

CÉSAR: Teodoto, eu mesmo sou autor, e digo que é melhor que os egípcios vivam suas vidas em lugar de sonhá-las com a ajuda dos livros.

TEODOTO: (Ajoelhando-se, com autêntica emoção literária, com a paixão do pedante.) César, uma vez a cada dez gerações de homens o mundo conquista um livro imortal.

CÉSAR: (Inflexível.) Se o dito livro não deleitasse a humanidade, o verdugo o queimaria.

TEODOTO: Sem a História a morte colocará você junto ao mais humilde dos soldados.

CÉSAR: A morte assim o fará, de qualquer maneira. Não peço melhor túmulo.

TEODOTO: O que queima ali é a memória da humanidade.

CÉSAR: É uma memória infame. Que queime.[...]

Quanto às perdas, foram queimados um milhão de livros, a que se deve acrescentar a grande quantidade de textos perdidos. A biblioteca, além de se ocupar do registro legal, constava de três partes: impressos, periódicos e arquivos. O registro legal consistia na entrega de cinco exemplares, mas a situação econômica reduziu consideravelmente essa prática. Milhares de doações enriqueceram o centro durante anos. A entrada do Arquivo Nacional mostra os sinais da queima terrível (parece a porta de um elevador em ruínas) e os destroços de tudo o que existia no interior.

O mais doloroso é a certeza do desaparecimento de edições antigas de As mil e uma noites, dos tratados matemáticos de Ornar Khayyam, dos tratados filosóficos de Avicena (em particular seu Cânone), Averróis, Al Kindi e Al Farabi, das cartas de Sharif Husayn de Meca, de textos literários de escritores universais como Tolstoi, Borges, Sábato, Paul Auster, manuais de história sobre a civilização suméria...

Nas ruas, nas barracas de livros, podem ser comprados volumes da Biblioteca Nacional a preços irrisórios. Às sextas-feiras, na feira da Rua Al-Mutanabbi, esses livros são postos à venda. Pessoalmente pude ver um tomo de uma enciclopédia árabe com o selo oficial estampado na página de rosto. Houve uma tentativa de apagá-lo, em vão. Também encontrei um volume intitulado Miskhaf Resh (Livro negro), sobre a cultura dos yezidies, grupo religioso que habita o norte do Iraque. Trata-se de uma etnia estranha, conhecida como adoradores do diabo devido à sua fé em Melek Taus. Os yezidies afirmam que Deus já perdoou o demônio e que ele vive ao seu lado. Por motivos simbólicos, detestam a cor azul, constroem templos nos locais de peregrinação e não vão à Meca, e sim ao túmulo de Cheij Adi, perto de Mossul.

É tal o estrago no prédio da biblioteca que os coordenadores culturais da CPA (Coalition Provisional Authority) decidiram demolir-lo e utilizar outra sede, talvez um palácio ou alguma instalação como o Clube Militar do Iraque, o que ainda é temerário: a violência criada por uma resistência crescente põe em risco a segurança do que se deve preservar. Os livros, disseram-me, seriam levados para a Universidade Bakr. Os Arquivos, por sua vez, seriam colocados

num lugar diferente, e o que se salvou subsiste em sacolas, sem que se tomasse qualquer medida oficial de preservação. Por outro lado, existe grande incerteza sobre a situação lamentável dos funcionários. Antes havia 119 pessoas, dirigidas por Khamel Djoad Hachour. Seus salários, cancelados com mesquinhez, não garantiram a estabilidade trabalhista.

III

Felizmente foram salvos muitos livros, transportados para lugares secretos ou levados para zonas mais distantes da biblioteca. A história desse esforço de salvar os volumes confirma o imenso amor dos iraquianos por sua cultura. Hoje subsistem, por exemplo, quinhentos mil volumes armazenados nos dois primeiros andares, em pilhas sem classificação. Não dispõem de proteção, porque os soldados já não guardam o prédio. Essa tarefa foi atribuída a alguns funcionários xiitas.

Além desses livros, al-Sajid Abdul-Muncim al-Mussawi ordenou aos fiéis que resgatem da Biblioteca quase trezentos mil livros transportados em caminhões até a mesquita de Haqq, onde foram amontoados em fileiras intermináveis que, em alguns casos, chegam ao teto. Não hesito em advertir que as condições são péssimas e é provável que diversos insetos comecem a atacar os textos, embora Mahmud al-Sheikh Hajim, seu protetor, estime que pior teria sido a destruição. O curioso é que o grupo que salvou esses livros alega que pertence a um Colégio de Clérigos xiitas, mais conhecido como al-Hawza al-Ilmija. Para esses religiosos, os livros são sagrados. Sua religião, o Islã, afirma que um livro, o Corão, seria a própria encarnação de Deus e essa possibilidade os mantém em estado de alerta.

Também há mais cem mil livros numa instalação que pertenceu ao Departamento de Turismo. E vários intelectuais me mostraram livros escondidos em suas casas até que se restabeleça a ordem ou os "estrangeiros" saiam. Um pintor que não quis se identificar comprou nas feiras de livros dezenas de textos só para cuidar deles. A maioria está depositada no que antes se conhecia como Cidade

Saddam, um bairro pobre que abriga mais de dois milhões de seres humanos amontoados em labirintos pouco vistosos.

Um milagre salvou dos saques outras coleções de livros em Bagdá. Salvou-se a mesquita Qadiriya, cuja biblioteca representa a ordem sufi mais conhecida do mundo, dirigida por Sajid Abd al-Rahman al-Gaylani, sucessor número 16 de Abd al-Qadir al-Gaylani. Não pude ver a coleção, mas soube que contém 65 mil livros e dois mil manuscritos secretos. Também não foi afetada a coleção Deir al-Aba al-Krimliyin, com 120 manuscritos da obra de al-Ustadh Mari al-Krimli, mas não teve igual sorte a Maktabat al-Hidaya, que encontrei saqueada. De um total de seiscentos manuscritos só sobrou a metade.

IV

A destruição da Biblioteca Nacional não teve, no entanto, a repercussão mundial da pilhagem do Museu Arqueológico de Bagdá. É uma construção majestosa, perto da estação de trem, com duas torres laterais de cor areia, hoje vigiadas por um tanque em cujo canhão está inscrito: "Saudações do povo americano." A notícia do saque comoveu o mundo inteiro ao ser divulgada em 12 de abril, e um mal-entendido fez crer que se perderam mais de 170 mil objetos. A verdade é que desapareceram 25 obras de grande importância e mais de 14 mil obras menores.

Tal foi o escândalo que agora é obrigatório se identificar na entrada e passar pela revista na saída. Ali trabalha, como encarregado de investigar o acontecido e recuperar os objetos roubados, o coronel Matthew Bogdanos, oficial responsável e diligente, respaldado por Donny George, encarregado de antigüidades iraquianas, pelo FBI, pela CIA, e por diferentes organismos de estudos islâmicos, especialistas em arqueologia e um grupo de soldados. Bogdanos é advogado, têm estudos clássicos e uma trajetória que ainda não conseguiu apagar sua participação, como promotor em Manhattan contra o noivo da cantora Jeniffer López há alguns anos. Sua equipe dispõe de várias mesas onde são colocados e classificados os

objetos recuperados, que se acumulam desde que foi decretada uma anistia aos portadores de obras que queiram devolvê-las.

Não é raro ver um jovem se aproximar da porta, pousar no chão uma escultura e se retirar. As salas não foram queimadas no dia dos saques, mas sim devastadas. Há centenas de objetos em pedaços. Uma caminhada pelos corredores me permitiu examinar alguns objetos não roubados, mas que sofreram danos quando os saqueadores tentaram transportá-los. Entre outros, encontrei na sala 3 um par de leões de Tell Harmal, bastante prejudicados. Nessa mesma sala estavam os três leões de Hadita, um dos quais tinha o nariz quebrado e os outros apresentavam arranhões. Nota-se que houve a intenção de quebrá-los para facilitar o traslado. Na Galeria Assíria, a estátua de Korsabad, que tem o IM 25904, está quebrada. Um pouco adiante, a estátua de Shalmaneser III, roubada e cortada em quatro pedaços, foi devolvida. Vi um jovem que a contemplava com profunda tristeza. A estátua de Eros, cujo número é IM 73041, a estátua de Posêidon, com o número IM 72005, e a estátua de Apoio, numerada como IM 73004, da Galeria de Hatra, tampouco tiveram sorte. Os danos foram severos.

Da sala patrimonial foram roubados 236 manuscritos e porcelanas. Algumas apareceram por pura sorte. Do total de oito depósitos, os saqueadores conseguiram entrar em cinco depois de derrubar a porta. Quebraram algumas peças e outras, na pressa, foram deixadas ainda encaixotadas. Não hesitaram em fugir com os microscópios, os produtos químicos e os equipamentos arqueológicos da Área de Conservação. No primeiro andar, onde estão as galerias, dezenas de objetos foram retirados, deixando caos e desordem incríveis. De 451 prateleiras de exibição, pelo menos 28 foram destruídas ou danificadas. Dos escritórios foram levados documentos, livros, computadores, escrivaninhas, cadeiras e tudo o que era transportável.

É importante assinalar que os livros da Biblioteca Nacional não foram os únicos destruídos ou saqueados. Algumas tabletas de argila dos sumérios, de 5.300 anos, foram roubadas de suas vitrines de exposição no museu. Também desapareceram centenas de tabletas ainda não decifradas. Por sorte, cem mil tabletas se

salvaram porque a sala onde estavam depositadas não pôde ser aberta. E as tabletas de Sippar também se contam entre os objetos afortunados.

Em 22 de maio saí de Bagdá para realizar outras tarefas em Viena e Londres, e um mês depois soube que a ORHA (Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance) nomeara Piero Cordone, Fergus Muir e os oficiais (membros da Divisão de Assuntos Civis do Exército) A. J. Kesel, Cori Wegener, Chris Varhola e Wes Somners. O grupo anunciou a reinauguração do museu em menos de um ou dois meses, e o achado de vários objetos desaparecidos. Ninguém quis voltar a falar do que se passou, nem dos verdadeiros responsáveis. Em 3 de julho, uma absurda exibição de duas horas dos tesouros de Nimrud custou a vida de um soldado e de um jornalista, além de pôr em perigo legado cultural tão importante.

Em setembro, Matthew Bogdanos deu uma entrevista coletiva sobre os progressos de seu trabalho. Anunciou que mais de 3.500 objetos haviam sido devolvidos. Pelo menos 1.700 foram entregues, novecentos confiscados e mais de 750 recuperados em outros países. Informou que os próprios diretores transferiram para o subterrâneo do Banco Central 21 caixas com 6.744 peças de ouro e pedras preciosas. Também outras cinco caixas continham o tesouro de Nimrud. O subterrâneo, após um acidente, ficou inundado e se tornou necessária a ajuda de Jason Williams e da National Geographic para recuperar as caixas. Em outras 179 caixas, 8.366 objetos foram escondidos e os membros juraram pelo Corão não revelar sua localização. A pressão da equipe de Bogdanos os fez ceder, sob a ameaça de prisão.

O segundo fato relevante de setembro foi o aparecimento da Senhora de Warca, mais conhecida como a Mona Lisa da Mesopotâmia. Foi encontrada na segunda semana de setembro enterrada na região de Kali, a 40 km de Bagdá. O achado foi feito pela polícia iraquiana e com a contribuição de dois investigadores: o capitão Vance Kuhner, da Brigada 812 da Polícia Militar, e o sargento Emanuel González.

V

Além do museu e da Biblioteca Nacional, o desastre cultural atingiu outros centros. A coleção de cinco mil manuscritos islâmicos da Biblioteca Al-Awqaf, situada a 50m da Biblioteca Nacional, já não existe. O fogo destruiu as instalações, como pude comprovar. Houve certamente os saques rotineiros e as conseqüências foram terríveis. Pelo menos metade do acervo desapareceu, e o prédio ficou em tal estado de destruição que dificilmente poderá ser reparado. Os fios estão pendurados e as vigas, nuas, unem-se às colunas a ponto de cair. Os volumes salvos, cerca de 5.300, estão a cargo de bibliotecários que temem pela própria vida e que se encontram tão deprimidos que não acreditam em soluções provenientes de qualquer organização. Segundo me disseram os poucos que se animaram a falar, o guarda foi assassinado pelos soldados dos Estados Unidos.

Diversas testemunhas me garantiram que a destruição dos livros ocorreu quando 15 ou vinte civis, possivelmente árabes, chegaram e irromperam violentamente na biblioteca. Seguia-os um jovem com uma filmadora. Depois de roubados os manuscritos, foram lançadas granadas no interior. Inexplicavelmente, de 32 embrulhos com livros, mais de dez foram aniquilados, e desapareceram mais de oitocentos manuscritos.

VI

A situação das universidades iraquianas é crítica. Soube que depois do fatídico 8 de abril, grupos de saqueadores atacaram a Universidade de Bagdá e levaram tudo o que eram capazes de carregar. Inclusive trouxeram caminhões e fugiram com aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de laboratório, arquivos, escrivaninhas, carteiras, cadeiras, computadores, impressoras, scanners, fotocopiadoras... Além disso, e como se tal grau de destruição não bastasse, todos os boletins estudantis, as teses e

monografias, os certificados com títulos se perderam em meio à pilhagem e ao caos.

A violência ficou como marca indelével na memória dos estudantes. Alguns, ao contemplar seu centro de estudos incendiado, com as janelas quebradas e as paredes riscadas com lemas contrários a Saddam Hussein, lembram que no começo dos ataques um míssil caiu bem ao lado da universidade, embora pouco depois os americanos admitissem que se tratava de um erro. O buraco deixado no solo era semelhante ao de um meteorito.

Nas faculdades o panorama é desolador. Na de Línguas, a biblioteca com livros em russo e alemão, a maioria de autores clássicos como Dostoiévski, Tolstoi, Turgueniev, Tchecov, Puchkin, Gorki, Goethe, é um monte de cinzas recolhido em sacolas. Um exemplar do Fausto, como observei, estava queimado nas bordas e o miolo mostrava sinais de páginas arrancadas à força e de danos causados pelo fogo intenso. Sem querer se identificar, uma linda jovem, coberta com um véu, afirmou-me que foram estudantes os que queimaram esses livros porque os russos e os alemães colaboraram com o ditador Saddam Hussein. Um caso estranho, de fato.

As disputas entre estudantes pela demissão de partidários do antigo regime e a possibilidade de haver eleições são dois dos temas mais acalorados. Quando visitei vários professores nenhum deles queria falar de outra coisa. Era óbvio que o ressentimento havia se apoderado de todos, e diversos papéis afixados nas paredes dos corredores informavam sobre as opiniões dos diferentes grupos. Chamou-me a atenção um que criticava os invasores e outro que contestava o papel anterior fazendo um relatório sobre a vida de seus autores. Outro aspecto era o dinheiro dos salários e as bolsas. Muitos bolsistas que recebiam do exterior não podiam cobrá-las porque nenhum banco funcionava; dezenas de professores não recebiam desde a tomada de Bagdá e a raiva os mantinha em depressão permanente.

A Biblioteca de Medicina da Universidade Mustansiriya sobreviveu às primeiras tentativas de combate nos arredores, mas a Biblioteca Central de Mustansiriya não teve sorte e os saques foram indiscriminados. Um inventário preliminar nos permitiu saber que

muitos livros desapareceram, assim como os móveis e os equipamentos doados há muito tempo. A biblioteca do Colégio de Médicos, que gozava de enorme prestígio porque possuía uma coleção com os melhores livros de medicina árabe medieval, foi saqueada, e o que pude encontrar demonstra a má intenção dos atacantes. Algumas lombadas no chão indicavam que o problema do peso levou os vândalos a arrancar os forros e as capas para apressar o transporte.

Um jovem da Universidade de Bagdá, que vive no bairro de Al-Mansur, me disse: "Algum dia alguém queimará a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, e não haverá tanta perda como a que houve aqui." Ao se considerar a importância cultural do Iraque se deve recordar que o país contém centenas de lugares declarados Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Nessas terras se encontram Nínive, onde Assurbanipal governou; Uruk, onde foram encontradas as primeiras amostras de escrita; Asur, capital do império assírio; Hatra e Babilônia.

VII

A Bayt al-Hikma, ou Casa da Sabedoria, também foi atacada. Em 11 de abril, segundo constatei, foram destruídas as peças da exposição sobre o império otomano e uma parte do prédio, que se incendiou. Pela manhã os saqueadores nada deixaram de valor, mas voltaram à tarde, com mais determinação e certos de que o melhor estava oculto. Entre os lugares saqueados estão a gráfica, o salão de leitura e as bibliotecas. Provavelmente, a sala de leitura foi atacada com granadas, como revelam os estragos nas paredes. A seção de livros estrangeiros mostrava, quando cheguei, os sinais da pilhagem: estantes vazias e chão coberto de papéis rasgados. Entre outros, há catálogos que indicam a perda de mais de 5.500 volumes do Escritório Exterior do Reino Unido, cinco tomos de documentos franceses referentes à Primeira e à Segunda Guerra Mundial, documentos secretos dos Estados Unidos sobre o golpe de Estado de 1940, documentos sobre a comunidade judaica de Bagdá, 15 volumes sobre o período otomano, 15 volumes da corte de

Mahkama Shar'ija e tomos da Enciclopédia Britânica. Entre os livros perdidos estariam um Corão do século IX, um exemplar do século XII de Ma-qamat al-Hariri, os textos mais importantes de Avicena, crônicas históricas, poemas e peças teatrais. Disseram-me que a algumas quadras adiante eram vendidos alguns desses livros, o que eu quis comprovar. De fato, aproximei-me de um jovem de farto bigode que não hesitou em me oferecer seus livros, que coincidem com os da Bayt al-Hikma.

No segundo andar, os incêndios foram desastrosos e nada havia que os saqueadores não tivessem levado: computadores, impressoras, lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado, cadeiras, escrivaninhas, porta-lápis e móveis. A sala de concertos ficou irreconhecível. Numa das salas parecia ter estourado algum artefato. As estantes de metal, sem livros nem documentos, estavam queimadas, assim como as janelas e as paredes. Posteriormente, a CPA ofereceu 17 mil dólares para reconstruir a coleção, uma quantia irrisória que ignora o mais relevante: esse centro contava antes da guerra com setenta pessoas e quase cem contratados. De forma mesquinha, depois dos saques, ofereceu-se vinte dólares a cada trabalhador, o que gerou mais descontentamento do que alegria.

A Academia de Ciências do Iraque, ou al-Majma al-'Ilmi al-'Iraqi, um dos mais prestigiados centros de pesquisa do Oriente Médio, sofreu grandes perdas. Localizada em Waziriya, teve em sua melhor época manuscritos, periódicos, livros estrangeiros, revistas científicas e humanísticas, teses, monografias e centenas de documentos com artigos. Havia um laboratório com vinte computadores, gráfica, salas de leitura e compartimentos bem-dotados para os pesquisadores. O saque começou com a chegada de soldados americanos e um tanque. A bandeira do Iraque, que tremulava na Academia, foi retirada e, de maneira violenta, horas mais tarde, os saqueadores chegaram dispostos a levar tudo. E assim fizeram. Não deixaram um só computador, escrivaninha, regulador de voltagem ou impressora. Estavam enlouquecidos. À diferença de outros centros intelectuais, a Academia não foi incendiada, mas, de um total de sessenta mil livros, metade se perdeu, além de centenas de publicações que eram enviadas do mundo inteiro em diferentes

línguas. As fotocópias não se conservaram e algumas puderam ser resgatadas, sem ordem aparente, em meio ao desastre. Uma política eficaz de intercâmbio manteve vigente a atualização permanente da Academia, o que permitiu aos pesquisadores dispor da melhor informação do planeta.

Quando pedi o catálogo dos livros, me disseram que estava entre os objetos roubados, e, portanto, o trabalho de classificação seria difícil. Vi algumas salas onde ainda se conservam centenas de livros e documentos, mas a desordem, no entanto, não preocupa nenhum dos acadêmicos, porque pior teria sido perder os textos. A pilha de papéis amedrontaria qualquer especialista em bibliotecas, mas não os homens que sobreviveram a bombardeios, assassinatos e à pilhagem que extraviou os textos inéditos do historiador 'Abbas al-Azawi.

A coleção Dar Saddam li-l-makhtoutat se salvou porque Usama N. al-Naqshabandi, seu diretor, escondeu-a. A Bayt al-Hikma, dedicada à pesquisa de ciências sociais, direito, ciências econômicas e políticas, ficou destruída. Em Mossul, as bibliotecas do museu e da universidade se extinguíram.

VIII

Enquanto dormia, ou fingia que podia dormir, na tenda improvisada no sítio arqueológico de Isin, na região de Ishan Bakrijat, ouvi um estrondo ensurdecedor seguido de contínuos disparos. Era a noite de 19 de maio de 2003 e, quando saí, os soldados americanos estabelecidos no local corriam depois que seu veículo Humvee foi atingido por um explosivo engenhoso, que resultou ser uma mistura de peças de artilharia de 155 mm com pregos. Trinta homens, à distância, disparavam seus AK-47. Alguns tinham lança-foguetes. Outro grupo, no entanto, separou-se e se dedicou a se introduzir nas ruínas e a retirar objetos com rapidez. Confesso que estava realmente assustado e me atirei ao chão. Ao meu lado, um sargento sugeriu cercar os vândalos. O soldado mais próximo o olhou com desprezo e o atalhou com este comentário: "Vá você. Não vou morrer por umas peças de barro. Não vim de Nova Jersey

para cuidar de ruínas. Peça apoio." Passou-se meia hora de combate às escuras, em que todos atiravam para parte alguma, e, finalmente, um helicóptero Black Hawk lançou uma rajada que não chegou a matar nem ferir qualquer dos atacantes.

No dia seguinte, depois de uma noite de vigília, vi que o sítio arqueológico era um buraco sem fundo e soube o que realmente estava se passando. Ao me aproximar da borda, vi que a escavação fora destruída. Como se sabe, o Iraque é um dos países com maior número de sítios arqueológicos de importância no Oriente Médio. Quando lembramos que foi justamente nessas terras que nasceu o livro, que nasceram as bibliotecas, os primeiros códigos legais, assusta pensar que a guerra e os acontecimentos posteriores a março de 2003 puseram em perigo a possibilidade de novas descobertas que mudem por completo nossa concepção da História. Nos sítios se encontram amostras da cultura suméria, assíria e babilônica, grega e romana.

E o problema persistiu. Em dezembro de 2003, foram saqueados diariamente el-Hadr, onde está Hatra, Patrimônio Cultural da Humanidade, Kulal Jabr, Kuyunjik (Nínive), Tell Senkereh (Larsa), Tell el-Dihib, Tell el-Jbeit, Tell el-Zabul, Tell Jokha, Tell Muqajar (Ur), Tell Naml, Umm el-Aqarib... A situação é certamente melhor no sul do que no norte, como determinaram os informes do Instituto Oriental de Chicago e do National Geography. Isso se deve à insegurança no norte. E, dos mais de seiscentos tells que continuam inexplorados por causa das sanções de 1991, pouco se sabe, apesar de que desde 1987 os achados têm aumentado. A Biblioteca do deus Sol surgiu em Sippar. Em Nimrud, os tesouros dos Túmulos das Rainhas permitiram ao mundo contemplar jóias de ouro e milhares de pedras preciosas.

Em Umm Al-Ajarib, perto de Nassiriya, os arqueólogos iraquianos, entre eles Fadhil Abdulwahid, descobriram um gigantesco cemitério sumério que chamaram de Cidade dos Túmulos, já visitado por William Hayes em 1886. Os mortos estavam enterrados com jóias e estátuas. O aparecimento de centenas de escorpiões fez com que a área fosse chamada de "Mãe dos escorpiões". Hoje em dia, os

roubos deixaram uma paisagem que deve ser familiar aos astronautas que chegaram à superfície da Lua. Só o que se pode ver são dezenas de crateras e espaços devastados.

No tell de Al-Majalla, Muzahem Mahmoud, supervisor, e o vigilante Ibrahim Atta cuidam da antiga cidade de Nimrud. Os túneis subterrâneos são sua maior preocupação. Dezenas de saqueadores entram todas as noites e levam dezenas de peças, além de destruir outras que consideram menos importantes. O que se cobiça mais é o ouro, e é de se notar o fato de que os bandos quebram vasilhas porque lhes parecem insignificantes. O Palácio Noroeste sofreu roubos descarados. Há danos na Sala S (ao sul da Corte Y), alto-relevos roubados na sala B, na Sala I e na S. Durante um tiroteio entre saqueadores e soldados, uma das paredes sofreu centenas de impactos de balas.

O caso de Nippur, a 200 km a sudeste da Bagdá, não muito longe de Isin, é dramático. Os saqueadores, armados, agem de dia e de noite. Fazem escavações sem controle e levam tabletas, objetos de arte e o que não reconhecem como de valor fica na areia. Alguns dos saqueadores se vangloriam de seu trabalho em Afak, uma aldeia próxima. O guarda que protegeu o sítio durante anos, Abass Karmod, constatou que esse saque anulou anos de exploração.

Assur, na região agora chamada Qalaat en Sherkat, foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em data recente, mas não se salvou dos saques intermináveis e ataques indiscriminados, e hoje corre sério perigo. Assur foi uma cidade de grande importância, primeira capital da Assíria, o que despertou a suspeita entre os ladrões de que possa conter ainda objetos de valor incalculável.

Nas ruínas do Palácio de Senaquerib, em Nínive, a deterioração é evidente. O bloqueio de dez anos impediu o acesso ao Iraque de muitos grupos de arqueólogos e financiamento. O dano, portanto, é enorme. Os alto-relevos ficaram destruídos e há buracos em algumas salas. Perto das ruínas da Babilônia, o Museu da Babilônia apresenta danos de um saque que, por sorte, não chegou a destruir a estrutura, embora haja queimaduras que converteram o lugar num desastre.

Também ocorreram fatos insólitos. Em Ur, onde existiu uma grande cidade imperial de 2100 a.C. a 2000 a.C, alguns dos soldados, ao saber que Abraão nasceu ali, pegaram pedaços de blocos de argila para levar ao seu país, onde possivelmente os guardarão em suas casas ou os venderão como relíquias sagradas. E, para cúmulo, há pichações nas pedras como "I was here".

Em Eridu (hoje Abu Shahrain), houve saques menores; em Ubaid, uma vila pré-histórica, os saqueadores deixaram rastro, mas a falta de objetos parece tê-los desanimado; em Girsu (hoje Telloh), ao norte da Nassiriya, onde há uma vila pré-histórica com parte de uma cidade do reino de Lagash, continuam os saques; em Larsa (hoje Senkere), não há qualquer proteção e os saques têm sido permanentes; em Ctesifonte, há pichações políticas em árabe no arco, e a construção com a batalha de Kaddisiye foi destruída e saqueada. Os roubos também continuam em Tell Mohammed.

Uma vez escolhidos os objetos, as quadrilhas, organizadas de acordo com as normas mais seletivas de pessoal, os escondem em malas, caixas ou vasilhas artesanais, e dessa forma existe hoje um tráfico transnacional numa escala sem precedentes. Alguns objetos roubados são vendidos pela internet e em alguns casos são feitas páginas na internet para exibi-los. Em 11 de junho foi detido Joseph Braude, autor de *The new Irak: Rebuilding the country for its people, the Middle East and the world*, porque trazia com ele três sinetes cilíndricos que comprou por duzentos dólares. As peças ainda tinham o IM (Iraqi Museum), um identificador do Museu Arqueológico de Bagdá. Até agora mais de setecentos objetos foram confiscados em cidades como Nova York, Roma, Londres, Moscou, Tóquio, Amã e Damasco. Alguns objetos foram vendidos também por soldados americanos.

IX

Em todo caso, a destruição e o saque desses sítios eram esperados. Em 24 de janeiro, houve uma reunião extraordinária e secreta no Pentágono. Um grupo de arqueólogos se atreveu a solicitar um encontro com Joseph Collins para que ele transmitisse suas

informações ao assessor presidencial Paul Wolfowitz e a funcionários do alto escalão. Os acadêmicos pediram ao exército dos Estados Unidos que protegesse uma série de museus e sítios arqueológicos. McGuire Gibson, respeitado pesquisador do Instituto Oriental de Chicago, entregou inclusive um documento com cinco mil locais fundamentais. Nesse momento, não ficou bem claro, mas o primeiro local assinalado nesse texto era o Museu Arqueológico de Bagdá. Martin Sullivan, assessor cultural do presidente George Bush, advertiu-o em várias ocasiões e, quando começaram os saques, renunciou, cheio de ira. Em 27 de fevereiro, a Sociedade de Arqueologia Americana enviou uma carta ao secretário de Defesa em que se registrou uma das advertências mais contundentes jamais feitas a qualquer político.

Os motivos dessa preocupação eram legítimos. Havia antecedentes irrefutáveis. O projeto B.R.I.L.A. (Bureau for Recovering and Investigating Iraqi Looted Antiquities), depois da Guerra do Golfo em 1991, instalou dois centros para investigar o roubo de objetos iraquianos e, certamente, os danos causados ao patrimônio cultural iraquiano pelos aviões da coalizão aliada. Instalaram-se duas sedes, uma em Turim, na Itália, e outra em Bagdá, no que se chamou de Instituto de Ciências Arqueológicas Italiano-Iraquiano (Dar Al-Naqeeb Al-Ghailani). Vale dizer que, em dezembro de 2000, se elaborou uma relação de obras subtraídas. O quadro preparado sobre esse gigantesco roubo foi exaustivo, direto: 1) em Babil, 46; 2) em Kirkuk, 685; 3) em Kufa, 140; 4) em Qadissija, 46; 5) em Maysan, 588; 6) em Dohuk, 200; 7) em Wasit, 74; 8) em Basra, 714; e 9) em Assur, 115. O número chegou a 2.625. A maior parte não pôde ser recuperada, embora muitas peças sejam exibidas em museus da França, Espanha, Alemanha, Itália e Estados Unidos.

X

Quem são os responsáveis pela destruição cultural do Iraque?
Atribuo a maior parte da culpa à atual administração dos Estados Unidos, que ignorou todas as advertências e violou a Convenção de Haia de 1954 ao não proteger os centros culturais e estimular, por

meio de uma propaganda de ódio, os saques. Também incorreu em delitos de crimes contra o patrimônio cultural, expostos no Protocolo de 1999. Talvez seja também por isso que o governo Bush tenha pedido imunidade para oficiais e soldados ante possíveis processos nos tribunais penais internacionais. Talvez também por isso decidiu retornar à Unesco, e enviou sua mulher para negociar cargos executivos dentro da organização, despedir os assessores mais incômodos e silenciar qualquer crítica.

Acuso da mesma maneira o regime de Saddam Hussein. A infame presença do partido Baath nos centros culturais fez com que milhares de manifestantes os atacassem ao identificá-los com o despotismo de Saddam Hussein. Desde sua ascensão em 1968, o partido estabeleceu programas de ação cultural que não correspondiam, na maioria dos casos, à tradição histórica do Iraque. A megalomania de Hussein impôs práticas absurdas. Na Babilônia, azulejos originais foram substituídos por azulejos em que aparecia o nome do presidente. Saddam Hussein era escritor, leitor, arqueólogo, pintor, poeta, dramaturgo, especialista em museus, curador, e em cada uma das atividades exigia bajulação irrestrita. Quando fugiu de Bagdá, estava prestes a publicar seu terceiro romance.

Os funcionários das bibliotecas e museus, em particular os dirigentes, embora haja célebres exceções, eram membros naturais dos comitês de participação e defesa da revolução. Não pertencer ao partido significava perder o direito de ter uma conta bancária, trabalhar ou publicar um livro, uma resenha em revista ou obter material para pintar, desenhar ou esculpir. Nenhum diretor de cinema podia filmar sem prévia autorização do Baath. No caso dos dirigentes dos museus, sua anuência com o partido os levou a permitir que se instalassem depósitos de munições e franco-atiradores em pontos estratégicos, o que pôs em risco o patrimônio cultural.

Há, portanto, dois grandes responsáveis, mas não se abriu um só processo penal internacional. Tal impunidade é escandalosa.

XI

Convém ler com atenção este trecho: "Os comunicados provenientes de Bagdá são inadequados, falsos e incompletos. Tudo está pior do que se disse. Hoje estamos perto de um desastre." Esse texto não é parte do relatório de um oficial americano nem tem a data de 2003. É extraído de uma carta escrita em 1920 por Lawrence da Arábia aos seus superiores. O curioso, no entanto, é que essas palavras continuam atuais porque não acabam as contradições e mentiras no caso dessa funesta ocupação. A guerra contra o terrorismo deu lugar ao terrorismo da guerra.

O Iraque, pelo que descrevi e por tudo, é agora uma nação árabe ocupada pela força estrangeira mais repudiada no Oriente Médio, uma nação empobrecida por décadas de guerra, assolada por conflitos religiosos e atentados terroristas, em crise econômica, que sofre racionamento de alimentos, sem remédios nos hospitais, e, como se não bastasse, sua memória foi apagada, espoliada e subjugada. No Iraque se cometeu o primeiro memoricídio do século XXI.

Pode-se imaginar um destino pior para a região onde começou nossa civilização?